Evaristo Emigdio Colmán Duarte

Nacionalismo e Movimento Operário na origem do Estado Nacional Revolucionário Paraguaio: 1936 - 1947

Evaristo Emigdio Colmán Duarte

Nacionalismo e Movimento Operário na origem do Estado Nacional Revolucionário Paraguaio: 1936 - 1947

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, campus de Assis, para obtenção do título de doutor em História.

Orientador: Professor Doutor Milton Carlos Costa.

Assis
2002

Evaristo Emigdio Colmán Duarte

Nacionalismo e Movimento Operário na origem do Estado Nacional Revolucionário Paraguaio: 1936 – 1947

COMISSÃO JULGADORA

TESE PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR

_____

_____

_____

_____

Assis, de de 2002.

Dados Curriculares

Evaristo Emigdio Colmán Duarte

Nascimento	26.10.1956 Assunção Paraguai.(Naturalizado em 1995)
Filiação	Emigdio Colmán Núñez Delia Ramona Duarte de Colmán
1969 - 1974	Colégio Nacional de la Capital – Assunção Paraguai
1981 - 1985	Curso de Graduação Faculdade de Serviço Social PUC/SP
1988 - 1994	Curso de Pós-graduação em Serviço Social, nível de mestrado na PUC/SP.
1991- 1994	Professor Auxiliar de Ensino no Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina.
1994 - 2002	Professor Adjunto no Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina.

A meu pai
Emigdio Colmán Núñez - tipógrafo
(1922-1996)

Agradecimentos

Este trabalho não seria possível sem a colaboração direta ou indireta de muitas pessoas. Manifestamos nossa gratidão a todas elas e de forma especial:

Aos meus orientadores Profa Dra Maria do Carmo Sampaio di Creddo e ao Prof. Dr. Milton Carlos Costa pelo seu generoso apoio e confiança.

A Milda Rivarola pelas valiosas indicações e pelas luzes que suas obras representam para todos os que queremos compreender a historia social latino-americana.

Aos meus amigos Carlos Perez e Rodolfo Bogado, que me antecederam no estudo deste tema e cederam generosamente suas fontes para o meu trabalho.

A José Carlos Rodrigues e Roberto Villalva pelas suas indicações, disponibilidade e companheirismo.

Ao meu amigo e companheiro Alberto Barret pela acolhida calorosa e pelas valiosas indicações que me forneceu.

Ao meu amigo e irmão Jaime Ferreira que acreditou na potencialidade do meu tema e me ajudou a encontrar informações importantes.

A todos os colegas do departamento de Serviço Social da UEL.

Aos funcionários do Arquivo do Terror e, em especial, a Paco e Júlia, pela sua competência e interesse em ajudar a desvendar o véu que cobre as ditaduras latino-americanas.

Aos funcionários do setor de microfilmagem do NPD/UEL.

Aos funcionários da Biblioteca Nacional de Assunção.

Aos funcionários do Arquivo Histórico do Itamaraty e, em especial a Dna. Lúcia que me acolheu tão calorosamente.

Aos funcionários do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa – CEDAP.

Às minhas irmãs Juana, Mercedes e Brigite e, ao meu irmão Gerardo pela ajuda nunca interrompida na busca e remessa de informações.

Aos meus companheiros da diretoria da Aduel que cobriram minha ausência nos momentos mais críticos de elaboração deste trabalho.

À minha companheira Sílvia por todo o empenho pessoal nesta empreita. Oxalá o resultado do trabalho corresponda a sua esperança e compense suas angústias.

A meu filho Emílio por ter sido privado de minha presença nos momentos de elaboração da tese.

Sumário

Introdução	9
Capítulo I. Origem do Nacionalismo Lopizta.	27
1.1. Ocupação do país e regime liberal	27
1.2. Violência política e alienação das terras públicas	45
1.3. A dura reconstrução do país	56
1.4. A construção do nacionalismo lopizta	69
1.4.1. Nacionalismo e nacionalismo lopizta	71
1.4.2. Estrutura do nacionalismo lopizta	88
1.4.2.1. O paraguaio é um povo guerreiro	90
1. 4.2.2. Excelência da “raça” paraguaia	92
1. 4.2.3. Senso de autonomia inato	93
1. 4.2.4. Superioridade da nação paraguaia	98
1.4.3. Nacionalismo e crítica ao liberalismo – exaltação do Estado despótico	103
1.4.4. Nacionalismo popular e cultura nacional	108
Capítulo II A questão nacional e o movimento operário	117
2.1. A difícil apropriação da questão nacional pelo movimento operário latino-americano.	117
2.2. Independência de classe e processos políticos: as relações do movimento operário com o peronismo e o MNR	142
2.2.1. Peronismo - Argentina	147
2.2.2. MNR – Bolívia	152
2.3. A constituição do proletariado paraguaio	161
2.4. Surgimento do movimento operário	187
Capítulo III Nacionalismo e movimento operário na origem do *Estado Nacional Revolucionário*.	206
3.1. Crise do regime liberal e movimentos nacionalistas	206
3.1.1. Militares	214
3.1.2. Novo Ideário Nacional	216
3.1.3. Liga Nacional Independente	218
3.1.4. O movimento operário e a guerra	219
3.2. Movimento operário na queda do regime liberal. Governo de Franco 1936-1937	223
3.2.1. Duas correntes a mesma ilusão	232
3.2.2. O despertar das massas e a realidade do Estado – março de 1936	238

3.2.3. Os expurgos no governo revolucionário. – maio de 1936 248
3.3. Intervalo “normalizador”. O Governo de Paiva – 1937 – 1939 261
3.4. Apoio operário ao governo de Estigarribia – 1939 – 1940 275
3.5. O movimento operário sob a ditadura de Morínigo – 1940 – 1948 284
Conclusão 299
Fontes e referências bibliográficas 316
Resumo 325
Abstract 326

Introdução

Compreender processos políticos de outros países é algo de cuja utilidade poucos duvidam. Mas tratando-se de países diretamente ligados ao Brasil pela história e pela economia, podemos nos atrever a dizer que é também compreender parte de nossa própria historia. É o caso do Paraguai e dos países do cone sul que tiveram, na interação com o Brasil e antes com Portugal, os antecedentes de muitas de suas instituições.

A história latino-americana recente mostra que, apesar da autonomia de cada país, várias Repúblicas trilharam caminhos muito parecidos, principalmente da década de 30 em diante. Países como Brasil, Argentina e México deram respostas muito semelhantes à grande crise de 1929. Isso afetou os seus sistemas políticos, sua economia e a organização das classes trabalhadoras.

O Paraguai contemporâneo tem uma vinculação mais intensa ainda com o Brasil, pois ele é o resultado da grande guerra que os enfrentou no século XIX e da interação geopolítica regional que ainda continua determinando as feições daquele país. Na década de 30, depois da Guerra do Chaco, na qual se enfrentaram os exércitos do Paraguai e da Bolívia pelo controle do imenso deserto estendido à margem direita do rio Paraguai, iniciou-se um movimento que substituiu o grupo que estava no poder desde 1904 e se propôs iniciar uma verdadeira revolução.

Em fevereiro de 1936, iniciou-se o período denominado na história do país como *nacional revolucionário,* que se estendeu até a guerra civil de 1947, mas cuja influência perdura até hoje.

As forças que se enfrentaram, durante esse período, tinham vinculações com movimentos continentais e mundiais. O mundo estava em vésperas da Segunda Grande Guerra Mundial e o Brasil, sempre influente na vida interna do Paraguai, estava passando por importantes transformações. Mas havia também o exemplo da Revolução Mexicana, a influência, um pouco distante, mas ainda efetiva do movimento pela Reforma Universitária de Córdoba de 1918, a constituição da APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana), liderada por Raul Haya de la Torre e, claro, o espectro da revolução russa.

O processo político que se iniciou no Paraguai em 17 de fevereiro de 1936 foi gestado no período anterior, amadureceu ao longo da década de 1920, em que a economia do país foi gradativamente dinamizada. O Estado iniciou um processo de racionalização e novas forças sociais emergiram no cenário político. Teve na guerra contra Bolívia (1932-1935) um ponto de aceleração e decantação importante e, principalmente, a consolidação do exército nacional que passaria a ter uma participação decisiva depois da guerra.

O Estado herdado da guerra contra a Tríplice Aliança não mais servia às novas necessidades da sociedade, e a sua subordinação aos vizinhos mais poderosos era questionada por amplos setores da

sociedade, por quanto era vista como um entrave ao desenvolvimento da economia nacional e afirmação de uma cultura própria. Em vista disso, o desafio era a estruturação de um Estado que, além de moderno, fosse também um fator de recuperação da soberania nacional. O problema da soberania nacional estava em questão desde o fim da guerra contra a Tríplice Aliança (1864-1870), uma vez que o Estado estruturado sob o tacão dos exércitos aliados era o resultado da quase extinção da população, e a "legitimidade" dos seus dirigentes decorria, quase sempre, do apoio estrangeiro: argentino ou brasileiro.

Mesmo que o Estado emergente do período *nacional revolucionário* (1936-1947) não tenha resolvido o problema da soberania nacional, problema, aliás, comum a todas as repúblicas latino-americanas até os dias de hoje, será um Estado muito diferente do velho Estado "liberal" vigente até 1936. Durante esse período, apesar das garantias constitucionais terem sido abolidas[1], o grau de intervenção das classes trabalhadoras foi substancialmente maior, as necessidades de reprodução da força de trabalho foram gradativamente incorporadas às funções estatais na forma de uma legislação social e trabalhista; começou a se constituir uma burocracia estatal propriamente dita, enfim, iniciou-se um processo de modernização.

[1] A Constituição de 1870 será "relativizada" por um "decreto plebiscitário", parlamentos e tribunais serão suspensas sempre que o executivo considere necessário. As liberdades políticas e outras garantias constitucionais também foram interrompidas muitas vezes.

A própria tematização da soberania nacional ocupou durante longos períodos o centro dos debates políticos e a ela os dirigentes da república não puderam se subtrair, mesmo que para fins demagógicos. Além disso, no jogo político regional e internacional em que este Estado interveio conseguiu, sob os governos de Estigarribia (1939-1940) e Morínigo (1940-1948), um espaço de autonomia maior, devido certamente a mudanças no cenário mundial, mas também como resultado da afirmação de uma vontade autonomista que naquele período se manifestava. Por conta disso, houve o deslocamento da influência argentina, predominante durante o período “liberal”, para uma posição de relativa independência, fruto da presença brasileira, situação que só será quebrada, em favor do Brasil, sob o governo de Stroessner (1954-1989), mas que redundou num espaço maior de manobras para o Estado paraguaio.

A burocracia estatal que o Estado Nacional “Revolucionário” construiu também tem a marca das finalidades que se propôs. Permitiu-lhe ter um papel mais “intervencionista”, afastando-se assim do *laissez-fairismo* do Estado liberal que tinha como doutrina a não-interferência, deixando que o mercado regulasse livremente o funcionamento social, ficando na verdade à mercê do arbítrio das empresas estrangeiras.

Esta é uma mudança significativa, já que colocava, ao menos potencialmente, o Estado a serviço de um projeto nacional

desenvolvimentista, que poderia gerar um grau maior de autonomia. Por menor que fosse a autonomia conseguida, seria sempre um passo em direção à soberania do país. Todo Estado tem que dar conta do problema da soberania e quanto menor for esta soberania mais aguda a contradição desse Estado com a sua natureza “estatal”. Nessa medida, a conquista de alguma autonomia, representa um passo progressivo para esse Estado, algo que o reforça, que o legitima e, mesmo que não signifique uma grande ruptura, pode ser uma alteração da subalternidade e a possibilidade de vir a disputar uma fatia maior do comércio mundial.

A subordinação de um país a outros, continua sendo um problema a ser resolvido, e é para esse país “a questão nacional” por excelência, embora a dependência de um país com relação aos outros seja uma característica do sistema de nações moderno, ou como nos lembra Michael Mann:

> Nossa “sociedade” *nunca* foi meramente nacional. Foi também transnacional, pois sempre implicou relações que atravessam livremente as fronteiras. E foi ainda geopolítica, pois sempre implicou relações entre unidades nacionais. As relações transnacionais não são meramente “pós-modernas”: sempre solaparam a soberania de todos os Estados. As relações geopolíticas restringem a soberania dos Estados (que firmam acordos) e solapam mais persistentemente, é claro, a soberania dos mais fracos. (MANN, 2000; 314)

Ou seja, as restrições à sua soberania não anulam completamente sua condição de ser um Estado nem a possibilidade de mudanças significativas no sistema político. As mudanças que ocorreram

no Paraguai no período “nacional-revolucionário” permitem-nos sustentar que o Estado emergente era alguma coisa diferente do velho Estado liberal.

A ideologia que alicerçou as mudanças deste período foi o nacionalismo lopizta, isto é, que reivindicava como heróis a Carlos Antonio López (1844-1862) e seu filho Solano López (1862-1870). Este se alimentou da contradição representada pela precária soberania do país em face dos seus vizinhos e do sistema internacional. A condição de subordinação de um país implica sempre um freio ao seu pleno desenvolvimento econômico, político e cultural, e, na medida em que este freio prejudica setores emergentes, como a pequena-burguesia e as classes trabalhadoras, haverá sempre motivos para a constituição de movimentos nacionalistas.

O *nacionalismo lopizta* tem como núcleo simbólico agregador *a república autônoma dos López; u*m mito construído com base em alguns elementos dos governos de Dom Carlos Antonio López (1844-1862) e do seu filho Francisco Solano López (1862-1870) e, ainda, associado a eles o governo mais remoto, porém não menos importante de Gaspar Rodriguez de Francia (1814-1844). Este mito se constituiu para combater os governos liberais dominantes no país desde 1904, caracterizados como “entreguistas” ou “legionários”[2] pelos seus

[2] Legionário era a denominação dada aos membros da Legião Paraguaia, destacamento de paraguaios que se alistaram no exército aliado durante a guerra contra a Tríplice Aliança. Por

opositores, mas transcende esta utilização, por quanto ainda é, na cultura nacional contemporânea , o principal símbolo da nacionalidade paraguaia, daquilo que constitui “o Paraguai”.

O mito lopizta e a construção nacionalista que nele se funda, enquadra-se naquilo que Marilena Chauí chama de, no âmbito da política, *mitos fundadores*. Estes têm a função de conferir uma genealogia sagrada – por exemplo: Jacó filho de Isaac, filho de Abraão, etc. – a uma instituição que, no mais das vezes, tem muito pouco de que se orgulhar. Esta genealogia sagrada esconde que instituições como nação, Estado, país, são na verdade fabricadas, construídas, dificultando a crítica a elas. Mas, além de tudo, o mito fundador justifica atributos, muitas vezes condenáveis nas instituições contemporâneas, pelo fato de serem atualização de características previamente santificadas na mitologia. No caso do Paraguai, o despotismo, quase congênito do Estado Nacional Revolucionário, não é o principal aspecto questionado, porque o Estado lopizta também era despótico, “todos sabemos”, mas se justificava plenamente, por ser um ardoroso defensor da soberania nacional.

A manifestação contemporânea de atributos supostamente vigentes no passado mitologizado, ou, para dizê-lo de outra forma, a atualização de qualidades “eternas”, é a principal função do “semióforo”. O semióforo, de acordo com Chauí (2000, 12), é “algo

---

extensão, tornou-se anátema que é como se atacava os opositores a quem se queria acusar de antipatrióticos.

precursor, fecundo ou carregado de presságios, o ‘semióforo’ era a comunicação com o invisível, um signo vindo do passado ou dos céus, carregando uma significação com conseqüências presentes e futuras para os homens”.

> Com esse sentido um 'semióforo' é um signo trazido à frente ou empunhado para indicar algo que significa alguma outra coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica: uma simples pedra se for o local onde um deus apareceu, ou um simples tecido de lã, se for o abrigo usado, um dia, por um herói, possuem um valor incalculável, não como pedra ou como pedaço de pano, mas como lugar sagrado ou relíquia heróica. Um semióforo é fecundo porque dele não cessam de brotar efeitos de significação”. (Chauí, 2000, 12).

A república autônoma dos López funciona como um semióforo em torno ao qual se construiu o nacionalismo paraguaio do século XX. E esta escolha é de alguma forma reveladora da particular intensidade com que a elite política vivia a contradição da falta de soberania. A fabricação de um semióforo tão complexo quanto este, ou seja, não apenas uma forma de Estado, mas praticamente toda uma época (a república autônoma dos López) foi possível pela funcionalidade deste na consolidação de uma outra característica dos semióforos: a de que são também signos do poder.

> Embora um semióforo seja algo retirado do circuito da utilidade e esteja encarregado de simbolizar o invisível espacial ou temporal e de celebrar a unidade indivisa dos que compartilham uma crença comum ou um passado comum, ele é também posse e propriedade daqueles que detêm o poder para

> produzir e conservar um sistema de crenças ou um sistema de instituições que lhes permite dominar um meio social. Chefias religiosas u igrejas, detentoras do saber sobre o sagrado, e chefias político-militares, detentoras do saber sobre o profano, são os detentores iniciais dos semióforos. (Chauí, 2000, 13).

Contudo, não se pode mecanicamente estabelecer um vínculo entre a falta de soberania e o nacionalismo. Foi preciso a combinação de determinadas condições internacionais com o amadurecimento de alguns processos políticos específicos, para que esta ideologia tivesse tanta importância nos acontecimentos do período *nacional revolucionário*. Ademais, ela precisou ser "pensada", escrita e formulada por um conjunto de intelectuais desde os primeiros anos do século XX.

Nenhuma outra ideologia mobilizou tanto as mentalidades das vanguardas políticas e culturais do Paraguai quanto o nacionalismo lopizta. E, no período nacional revolucionário será também o norte das classes trabalhadoras e inspiração de seus movimentos, organizações e lutas.

O "tempo histórico" do Estado *nacional revolucionário* teve a marca do nacionalismo lopizta agindo com uma intensidade jamais repetida. Foi a sua "marca específica", constituindo-se por isso, o fio que permite penetrar na compreensão das alternativas que estavam sendo resolvidas. E se, como afirma Lucília de Almeida Neves, "... a busca do significado de um tempo é também a busca dos valores e projetos que a

conformaram” (Neves, 2001,170), o estudo do nacionalismo lopizta é a chave para chegar ao significado desse tempo. Nesse sentido, o nacionalismo lopizta organizou a contestação ao regime liberal, fundamentou a constituição de um tipo de Estado e atraiu o movimento operário para um terreno de conciliação de classes, interditando qualquer projeto de inspiração internacionalista.

Foram aspectos diferentes imbricados nos processos deste tempo, de uma forma peculiar, o que lhe confere interesse histórico, e, embora cada um desses aspectos possa ser analisado a partir de outras determinações não menos decisivas, a sua inteligibilidade ganha relevo ao ser iluminada pelo nacionalismo lopizta como fio explicativo e organizador.

A vinculação do nacionalismo ao Estado Nacional e o fato de ser uma ideologia necessária a ele não desperta maiores controvérsias. Quanto à sua relação com o movimento operário, a situação está longe de ser pacífica. A experiência do movimento operário paraguaio oferece um exemplo valioso das aproximações e apropriações desta ideologia pelos sindicatos e partidos operários e da influência desta ideologia nos destinos de suas lutas. Mas, nessa experiência também é possível verificar o papel que terá a orientação nacionalista do movimento operário, na constituição do Estado nacional, principalmente no período emoldurado pelo golpe militar de 1936 e pela guerra civil de 1947.

O nacionalismo está ligado à constituição dos Estados nacionais, e, embora alguns considerem a existência de “nações” antes da constituição dos grandes Estados nacionais europeus[3], será na relação com o desenvolvimento e consolidação destes que o nacionalismo se constituiu num fator de organização das sociedades modernas.

Nações e nacionalismo são duas “invenções” modernas, quer dizer, próprias do capitalismo e que marcaram intensamente os estágios recentes dessa história. De acordo com Hobsbawm (1998a, 11-12), é desde 1830 que estes vocábulos começam a ser utilizados na literatura política. Segue-se então, três etapas: de 1830 a 1880 fala-se em "princípio de nacionalidade"; de 1880 a 1918, em "idéia nacional"; e de 1918 aos anos 1950-60, é denominada como "questão nacional”.

> Nessa periodização a primeira etapa vincula nação e território, a segunda a articula à língua, à religião e à raça, e a terceira enfatiza a consciência nacional, definida por um conjunto de lealdades políticas. Na primeira etapa, o discurso da nacionalidade provém da economia política liberal; na segunda, dos intelectuais pequeno-burgueses, particularmente alemães e italianos, e, na terceira, emana principalmente dos partidos políticos e do Estado (Chauí, 2000, 16).

Em oposição aos nacionalismos, o movimento operário assumiu ser internacionalista desde meados do século XIX. No seu

---

[3] Joseph Llobera, por exemplo, considera inaceitável a concepção de nação e nacionalismo como algo “moderno” ou como ele diz: “.. que começa a existir a partir da revolução francesa” ... “Se a nação é um produto da *longue durée*, deveremos sondar as estruturas medievais para encontrar uma resposta à questão de como se constituíram as nações”. (Llobera, 1994, 20)

principal documento programático, pode se ler já em 1848 que "... nas diversas lutas nacionais dos proletários, [os comunistas] destacam e fazem prevalecer os interesses comuns do proletariado, independentemente da nacionalidade" (Marx & Engels, ca. 1970). Este postulado será o fundamento da constituição das "Internacionais", ou seja, organismos políticos do movimento operário unificadores da orientação e intervenção nas lutas nacionais, coordenados pelo centro, ou seja, pelas internacionais[4]. Da mesma forma que o nacionalismo ganhou importância na conquista de uma base de lealdades políticas para sustentar os regimes democrático-burgueses, a ideologia internacionalista do movimento operário internacional também avançou em muitos paises. Mais do que isso, a Revolução bolchevique de 1917 forneceu ao movimento operário internacional um reforço e justificativa que terá uma longa vigência.

O terceiro ciclo da periodização proposta por Hobsbawm coincide, portanto, com a agudização da oposição entre os nacionalismos diversos e o projeto internacionalista de revolução comunista. Esta oposição faz parte do substrato cultural, político e ideológico em que se deram os processos políticos não apenas do Paraguai mas de todos os países devido à presença no horizonte mundial do Estado soviético. É isso que nos lembra o próprio Hobsbawm:

---

[4] Na história do movimento operário constituíram-se até hoje 4 internacionais. A primeira (1864-1876) chamada de Associação Internacional dos Trabalhadores; a Segunda Internacional (1889-1914); a Terceira Internacional ou Internacional Comunista (1919-1943) e a Quarta Internacional fundada por Trotski e seus partidários em 1938.

> Durante grande parte do Breve Século XX, o comunismo soviético proclamou-se um sistema alternativo e superior ao capitalismo, e destinado pela história a triunfar sobre ele. E durante grande parte desse período, até mesmo muitos daqueles que rejeitavam suas pretensões de superioridade estavam longe de convencidos de que ele não pudesse triunfar. (Hobsbawm, 1996, 63)

Foi precisamente no período posterior a 1918 que a oposição entre nacionalismo e movimento operário tornou-se mais aguda[5], uma vez que a construção de uma "consciência nacional" tem como uma de suas finalidades o ocultamento das contradições de classe do ideário popular e a construção de um sistema de lealdades políticas em torno às classes dominantes. Ou, dito de outra forma, o nacionalismo será uma ideologia que irá se opor ao internacionalismo comunista. É claro que a "identidade nacional" é também uma possibilidade de identificação acessível às classes trabalhadoras ao lado da sua identidade classista; é claro, também, que a identidade classista, ou comunista, não é um molde no qual os trabalhadores certamente terão que se enquadrar algum dia. Mas, do que se tratava era da oposição efetiva que se estabeleceu pela conquista das mentes dos trabalhadores, entre o projeto comunista e os diversos nacionalismos.

---

[5] Não que antes não houvesse contradições. Basta lembrar a importância que teve no seio da II Internacional a adesão dos partidos social-democratas à guerra que seus respectivos estados nacionais empreenderam uns contra os outros na 1ª Guerra Mundial, a ponto de motivar a cisão em que se fundamentará posteriormente a III Internacional. Mas a possibilidade do comunismo soviético se efetivar noutros países depois de 1917 tornou o "fantasma" do comunismo algo muito mais "concreto" e a reação dos nacionalismos mais violenta.

Na América Latina, a disputa pela direção ideológica e política do movimento operário após 1918 foi entre o comunismo da Internacional Comunista e o nacionalismo (Godio, 1983), o que no Paraguai só aconteceu a partir de 1933, em que se funda um partido comunista efetivamente vinculado à III Internacional. O impacto das disputas no movimento operário paraguaio foi amplificado pelo peso que tinham na economia nacional os setores mais organizados: os transportes fluviais, o tanino e os frigoríficos.

Nas condições concretas do Paraguai, a importância da intervenção do movimento operário foi potencializada pela fragilidade da estrutura social que aliava uma precária diferenciação social a baixos níveis de exercício da cidadania, mas, contrastando com isso, possuía alguns setores operários altamente organizados: portuários, marítimos, ferroviários, dentre outros. Na década de 20, a Liga Marítima participou ativamente na defesa do governo constitucional contra um movimento sedicioso. Ou seja, apesar de não ter conseguido grandes avanços na legislação de proteção ao trabalho, nem representantes operários participando do Congresso, o movimento operário tinha visibilidade suficiente a ponto de ser reconhecido como um fator da política nacional. Sua atuação não se limitou aos aspectos sindicais ou “econômicos” , foi decididamente política, e, nessa medida, influenciou o sistema estatal construído naquela época. Disso decorre a importância da orientação ideológica sob a qual interveio no período nacional revolucionário.

É dessa perspectiva que a compreensão do nacionalismo lopizta como ideologia homogeneizadora de um conjunto heterogêneo de forças ganha transcendência. O nacionalismo interditou a afirmação de outras alternativas políticas e ideológicas e fundamentou a reinvenção do Estado paraguaio. Fez ainda o movimento operário trafegar como força auxiliar nesta construção, num período da história em que o projeto internacionalista tinha todo o prestígio que a revolução russa lhe emprestava. Depois de 1947, o nacionalismo lopizta perde sua força mobilizadora e termina, já nas mãos da ditadura de Stroessner, como uma retórica oca destinada apenas a justificar o caráter despótico do regime.

No período nacional revolucionário, porém, foi o fio que percorria os projetos dos principais atores sociais e seu estudo certamente serve para iluminar as alternativas com que a sociedade paraguaia se confrontou e para explicar o fracasso de algumas propostas.

O que nos propomos neste trabalho é analisar o papel que o nacionalismo teve em alguns processos políticos durante o período nacional revolucionário no Paraguai (1936-1947). Particularmente, a importância que teve o nacionalismo na configuração do Estado que emerge do processo revolucionário e também na adesão que este Estado conseguiu do Movimento Operário.

Por se tratar da análise de uma ideologia, privilegiamos as expressões dos dirigentes, dos intelectuais que formularam as idéias tanto do Estado quanto dos movimentos sociais. Mesmo que essas expressões

não esgotem o fenômeno das idéias, parece-nos essencial, na falta de outros trabalhos, começar por desvendar o seu encadeamento, a partir do como esses intelectuais pensavam o seu tempo e suas ações.

A estrutura da *exposição contempla um primeiro capítulo Sobre as* origens do nacionalismo lopizta, subdividida por sua vez em três tópicos: uma acerca da configuração política do Estado instalado depois da guerra contra a Tríplice Aliança; a segunda a formação dos partidos tradicionais e a reconstrução do país depois da guerra; e a terceira acerca da construção da ideologia nacionalista. Neste tópico se faz uma exposição das principais idéias formuladas por intelectuais nacionalistas paraguaios, tentando dar concreção a um pensamento que teve uma longa vigência.

O segundo capítulo é dedicado à localização do movimento operário paraguaio no contexto do movimento latino-americano, às dificuldades enfrentadas pelos partidos e sindicatos para se apropriarem da “questão nacional” nos seus países e à constituição do proletariado e do movimento operário paraguaio. Na primeira parte, faz-se uma discussão comparativa de algumas experiências do movimento operário latino-americano com o nacionalismo.

O terceiro capítulo expõe o centro da pesquisa composto dos posicionamentos, análises, material de propaganda e eventos que pontuaram a intervenção do movimento operário paraguaio durante os processos políticos do período nacional revolucionário. Sob o titulo geral

de: Nacionalismo e movimento operário na origem do *Estado Nacional Revolucionário* se subdivide em cinco tópicos*:* crise do regime liberal e movimentos nacionalistas*;* Movimento operário na queda do regime liberal. Governo de Rafael Franco; Intervalo “normalizador”. O Governo de Félix Paiva*;* Apoio operário ao governo de José F. Estigarribia; e O movimento operário sob a ditadura de Higinio Morínigo.

As fontes para esta pesquisa são constituídas principalmente pelo arquivo de Francisco Gaona, sindicalista paraguaio que militou desde a década de 20 até os anos 60. Seu arquivo é composto por mais de 10 mil documentos entre jornais operários e de centrais sindicais, paraguaias, argentinas, mexicanas; cartas e manuscritos e panfletos diversos cobrindo diversos sindicatos ao longo de pelo menos 3 décadas. Complementando este arquivo, consultaram-se intensamente os três tomos da **Introdução à história social e sindical do Paraguai** do mesmo autor.

Como fontes também foram utilizadas fotos e fichas de opositores aos regimes anteriores a Stroessner que se encontram no *Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos* ou ”*Arquivo do Terror*” em Assunção, constituído por parte da documentação que a polícia política abandonou após a queda de Stroessner. São fichas policiais que identificam e registram os passos de dirigentes comunistas, sindicalistas e opositores em geral, e anotações das datas em que foram presos e saíram da prisão. Foram consultadas

também fotografias tiradas pela polícia política dos opositores ou seqüestradas nas ações de apreensão.

Na Biblioteca Nacional de Assunção foram consultados os seguintes jornais: “*El País*”, “*El Diario*”, “*Critica*”, “*La Nación*”, “*El Estudiante*” e “*La Lucha*”, publicados no ano de 1936.

Do acervo de Edgar L. Ynsfran, ex-ministro de Stroessner, foram coligidos declarações, proclamações e manifestos dos governos do Coronel Rafael Franco, Estigarribia e Paiva, assim como discursos do General Morínigo e do Doutor Felix Paiva.

Na biblioteca de Julio Rojas, dirigente comunista paraguaio, em Buenos Aires, foram localizados alguns textos manuscritos de memórias de militantes comunistas paraguaios, em preparação para posterior publicação.

Do arquivo do Itamaraty reproduzimos parte da correspondência consular e da embaixada brasileira em Assunção do período anterior e posterior ao golpe de Estado de 17 de fevereiro de 1936. Esta correspondência contém anexos que ilustram a “ação dos comunistas” no Paraguai.

Além dessas fontes, foi também consultada a literatura paraguaia composta de obras memorialísticas, ensaios sociológicos, alguns clássicos da historiografia paraguaia e livros e artigos sobre historia social e econômica mais recentes.

CAPÍTULO I - ORIGEM DO NACIONALISMO LOPIZTA

1.1. Ocupação do país e regime liberal

A guerra contra a Tríplice Aliança (1864-1870) é o evento a que se tem atribuído, com maior freqüência, a capacidade de dividir a história do Paraguai contemporâneo. Existe quase em todos os discursos vinculados à historia do país o “antes” e o “depois” da guerra. E não é casual, visto que o desenlace da guerra condicionou sua trajetória posterior de modo tão intenso que, até o presente, o país sofre as conseqüências daquele acontecimento.

A preservação da independência do Paraguai, a manutenção de sua condição de “Estado soberano”, por assim dizer, deveu-se muito mais às contradições geopolíticas dos principais aliados (Brasil e Argentina) do que à capacidade de afirmar e preservar sua soberania, posto que, cinco anos de guerra haviam liquidado completamente qualquer possibilidade de resistência. O arranjo institucional a que se chegou depois da ocupação da capital do país em 1869, ainda quando López estava vivo, revela a completa falta de autonomia dos grupos que assumiram a tarefa de reconstruir o Estado depois da guerra e definiram o status do país no cenário regional.

O que é ensinado hoje às crianças nas escolas paraguaias é que a guerra só terminou em 1º de março de 1870, com a morte de Solano López. Contudo, já em 1º de janeiro de 1869 os exércitos

aliados ocuparam Assunção[6]. A ordem pública foi assumida pelas tropas imperiais numa ocupação que se estendeu até 1876.

Imediatamente após a ocupação, começaram a se organizar os opositores de López, que voltaram com os exércitos aliados, para erguer um governo "nacional" apto para negociar com os invasores as condições do pós-guerra. As circunstâncias dessa montagem foram documentadas pelos personagens que dela participaram e esclarecem com bastante precisão o seu sentido geral. De acordo com a descrição de Freire Esteves, em 31 de março de 1869 foi aprovada uma petição assinada por 335 paraguaios. Nela, manifestavam o desejo de "organizar um governo que fosse a expressão da legitima soberania popular", nomeiam uma comissão representativa perante os governos aliados para conseguir aquele propósito e pedem "aos Excelentíssimos Governos aliados em guerra contra o governo do general López que se sirvam reconhecer a comissão no caráter que lhe damos". (Freire Esteves, 1921, 3). Nas entrevistas desta comissão com os aliados em Buenos Aires, sustentaram a tese de que enquanto persistisse a guerra – Solano López ainda estava sendo caçado – não cabia constituir um governo permanente, devendo todos se satisfazer com um governo provisório de eleição popular.

---

[6] "Em 1º de janeiro de 1869 a esquadra imperial e tropas de desembarque ocupam Assunção, e quatro dias depois o grosso do exército aliado entrava nela, ocasião em que as forças imperiais saquearam a cidade sem freio nenhum". (Freire Esteves, 1921, XIV).

O “provisiorato” foi motivo de polêmicas entre os aliados pelo alcance que se pretendia dar aos acordos de paz a ser assinado com ele. A diplomacia brasileira desejava que esse governo provisório acatasse as condições de paz e limites determinadas pelo tratado de 1º de maio de 1865[7] e liquidar logo a pendência sobre a base daquele tratado. O chanceler argentino, Mariano Varela, se opôs a este entendimento por achar que o momento da organização do Paraguai previsto no tratado secreto não chegara (López ainda era vivo e resistia), e desconfiava que o “provisiorato” fosse um fantoche brasileiro. Oficialmente, assim se manifestou num memorando datado em 8 de maio de 1869:

> Não podemos hoje exigir daquele governo, que nós mesmos nomeamos, a celebração de tratados que comprometam os direitos e interesses permanentes do país, e que só devem ser negociados por poderes constituídos pela lei fundamental ou por uma soberania popular... Quase todas as nações da terra mostraram horror à guerra do Paraguai, pela desconfiança de nossas intenções. Não devemos, por tanto, dar pretextos para que tais receios se confirmem. (Varela apud Salum-Flecha, 1978, 15).

Naquele momento foram os argentinos que resistiram a um acerto imediato fundado apenas no Tratado da Tríplice Aliança. Posteriormente, serão eles a exigir que se obrigue o Paraguai a acatar as

---

[7] “Tratado de Tríplice Aliança, celebrado no 1º de maio de 1865, entre o Império do Brasil, a República Argentina e a República Oriental do Uruguai” ou Tratado Secreto da Tríplice Aliança. Estabelecia as condições em que se faria a Guerra contra o Paraguai de Solano López, os limites reivindicados pela Argentina e o Brasil e as condições que o Paraguai deveria acatar para manter sua “soberania”.

pretensões territoriais argentinas contradizendo a doutrina de que “a vitória não cria direitos”, formulada pelo ministro Varela[8].

A natureza desse governo provisório foi escancarada numa sessão do Senado do Império em 23 de julho de 1875. Num debate com o ministro de Assuntos Estrangeiros, barão de Cotegipe, este declarou, que na situação posterior à ocupação da capital paraguaia, o país achava-se sem governo, situação que causou “como devia causar, grandes cuidados ao governo do Brasil”. E prosseguia o ministro:

> Como procedemos então? O Brasil imediatamente enviou, não um agente qualquer a Assunção, mas tirou o seu ministro dos Negócios Estrangeiros, que era o meu honrado amigo, o Sr. visconde do Rio Branco, o enviou em missão especial às repúblicas do Prata e do Paraguai.
>
> O Sr. visconde do Rio Branco, ali chegando, um dos seus primeiros esforços foi a fundação de um governo provisório, que representasse a nacionalidade paraguaia, e com que os aliados se pudessem entender.
>
> Primeiro obstáculo de nossos aliados: negou-se-nos a conveniência da fundação desse governo. Eles pugnavam, não pelo estabelecimento de um governo nacional no Paraguai, mas sim por autoridades nomeadas pelos próprios aliados e que exercessem a jurisdição debaixo de suas vistas, por outra, uma espécie de conquista da nação paraguaia.
>
> O SR. SILVEIRA LOBO: - Isso seria mais verídico e mais sincero.

---

[8] Nisso pode ter influído a mudança de orientação política no governo argentino, mas é preciso lembrar que até o ministro Varela defendeu a tese de que todo o Chaco pertencia à Argentina, conforme prescreve o art. 16 do Tratado da Tríplice Aliança. Nessa pretensão os argentinos invocaram mais tarde a cláusula de não se fazerem acordos em separado e de garantirem reciprocamente o fiel cumprimento dos convênios com o Paraguai, circunstância habilmente aproveitada pela diplomacia brasileira para ganhar maior ascendência sobre o governo paraguaio.

> O SR. POMPEU: - Do que a farsa que houve.
>
> O SR. BARÃO DE COTEGIPE: - Não pretendo convencer os ilustres senadores: exponho os fatos.
>
> O SR. SILVEIRA LOBO: - Basta dizer que ele foi em missão formar um governo em nação estranha; isto dispensa comentários.
>
> O SR. BARÃO DE COTEGIPE: - Todavia, em vista das nossas observações e dos nossos esforços, esse governo foi estabelecido. Com ele procedeu-se a um acordo provisório, que é o acordo de 2 de junho[9], pelo qual esse governo aceitava como que o papel de aliado com as nações que faziam a guerra ao Paraguai, para concluir a guerra contra López.
>
> Posteriormente procedeu-se ao acordo chamado de 20 de junho com esse governo. Travou-se grande discussão se era ou não ele apto para celebrar os ajustes definitivos de paz. Nós sustentávamos que era ele competente, tinha as habilidades precisas para os ajustes definitivos de paz. Os nossos aliados negavam essa competência. (Pomer, 1979, 162-163).

A polêmica em torno ao provisiorato escondia, no fundo, a disputa entre os aliados pelo butim e a diferença era quanto à avaliação de qual seria o melhor momento e as melhores condições para obrigar o Paraguai a acatar as amputações que se haviam planejado. Evidentemente que ambos aliados manobravam no sentido de obterem o maior benefício e, ao mesmo tempo, reduzir as vantagens do outro. No fim, chegou-se ao acordo que originou o novo governo paraguaio,

---

[9] Diz este acordo, dentre outras coisas: "Ligados estes governos por um tratado de aliança, que hoje é de domínio público [*inicialmente era para ser secreto*] no qual se definem os propósitos e finalidades da guerra à que as três potencias que a assinam foram arrastadas pelo ditador López, o Governo provisório que agora se estabeleça no Paraguai, *sem deixar de ter plena liberdade* no exercício de sua soberania, no tocante à guerra, levando em conta as prescrições do referido tratado, *se obrigará a proceder de inteiro acordo com os aliados* até a conclusão da mesma guerra". (Freire Esteves, 1921, 5) [destaques nossos]

conforme foi documentado num segundo protocolo datado em 2 de junho de 1869:

> O objeto da presente conferência é acertar-se definitivamente a respeito dos termos do reconhecimento do governo provisório, que os cidadãos paraguaios amigos da aliança, pretendem estabelecer, segundo o manifesto assinado por um grande número dos mesmos e remetidos aos plenipotenciários por nota de 29 de abril último, pela comissão encarregada de gestionar a realização dessa nobre e legítima aspiração do povo paraguaio.
>
> ..... Que os governos aliados acordaram entre si facilitar, quanto esteja de sua parte, o estabelecimento do Governo paraguaio provisório, reconhecer e tratá-lo como amigo, sob as seguintes condições:
>
> 1º) O governo provisório que se estabeleça no Paraguai deve ser livremente nomeado pelos cidadãos paraguaios, que se encontrem no território libertado do domínio do Marechal López;
>
> 2º) Este governo deve constituir-se em forma e com pessoas que dêem garantias de estabilidade, paz e perfeita inteligência com os governos aliados. O bom senso dos mencionados cidadãos paraguaios, suas públicas manifestações de reconhecimento para com os aliados e o próprio interesse nacional que agora os reúne, asseguram que esta condição será satisfeita pela livre eleição a que aspiram e para a qual contam e poderão contar com a mais generosa simpatia da parte dos governos aliados;
>
> .....
>
> 5º A ação dos governos aliados ficará inteiramente livre e independente do governo provisório, no que diz respeito ao exercício de sua jurisdição militar e às operações contra o inimigo comum. Estes poderão ocupar os pontos que julgarem necessários, e se aproveitarão de todos os recursos do país sobre a propriedade particular dos neutrais ou amigos cujo uso dará direito a indenização.

> 6º) A jurisdição civil e criminal do governo provisório não se estenderá aos quartéis, acampamentos e indivíduos pertencentes aos exércitos aliados. Em caso de algum delito entre um militar ou empregado de tais exércitos e pessoas que lhe sejam estranhas, preferir-se-á a jurisdição militar, a não ser que a autoridade militar competente entregasse o delinqüente à justiça da autoridade paraguaia. (Freire Esteves, 1921, 5).

Concediam os aliados autorização para Constituição do primeiro governo paraguaio depois da guerra, em condições que consagravam a completa ausência de soberania.

A forma desse governo também foi determinada pelos aliados durante a conferência que autorizou a Constituição do "provisiorato". No primeiro protocolo de 2 de junho pode-se ler:

> ... quanto à última base contida no projeto brasileiro, à qual o presente protocolo se refere, foi também aceita por todos os plenipotenciários, concordando que os mesmos expressassem como um voto e conselho amistoso dos aliados, em sua resposta oficial à comissão paraguaia.
>
> A base mais acima mencionada é a seguinte:
>
> No desejo de avivar o espírito de união entre os paraguaios e de assegurar o mais decidido apoio nacional ao novo governo, convém que este se componha de três membros sob a denominação de junta governativa ou outra parecida. Mesmo que um deles leve o título de presidente, e exerça como tal funções especiais, a autoridade suprema residirá no corpo coletivo, distribuindo-se as diferentes atribuições administrativas da junta, de maneira racional entre cada um de seus membros. (Freire Esteves, 1921, 5).

Faltava apenas dizer quem deveriam ser os triúnviros. E foi isso que ocorreu na seqüência. Em 5 de agosto o comitê eleitor encaminha uma nota ao ministro Paranhos e ao Dr. Roque Perez, ministro argentino, comunicando a lista dos escolhidos para compor o triunvirato. Eram indicados os senhores Carlos Loizaga, Juan Francisco Decoud e José Diaz de Bedoya. “Acordaram igualmente os comissionados subscritos, que em caso de não ser aceito pelos ministros plenipotenciários a terna proposta, reconsiderar noutras sessões esta nomeação” (Freire Esteves, 1921, 7). Resolveram também incluir o senhor Cirilo Antonio Rivarola como alternativa ao senhor Juan Francisco Decoud. Os aliados escolheram Loizaga, Diaz de Bedoya e Rivarola. A eliminação da candidatura do Coronel Juan Francisco Decoud, aparentemente se devia à suspicácia do governo imperial contra o filho de Decoud, que de um jornal de Corrientes (Argentina) havia denunciado o saque de Assunção por tropas brasileiras em janeiro desse ano. Rivarola, ao contrário, contava com a simpatia dos aliados, pois, embora não fosse um legionário, pertencia a uma tradicional família opositora aos López, no fim da guerra havia sido prisioneiro dos exércitos aliados e voltou do exílio recomendado pelo Conde d’Eu ao ministro Paranhos.

O triunvirato tomou posse de suas funções em 15 de agosto de 1869 e dedicou-se a reorganizar o que sobrou do país depois da guerra, mas, fazendo imediata profissão de fé pró-aliados, assinou já em 17 de agosto um primeiro decreto que estabelecia:

> “O primeiro de todos os deveres indeclináveis de todo bom paraguaio, nestes momentos supremos da pátria, é contribuir com quanto esteja ao seu alcance para a completa vitória da República e dos governos aliados, credores de nosso cordial reconhecimento.” ..... “e aqueles que continuem servindo à ominosa tirania de Francisco Solano López, serão considerados e punidos com todo o rigor da lei, como traidores à nação e inimigos da humanidade. “ Um segundo decreto da mesma data consignava em seu artigo primeiro: “O desnaturado paraguaio Francisco Solano López, fica fora da lei e, para sempre, expulso do solo paraguaio, como assassino de sua pátria e inimigo do gênero humano...” (Salum-Flecha, 1978, 19).

Nesse ínterim reconstituiu-se aceleradamente uma oligarquia política, alimentando-se de elementos do antigo regime lopizta e de opositores a ele, legionários ou não que retornavam ao país. Os legionários eram paraguaios que no início da guerra haviam-se alistado nos exércitos aliados para combater Solano López. Eram em sua maioria exilados do regime que estavam na Argentina[10] e a sua participação na guerra foi prevista no Tratado da Tríplice Aliança, que, no seu artigo 7º estabelece que:

---

[10] “A administração dos López, e particularmente a do Marechal López, provocou, por razões puramente de política interna, uma resistência pessoal, nalguns cidadãos e núcleos de famílias respeitáveis da República. Como o regime institucional vigente não permitia a organização de nenhuma opinião pública, de oposição ou crítica ao Supremo Governo, a maioria desses cidadãos e membros de famílias mencionados teve que migrar do país. Independentemente disto, alguns estudantes residentes na Argentina foram influenciados pelas idéias liberais já predominantes naquele país, a pesar das demagogias internas.”

“Aquela corrente migratória acabou gerando, de fato, um partido revolucionário no Rio de la Plata contra o regime dos López, que, embora não chegasse a se constituir oficialmente antes da guerra, estava virtualmente formado para procurar uma mudança do governo no Paraguai quando se apresentassem as circunstâncias. O que acabou ocorrendo em 1865 com o inicio da guerra.” “.....Iniciada a intervenção armada de Solano López em apoio ao Uruguai, como primeira fase da guerra contra o Brasil, os imigrantes paraguaios se reúnem e se constituem em força revolucionária contra o governo do Marechal”. (Freire Esteves, 1921, 1)

> Não sendo a guerra contra o povo do Paraguai e sim contra o seu governo, os aliados poderão admitir em uma legião paraguaia os cidadãos dessa nacionalidade que queiram concorrer para derrubar o dito governo e lhes darão os elementos necessários, na forma e com as condições que ajustarem. (Chiavenato, 1979, 169).

O Tratado foi assinado oficialmente em 1º de maio de 1865, mas já antes, em 22 de abril, o governo argentino, numa nota assinada pelo próprio Mitre, aceitava o concurso dos legionários paraguaios que se haviam oferecido para apoiar os aliados[11]. O primeiro chefe da legião paraguaia foi o Coronel D. Fernando Iturburu, e o segundo o tenente coronel D. Juan Francisco Decoud.

A oligarquia que estava se formando não era composta apenas de ex-legionários. Havia também vários ex-militares e diplomatas do regime lopizta: Caballero, Escobar, Gill, Bareiro e outros que foram retornando ao país. Logo de início, esta coletividade que chegou ao país devastado, com a pretensão de se dedicar aos negócios políticos se dividiu em dois setores. Os novos grupos, entretanto, não eram simples reproduções de antigos alinhamentos. Como conseqüência das primeiras rusgas havidas durante o processo que antecedeu à autorização aliada

---

[11] "Sendo a guerra contra o governo e não contra o povo do Paraguai, e simpatizando o governo e o povo argentino com os votos dos cidadãos paraguaios que desejam ver imperar em sua pátria as instituições e os princípios livres que regem as demais repúblicas americanas, o Governo aceita os serviços oferecidos pela Associação Paraguaia em nome de seus compatriotas, autorizando a formação de uma **Legião** que leve as cores da bandeira desse povo irmão, encomendando a ele a reunião dos que voluntariamente queiram fazer parte dela, para que escolham por si mesmos, e na forma que acharem conveniente, os chefes e oficiais que devem dirigí-la, a efeito de lhes ministrar todos os elementos de que precisem. Publique-se, etc. Mitre, Gelly e outros" (Freire Esteves, 1921, 1). [destaque nosso].

para instalação do provisiorato, alinharam-se de um lado Cándido Bareiro, ex-ministro de López, o Coronel Iturburu[12], ex-chefe legionário, junto com outros cidadãos de procedência diversa. Em oposição a este grupo, constitui-se outro com um perfil ideológico mais liberal tendo em seu centro o Coronel Juan Francisco Decoud, ativo dirigente que praticou muitas conspirações contra López.

A presença de Bareiro [13] num dos grupos, permitiu aos seus oponentes caracterizá-los como lopiztas, conservadores e restauracionistas, enquanto o grupo "liberal" postulava uma completa mudança na orientação até então predominante no país. Contudo, ambos grupos foram forçados a entrar num acordo para proceder aos trâmites necessários à Constituição do governo provisório. Essas organizações deram origem, ainda em 1869, a dois clubes políticos: o Clube do Povo e o Grande Clube do Povo. O primeiro pertencente ao bareirismo e o segundo aos liberais, com D. Segundo Decoud, Benigno Ferreira, Serapio Machain, Carlos Loizaga e outros em suas fileiras.

Uma das tarefas mais importantes do triunvirato foi encaminhar a elaboração de uma nova Constituição, acorde com as

---

[12] O Coronel Iturburu havia, no inicio de 1869, tentado estabelecer um governo encabeçado pelos argentinos, chegando a indicar para isso o nome do chefe do exercito argentino D. Juan Andrés Gelly y Obes. Tendo fracassado nessa tentativa, lançou seu próprio nome para dirigir o novo governo, mas não teve o eco necessário no seio da nascente oligarquia pró-aliados que estava cuidando do novo arranjo institucional. (Freire-Esteves, 1921, 2).

[13] "Ex-ministro de Solano López na Europa, dotado de qualidades que o predispunham à simpatia popular, de ilustração suficiente, amadurecido com a experiência da vida européia, inteligente e ávido por chegar às mais altas posições, desenvolve desde sua chegada, um plano de intensa atuação que executa dia após dia". (Freire Esteves, 1921, 3).

expectativas “liberalizantes” impostas pelos aliados vencedores. Liberalizantes no sentido da adoção de uma orientação liberal na condução do Estado e, principalmente, no de liberar o país para os negócios dos aliados, conforme se depreende de uma das cláusulas do Tratado da Tríplice Aliança que estabelecia:

> Art. 11º Derrubado o atual governo da República do Paraguai, os aliados farão os ajustes necessários com a autoridade que ali se constituir para assegurar a livre navegação dos rios Paraná e Paraguai, de sorte que os regulamentos ou leis daquela República não possam estorvar, entorpecer ou onerar o trânsito e a navegação direta dos navios mercantes e de guerra dos Estados aliados, dirigindo-se para seus territórios respectivos ou para território que não pertençam ao Paraguai; e tomarão as garantias convenientes para efetividade daqueles ajustes sob a base de que os regulamentos de polícia fluvial, quer para aqueles dois rios, quer para o rio Uruguai, serão feitos de comum acordo entre os aliados e os demais ribeirinhos, que dentro do prazo que ajustarem os ditos aliados aderirem ao convite que lhes será dirigido. (Chiavenato, 1979, 169).

Por outro lado, a montagem de um governo definitivo exigia uma Constituição que desse a legalidade necessária para sustentar os acertos de paz e fronteiras pendentes. Os governo provisório havia-se comprometido com os aliados a encaminhar logo a solução dessa pendência, conforme se verifica no acordo provisório de paz celebrado entre os aliados e o triunvirato em 20 de junho de 1870, no qual se indicam, com toda brutalidade, as exigências dos vencedores, que prescrevem:

> Art. 6º Os tratados a que se refere o de 1º de maio de 1865[14], serão celebrados tão logo como se escolha o governo permanente da República do Paraguai, e o Governo Provisório **promete** que essa eleição acontecerá a mais tardar no prazo de três messes contados desde a data do presente acordo....
>
> Art. 7º No caso de demorar-se a eleição do Governo Permanente da República do Paraguai por mais de três meses, os Governos Aliados se entenderão entre si sobre a resolução que devam tomar para concluir os ajustes definitivos de paz.... (Freire Esteves, 1921, 12). [destaque nosso]

Havia que cumprir as promessas feitas a tão poderosos amigos. As eleições para convencionais ocorreram no dia 3 de julho sendo eleita uma grande maioria de convencionais pertencentes ao círculo liberal, do Grande Clube do Povo. A Constituinte começou seus trabalhos no dia 15 de agosto de 1870 e concluiu em 10 de dezembro desse ano. No meio desse período ocorreu o primeiro golpe de Estado da história republicana do Paraguai. Na verdade o primeiro e o segundo, visto que no dia 31 de agosto o grupo decoudista (liberal) depôs o triúnviro Rivarola e nomeou o convencional Dr. Facundo Machain com apoio da minoria bareirista, durante uma sessão da Assembléia Constituinte. À noite, porém, os bareiristas, receando que este desenlace reforçasse os liberais, aliaram-se a Rivarola e com apoio dos representantes argentinos e brasileiros, deram um contragolpe no dia seguinte, repondo no poder a Rivarola, afastando dos cargos executivos

[14] Trata-se do art. 16º do Tratado da Tríplice Aliança que estabelece as amputações territoriais do Paraguai previamente combinadas entre os aliados, a que deviam submetê-lo depois da guerra.

os liberais e ganhando espaços no governo e na Assembléia Constituinte, passando a ter maioria nesse Congresso.

Contudo, estas disputas não tiveram maior influência na Constituição que foi sancionada em 25 de novembro de 1870, já que, apesar da maioria ter virado minoria e vice-versa, somente o grupo vinculado a Decoud tinha de fato condições de montar uma Constituição. Esses vinham já fazendo propaganda da nova Constituição e divulgando, até mesmo o que seria o seu conteúdo, desde 1869, utilizando para isso, as páginas do primeiro jornal criado após a guerra: *A Regeneração*. Esta Constituição era quase uma cópia da Constituição argentina, na sua letra e no seu espírito e teria vigência até 1940, ano em que o general Estigarribia decretou uma nova Constituição.

No mesmo dia em que foi aprovada a nova Constituição foi eleito também o primeiro governo constitucional, sendo eleito presidente Cirilo Antonio Rivarola. Na escolha deste, pesou certamente a simpatia dos aliados que o consideravam mais confiável do que Candido Bareiro, o outro dirigente que tinha condições de disputar o poder.

A nova Constituição expressou o sentimento predominante no seio da oligarquia política que se estruturou sob os auspícios dos exércitos de ocupação. Instituiu um conjunto de normas em aberta oposição ao regime lopizta estabelecendo abruptamente um ordenamento jurídico capitalista moderno, porém artificial, uma vez que

não correspondia às efetivas relações sociais. Aboliu o confisco de bens; declarou inviolável a propriedade privada; estabeleceu que apenas os juízes podiam ditar sentenças que alterassem a propriedade; conferiu ao Congresso a faculdade exclusiva de impor contribuições e proibiu qualquer autoridade ou pessoa de fazer requisições ou exigir auxílios, principalmente os corpos armados. Essas medidas tentavam coibir o arbítrio e a prepotência dos governantes que caracterizava as relações do Estado lopizta com a sociedade, e fundar um Estado de direito. Com esta finalidade também foi estabelecido o sufrágio universal. Os paraguaios, desde os 18 anos, ganharam o direito de expressar sua vontade política pelo voto, escolhendo seus representantes. Podiam, agora, ser eleitos e eleitores sem a restrição da propriedade, diferentemente do que estabelecia a Constituição de 1844[15] que restringia o direito de ser eleito apenas aos "cidadãos proprietários das melhores capacidades e patriotismo" (Papalardo Zaldivar, 1997, 68). Mais restrito ainda havia-se tornado o círculo de eleitores e o de congressistas após a reforma de 1856, visto que, além de cortar o número de deputados pela metade, limitou a faculdade de escolher deputados apenas aos "cidadãos revestidos de condições da propriedade, probidade, bons antecedentes,

[15] O Congresso Geral de 1844 aprovou, em 13 de março, a proposta de Dom Carlos Antonio López de se adotar uma Constituição que recebeu o título de "*Lei que estabelece a administração política da República do Paraguai, e demais que nelas se contém.* (Papalardo Zaldivar, 1997, 67).

conhecido patriotismo, gozo de todos os direitos e de uma capacidade regular” (Papalardo Zaldivar, 1997, 79).

Depois de sancionada a nova Constituição em 1870, foram adotados diversos códigos argentinos que passaram a ter vigência no país. Efraim Cardozo relacionou os seguintes:

> Promulgada a Constituição de 1870, ao ano seguinte o Congresso sancionou a vigência dos códigos argentinos em matéria cível, penal e processual, mas o poder executivo vetou a lei. Entretanto, posteriores leis foram dando vigência a tais códigos. Assim, em 1876 adotou-se a “livro fechado” o Código Civil elaborado por Vélez Sarsfield, em 1876 o Código Rural, em 1880 o Código Penal, em 1883 o Código de Procedimentos Cíveis, o Código de Procedimentos Penais em 1890 e em 1891 o Código de Comércio. Nalguns casos acrescentaram-se modificações ao texto original dos códigos e noutros, adotou-se até modificações introduzidas pelo parlamento argentino, como as referentes ao Registro Civil em 1880 e ao matrimonio civil em 1898. Foi somente em 1910 que o Paraguai teve seu primeiro código próprio. (Cardozo, 1985, 293).

Este conjunto de alterações constituiu o arcabouço legal do novo Estado paraguaio, que, dessa maneira, colocava-se na mesma perspectiva da maioria dos paises latino-americanos. Arcabouço baseado nos princípios liberais que o Estado lopizta havia receado incorporar durante sua vigência. O receio de incorporar esses princípios, contudo, não pôde obscurecer as tentativas, por parte dos governos de Dom Carlos Antonio López e de Solano López, de implantar gradativamente mudanças nas relações de produção. É a isto que alude Schvartzman

(1989) ao referir a venda de parte da propriedade estatal a particulares pelos López, interpretando este processo como o estimulo à criação de relações capitalistas, uma vez que, dessa forma estaria gerando uma classe de proprietários. Paralelamente, a desapropriação abrupta das comunidades dos 21 povos de índios e mestiços em 1848[16] teria produzido o material humano para compor a classe dos assalariados, por quanto consagrava a espoliação definitiva de comunidades inteiras de índios.

Apesar do Estado lopizta não ter deixado de ser o maior proprietário do país, não é menos verdadeiro que foi sob sua vigência que começou a venda ou passagem de grandes extensões de terras a particulares, o que, com o tempo, poderia vir a constituir uma classe de latifundiários. Ao mesmo tempo, a orientação de sua política econômica foi francamente favorável ao estabelecimento de indústrias, tendo "importado" para isso técnicos, engenheiros, arquitetos, etc. europeus e norte-americanos, que organizaram a incipiente industrialização paraguaia. No centro da tese de Schvartzman está o vínculo entre a propriedade da terra (majoritariamente estatal) e a inexistência de uma "classe dominante" no sentido da teoria classista:

---

[16] Decreto de 7 de outubro de 1848. " Por este decreto se completa a posse pelo Estado de todas as fontes principais de riqueza do país, se prepara para uma ampla política mercantil e se marca uma data que fecha uma época e dá começo a uma nova na história da luta pela terra no Paraguai entre os conquistadores europeus e seus sucessores de um lado e os guaranis e seus descendentes por outro. (Pastore, 1972, 127).

> ... o Paraguai apresentava um desenvolvimento cuja peculiaridade consistia em não dispor de uma classe fundamental em formação, que pudesse controlar a distribuição da terra. O governo de López, na ausência dessa classe, assume esse controle. *Por isso centraliza a propriedade, mas não para perpetuá-la, senão para transferi-la, gradativamente a proprietários privados que se transformarão na classe dos latifundiários*. Em conseqüência tudo mudou desde 1842.
> *A transferência gradativa a proprietários privados vai se desenvolvendo de uma forma progressiva e incontida em todo o período dominado pelos López*. (Schvartzman, 1989, 78).

Desse ponto de vista, os governos lopiztas teriam na verdade como programa a implantação de relações capitalistas, sendo, porém, obrigados a manter uma forte centralização devido às condições externas e à ausência de uma "sociedade civil" que hegemonizasse a direção e o controle por vias que não fossem apenas as coercitivas.

O que se pode questionar na tese de Schvartzman é que, preocupado em estabelecer as continuidades, ele perde de vista a ruptura entre o regime lopizta e o que emerge depois da guerra. Mesmo admitindo uma orientação protoliberal retrospectiva no Estado lopizta, não há como escamotear a grande diferença que significa a condição de soberania que caracterizava o Paraguai de ante-guerra, apesar de todo seu atraso, assim como a completa perda de autonomia no arranjo posterior a 1870.

Mas, além desse aspecto, o próprio Schvartzman parece preso aos esquemas de que tenta se livrar, visto que o processo de

liberalização econômica que ele atribui aos López passaria pela estruturação de uma classe de latifundiários ou burguesia agrária, semelhante a que estava se estruturando, na época, nas outras repúblicas latino-americanas. A consolidação dessa classe latifundiária é que fundamentará os chamados estados oligárquicos, vigentes até 1930, e cuja estabilidade decorria da força que sua associação subordinada ao capital financeiro lhe emprestava. De acordo com esse modelo, os países latino-americanos exportavam matérias-primas ou produtos escassamente elaborados e importavam todo o resto.

Curiosamente os López tiveram especial preocupação na montagem de condições técnicas para uma industrialização autônoma, o que sugere alternativas diversas à constituição de uma burguesia agrária.

1.2. Violência política e alienação das terras públicas

Todos os augúrios de uma moderna Constituição não conseguiram efetivar a mágica de colocar o Paraguai na rota da modernidade. Antes pelo contrário, o país começou a trilhar os mesmos caminhos que as outras repúblicas latino-americanas estavam percorrendo desde as guerras de Independência, com a seqüela de instabilidade e violência política que acompanhou o desprendimento da dominação espanhola e Constituição dos seus Estados nacionais.

Ao desaparecer o controle unipessoal do Estado, instalou-se uma luta entre os membros da oligarquia política, constituída por caudilhos que sobreviveram à guerra ou só conseguiram voltar depois que López foi derrotado. Efraim Cardozo nos dá uma caracterização destes personagens:

> Surgiu então o caudilho que não se fiava tanto das idéias para alcançar e conservar posições políticas e o poder, mas do seu carisma, intuição, dos mecanismos de poder oficiais, no círculo de suas amizades e no prestígio pessoal dentro dos quartéis. Em geral eram grandes senhores e não correspondiam ao modelo do caudilho rio-platense. Quase todos os presidentes designados na primeira década conforme a nova Constituição se enquadravam nessas características: Cirilo Antonio Rivarola, Candido Bareiro e Juan Bautista Gill foram os primeiros. Surgiram depois os três generais: Bernardino Caballero, Patrício Escobar e Juan Bautista Egusquiza (Cardozo, 1985, 296).

O processo político, ao invés de ser enquadrado pelas normas constitucionais recém-inauguradas, adotou a forma de violentos confrontos entre caudilhos e grupos de caudilhos pelo controle do Estado. Nos primeiros vinte anos após a ocupação ocorreram aproximadamente dez golpes de Estado e quarteladas, oito governos se sucederam entre 1869 e 1885. Uma crônica parcial das primeiras mudanças no comando do executivo é sucintamente relatada por Rivarola nos seguintes termos:

> O primeiro presidente Cirilo Antonio Rivarola, forçou com apoio dos aliados a renúncia do eleito pelos constituintes [Facundo Machaín], ocupando seu posto. Depois de dissolver o Congresso, vê-se obrigado a entregar o poder ao seu vice-presidente,

> Salvador Jovellanos, que completa seu mandato formalmente, sob o controle efetivo de Juan B. Gill. Este consegue iniciar legalmente o segundo mandato, mas é assassinado três anos mais tarde concluindo seu mandato Higinio Uriarte, seu vice-presidente. Candido Bareiro, candidato único, assume a presidência em 1878, e morre dois anos mais tarde, ocasião em que seu ministro do interior [o general Bernardino Caballero] toma o poder mediante um golpe de Estado e consegue ser reeleito – sem candidatos de oposição – em 1882. (Rivarola, 1993b, 34).

A violência contra a oposição era freqüente. Da própria Assembléia Constituinte foram expulsos convencionais opositores, os jornais a *Regeneração* e a *Opinião Pública* foram fechados na mesma época e, à primeira tentativa do Congresso de censurar o presidente Rivarola, este responde dissolvendo-o, violentando a Constituição recentemente sancionada. Em face da ineficácia das instituições parlamentares, consagrou-se o recurso às quarteladas e revoluções como método para resolver diferenças políticas. Cada caudilho arregimentava uma centena de homens armados para enfrentá-los aos de outros caudilhos, contando não poucas vezes com o apoio dos exércitos aliados de ocupação, enquanto esta durou.

> As diferenças políticas se resolviam freqüentemente com o assassinato de personagens governamentais ou opositores: Gill é assassinado em 1877, esse mesmo ano J. D. Molas, Facundo Machaín e outros são mortos no cárcere de Assunção; em fins de 1878 Cirilo Antonio Rivarola é assassinado; e em cada uma das eleições, eleitores e candidatos foram objeto de violências, principalmente no interior, mais

> do que na capital, onde tampouco isto era incomum. (Rivarola, 1993b, 35-36).

Este tipo de práticas se intensificou nos últimos anos da década de 70, o que explica a relativa tranqüilidade com que Caballero irá governar, uma vez que, até lá, a oposição havia sido previamente neutralizada, seus caudilhos mortos ou desterrados. Iniciou-se então uma outra etapa na organização social e política do país, possível graças à re-centralização que se opera sob o governo de Caballero.

Em 1870, o Estado paraguaio era proprietário da maior parte das terras do país. O território do Chaco – a região que fica à margem direita do Rio Paraguai – lhe pertencia integralmente. E das 16.950 léguas quadradas em que era estimada a superfície do país, somente 261 léguas eram de domínio de particulares. Havia 840 léguas de ervais, 7.200 de campos de pastagens e 8.550 léguas de bosques. Além disso, o Estado era proprietário de72 km de ferrovias e a exploração de 148 prédios na capital e de 352 nas cidades do interior. (Pastore, 1972, 168).

Este rico patrimônio sempre foi alvo da cobiça dos que tencionavam participar da distribuição da riqueza pública, a ponto de ter-se tornado praticamente um programa dos dirigentes. O ministro da Fazenda do governo provisório, Juan Bautista Gill, afirmava numa proposta enviada ao Congresso:

> ... a âncora de salvação para o governo, para o país e para o mundo com ele relacionado, é a desamortização dos bens do fisco", cujo valor estimava na soma de setenta e seis milhões de pesos; e acrescentava que "deve vender-se tudo quanto pertença ao fisco, destinando 25% do produto à amortização das dívidas do Estado; 25% a fomentar a imigração e impulsionar a formação de colônias agrícolas e os 50% restantes destina-lo a proteger a industria interior, a instrução pública...(Pastore, 1972, 179).

Apesar do ministro não ter conseguido naquele momento seu propósito, não se pode evitar que desde 1870 se alienassem os bens do Estado para pagar dívidas e lastrear emissões de moeda. Em 4 de março de 1870, foi autorizada a venda da ferrovia de Assunção até Paraguari para amortizar outras emissões e pagar trezentos mil pesos devidos a funcionários públicos. Com a economia completamente destruída o Estado só tinha a reserva destas propriedades como única fonte para financiar-se. Durante toda a década de 70, foram leiloadas parcelas importantes de terras fiscais, pastagens e ervais. Manteve-se, no entanto, a preocupação de não expulsar das terras os antigos ocupantes e até de lhes propiciar condições mínimas para criar pequenos rebanhos e explorar os bosques comunais. Mesmo facilitando-se a passagem da propriedade às mãos de particulares, inicialmente essas mudanças não resultaram numa alteração tão radical nas relações até então vigentes. É preciso lembrar que no Paraguai vinha-se travando uma batalha pela propriedade da terra desde a ocupação espanhola no século XVI. O sentido geral desse conflito era dado pela apropriação das terras, rios,

bosques e pastagens dos primitivos ocupantes – os índios – pelos encomendeiros[17] espanhóis e seus descendentes, durante o período colonial, e pelo Estado nacional depois da independência. A Coroa espanhola havia reconhecido o direito dos índios desta região às suas terras e sancionado um conjunto de leis de proteção a esses direitos[18]. Contudo, a política protecionista inspirada principalmente pelas denúncias do Frei Bartolomé de las Casas, não foi eficiente para coibir os abusos e a exploração da força de trabalho indígena, que só não foi mais intensa e destrutiva devido ao relativo isolamento da então província do Paraguai e à lentidão na Constituição de uma classe de proprietários privados.

Esta, aliás, foi uma característica da formação social paraguaia: a ausência de uma poderosa classe de proprietários que encabeçasse o processo de acumulação e impusesse a sua hegemonia por métodos que não fossem apenas os da força. Na ausência dela, a função de organizar a sociedade ficou sempre por conta do Estado.

---

[17] Encomendeiros, de *encomienda*. Durante o período colonial na América Espanhola, a *Encomienda* consistia numa concessão real que inaugurou o sistema de tributo em trabalho. De acordo com Pastore, as "*encomiendas* eram formadas com índios submetidos aos espanhóis, teoricamente por vontade dos mesmos índios, e o direito de *encomienda* consistia na autorização concedida pelos reis aos seus súditos peninsulares e aos herdeiros destes para cobrar o tributo dos índios encomendados. A lei autorizou no início o pagamento do tributo com serviço pessoal dos índios durante dois meses por cada ano; mas, posteriormente, mediante Cédula Real de 24 de novembro de 1601, o serviço pessoal foi substituído pelo pagamento em espécie ou moeda. O encomendeiro, por seu turno, arcava com a obrigação de ensinar aos índios os princípios da religião cristã e de ampará-los e defendê-los, em suas pessoas e seus bens, dos males provocados pela natureza e pelos homens". (Pastore, 1972, 12).

[18] Podendo destacar-se neste ponto as Ordenanzas de Domingo Martinez de Irala de 1556; as Ordenanzas de Juan Ramirez de Velazco de 1597; as Ordenanzas de Fernado Arias de Saavedra (Hernandarias), primeiro governador *criollo,* de 1598 e 1603; e as do Visitador da Coroa Francisco de Alfaro de 1611, a mais progressiva de todas.

Alguns autores como Schvartzman, por exemplo, atribuem a esta circunstância “a duração e persistência do autoritarismo político”. Talvez tenha sido por isso que a mais radical expropriação das terras indígenas tenha sido realizada pelo governo de Dom Carlos Antonio López, dentro do seu projeto de modernização gradativa, de criação de condições para o desenvolvimento capitalista. Ou seja, haveria na conduta dos López a vontade de estruturar uma classe dominante que viesse conduzir posteriormente a modernização do país.

O decreto datado de 7 de outubro de 1848, pelo qual as terras dos 21 povos indígenas passavam à propriedade do Estado, concluiu a espoliação dos aborígines. Nessas terras residiam índios e mestiços que a partir desse momento tornaram-se reserva de força de trabalho num processo incipiente de Constituição de um mercado de trabalho assalariado patrocinado pelo Estado.

A alienação das terras que o governo lopizta iniciara – e que poderia levar à constituição de uma classe de latifundiários –, não se concretizou devido à guerra. Por isso, os antigos habitantes daquelas terras continuaram ocupando-a como o fizeram seus ancestrais e trabalhando nelas como antanho. Quando o governo constitucional começou a se desfazer deste imenso patrimônio, teve que responder ao problema da ocupação secular dessas terras. Nessa medida, as vendas aprovadas contemplavam sempre um prazo para que os antigos

ocupantes reclamassem a propriedade. Evidentemente que isto era mais formal do que efetivo, mas não deixava de ser um reflexo da situação conflitiva criada pela privatização. De acordo com Pastore, a adoção do Código Civil argentino em 1877 foi interpretada como um passo positivo no sentido de permitir a legalização da posse da terra pelos ocupantes mediante a adoção do mecanismo da “prescrição”.

> Estabelece o Código Civil que o possuidor de boa fé e justo título de um imóvel adquire a propriedade do mesmo pela posse continuada de dez e vinte anos quando o proprietário verdadeiro se encontra presente e ausente, respectivamente e pela posse também continuada de trinta anos quando existir no possuidor o “animo de ter a coisa para si, sem necessidade de título e boa fé da parte do possuidor e sem distinção de presentes e ausentes” (Pastore, 1972, 185).

Esses dispositivos do código argentino atendiam as antigas reivindicações levantadas pela população desde a anulação das leis de Índias em 1842, pelo presidente López, recurso mediante o qual Dom Carlos revogava direitos até então consagrados na legislação herdada da época colonial. A legislação colonial fora preservada no período independente, continuando a ser aplicada até mesmo sob a ditadura do Dr. Francia. “A prescrição pela posse de dez, vinte e trinta anos garantia a uma grande massa da população o reconhecimento de seus direitos sobre as terras herdadas de remotos antepassados” (Pastore, 1972, 186).

Na prática, poucos se beneficiaram desse dispositivo. Para isso contribuiu o baixo nível cultural do povo, o excesso de terras, a escassa população e a tradicional tendência da classe governante a desconhecer os direitos do povo. Pastore sustenta que a legislação daquele primeiro momento (de 1870 a 1882) tendeu a colocar ao alcance da população do país as fontes de produção econômica. Tentou-se constituir populações urbanas com os nativos e rurais com migrantes, fomentar a pecuária e o reconhecimento dos direitos dos moradores sobre as terras que ocupavam. Os legisladores, entretanto, não tiveram sucesso, já que os abusos contra os trabalhadores e moradores mais pobres tornaram-se a regra e de nada adiantaram as restrições legais.

> Em finais de 1883 existia já no campo agricultores e pequenos criadores de gado que haviam perdido suas terras e estavam localizados dentro de propriedades particulares. Até então e desde 1870, esses agricultores e criadores de pequenos rebanhos não pagavam arrendamentos, que começavam agora a lhes ser exigido pelos novos proprietários de varias maneiras, iniciando-se assim, a renda predial rural privada. Em 1883 começa o cercamento das terras privadas. (Pastore, 1972, 209).

A partir de 1883 inicia-se uma nova etapa no processo de privatização das terras no Paraguai. A lei de 2 de outubro desse ano autorizou o poder executivo a vender terras públicas no valor de cento e cinqüenta mil pesos fortes. Estabelecia a preferência de vender aos ocupantes, mas reduzia a seis meses o prazo para que estes efetivassem

o negócio. Classificava as terras em três categorias com preços exorbitantes, de modo a impedir qualquer possibilidade de aquisição por parte dos antigos habitantes. Fixou também novos preços de arrendamentos e o pagamento à vista dos mesmos, com o que ficava inviável aos pequenos agricultores e chacareiros continuarem arrendando como até então vinham fazendo. Esta lei foi sancionada num momento de valorização especulativa dos imóveis no país e em que empresas estrangeiras adquiriam grandes extensões de terras de pastagem para a pecuária e bosques para exploração florestal e exportação de madeiras.

> A lei promovia além disso, a formação de grandes latifúndios, ao mesmo tempo em que dificultava a existência de pequenos e medios produtores de gado, ao proibir a venda de frações de campos de pastagens menores de uma légua quadrada. (Pastore, 1972, 216).

A aquisição de grandes extensões foi realizada por intermediários de capitalistas estrangeiros para quem os preços praticados no Paraguai eram irrisórios e não foi feito com o intuito de torná-las produtivas, mas para especular. Junto com estes, os caudilhos que estavam no poder e seus amigos também aproveitaram para se apropriarem de extensos campos. Havia também outro motivo por trás da venda dessas propriedades: a pressão dos detentores de bônus paraguaios emitidos quando da realização dos primeiros empréstimos feitos pela república em 1871. Esses detentores transformaram papéis

completamente depreciados no mercado em extensas áreas para especulação ou exploração.

Em pouco tempo os efeitos dessas vendas se fizeram sentir entre os camponeses. Da noite para o dia, milhares de arrendatários e simples moradores ficaram sem o seu pedaço de terra e sem a possibilidade de adquiri-los. A revolta provocada no campo pelos efeitos da lei obrigou o governo a decretar uma outra lei em janeiro de 1885, prorrogando o prazo para legalizar os terrenos ocupados. Este decreto, que conseguiu aplacar a revolta do povo, preparou o terreno para a decretação de uma lei mais dura em 16 de julho de 1885, pela qual ficava autorizado o poder executivo a alienar *todas* as terras públicas.

A privatização de terras gerou as grandes empresas agro-extrativas e pecuaristas que caracterizarão, daí em diante, a modalidade do capitalismo no Paraguai e influenciarão decisivamente os rumos da política nacional. As principais delas foram: *A Industrial Paraguaia* (erva mate e obrage) que chegou a adquirir 2.647.727 hectares; a *Companhia Domingo Barthe* (erva mate, gado, obrage) com 1.875.000 hectares; a *Mate Laranjeira* (erva mate e obrage) com 800.000 hectares em território paraguaio; *Carlos Casado del Alisal* (tanino) com 5.625.000 hectares no Chaco paraguaio; *Liebig's Extract of Meat and Co*. (gado e empacotamento de carne) com 562.326 hectares; *Societé La Foncière* (gado) com 502.500 hectares; a *Sociedade Rural Belgo-sulamericana*

(gado) com 300.000 hectares e *The Paraguay Land & Cattle Company* (gado e obrage) com 1.687.500 hectares. (Rivarola, 1993b, 65). Quatorze milhões de hectares, dos quarenta milhões e meio que constituía todo o território nacional, passaram nesses anos (1883 – 1896) à propriedade privada de uns oito consórcios europeus, argentinos e brasileiros.

A descrição das alterações que pesaram sobre as costas dos camponeses paraguaios mereceu o seguinte comentário do eminente geógrafo e jornalista francês Eliseu Reclus, segundo Pastore:

> Em poucos anos os vastos desertos foram adjudicados a proprietários ausentes, e daí em diante, nenhum camponês paraguaio poderá cavar um buraco em sua pátria sem pagar renda aos banqueiros em Nova Iorque, Londres ou Amsterdã. Talvez os descendentes dos guaranis, depois de ter estado submetidos ao regime dos jesuítas e ao dos ditadores, terão que sofrer uma terceira escravidão, mais dura ainda, porque fará deles proletários degradados. (Pastore, 1972, 256).

Completou-se, assim, o processo de expropriação das terras guaranis, iniciado com a conquista espanhola e inaugurou-se a "moderna" história do Paraguai.

1.3. A dura reconstrução do país

Em 1887 durante o governo do general Escobar foram fundados os dois partidos tradicionais. Em 10 de julho fundou-se o Centro Democrático, posteriormente denominado Partido Liberal e, em 11 de

setembro, a Associação Nacional Republicana, Partido Colorado. O nascimento destes partidos refletiu o conflito provocado pela venda maciça de terras, ou seja, pela expropriação em massa dos camponeses. A condição de miséria a que foram jogados, de uma hora para outra, milhares de famílias, contrastando com os benefícios obtidos por uma minoria vinculada ao governo, provocou muita revolta, o que se manifestava nos momentos de disputa eleitoral, exigindo do governo medidas cada vez mais repressivas. Essa circunstância é que provocou o alargamento da atividade política para além do restrito círculo de dirigentes, uma vez que criou um público predisposto a ser incorporado às organizações partidárias.

O que distinguia, originalmente, esses agrupamentos não eram questões de ideologia, mas a localização em relação ao poder. Os liberais eram os que estavam alijados do poder desde 1874, quando assumiu a presidência Juan Bautista Gill, apoiado pelo general Caballero e por Candido Bareiro. O grupo no poder beneficiava-se dos negócios envolvendo a liquidação das terras públicas e agia em associação com os capitalistas estrangeiros que foram monopolizando e concentrando as propriedades. Os liberais vão representar, quando na oposição, a classe dos camponeses que foram prejudicados pelo processo de privatização das terras. O fato do grupo vinculado a Bareiro ter no elemento militar seu núcleo preponderante justificou um discurso “civilista” do outro agrupamento, ou seja, a reivindicação de que o poder deveria ser

exercido por civis e não por militares. Isso não impediu aos liberais de procurar militares para tentar tomar o poder pela via de golpes de Estado e revoluções[19]. O acirramento da intolerância e violência contra a oposição, acabou por cristalizar a idéia de constituir um partido para se enfrentar sistematicamente ao grupo dominante. Com o passar do tempo, no Partido Liberal acabaria se processando uma decantação ideológica, no sentido de ele ir assumindo um perfil mais definidamente liberal, do ponto de vista doutrinário, mudança que se vai refletir na aprovação de um novo ideário, redigido por Cecílio Báez e aprovado em 1902.

A Associação Nacional Republicana, fundada quase imediatamente e em resposta à criação do Centro Democrático, era o partido do grupo que estava no poder. Entre seus quadros dirigentes figuravam muitos ex-funcionários de López, o que, junto com o fato de exercerem o poder com métodos bastante parecidos aos do antigo regime, atenuou desde cedo o seu liberalismo. Com o tempo, nesse agrupamento viria a se desenvolver um tipo de nacionalismo, ou nacionalismo colorado. Entretanto, este partido se manterá solidário na condenação do antigo regime lopizta que caracterizou o Estado de pós-guerra e foi o executor da política de dilapidação dos bosques, campos, pastagens e ervais que passaram às mãos estrangeiras.

---

[19] Na mitologia do Partido Liberal, destaca-se a data 18 de outubro de 1891, em que houve uma tentativa frustrada de tomar o poder pela via de um golpe militar comandado pelo Major Eduardo Vera.

Outra característica do partido colorado, ou do “caballerismo” como era denominado na época, era sua vinculação ao Brasil. Esse vínculo se devia à influencia sobre o general Bernardino Caballero, seu fundador e caudilho principal, que o governo brasileiro exercia desde a época que fora feito prisioneiro, depois da morte de Solano López. Caballero foi tratado “com muita consideração” no Rio de Janeiro, e quando voltou ao Paraguai, soube aproveitar o apoio do Brasil para se projetar como o dirigente que presidirá, direta ou indiretamente, os destinos da República desde 1874 até 1904. Dos brasileiros vinham os apoios militares e diplomáticos para os governos dirigidos por Caballero (1880-1886) ou por ele influenciados.

O mecanismo de Constituição do Estado desde 1870, seguia um trâmite semelhante ao de uma democracia representativa, vale dizer, sufrágio universal, listas de candidatos, separação de poderes, etc. Contudo, os “partidos” que disputavam eram agrupamentos cujos dirigentes eram recrutados dentro da mesma classe de latifundiários, comerciantes e/ou militares. A massa dos eleitores apenas participava para referendar as decisões previamente tomadas noutros âmbitos. Após a criação dos partidos (1887), essas práticas não foram superadas, pelo contrário, o acirramento das disputas políticas agravaram mais ainda a violência e o arbítrio das autoridades, sem falar na consuetudinária prática da fraude e o recurso aos golpes de Estado. Houve sim, a partir daquele momento, adesão de boa parte da população a um ou outro partido,

resultado do esforço destes por implantar-se em todas as localidades do interior e da capital. Mas essa “adesão” deu lugar a uma peculiar forma de “politização”, vigente até os dias de hoje, que faz com que os paraguaios se dividam em dois grandes agrupamentos sem muita vinculação às doutrinas ou programas políticos, mas justificados no apego às cores partidárias; vermelha (os colorados) e azul (os liberais), como se fossem duas grandes torcidas. Alguns indicadores do quadro social da época em que a fundação dos partidos ocorreu, de acordo com Carlos Pastore, mostravam que

> ... quatorze por cento dos paraguaios e trinta por cento dos estrangeiros aproximadamente sabiam ler e escrever. Havia duzentas e treze escolas públicas primárias, duzentos e noventa e três professores e 11.792 crianças inscritas, quatorze médicos, trezentos e quarenta e quatro empregados públicos. A população falava em sua grande maioria em guarani; a esperança de vida ao nascer dos paraguaios era de vinte e quatro anos e trinta e um dos estrangeiros. As indústrias principais eram as do tanino no Chaco, cerâmica em Itá, fábricas de tijolos, telhas, sabão, serrarias e moinhos de trigo na capital. (Pastore, 1972, 251).

Quer dizer, dava-se numa conjuntura de recuperação e restauração do tecido social e econômico, mas era evidente ainda a precariedade, para não dizer indigência, dos indicadores de desenvolvimento. Em 1887, estima-se que a população do Paraguai fosse de 328 mil pessoas (Mendoza, 1995, 1001), o que significa uma recuperação assombrosa, por quanto no ano de 1872, uma espécie de

censo realizado a pedido dos aliados, contabilizou uma população de 231 mil habitantes (Rivarola, 1993b, 24). O povoamento do país foi um processo difícil, uma vez que, à penúria econômica que implicava o permanente risco da fome generalizada acrescentava-se a escassa proporção de homens em relação às mulheres e, ainda, um intenso processo migratório de parte da população paraguaia que abandonava o país em busca de trabalho, dirigindo-se principalmente aos países vizinhos. Em 1892, calcula-se que residissem uns 40 mil paraguaios na República Argentina e outros 10 mil no Brasil, na região do Mato Grosso (Rivarola, 1993b, 71), o que, numa população de 365 mil habitantes, representava uma proporção nada desprezível de 13,70%. O Paraguai, por outro lado, não se beneficiou da corrente migratória de população européia que rumou para América. Apesar da intensa propaganda que se fez em favor desta alternativa, *leit motiv* da ideologia liberal e principalmente daquela que desprezava as qualidades da população nacional[20], escasso foi o resultado que se alcançou. Muitas foram as razões desse fracasso, mas certamente que há

> diversos condicionamentos de tipo interno - instabilidade política reinante, com a conseqüente insegurança que ameaçava a população estrangeira

[20] Em 1877, José Segundo Decoud, inspirador das políticas de privatização das terras e da imigração afirmava, num folheto titulado "Questões Políticas e Econômicas", ".. a fisionomia de um povo não era algo fácil de mudar" .. " que era necessário que o elemento estrangeiro estivesse em maior número para que pudesse operar o fenômeno da transformação do nosso povo, tradicionalmente indolente, por mais que se diga o contrário" onde os homens do campo "são muito pouco afetos ao trabalho e preferem, em sua grande maioria, a vida folgada e vagabunda" e em que " as mulheres se entregam regularmente as tarefas agrícolas, enquanto o homem dorme tranqüilamente a sesta". (Pastore, 1972, 190).

> (sucederam-se três assassinatos de residentes europeus nos primeiros anos da pós-guerra); relativo isolamento geográfico do país; pobreza da infra-estrutura de comunicações e transportes; frágil estrutura de um Estado submetido a pressões de governos limítrofes; etc. – somaram-se fatores econômicos que foram, ao mesmo tempo causa e efeito, desta pobreza imigratória, tais como a ausência de um mercado interno que pudesse absorver a produção agrícola destes colonos, e a escassez de mão de obra local à que necessariamente recorreriam os de maiores recursos uma vez estabelecidos no país. (Rivarola, 1993b, 27).

Não foi desprezível, tampouco, a intensa propaganda que se fazia em Buenos Aires contra a migração ao Paraguai, constituindo aquilo que veio a se denominar de “Lenda Negra”, toda uma construção aterradora segundo a qual o país dos guaranis seria um antro de barbárie sem limites. A finalidade desta lenda era reter imigrantes descontentes que quisessem procurar outras alternativas diferentes das oferecidas pelo Estado argentino.

Os registros de imigração disponíveis confirmam a escassa afluência de populações estrangeiras ao Paraguai. Entre os anos 1881 e 1887 ingressaram no país apenas 1807 pessoas (Pidoux de Drachenberd, 1995, 852), computadas nesse total as de todas as procedências e não apenas as européias. A partir de 1888 há um incremento que se prolonga até 1893, em que volta aos níveis médios de 200 pessoas por ano, para retomar uma nova expansão em 1906. No

mesmo estudo Pidoux de Drachemberg compõe a seguinte tabela de imigrações agrupadas:

Paraguai, Imigração acumulada, 1881 – 1920.

1881-85	885
1886-90	5.635
1891-95	7.448
1896-900	8.695
1901-05	11.015
1906-10	16.088
1911-15	20.732
1916-20	22.305

(Pidoux de Drachenberg, 1995, 852).

Esses números indicam que o peso da reconstrução do país será assumido, prioritariamente, pela população que sobreviveu à guerra. Situação completamente diferente da vivenciada pelos seus vizinhos do Prata e Brasil, por quanto, de acordo com Herken, a

> Argentina recebeu 6.405.000 imigrantes [europeus] durante o período que vai de 1856 a 1932. Brasil recebeu a 4.431.000, de 1821 a 1932. Uruguai contou com 713.000 desde 1832 a 1932. Em conjunto, os países do prata e o Brasil constituíram, depois dos Estados Unidos, a área mundial de maior captação de imigrantes durante esse período, num total aproximado de 11.500.000. (Herken, 1995a, 761).

O lento ressurgimento do país teve, nos primeiros trinta anos ao Partido Colorado na direção do Estado. A partir de 1874 o governo esteve nas mãos do grupo que posteriormente constituiria a Associação Nacional Republicana, vinculado aos generais Caballero, Escobar e Egusquiza, que ficaram no poder até a revolução liberal de

1904. Nesse ínterim procedeu-se à dilapidação do imenso patrimônio estatal constituído por terras para lavouras, pastagens, bosques, ervais, prédios e ferrovias. A “estratégia” que fundamentou essa alienação em massa supunha que os imensos recursos naturais do país e o caráter “liberal” do regime seriam suficientes para convencer os financistas estrangeiros a emprestar grandes quantidades de recursos com que financiar a expansão da produção agrícola decorrente das imigrações. Ao mesmo tempo, esperava-se que capitalistas internacionais introduzissem capitais e tecnologia para diversificar a estrutura produtiva do país e fugir assim da dependência secular ao comércio da erva-mate e ao vínculo com o Rio da Prata. O fracasso dessa estratégia começou já na década de 70. Os desastrados empréstimos junto a banqueiros londrinos só serviram para enriquecer meia dúzia de espertalhões e endividar o Estado, aportando parcos recursos ao fisco. Tampouco as ondas de imigração européia esperada se concretizaram. O fracasso no assentamento das primeiras colônias alemãs e britânicas foram utilizadas como argumentos para desestimular a vinda de europeus de diversas nacionalidades ao Paraguai.

De outra parte e como não fosse possível ampliar indefinidamente a arrecadação a partir da taxação das exportações, porque ao fazê-lo apenas se estimulava o contrabando, recorreu-se ao expediente de continuar com as privatizações. O caráter especulativo desses negócios levou, como não podia deixar de fazê-lo, ao

aprofundamento da crise no início do século XX, quando a desvalorização dessas propriedades arrastou diversos bancos à bancarrota.

Nesse momento e diante do esgotamento das possibilidades de continuar alienando propriedades estatais, o governo colorado resolve taxar mais ainda o comércio, afetando dessa forma os interesses de poderosos grupos estrangeiros, provocando a formação de uma ampla frente de oposição. Essa oposição evoluiu no sentido de se tornar a base social da próxima revolução, a de 1904, que representaria uma alteração importante na condução do Estado paraguaio.

> O único apoio político sólido para o regime parecia vir pelo lado do governo do Brasil, cuja influência nos assuntos políticos internos do país havia alcançado seu auge nas últimas duas décadas. (Herken, 1995b, 518).

Desde a década de 70, a influência brasileira havia-se firmado sobre um setor da oligarquia dominante, influência que se manteve sob os governos colorados, identificados como pró-brasileiros, da mesma forma que os liberais eram identificados como pró-argentinos[21]. O apoio do Brasil, entretanto, não foi suficiente para debelar a crise econômica em que estava afundado o regime e a conspiração liberal achou apoio no governo argentino e, até em setores do Partido

[21] A ingerência brasileira intensificou-se na década de 90, por ocasião do golpe perpetrado pelo general Egusquiza para impedir que José Segundo Decoud chegasse ao poder. Este era o mais influente e destacado intelectual de pós-guerra, mas era considerado pró-argentino.

Colorado[22]. O governo colorado do coronel Escurra é derrotado pela revolução e assumem os liberais que ficaram no poder até fevereiro de 1936.

A mudança do grupo dominante no poder do Estado não alterou a linha geral até então aplicada de se alienar o patrimônio nacional em beneficio dos capitalistas estrangeiros, que se apropriaram dos imensos territórios, monopolizaram os meios de transporte e controlaram o comércio. Tampouco significou a superação das formas caudilhistas de se fazer política, visto que agora serão os caudilhos liberais a comandar os processos políticos com as mesmas modalidades praticadas pelos colorados. Se antes eram os liberais que se abstinham de participar das farsas eleitorais, agora serão os colorados a fazê-lo. Sempre, é claro, haverá setores da oposição a tentar acordos e buscar composições com o grupo no poder para integrar o círculo governista. Será o caso de Natalício González em determinado momento como o fora o grupo dos "cívicos" durante o governo de Egusquiza. Golpes e revoluções, divisões internas e reagrupamentos inspirados pelo apetite de chegar ao poder, também serão práticas reeditadas pelos liberais.

Mas haverá uma alteração decisiva na orientação geral do Estado, no período dirigido pelo Partido Liberal. A partir daquele momento

---

[22] "Um testemunho detalhado das disputas produzidas no seio do Partido Colorado em conseqüência das medidas fiscais encontra-se na Carta Aberta de Manuel Dominguez, Vice-Presidente do regime de Escurra que se somaria às tropas revolucionárias no movimento de 1904. Dominguez questionou, especialmente, o contrato com Rius & Jorba, a emissão de papel moeda e outros negócios". (Herken, 1995b, 509).

(1904), o Estado paraguaio adotou uma postura nitidamente pró-argentina. Houve um incremento qualitativo da influência daquele país, isto é, dos interesses das suas oligarquias, nos negócios paraguaios. Esta mudança se verificou em diversos aspectos: na composição dos gabinetes ministeriais, no comando da força pública, nas disposições de organização da cultura e dos costumes, nos livros escolares que se usavam, além da dependência econômica reforçada e até mesmo no estabelecimento de uma espécie de protetorado moral argentino sobre o Paraguai.

O cônsul britânico no Paraguai na época, C. Goslin, deixou nos seus informes diplomáticos uma descrição eloqüente daquele momento, de acordo com a citação que Herken faz no seu artigo:

> "O Partido que chegou ao poder depois da conclusão da guerra de 1870 se manteve na administração por mais de 30 anos. Eram conhecidos como o partido "colorado" ou partido conservador, e era composto principalmente pelos latifundiários mais ricos e pela classe de gaúchos. Sua política era de amizade e reconciliação com o Brasil,e Itiberê d'Acunha, ex enviado brasileiro, que morou aqui por vários anos, conquistou uma influencia considerável no governo, sendo consultado em assuntos de política exterior. Conseqüentemente, como é de se supor, sob estas circunstâncias, as relações com o outro país vizinho, o Estado da Argentina, não eram de um caráter muito cordial, e, de fato existia muito pouco esforço por parte tanto do governo quanto da imprensa para ocultar uma inimizade real com a Argentina. O trunfo da revolução de 1904 reverteu completamente a ordem anterior. A mesma foi desenhada e executada pelo partido "azul" ou liberal, estimulada e

> provavelmente ajudada pelo governo argentino. Seus dirigentes encontravam-se entre as classes melhor educadas de paraguaios, mas em geral homens de escassos recursos; alguns haviam Estado exilados em Buenos Aires, o General Ferreira exerceu a profissão de advogado nessa cidade e combateu contra seu país na guerra de 1870. Nestes momentos, ele é Ministro de Guerra e Presidente de fato da República. O Ministro de Assuntos Exteriores, o Chefe de Estado Maior e o Chefe, da agora bem organizada força pública – sempre um instrumento político de importância nestes países– são todos homens formados na Argentina e com fortes simpatias por esse país. Os principais oficiais da policia e do exército são argentinos. O fiscal geral é paraguaio de nascimento, mas viveu por muitos anos em Buenos Aires, onde exerceu sua profissão. Os principais funcionários dos escritórios dos correios e telégrafos são argentinos. Nesta circunstância não é exagerado expressar que a situação se assemelha muito ao estabelecimento incipiente de um protetorado argentino sobre este país"(Gosling apud Herken, 1995b, 523-524).

O discurso com que se inaugurou esta nova "época" era o da civilização contra a barbárie, entendendo-se por civilização a incorporação na vida nacional dos padrões cultuados em Buenos Aires e por barbárie, tudo que se relacionava ao caudilhismo e autoritarismo colorado que, além de tudo, era associado, na propaganda liberal, ao passado lopizta, em cujas fileiras, de fato, alguns de seus dirigentes mais destacados haviam atuado.[23]

[23] Em 1946, um ativo protagonista do processo que deu origem ao "Estado Nacional Revolucionário", Anselmo Jover Peralta, expressava uma idéia que era compartilhada por muitos no Paraguai: "Se fosse possível estabelecer uma distinção entre colorados e liberais desse ponto de vista [antes os havia acusado de terem falseado e desviado a vida e a consciência nacionais], diríamos que os primeiros são de espírito mais tradicionalista e conservador e que

Junto com a revalorização da doutrina liberal, empreendida pelos radicais[24] (uma das frações em que se cindiu o Partido Liberal) será intensificada a propaganda anti-lopizta. O anti-lopizmo era, evidentemente, mais agudo na Argentina do que no Brasil, devido às velhas pretensões históricas de anexar o Paraguai que a oligarquia portenha nunca abandonara. Não é casual que a maioria dos legionários foram recrutados nas colônias de exilados do regime lopizta na Argentina. É nesse contexto político e cultural que será estruturado o nacionalismo lopizta.

1.4 A construção do nacionalismo lopizta

O nacionalismo lopizta foi uma ideologia formulada por intelectuais vinculados ao grupo afastado do poder com a revolução de 1904. O confronto com um partido armado de uma base doutrinária como era o liberalismo encabeçado por Cecílio Báez, e posteriormente por Manuel Gondra e Eligio Ayala, provocou a necessidade de levantar contra ele uma "doutrina" alternativa.

---

agiram com um forte senso do nacional, mostrando-se, em geral mais apegados às coisas da terra do que às coisas de sua época, ao contrário dos liberais, que se destacaram pelo desprezo de tudo que fosse vernáculo, sua isenção e subserviência, próxima ao servilismo diante de tudo que fosse forâneo". (Jover Peralta, 1982, 20).

[24] "Em 1902 o doutor Cecílio Báez, apresenta pessoalmente um novo projeto de estatuto e de ideário com um conteúdo profundamente liberal em sua doutrina. O liberalismo do ideário de 1902 é mais consistente e doutrinário que o originalmente expresso na fundação de 1887, e na assembléia de 1894, ocasião em que o Centro Democrático adotou o nome de Partido Liberal.". (Gomez Fleytas, 1995, 468).

Com o deslocamento da influência brasileira exercida durante os governos colorados e o reforço da presença argentina, voltava a se colocar no horizonte do país o velho fantasma da anexação pelos portenhos, eterno motivo de apreensões da coletividade erguida à beira da baía de Assunção desde os tempos da colônia. Em diversos movimentos autonomistas protagonizados pela então província do Paraguai[25], os portenhos agiram sempre para limitar ou coibir a "rebeldia" dos paraguaios; a própria "independência" do país em 1811 foi muito mais um movimento de defesa contra as pretensões de Buenos Aires de incorporá-la à nova configuração que resultou do movimento de maio de 1810; a política exterior do Dr. Francia e de Dom Carlos Antonio Lopez foi determinada pela necessidade de se proteger dos planos anexionistas de Rosas. No fim da guerra contra a Tríplice Aliança e embora o país tivesse sua capacidade de defesa reduzida ao mínimo, as pressões anexionistas dos argentinos ficaram atenuadas pela pressão internacional criada contra a guerra e pela presença do Império brasileiro como contrapeso às suas pretensões.

A política pró-argentina dos governos liberais, a partir de 1904, reavivou os receios latentes, o que, aliado a conveniências políticas conjunturais, alimentou o surgimento do nacionalismo lopizta.

---

[25] Destaca-se a revolução comuneira durante o século XVIII que durou 14 anos. Foi derrotada pelo Governador de Buenos Aires Bruno Mauricio de Zavala. Além da derrota militar, Buenos Aires impôs duras penalidades econômicas à província insurreta.

1.4.1. Nacionalismo e nacionalismo lopizta

O Estado moderno, ou seja, o Estado nacional, precisa justificar-se numa idéia, a idéia de que "esse" Estado corresponde a uma determinada nação, no caso, o Estado paraguaio corresponderia à nação paraguaia[26]. É desse principio que Gellner deriva o nacionalismo. De acordo com a sua formulação, o nacionalismo seria o sentimento de "cólera causado pela violação deste princípio ou o Estado de satisfação causado pela sua realização" (Gellner, 1993, 11). A forma extrema de violação desse princípio é aquela na qual "os governantes da unidade política pertencem a uma nação diferente da maioria dos governados" (Gellner, 1993, 12). No Estado paraguaio de pós-guerra a situação só não chegava àquela forma extrema porque os governantes eram paraguaios. Mas essa era, em muitos aspectos, uma mera formalidade, conforme já se viu por ocasião da instalação dos primeiros governos e na ingerência permanente dos aliados nos atritos e confabulações domésticas do país. Embora os colorados não ostentassem a mesma fé dos seus adversários no liberalismo doutrinário, isso não os impedia de, na prática, colocarem o Estado completamente a serviço dos grandes monopólios que tomaram conta do país depois da guerra. O caráter "nacional" daquele Estado,

[26] "Dada a competição de vários Estados pelas áreas superpostas de captação [de seres humanos socialmente aceitáveis e economicamente operacionais], a única maneira pela qual uma determinada cultura pode proteger-se de outra que já tenha seu Estado protetor específico é conseguir um para si, caso ainda não o possua. Assim como toda moça deve ter um marido, de preferência o seu, toda cultura deve ter seu Estado, de preferência o dela." (Gellner, 2000, 119).

ficava, portanto, bastante atenuado. Quando os liberais assumem o poder propiciando uma ingerência argentina muito mais aberta, a contradição desse já escasso “caráter nacional” do Estado, evidencia-se com toda força. É claro que essa mudança qualitativa no sentimento de “invasão“ por parte dos paraguaios tem a ver com o passado de tentativas de anexação, mas há outras causas mais complexas. Em trinta anos de reconstrução do país, operaram-se alterações que permitiam questionar a orientação daquele Estado e exigiam a elaboração de mecanismos políticos e culturais mais sofisticados para dar sustentação ao sistema político.

A nação, de acordo com Benedict Anderson, é uma abstração, “uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana (Anderson, 1989, 14). Na construção desta abstração os intelectuais que servem aos Estados fabricam artefatos simbólicos cuja finalidade é fundamentar o sentimento de identidade e pertença a uma cultura comum. O Estado paraguaio, que depois da guerra estava pondo o país, graças aos aliados, na era “moderna”, precisava também de artefatos que lhe permitissem estruturar uma nova nação, diferente da dos López. O principal artefato utilizado pelo novo Estado foi a Constituição de 1870, instrumento da reconstrução nacional fundado no principio da *regeneração*. A idéia da *regeneração* não teve uma elaboração sistemática, uma vez que não havia oposição

que exigisse uma construção muito elaborada.[27] Nos primeiros anos tampouco havia uma "luta de classes", no sentido moderno, porque as instituições burguesas começaram a ser implantadas pela própria Constituição[28]. A população trabalhadora havia sido dizimada pela guerra e a que sobrou não tinha a "cultura política" suficiente para produzir um contra-discurso questionando a oligarquia. Nessas condições a idéia da *regeneração* podia ser propagada sem grandes preocupações teóricas.

Essa idéia foi explicitada numa proclamação do governo provisório, o Triunvirato em setembro de 1869. Nela, acusavam-se aos "tiranos" da pátria (Francia e os López) por crimes contra o Paraguai e contra a honra de três nações (entenda-se, as da Tríplice Aliança), de terem "violado seus direitos e atropelado a fé nos tratados", e concluía colocando-se a questão:

> pode o povo paraguaio ser culpabilizado por todos estes crimes? Não! – O Governo Provisório, primeira autoridade do país constituída em condições de civilização, de direito e de moral, levanta sua voz para protestar contra tamanha injustiça. – Não, – nunca! A vítima jamais foi cúmplice do verdugo; – este é um fato que repugna a razão e a história não apresenta exemplo semelhante.
>
> Mas é preciso que o povo paraguaio seja <u>regenerado</u> para que outra vez não caia na escravidão. – É preciso tornar impossível o surgimento de um tirano mediante a instrução

[27] Lembremos que a oligarquia constituída após a guerra era composta de elementos provenientes dos países aliados; legionários e ex-funcionários de López que não tiveram escrúpulos em servir aos vencedores.

[28] O direito constitucional à propriedade privada só reconhecido no Paraguai depois de 1870.

> pública e instituições liberais. (Laino, 1989, 22). [destaque nosso].

Curiosa teoria esta que de um lado absolve o povo da "culpa" de ter sido tiranizado, mas o obriga, assim mesmo, a ser "regenerado"[29] mediante instituições liberais e a instrução pública. Mas a *regeneração*, além de tudo, será um beneficio que virá junto com a liberdade que "três nações amigas e irmãs nos trouxeram" (Laino, 1989, 24), segundo afirmam os triúnviros Cirilo Antonio Rivarola e Carlos Loizaga num manifesto de maio de 1870. Nesse manifesto também é explicitado um outro componente da teoria da regeneração: a necessidade do concurso de estrangeiros para reerguer o país:

> [o Paraguai] necessita de paz que traga capitais e braços industriosos para explorar a imensa riqueza desta terra, e levá-lo assim, em breve tempo, a uma surpreendente prosperidade. Esperamos que esses braços virão, e com eles a indústria, que é o elemento poderoso e fecundo da paz e do progresso. .... O governo que compreende os destinos a que está chamado o país, e os meios de realizá-los, faz um chamamento a essa imigração, especialmente ao imigrante europeu, oferecendo-lhes todas as vantagens que lhe permitem suas atribuições, enquanto chega o momento de lhes brindar de uma maneira mais positiva, e por autorização da lei, com elementos que contribuam para sua felicidade. (Laino, 1989, 24-25).

Ou seja, a regeneração significava, além de tudo o mais, a desqualificação dos paraguaios para as tarefas que levariam ao

---

[29] Não é possível passar por alto que a idéia de regeneração supõe a correção de alguma coisa "degenerada". Mais tarde, o liberal Cecílio Báez irá formular a sua tese do "cretinismo" do paraguaio, dando seqüência à linha da *regeneração* liberal do Paraguai.

progresso. A única atenuante destes infelizes seria o fato de não aderirem voluntariamente a um regime que os escravizou. Mas agora, o novo governo se encarregaria de *regenerar* este povo mediante instituições liberais e pela influência dos imigrantes estrangeiros. Significativamente, o primeiro órgão de imprensa paraguaio após a guerra foi o jornal ***A Regeneração***, aparecido em 1º de outubro de 1869. Em suas páginas foi publicado o projeto de Constituição posteriormente aprovado pela Assembléia Constituinte. Nas décadas posteriores, a idéia da regeneração não foi colocada de forma tão aberta quanto nos primórdios, mesmo assim, estava subjacente na defesa da Constituição de 1870. Veremos adiante a importância dessa teoria na formulação do nacionalismo lopizta como algo simetricamente oposto àquela.

No duro período de prostração que sucedeu ao fim da guerra, não se colocaram explicitamente bandeiras autonomistas. Predominavam símbolos vinculados ao liberalismo, à civilização que finalmente havia-se alcançado e principalmente exaltava-se a moderna Constituição liberal de 1870.

A Constituição aplicava-se precariamente numa sociedade que carecia das condições materiais e históricas que lhe dessem concretude. As relações políticas efetivas - isto é, para além das formalidades eventualmente preservadas-, eram tão autocráticas e despóticas quanto as do antigo regime. A diferença era que agora, no

lugar do poder unipessoal, imperava o poder dos caudilhos. A ausência de uma classe dominante que hegemonizasse a sociedade e impusesse um direcionamento coerente com a natureza burguesa da Constituição, condenava de antemão à instabilidade, mais ou menos aguda, qualquer governo que se instalasse, visto que estes eram constituídos por elementos de uma oligarquia política sem maior base social do que o próprio controle do Estado e a preocupação de não desagradar as grandes empresas estrangeiras estabelecidas no país.

Os colorados que ficaram no poder até 1904, professavam a mesma fé no liberalismo, e, apesar das vinculações dos seus chefes com o antigo regime[30], foram os executores da política de alienação indiscriminada do patrimônio estatal e do favorecimento às grandes empresas monopolistas estrangeiras que se estabeleceram no país, muito distantes de qualquer orientação autonomista. Os seus opositores, do Partido Liberal, apresentavam-se com um verniz mais intelectualizado e denunciavam os governos colorados de cercearem os princípios liberais. Reivindicavam a Constituição de 1870, reputada por eles como o grande instrumento para tirar definitivamente o país das trevas em que os governos lopiztas o teriam afundado. Como estavam na oposição e a repressão estatal tolhia a sua expressão política,

[30] Seus principais chefes, Caballero e Escobar eram militares que haviam servido sob as ordens de López.

identificavam as práticas arbitrárias como reminiscências do passado lopizta.

Na fabricação de símbolos necessários à construção de um Estado nacional, porém de orientação oposta à do antigo regime, os liberais irão propor o culto dos próceres de maio, os companheiros do Dr. Francia na execução do golpe de Estado que resultou na derrubada do governador Velazco em 1811, episódio que provocou a Independência do Paraguai. Alguns dos mais ativos foram Pedro Juan Caballero, Mauricio José Troche, Fulgencio Yegros, Vicente Ignácio Iturbe, Mariano Antonio Molas e Fernando de la Mora, todos afastados ou liquidados posteriormente sob acusação de conspirar contra o Dr. Francia que acabou assumindo a ditadura pessoal. Contudo, era muito difícil isolar o episodio da independência da figura do Dr. Francia, e este da dos López, de modo que essas “associações” somente serão completadas com a posterior reabilitação dos López. À falta de outros símbolos, o que se cultuava eram ícones argentinos, como a data da independência argentina, por exemplo, que era feriado no Paraguai. O culto das coisas argentinas foi tão intenso que, ainda em 1931, Ramón I. Cardozo vai denunciar:

> os ultranacionalistas não se envergonham de ver que o Paraguai é quase um satélite argentino. Os bancos são argentinos; os carros do bonde se enfeitam com bandeira argentina; a companhia telefônica idem; a companhia de navegação tem bandeira argentina e no campo intelectual, as

> escolas usam livros argentinos que em sua grande maioria contém idéias e pensamentos hostis e injustos a respeito de nossa nacionalidade; as crianças carregam em suas mãos livros de leitura argentinos e os professores de pedagogia das escolas normais fazem adotar como textos de Geografia obras argentinas e aprender 'ad litteram' os métodos passados como argentinos. Por toda parte, por onde se vá, onde se pensa não se vêem senão elementos estrangeiros como meios de desenvolvimento moral e espiritual da população. (Cardozo, 1991, 163).

Se até 1931 a influência da cultura argentina era dominante, muito mais o foi nos anos próximos ao fim da guerra. Contudo, perto do final do século XIX havia-se acumulado já uma “massa crítica” que pressionava pelo seu reconhecimento e assimilação no discurso político. A geração formada no Colégio Nacional da Capital (fundado em 1877), na escola de direito (criada em 1882) e na Universidade Nacional (que começou a funcionar em 1890) interveio ativamente nos debates e polêmicas fornecendo também quadros qualificados para os partidos políticos. Dentre eles serão recrutados os primeiros intelectuais de pós-guerra que dinamizaram o jornalismo, a literatura e os estudos históricos, estes últimos com finalidades práticas bem precisas, já que foi necessário encontrar fundamentos documentais para sustentar os direitos paraguaios nas negociações de fronteiras com a Bolívia. Nessa atividade destacaram-se Fulgencio R. Moreno, Blás M. Garay e Manuel Dominguez.

Havia também por essa época uma maior visibilidade da “questão social” resultado das tensões provocadas pelas mudanças na

estrutura fundiária e pelas primeiras manifestações do novel movimento operário. A estruturação das organizações operárias, as primeiras greves, as denúncias das condições de semi-escravidão dos trabalhadores nos ervais e nas empresas processadoras do tanino, forçavam a sua incorporação no discurso dos partidos políticos e exigiam uma resposta estatal.

O revisionismo histórico com relação à guerra surgiu nesse período. No Paraguai este movimento foi impulsionado por Juan Emilio O'Leary, quem teve uma violenta polêmica contra Cecílio Báez. O'Leary "em 1902 sustentou uma célebre polêmica contra um dos máximos ideólogos liberais, o Dr. Cecílio Báez, sobre o caráter – 'o cretinismo' alimentado pelo despotismo de Francia e dos López, diria Báez – do paraguaio" (Rivarola, 1993a, 13-14) Em 1895 foram publicadas as memórias do general F. Resquin, antigo combatente dos exércitos lopiztas reacendendo a polêmica em torno à guerra do Paraguai contra a Tríplice Aliança. Em 1903 o Dr. Manuel Dominguez publicava

> "As causas do heroísmo paraguaio". Este intelectual nacionalista escreveu "Heroísmo e Tirania" quatro anos mais tarde, em réplica ao livro de Garmendia sobre a guerra da Tríplice Aliança. Em 1912 López Decoud publicou em seu Álbum Gráfico do Centenário o trabalho "A Guerra da Tríplice Aliança" do intelectual nacionalista O'Leary. Uma "contra-história da grande guerra, baseada em documentos governamentais da época e em textos inéditos de publicistas europeus defensores da "causa paraguaia", começava a se opor à história oficial aceita e difundida desde 1870. (Rivarola, 1993a, 14)

No imaginário popular o passado lopizta projetava-se com uma luz cada vez mais poderosa à medida que se afastava no tempo. Isso se devia principalmente à condição humilhante a que haviam sido jogados os camponeses e suas famílias pela política de privatização das terras que os obrigava a pagar tributos a proprietários cujo rosto nunca viram, ou então eram forçados, como párias, a deixar suas lavouras, e migrar para a capital ou para as províncias argentinas. Era relativamente fácil, nessas circunstâncias, que se produzisse uma idealização das condições, supostamente idílicas, em que os camponeses viviam na época lopizta.

Embora o Paraguai não sofresse o impacto direto das crises e flutuações da economia mundial, devido ao seu intenso atrelamento à economia do Rio da Prata, sofria os efeitos das crises argentinas. Estes se faziam sentir no fluxo do comércio, nas tarifas dos transportes fluviais e no movimento bancário. A crescente insatisfação social aliada à crise dos últimos governos colorados[31] mostrava que era imperativa a construção de um discurso homogeneizador, para conquistar a adesão das massas agrárias e urbanas que se iniciavam nas lutas sociais e políticas, e começavam a construção de sua identidade de classe.

[31] Basta lembrar por exemplo, que o Vice-Presidente do Coronel Ezcurra (último presidente colorado antes da revolução de 1904), Manuel Dominguez, republicano como ele, havia renunciado fazendo denúncias das negociatas praticadas pelo governo.

A revolução liberal de 1904, embora se justificasse pela oposição às práticas caudilhistas e despertasse esperanças de redenção social, logo mostrou sua incapacidade de levar o país pelos caminhos do direito e da civilização. O direito transformou-se nos golpes de Estado e quarteladas, semelhantes às ocorridas no período colorado. E a civilização transformou-se no culto de tudo que era argentino[32], provocando a catalisação de um sentimento difuso que se vinha adensando: o surgimento de um nacionalismo, que, devido à violência com que o antigo regime era condenado, foi buscar na reabilitação dos López, e em particular de Solano López, o ícone necessário para lhe dar concreção.

É interessante ouvir Ramón Indalecio Cardozo, liberal e professor de escola, pai do historiador Efraim Cardozo, a respeito da intensidade com que a influência argentina se manifestava no Paraguai em tono a 1920:

---

[32] "O general Benigno Ferreira para se manter no poder havia contratado uma dúzia de oficiais portenhos nativos para o exército e a polícia que atuavam, em certo sentido como capangas dele. Diz Alfredo Jaegli: 'Os oficiais argentinos trazidos para o exército e os comissários eram arrogantes, sumamente severos, e gozavam de certos privilégios. Suscitavam o ódio e a inveja da oficialidade nativa e do povo. A polícia de Elias Garcia era impopular entre os estudantes, os operários e inclusive entre as mulheres do mercado'. Este Elias Garcia, argentino, que já havia sido chefe de polícia de Egusquiza [colorado], pretendeu também 'civilizar' o povo ditando normas impopulares de convivência, de acordo com suas reacionárias concepções ideológicas. Para entender isto, volto a tomar as referências de Jaegli: ' .. os homens descalços vestidos com ponchos e com o hábito de cuspir o tabaco (naco), que eram velhos costumes detestáveis, tiravam dom Elias do sério'. Esta ideologia reacionária levou ao chefe da polícia dom Elias Garcia a 'proibir às mulheres do povo que fumassem pelas ruas e mercados seu grosso cigarro e que usassem os nem sempre alinhados lençóis de seus leitos como manto com que cobriam durante o dia sua nudez'. A infração a estas ordens eram castigadas com apreensão das mercadorias, prisão e até com castigos corporais para os infratores, medidas que causavam verdadeira indignação no povo" (Pereira, 1992, 68-69).

> Para o patriota sincero, que não faz do "patriotismo" mera plataforma de carreirismo político, provocava profunda pena ver as crianças paraguaias lendo livros de leitura escritos para crianças argentinas nos que se falavam de San Martin, Belgrano, Pueyrredón, os pampas, dos progressos e feitos argentinos, de tudo menos das coisas que precisa saber uma criança guarani.
> O adjetivo "nacional", que se colava como etiqueta em nossas escolas, não significava nada de "nacionalista" porque a escola paraguaia era apenas a extensão da escola argentina. Professores argentinos foram os que formaram os primeiros professores paraguaios; professores paraguaios formados em escolas normais argentinas foram os primeiros organizadores de nossas escolas e quem lhes deu os primeiros sopros de vida; livros argentinos - Mercante, Torres, Petrascione, Bassi- guiaram os professores em seu ensino; livros argentinos eram postos nas mãos das crianças paraguaias para aprender a ler, para beber a primeira ciência, para orientar os sentimentos pátrios. (Cardozo, 1991, 97).

O episódio que marcou o inicio da reabilitação de Solano López foi provocado pelo governo liberal de Benigno Ferreira. Em 22 de setembro de 1907, os marinheiros argentinos, para se congraçar com o governo, fizeram uma homenagem ao general José Eduviges Diaz (herói paraguaio da guerra contra a Tríplice Aliança). Este ato foi aproveitado pelo dirigente republicano Ignácio A. Pane, para fazer um discurso reivindicando a figura de López e concluiu com o grito de Viva López!

Salvo raros e curtos períodos, o tempo que os liberais estiveram no poder também foi marcado pela permanente instabilidade. Golpes e revoluções se sucederam, algumas delas com muitas perdas de

vidas. Foi no decurso dessas sucessivas crises que os movimentos nacionalistas foram-se definindo melhor. Alianças entre militares afastados do poder e colorados; uma nova geração de jovens liberais; surgimento de agrupamentos francamente nacionalistas (Novo Ideário Nacional) e o movimento em defesa do Chaco ameaçado pela penetração de tropas bolivianas foram se somando numa direção que acabou por colocar em cheque o regime liberal.

Doutrinariamente, contudo, o nacionalismo havia começado a ser gestado antes. Embora nunca tivesse desaparecido completamente uma corrente de simpatia pelos López, ninguém ousava reivindicá-lo em público. Foi Juan Emilio O´Leary que, no calor de sua polêmica com Cecílio Báez, ambos ainda no campo do próprio partido liberal, postulou o nacionalismo. Natalício González refere assim a evolução de O´Leary:

> Pouco tempo depois, comentando um balanço do Banco Territorial, Báez escreveu aquela frase inaudita: “O Paraguai é um país cretinizado por secular despotismo. E ainda hoje continua sendo um cretino, ou seja, um ser sem vontade nem discernimento”. *A Patria*, e não O´Leary, rebateu as teses “legionárias”. E o Dr. Báez retrucou com sucessivas publicações destinadas a “provar o cretinismo paraguaio”. [...] Finalizava 1902 [...] O´Leary não pode tolerar a afronta e reapareceu na imprensa, com ímpeto juvenil, cheio de força e de energia, a se enfrentar com o soberbo contendor. [...] O Dr, Báez, sentindo-se mal, desviou a discussão, e em vez de provar “o cretinismo paraguaio” tentou provar o que ele chamava a tirania de López. Tinha-se por então a Lopez, por uma

> espécie de demônio, algo semelhante a um gênio tenebroso do mal. Não podendo diminuir sua gigantesca figura, cobriam-no de ludibrio. Evocando lembranças amadas de sua juventude, me dizia O´Leary sobre esse período de sua vida: “Inutilmente chamei a Báez ao terreno da discussão, lembrando-o que não se discutia a figura histórica de López – que eu mesmo não conseguia admirar na minha deficiente formação histórica, e ainda influenciado por avassaladores preconceitos“. (González, 1988, 197-198).

O próprio Natalício, como veremos, um dos principais formuladores do nacionalismo lopizta, avalia a evolução de O´Leary, que havia ingressado ao Partido Liberal pela admiração que sentia por Cecílio Báez e dele se afastava agora por causa da polêmica em torno ao cretinismo, reinventando aos poucos, o mito lopizta.

> O´Leary acercou-se incidentalmente ao fantasma temível. No início de sua campanha não prestou maior importância à figura do Marechal [Solano López]. Não conseguia compreendê-lo, como tantos outros, influenciado pelo ambiente e pela propaganda tendenciosa do vencedor. Seu único propósito foi reivindicar a glória coletiva do povo e rebater a tese do seu cretinismo defendida pelo Dr. Báez. Mas a medida que se aprofundou no passado, a medida em que avançava em suas investigações históricas, tropeçava por toda parte com os rastos daquele homem extraordinário, com os rastos do seu labor criador, com a marca de sua imperativa personalidade. O tirano monstruoso da lenda resultava ser um dos mais estupendos energéticos que a raça humana produziu. (González, 1988, 214).

A escolha da figura dos López como os símbolos para fundar o nacionalismo paraguaio do século XX explica-se pela convergência de diversos movimentos político doutrinários com a

progressiva consciência de problemas estruturais da formação social paraguaia.

Durante os 30 anos posteriores ao fim da guerra da Tríplice Aliança o partido colorado nunca reivindicou a memória de Solano López, ou seja, não havia a identificação do partido do general Caballero com o lopizmo[33]. Esta identificação será posteriormente construída usando-se a circunstancia de que o general fundador da Associação Nacional Republicana (Partido Colorado) fora soldado de López. Quanto aos dois pioneiros do nacionalismo, nem O´leary, nem Manuel Dominguez[34] eram lopiztas no inicio de sua atuação; foram evoluindo naquela direção.

Se intelectuais liberais e o partido colorado se tornaram lopiztas, isto se deveu à maior consciência que se tinha de um dos

---

[33] Ao contrário, conforme relata Bray, na proclama de Caballero durante o golpe de Estado de 1874 este caracteriza o período lopizta de modo muito pouco lisonjeiro. “Sessenta anos de encerro, de obscuridade e de tirania devem ser mais do que suficientes para que as tristes lições dstes tempos não voltem mais a se repetir. Nosso isolamento, nosso encerro, a nossa falta de espírito público, entregaram os destinos do país a três tiranos, dos quais dois não tem paralelo na história dos séculos” (Bray, 1986, 94). Assim falava o *Centauro de Ibycui* sobre o seu comandante.

[34] O folheto ‘Heroísmo e tirania – 1907” deu motivo a uma carta do General José Ignacio Garmendia, publicada no "La Nación", de Buenos Aires, então o Dr. Dominguez respondeu no "Los Sucesos", de Assunção, o que se segue..... Meu distinguido General: [..] Ninguém nega que o Paraguai demonstrou sublime energia na guerra nem é possível negar que o patético heroísmo há de ter sua explicação ou causa.
Os lopiztas encontram essa causa em López, e o curioso é que os anti-lopiztas, de tanto rugir maldições contra o tirano, acabam também sem perceber, por transformar a López no único herói desta Ilíada.
Eu não referendo esta opinião, não quero referendá-la. Creio que o Paraguai foi heróico apesar dos tiranos; de modo algum devido a magnética virtude de tirano algum. Creio que o foi por razões étnicas, físicas, morais, que nada tem a ver com López, tiranos nem terrores.
A explicação que o senhor dá é, de certo modo, perigosa, é lopizmo puro, com a graça de que se enuncia como se fosse anti-lopizmo, convém aos tiranos, limita-se à aparência das coisas. (Dominguez, 1918, 54).

problemas constituintes do “Estado nacional” paraguaio: O Paraguai, no final do século XIX, era sim um Estado, mas não tinha propriamente uma nação.

Quando se fala de Estado em nossa época, entende-se que se trata do “Estado nacional”, a forma generalizada de organização política contemporânea. Estado nacional, Estados nacionais, significa que a cada Estado corresponde uma nação (ou algumas nações no caso dos Estados multinacionais), é disso que retira a sua justificação para existir como Estado autônomo, ao lado dos outros. Na história dos Estados modernos europeus, o processo de Constituição das nações havia sido concomitante a sua institucionalização estatal. A importância da identidade nacional e sua pertença a um Estado determinado eram uma função do desenvolvimento capitalista, da Constituição de um mercado protegido dos outros Estados. O nacionalismo será, de acordo com Gellner (1993, 89), a ideologia necessária para Constituição da nação, e não decorrência dela.

E se, acompanhando o raciocínio de Gellner aceitamos que é o nacionalismo que cria a nação, precisamos então, segui-lo na explicação do *que* cria o nacionalismo. O nacionalismo nesta perspectiva, surge da necessidade de homogeneização cultural que o desenvolvimento capitalista impõe e que exige a congruência entre uma cultura com um Estado que o proteja. Homogeneização necessária para

prover de força de trabalho adequada à sociedade industrial moderna. Somente um Estado pode garantir que uma determinada cultura continuará se reproduzindo no tempo e produzindo homens aptos a serem incorporados aos modernos processos de produção. Este esquema, apesar de sua generalidade, nos ajuda a pensar os processos políticos paraguaios.

O momento em que o Estado paraguaio enfrentou o desafio de ser um fator de desenvolvimento capitalista foi o período Nacional Revolucionário (1936-1947)[35]. É nesse período que o nacionalismo lopizta funcionou como a grande força organizadora. Mas o surgimento desta ideologia, já no começo do século XX, aponta para a existência de condições históricas que "forçaram" a estruturação de uma tal doutrina, embora o desenvolvimento capitalista fosse extremamente atrasado naquele tempo.

Foi no fim da primeira década do século XX que a interferência de algumas industrias de porte médio (frigoríficos e extração de tanino) e das empresas de navegação fluvial, que crescem com o auge econômico regional, se manifesta na vida social e na economia nacional e se fazem sentir de maneira aguda as deficiências da mão-de-obra local. Nesse período também o problema das migrações de trabalhadores

[35] "Se tentamos conhecer como vivemos o passado é para refletir sobre o que somos na atualidade compreender como construímos hoje nosso presente. Isto particularmente verdadeiro ao nos referirmos a um período recente da história paraguaia – desde a imediata pré-guerra do Chaco até a Revolução de 1947 – que podemos chamar, como o faziam alguns dos seus contemporâneos *nacional revolucionário*". (Rivarola, 1993a, 9).

paraguaios alcançou proporções alarmantes, ou seja, colocaram-se problemas de “homogeneização cultural”, a necessidade de prender o paraguaio ao Paraguai.

Os primeiros a sentir esta crise foram alguns intelectuais, visto que o atraso do país e essas dificuldades comprometiam suas expectativas sociais e culturais. Foram também eles, os que tiveram acesso às formulações dos modernos nacionalismos europeus e deles se apropriaram com intenções de emulação. Mas houve outros agentes interessados na “modernização” daquele país, os trabalhadores. Quem mais sofria com o arcaísmo da estrutura socioeconômica eram os camponeses, operários e empregados diversos do nascente movimento operário. A sua participação na vida política também foi um fator que pressionou no sentido de se formular uma doutrina nacionalista.

1.4.2. Estrutura do nacionalismo lopizta

Para avançar na apropriação do papel desta ideologia nos processos políticos, é necessário pontuar os elementos nucleares que a compõem, a partir das formulações originais de alguns dos seus mais destacados escritores. A peculiar natureza política desse discurso faz com que seja toda estruturada em torno a uma montagem histórico-sociológica. Sem pretender extrapolar demasiado, há nessa circunstância uma particularidade digna de nota. Carece o Paraguai de um poema ou romance em torno ao qual se tenha constituído um processo de

identidade nacional, como foi o caso de Martin Fierro de José Hernández para a Argentina, de Tabaré de José Zorrilla para o Uruguai, d'os Lusíadas de Camões para Portugal, etc. Pode ser que isso se explique, pela alta taxa de analfabetismo da população, alijada, em conseqüência, da leitura em geral e da fruição estética em particular. O fato é que na ausência dessa tradição, o seu lugar será ocupado pelo discurso histórico. Há no Paraguai, uma compulsão, em seu estamento intelectual, pela história. Por outro lado, uma vez construída a armação fundamental do nacionalismo, essas narrativas serão "traduzidas" ao povo na forma de poemas e canções populares.

Quanto à estrutura de idéias que compõem o nacionalismo, é necessário ainda acrescentar que há nessa construção um componente mitológico, no sentido a ele dado por Girardet. Devido à função de explicar alguma coisa que chegou a existir[36], ela constitui um mito acerca das origens do Paraguai, pois como refere Girardet citando Mircea Eliade: "o mito conta uma história sagrada; relata um acontecimento que teve lugar no tempo imemorial, o tempo fabuloso dos começos. Em outras palavras, o mito conta como uma realidade chegou à existência" (Girardet, 1987, 13).

> O mito político é fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real. Mas, narrativa legendária, é verdade que ela exerce

[36] E não apenas no sentido de mistificar, de falsificar, camuflar e enganar, que outros dão a este termo e para o qual o próprio Gierardet chama a atenção.

> também uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para a compreensão do presente, constituindo uma criptografia através da qual pode parecer ordenar-se o caos desconcertante dos fatos e acontecimentos. (Girardet, 1987, 13).

Contudo, convêm não exagerar o alcance da leitura mitológica. Ela está posta e tem uma função indiscutível, mas não esgota o problema que a história tem que resolver. Vejamos alguns dos núcleos da construção nacionalista.

1.4.2.1. O paraguaio é um povo guerreiro

Há uma tese entre os nacionalistas de que o paraguaio é um povo guerreiro e produto da miscigenação dos guaranis com os espanhóis tem algumas características que vêm de suas raízes índias. Os nacionalistas começaram definindo os seus ancestrais americanos como:

> uma minoria que guerreava entre tribos hostis e bárbaras[37]. E para dar segurança ao seu império fundou a *taba*, a cidade guarani, de origem exclusivamente militar. Em sua ereção influiu o sentimento estético da paisagem, a intuição estratégica do guerreiro e a visão prática do agricultor. (González, 1935, 20).

A vocação militar do "paraguaio" viria, portanto, de antes da colonização, mas continuou sendo alimentada quase sem interrupção

[37] Talvez pela necessidade de se opor ao discurso da "civilização contra a barbárie" com que, principalmente os argentinos desde Rosas atormentaram a autonomia do Paraguai, há na formulação nacionalista a constante preocupação em destacar o caráter "civilizado" dos paraguaios e até dos seus ancestrais aborígines em face dos outros povos. "Provas" deste grau superior de evolução, seriam precisamente os seus conhecimentos de botânica, zoologia e o rudimentar domínio de técnicas agrícolas.

depois da conquista pelos espanhóis. O esforço guerreiro dos guaranis serviu inclusive para delimitar as fronteiras do país.

> Ao ocidente, os chiriguanos opuseram uma vala intransponível aos conquistadores do Peru; e se no oposto limite do Paraguai, na antiga Província do Guairá, as irrupções dos mamelucos destruíram suas florescentes populações, foi por culpa da ação catequista dos religiosos que enfraqueceu consideravelmente seu ímpeto guerreiro. Mas apenas os jesuítas armaram seus neófitos, renasceu neles suas velhas virtudes militares e vingaram terrivelmente suas primeiras derrotas, alcançando decisivas vitórias sobre os paulistas nos campos de Caazapá Guazú (1639) e de Mbororé (1641). Estes escarmentos puseram fim às incursões dos mamelucos, e por isso, sem hipérbole, com o testemunho da história, bem se pode assegurar que os guaranis marcaram, com a sua oposição inflexível a todas as usurpações, os limites físicos da pátria em formação. Eles foram os únicos que resistiram com as armas na mão, à política inepta dos monarcas espanhóis, quando estes cederam à Portugal uma vasta porção das Missões. (González, 1935, 23).

A colonização não alterou a natureza peculiar do povo que constituiu aquela nação. Manuel Dominguez assim o sintetiza: “A colônia do Paraguai foi um exército em campanha. Ou era guerreira ou perecia; não quis perecer, é claro, portanto se tornou guerreira” (Dominguez, 1918, 25). Pois, do fato de aquelas terras não possuírem as riquezas naturais, que os conquistadores apreciavam (metais preciosos), e de estarem em relativo isolamento, decorreu que a província fosse reduzida a uma função de posto avançado para proteger as fronteiras contra as incursões portuguesas e dos índios.

> Nesta situação excepcional, única, note-se bem, estabeleceu-se o serviço militar obrigatório, uma legislação também excepcional e única em que cada colono há de ter quatro cavalos, armas e munições por sua conta, e há de estar sempre pronto para voltar ao combate. Não era um serviço eventual. "No serviço militar gastam a metade do ano", dizia Pinedo em 1778, e acrescentava: "a perseguição aos idólatras deixa em perpétuo alerta a estes habitantes". "O serviço militar é de prática imemorial" [Informe do Governador Agustin Fernando de Pinedo ao Rey 'Arquivo Nacional' ,vol I nº 16] Alcedo e o Dr. Cosme Bueno, estranhados desta batalha sem trégua, sustentada ainda no Paraguai no fins do século XVIII, confessam que "se viram precisado os vizinhos a serem todos militares". Todos militares! Hoje as coisas parecem muito tranqüilas, mas ainda no fim daquele século e o paraguaio continuava batalhando sem parar, sem respiro. (Dominguez, 1918, 25).

1.4.2.2. Excelência da “raça” paraguaia

A segunda tese afirma a excelência da “raça” paraguaia. É interessante perceber como, ao contrário da doutrina da *Regeneração* liberal que privilegiava o estrangeiro, principalmente europeu para as tarefas necessárias ao progresso, o nacionalismo tenderá a exaltar as qualidades da “raça” dos paraguaios, recorrendo até a argumentos de ordem biológica. É claro que nessa exaltação da “raça”, o europeu (ou seja, o espanhol) já foi incorporado. É novamente Manuel Dominguez quem o formula desta forma:

> O Paraguai foi colonizado pela mais alta nobreza da Espanha, pela melhor gente, do melhor tempo, principalmente por bascos e castelhanos, o que merece ser levado em consideração hoje que se concede tanta importância à raça ou à “causa interna”.
> O nobre mesclou seu sangue com a do guarani, que era sofredor e nasceu o mestiço [38] que não era o de outras partes. Aquele mestiço com os cruzamentos sucessivos foi se tornando branco, do seu jeito, porque se apreende na historia natural, que o tipo superior re-aparece na quinta geração[39]; branco sui generis no qual há muito de espanhol, bastante do indígena e algo que não se encontra ou não se vê nem em um nem noutro separados, por aquilo de que “caracteres latentes, aptidões novas se revelam pelo cruzamento do mesmo modo que na química dois corpos que se combinam formam um terceiro que tem propriedades novas”. – (Ribot: *A herança Psicológica*). (Domínguez, 1918, 17).

[38] “Para evitar confusões: mestiço é o descendente do espanhol com a índia. Mulato é outra coisa: deriva da negra ou negro cruzados” (Domínguez, 1918).

[39] “Os caracteres físicos do índio desaparecem na terceira geração, Demesay, *História do Paraguai*. A quinta geração se extingue aos 150 anos” (Domínguez, 1918).

1.4.2.3. Senso de autonomia inato

A terceira tese procura mostrar o senso de autonomia do paraguaio. Se há um atributo que o nacionalismo preocupa-se em exaltar é o alto senso de autonomia e independência do paraguaio, qualidade potencializada pela fusão das duas “raças” de que se formou este povo.

> Os 'mancebos da terra', do século XVI, filhos da fusão hispano-guarani, caracterizaram-se pela sua arrogância, sua galhardia, seu desprendimento e seu espírito de sacrifício, com prematuro senso de 'autonomia', de 'nacionalidade', que foi galvanizando-se no decurso de séculos, e cujo fundamento jurídico no plano político foi a Real Cédula de 12 de setembro de 1537, que autorizava à Província a escolher seus próprios Governadores em caso de vacância. A história mostrou que quantas vezes quiseram se livrar de autoridades abusivas, provocaram vacâncias de facto para escolher outros de sua preferência.(Benitez, 1972, 74).

Parece que quanto mais subordinado estava o país, mais importante resultava “inventar” - no sentido dado por Chauí (2000)-, um autonomismo inato e imemorial, algo que se manifestava desde o começo dos tempos. Além disso, a história fornecia material suficiente para justificar esta invenção, visto que a coletividade paraguaia desde cedo enfrentou o apetite anexionista dos portenhos. Esse sentimento autonomista é que se manifestou em diversas ocasiões e continua a ser uma marca do “ser” paraguaio.

> Num ordenamento sistemático dos fatores determinantes do espírito nacional, da postura

> autonomista, das causas da independência nacional quando chegou a hora, cabe mencionar:
> - a identificação com seu habitat territorial ou geográfico, que lhe deu uma definida idéia do seu território. Depois os governos posteriores à independência, especialmente o do Dr. José Gaspar Rodriguez de Francia, foram identificando os limites desse território. Na defesa desse habitat geográfico, o paraguaio de todas as épocas deu-se integralmente, sem reservas, sem medir a verdadeira certeza da urgência. Assim contra os indômitos : 'mbayá', 'payaguá' e 'guaicurús', assim contra os 'bandeirantes', assim contra as invasões inglesas ao Rio da Prata, mesmo que estas fossem um perigo distante. (Benitez, 1972, 75).

Note-se que a invenção do autonomismo “congênito” é derivada da própria natureza, já que, da “identificação com seu hábitat natural” passa-se, naturalmente à defesa do “hábitat geográfico” que, nada tem de natural, uma vez que esse hábitat (ou seja, os seus limites) é agora, atributo de um Estado. A mesma naturalização do autonomismo e do sentimento de pátria, encontra-se em Natalício González. Ele afirma, contrapondo-se ao liberal Eusébio Ayala [quem havia dito que a pátria não era a terra, mas seus cidadãos],

> na mente de um paraguaio a idéia da pátria não incorpora apenas as tradições herdadas do passado, não apenas o conjunto do seu povo, mas também a terra, a terra doce e suave, berço e sepulcro de seus maiores, berço e sepulcro de seus filhos. (González, 1935, 111) [destaque nosso]

E na mesma, linha embora em tom metafórico, descreve o “Paraguai Novo” por ele defendido:

> Erguido sobre seu solar histórico, fundando seus alicerces na terra materna, aspira a ser o lar da liberdade, hospitaleiro e benigno. As nações não podem renunciar à continuidade histórica, à riqueza ancestral que adormece na alma das massas. Devem ser como essas árvores seculares das selvas guaranis, que fundam suas raízes gigantescas nas profundezas do solo nutrício, para abrir suas copas nas alturas dos céus, expostas a todos os ventos, dando sua flor graciosa e esplêndida, seu fruto amargo ou doce, sua sombra sempre acolhedora, mas que são seus. (González, 1935, 86) [destaque nosso].

A postura autonomista, contudo, não se funda apenas na natureza, deve também incorporar experiências históricas e de acordo com Luis G. Benítez algumas delas podem ser

> em primeiro lugar, o sujeito de toda esta problemática histórica; o 'homem paraguaio' ou si se quer, o 'povo paraguaio' apresentou desde suas origens atitudes peculiares. Embora fosse produto da fusão hispano-indígena como quase todos os povos americanos, há que destacar que na sociedade paraguaia não houve o predomínio opressivo de nenhum elemento que fosse distorcer sua conduta. Por exemplo, alguma 'aristocracia' dominante, nem sequer a dos espanhóis e nem a influência depressiva de outros grupos étnicos [40]. Foi um povo materialmente pobre, mas civicamente altivo. (Benítez, 1972, 74) [destaque nosso].

Nada, porém tem tanta força nesta “invenção” quanto a valorização da Revolução Comunera protagonizada pelos paraguaios no fim do primeiro quartel do século XVIII que teria antecipado os princípios liberais, inclusive as revoluções americana e francesa. O mais importante

[40] Note-se de passagem, novamente aqui um elemento racista, visto que, a influência depressiva a que se refere só pode ser a dos negros africanos.

contudo, foi o sentimento de revolta que ficou sendo alimentado a partir daquele episódio e que deveria, com o passar de quase um século, provocar o movimento da independência nacional. O mesmo Benítez faz um balanço dessas conseqüências:

> porém de maior e insuspeitadas projeções foram as 'conseqüências' do grande movimento comunero do século XVIII, quer dizer, as sanções impostas à Província:
>
> a) a abolição da Real Cédula de 12 de setembro de 1537;
> b) a re-implantação do Porto Preciso de Santa Fé.
>
> Estas duas medidas, uma de caráter político e a outra econômica, impostas em 1735, contribuíram excepcionalmente para aglutinar a vontade da Província, orientada para a independência. Para a independência da Espanha por causas naturais e lógicas comuns a toda América Latina.
> Mas especialmente de uma decidida resistência a qualquer pretensão hegemônica de Buenos Aires, seja qual for sua roupagem. Porque para a Província, certamente o símbolo opressivo não residia certamente na metrópole mas no Rio da Prata, cujas cidades principais, Buenos Aires e Santa Fé, frutos do esforço humano e material do Paraguai, foram por rara ironia, as mais empenhadas em oprimir e explorar à Província fundadora. .(Benítez, 1972, 75).

Na mesma linha dos precedentes “históricos”, para sustentar a “invenção” nacionalista, figura a idéia da rebeldia inata dos habitantes daquelas terras a qual Manuel Dominguez vai postular na sua polêmica com Garmendia. Este reproduzira uma idéia com que

costumava se explicar a “passividade” dos paraguaios diante dos tiranos: a domesticação pelos jesuítas.

> O senhor crê que os jesuítas nos acostumaram à obediência passiva, erro vulgar que deriva de confundir o Paraguai com as Missões. O jesuíta dominou sobre o índio puro e sem mistura ao sul do Rio Tebicuary, índio que por não ter cruzado com o espanhol voltou aos seus bosques depois da expulsão da ordem. O colono mestiço em sua origem, branco logo depois, formou o povo paraguaio e esse colono, longe de se deixar dominar pelos jesuítas, odiava-o cordialmente. Duas ou três vezes decretou sua expulsão antes que Europa pensara em fazê-lo. Questão econômica acendeu o ódio do encomendeiro ao jesuíta: em prejuízo dos conquistadores e seus descendentes, o jesuíta havia se apoderado dos melhores campos e ervais do Paraguai. (Domínguez, 1918, 59).

1.4.2.4. A superioridade da nação paraguaia

O Paraguai foi a primeira República da América do Sul.

A “independência” do Paraguai, episódio com que se designou o golpe de Estado que depôs o Governador da Província, o espanhol Bernardo de Velazco em maio de 1811, terá um lugar de destaque no olimpo nacionalista. Os paraguaios ficaram revoltados pela covardia dos espanhóis na defesa da Província contra a invasão portenha de início de 1811. As tropas de Belgrano foram derrotadas por forças comandadas pelos paraguaios Cavañas e Gamarra nas batalhas de Tacuari e Paraguari e o fato cimentou nestes a convicção da inutilidade do governador. Após a queda de Velazco, Buenos Aires tentou

imediatamente submeter a província do Paraguai, induzindo a radicalização do movimento independentista. Foi em oposição às pressões anexionistas que se “legitimou” a ditadura do Dr. Francia, uma vez que os portenhos não renunciaram à idéia inicial de submeter todo o antigo território do Vice-Reinado do Rio da Prata a seu comando. A consciência do perigo argentino, habilmente utilizada pelo Dr. Francia para liquidar os partidos portenhista e espanholista, deu coesão à nascente república, e no dizer de Manuel Dominguez, explica porque

> aquela sociedade de irmãos tornou-se ciumenta, idolatrou sua independência. Acreditava que estivesse em perigo e com razão, antes, durante e depois de Rosas, e por isso, a amava com delírio, porque acreditava estivesse em perigo. (Domínguez, 1918, 39).

Surge então, nesse processo de contraposição ao fantasma da anexação, a idéia de nação e de nacionalidade.

> O paraguaio era e é amável, generoso, hospitaleiro, mas uma coisa o deixava e o deixa furioso: a idéia de que possa trocar de nacionalidade. É o seu ponto sensível. Cuidado com mexer nisso. [Demersay não sabia como explicar a sensibilidade patriótica do paraguaio a não ser dizendo que se tratava de um “patriotismo cego”] O Paraguai adiantou-se aos seus irmãos em ser NAÇÃO, uma coisa a parte. Desde o primeiro passo da independência, existiu a “alma da pátria”. (Domínguez, 1918, 39).

Esta condição de nação que o Paraguai alcançou antes do que as outras da América do sul seria uma das diferenças com relação aos seus vizinhos. Na construção do nacionalismo, porém, não basta ser

diferente, tem que ser melhor e, se a dura condição em que o país se encontrava impedia qualquer ufanismo, sempre era possível encontrar esta excelência no passado, ou então, inventá-la.[41]Algumas destas "excelências" era:

Até depois da guerra contra a Tríplice Aliança, no Paraguai não houve revoluções e distúrbios políticos. [42]

> não houve guerras fratricidas, nem bandos. Não se fracionou a sociedade a causa de partidos políticos mais ou menos patriotas, mais ou menos criminosos. Ranger quando veio ao Paraguai ficou impressionado e escreveu que nosso país "se distingue por um espírito de união que converte a toda a nação numa única família". Demersay não se esqueceu de dizer "A população apresenta a mais inteira uniformidade de costumes, de gostos, de hábitos e de sentimentos religiosos". [Para nosso inimigo declarado Washburn, somos "gente anômala sem semelhança com ninguém, nenhum país da América". (Domínguez, 1918, 39).

Não havia fanatismo religioso.

> No Paraguai não houve autos de fé. Os dentes da inquisição aqui não mordiam. Moldava-se ao meio pouco propício para perder a paciência buscando hereges. Ao militar sempre em campanha restava-lhe pouco tempo para dedicar-se ao fanatismo. O jesuíta, além disso, era odiado pelo encomendeiro: era tido como usurpador das missões. Depois de anos o Paraguai ainda é o povo menos fanático da

[41] A "superioridade" do Paraguai em face dos seus vizinhos é algo central no edifício simbólico nacionalista. Dada as condições do país, esta superioridade só podia ser "encontrada" num passado imaginário, pois, como afirma Hobsbawm "se não há nenhum passado satisfatório, sempre é possível inventá-lo". Também "o passado legitima. O passado fornece um pano de fundo mais glorioso a um presente que não tem muito que comemorar". (Hobsbawn, 1998).

[42] Evidentemente que esta circunstância será largamente utilizada para justificar uma certa vocação inata do Estado paraguaio para o despotismo.

América. O sacerdote que quer ser ouvido terá de falar tanto da pátria quanto do céu. (Domínguez, 1918, 37).

Era economicamente privilegiada e frugal.

Qual era a situação econômica do Paraguai em 1863? Era a idade de ouro da agricultura e da pecuária. O Paraguai produzia, relativamente, mais do que qualquer outro povo americano. Havia chegado ao maximum de produção com o minimum de consumo.
O povo, sem necessidades supérfluas era feliz em sua simplicidade. Não havia miséria - quase nem pobreza. Era chamado "o povo mais feliz da terra".
O pobre tomava dinheiro emprEstado do Tesouro e dos terrenos do Estado um pedaço que o Governo obrigava a cultivar, o que não era muito constitucional mas era muito conveniente.
Mendigos houve que percorrendo as estâncias das Missões e aceitando como esmola um boi aqui e outro acolá, voltava para casa com uma 'tropa' que lhe servia de plantel para ser rico. (Domínguez, 1918, 41).

Sabia porque devia proteger seu país.

Era superior por sua condição econômica no sentido que cada paraguaio tinha sua casa, seu terreno cultivado, seu rebanho, seu bem-estar e, desta situação também brotam energias. Há que se colocar no ponto de vista daqueles pastores e agricultores. O invasor tinha todas as características do conquistador; vinha destruir sua felicidade, o encanto em que vivia, esmagaria seu lar e com seu lar à pátria. Vinha a acorrentar o Paraguai! Desde o fracasso de Belgrano aguardava-se sua volta e seu ataque; os jornais de Rosas zombavam de nossa independência e isto provocava a raiva até de nossas mulheres. Acreditava-se que o inimigo degolaria as crianças e violentaria as mulheres. Pode ser que tenham se equivocado em parte nossos pais, mas este era seu modo de ver, e o pior do caso é que não podiam ver de modo diferente. O

> patriotismo assim era já instinto de conservação. O lar terá heróicos defensores. (Domínguez, 1918, 48).

Tinha a coesão e unidade nacional de que careciam o Brasil e a Argentina.

> O Paraguai era superior a cada aliado como NAÇÃO. Não era como a República Argentina, uma amálgama heterogênea de portenhos e provincianos, federais e unitários que se odiavam a morte; não estava como o Brasil fracionado em republicanos e monarquistas, em senhores e milhões de escravos. O Paraguai era uma unidade política, quiçá a mais compacta e homogênea que se viu jamais, com uma única vontade e um único sentimento: no momento de perigo haveria de se levantar como um só homem. (Domínguez, 1918, 48).

Em véspera da guerra era superior em instrução primária.

> Em 1862 funcionavam 435 escolas, custeadas pelo Estado com 24.524 alunos, sem contar, é claro com os estabelecimentos particulares. [Mensagem de Solano López ao Congresso de 1862, biblioteca do senhor Enrique S. López.] E, de passagem, comparemos esses dados com os dos nossos vizinhos: Em 1860 havia na Província de Buenos Aires, apenas 311 escolas com 17.479 escolares [Hutchinson: *Buenos Aires y otras províncias argentinas*, biblioteca do senhor Juan Silvano Godoi. Sobre o resto, consultar *Las Escuelas en el Paraguay*, por Manuel Dominguez]. Nas demais províncias quase não havia escolas. Na Bolívia com uma população três vezes maior que a do Paraguai, em 1861, houve apenas 8.000 alunos (Cortés). Quase trinta anos depois, em 1888, para pouco menos de 700.000 habitantes, a República Oriental do Uruguai contava com 380 escolas a que concorriam 18.070 alunos. Mas a Tríplice Aliança chamou de ***bárbaro*** ao Paraguai que em raça, índole e instrução primária era superior aos aliados! (Domínguez, 1918, 147).

Embora estes elementos não componham uma aberta exaltação da figura dos López, carregam atributos que explicam a conduta heróica do povo paraguaio durante a guerra, opõem-se às teorias liberais da regeneração e do cretinismo do paraguaio e pintam uma realidade quase idílica da época anterior à guerra. O contraste que significava este quadro idealizado com a condição social e econômica a que havia sido jogado o povo daquele país depois da guerra, explica a tremenda audiência que irá conquistando apesar da proscrição que pesava contra os López. Esta proscrição só será abolida oficialmente em 1936 e, embora a figura de López tenha sido na prática reabilitada aos poucos, oficialmente até 1936 ele ainda estava “fora da Lei”. Esta tensão está subjacente no relato que Ramón I. Cardozo faz de um episódio ocorrido em 1930.

> Entretanto, ocorreu um fato inusitado. Um grupo de "ultranacionalistas" instalaram-se um dia na Escola "General Diaz", seção masculina e fizeram uma festa ao Marechal López, fazendo cantar um hino escrito expressamente para essa ocasião pelo Sr. O´Leary. A direção geral não teve conhecimento do sucesso, mas, por uma matéria aparecida no "El Diario" em que se dizia que finalmente "o povo havia agido por conta própria introduzindo na escola o culto ao herói".
> Quer dizer, celebrava a violação de um estabelecimento de educação. Mandei apurar a ocorrência através do inspetor. Passei o assunto ao Conselho que resolveu proibir se repetisse a homenagem e advertiu à diretora. O assunto teve 'rabo'. Ataques no "La Unión" e interpelação na Câmara. O Ministro compareceu e defendeu o principio de autoridade. Neste caso, o Conselho não havia proibido o canto do hino ao Marechal, mas

> defendeu a autoridade que exercia sobre as escolas e que não podiam cada uma andar como quisessem. (Cardozo, 1991, 146).

1.4.3. Nacionalismo e crítica ao liberalismo – exaltação do Estado despótico

De acordo com Natalício González, o povo paraguaio foi a síntese da unidade étnica e do hábitat transformado durante a colônia no sentido que mais favoreceu sua índole guerreira e rural. Por isso, na hora da independência (1811) compareceu com uma personalidade própria e bem diferenciada, "enquanto seus vizinhos se consumiam em meio de frenética anarquia, na terra guarani surgiu um Estado forte, identificado com o destino coletivo, consciente de seus fins e seus métodos como instrumento de realização da grandeza nacional" (González, 1935, 45-46).

Natalício que está escrevendo isso em 1935, em plena crise do regime liberal, continua sua defesa dos regimes despóticos anteriores à guerra justificando sua adequação à idiossincrasia do povo paraguaio. O caráter ditatorial dos regimes de Francia e dos López não é explicado apenas pelas circunstâncias histórico sociais, econômicas etc., mas decorrem da natureza do "paraguaio"[43]. O Dr. Francia teria

[43] A longa série de golpes e contragolpes, revoluções e quarteladas que esses mesmos "paraguaios" protagonizaram após 1870, a "anarquia" em síntese, que tomou conta da República depois da guerra, decorria da implantação forçada, artificial do liberalismo. O regime "adequado" ao espírito do povo paraguaio, seria um regime forte – despótico.

interpretado acertadamente este “senso igualitário” do seu povo ao aplicar as suas principais medidas políticas:

> Francia não suprimiu apenas as castas aristocráticas para fundar a democracia paraguaia, explorando habilmente o profundo senso igualitário de seu povo, mas se declarou chefe da igreja e resolveu para sempre o problema religioso sobre a base da supremacia absoluta do Estado. (González, 1935, 47).

Esta frase é um programa político. O programa de Natalício, o programa do nacionalismo formulado em vésperas da queda do regime liberal. Aqui, a ditadura do Dr. Francia virou a “democracia paraguaia”, expressão (interpretada pelo ditador) do “profundo sentido igualitário” dos paraguaios (submetidos pela ditadura) e consagrou “para sempre” um princípio caro ao nacionalismo: “a supremacia absoluta do Estado”.

Com a glorificação dos governos de Francia e dos López, Natalício justifica também a relação paternalista destes com o povo, o que não deixa de revelar outro aspecto do programa implícito na construção nacionalista: o povo deve ser conduzido paternalmente por governos fortes. Ver-se-á mais adiante, o quanto esta matriz se realiza durante os governos de Estigarribia e Morínigo. Mas é o próprio Dom Carlos Antonio López que, em sua mensagem ao Congresso de 1854, justifica a necessidade dele [do governante] conduzir paternalmente a nação para que esta não tropece nos perigos que outras nações estavam padecendo.

> ... é necessário que por muitos anos o Paraguai continue nesta ordem e neste regime provisórios, que permitem melhorar e ainda aperfeiçoar, pouco a pouco, as instituições, modificando gradativamente as que existem e criando as que a experiência aconselhe, para que o povo se acostume a um uso regular e moderado de direitos que não conhece ainda. Se não se procede desse modo, o Paraguai não poderá gozar de paz sofrerá ao seu turno as grandes calamidades que atormentam os Estados vizinhos. O Governo está convencido de que este regime provisório [o dele] e gradativo é o único preservativo contra tais calamidades: o único pára-raios político que pode descarregar insensivelmente, sem fulguração, sem trovoadas, as nuvens tempestuosas que se acumulam na atmosfera do mundo e especialmente na do novo continente." (González, 1935, 48-49). [destaque nosso].

Dom Carlos sabia do que estava falando. Referia-se aos princípios liberais praticados nas repúblicas vizinhas que haviam, todas elas, estabelecido leis e constituições "teoricamente perfeitas, baseadas nos princípios mais luminosos que encerravam as idéias mais elevadas, justas e liberais", garantindo direitos primordiais, liberdade, prosperidade, igualdade, etc., mas, apesar disso tudo

> nenhuma dessas Repúblicas escapou de um despotismo, mais ou menos brutal e sanguinário, ou às revoluções e desordens mais ou menos freqüentes; prova incontestável de que para conservar a paz, a ordem pública, a liberdade precisa de algo mais do que constituições escritas e concebidas de repente. (González, 1935, 50).

O despotismo não pode ser apenas defendido negativamente, é preciso achar uma justificação positiva. Esta decorrerá das realizações econômicas dos governos lopiztas. Este Estado funda as

industrias básicas do país, realiza grandes obras públicas e cria organismos técnicos adequados para a revalorização da riqueza nacional.

> Constrói a primeira ferrovia e a primeira linha telegráfica do Rio da Prata; estabelece a fundição de ferro de Ybycuí, de onde saem armas e implementos agrícolas; surgem estaleiros, fábricas de papel, de enxofre, de pólvora, de artigos de louça, extraí-se salitre e exploram-se caleiras. O estanco da erva e outros produtos, e as indústrias estatais subvencionam as necessidades da administração pública e o povo quase desconhece os impostos. Contratam-se mais de duzentos técnicos, em sua maioria ingleses. Há engenheiros que ganham até cinco libras esterlinas por dia. (González, 1945, 119-120).

Esta promissora república soberana deu lugar ao Paraguai moderno e liberal que nasceu por obra e graça dos aliados da Tríplice Aliança. Com ela começaram todas as desgraças. O grande mal do Paraguai será o ordenamento “liberal” dado ao Estado, fazendo com que este fosse montado não para servir aos interesses da nação, como era na época dos López, mas aos interesses estrangeiros que lhe deram origem. Estabeleceu-se uma contradição entre o construtivo impulso coletivo da nação “em choque perpétuo com um Estado artificial e exótico, que pretende acomodar um povo inteiro, profundamente original, às necessidades de um mecanismo arbitrário” (González, 1935, 60).

Critica-se a artificialidade da Constituição, a falsidade da democracia e a degradação da soberania nacional.

> A experiência durou sessenta anos e não foi possível respeitar nunca a Constituição. Apenas foi promulgada, um Presidente a pisoteou, dissolvendo

> as câmaras legislativas. Anos depois, outro repetiu a façanha agravando-a com a dissolução do Poder Judiciário. Há um quarto de século não há uma única geração de paraguaios que não tenha conhecido o cárcere e o desterro. A verdade é que com o consentimento tácito ou explicito de todas as forças políticas que atuam no seio da democracia paraguaia, dá-se o caso de uma grande percentagem das leis vigentes no país serem inconstitucionais. (González, 1935, 66).

E se o país quiser ainda retomar o seu destino de grandeza, não tem outro remédio senão acabar com o Estado Liberal, é isto que Natalício e os nacionalistas defenderão em vésperas do golpe de 1936.

> O Paraguai busca a destruição do Estado Liberal que o oprime e desarticula e caminha à conquista de um Estado que sirva de instrumento a seu engrandecimento. O Estado liberal é um ente abstrato, que vive da ficção legalista: o Paraguai quer um Estado que seja um ente moral, animoso e criador como a vida. (González, 1935, 72).

1.3.4. Nacionalismo popular e cultura nacional

Na construção do nacionalismo lopizta terá muita importância a popularização do mito guerreiro de López e do heroísmo paraguaio durante a guerra. A criação de uma "cultura popular nacionalista" vai lhe fornecer o apoio político de que carecia na esfera estatal. Como foi dito, até 1936 pesou sobre Solano López uma terrível proscrição por traidor da pátria e inimigo da humanidade. E com López, ficava proscrito tudo que estivesse vinculado ao antigo regime. De acordo

com as memórias de Ramón I. Cardozo, nos meios oficiais ligados à cultura, também continuava vigente a condenação até as vésperas da guerra contra a Bolívia (1932-1935), apesar das pressões dos “ultranacionalistas”, que era como ele caracterizava aos lopiztas.

> 1927 Começou a agitar-se novamente a questão nacionalista, quer dizer "lopizta" porque no jargão dos monopolizadores do patriotismo, o "nacionalismo" é "lopizmo" como o "nacional-socialismo" alemão é o "hitlerismo".(Cardozo, 1991, 115).

> 1929 A luta empreendida pelos "ultranacionalistas", quer dizer "lopiztas", contra mim para tirar-me da direção da instrução primária, tal qual o tinham feito com Báez e Aponte, passou para os 'colorados' da imprensa e do Congresso. Buscavam algo para me incriminar e socavar a estabilidade do meu cargo. (Cardozo, 1991, 135).

Embora uma corrente de simpatia não tivesse desaparecido completamente no seio do povo, a intensa pressão exercida pelo regime liberal contra toda manifestação pró-lopizta coibia a incorporação daquele passado na cultura popular e a valorização do Marechal. As restrições liberais não atingiam apenas a história que devia ser contada às novas gerações, mas aplicava-se inclusive a tudo que não fosse emulação da “cultura civilizada” portenha ou européia. Havia, porém, um especial desprezo pelo guarani que era proibido de ser falado e cultivado nos meios mais “cultos”. A proibição se estendia às escolas onde se pretendeu bani-lo da vida de quase 90% das crianças, muitas

das quais só conheciam o idioma dos seus antepassados. É Cardozo quem relata um episódio significativo a esse respeito;

> Como instrumento de disciplina usavam-se umas fichas de madeira, mas as fichas não eram de premio mas de castigo para aquele em cujo poder se encontrasse. Era para perseguir aos que falassem guarani, o que estava terminantemente proibido. Se alguém estivesse de posse da sinistra ficha e ouvisse seu companheiro falar guarani, no ato passava a ficha para ele. Desse modo, o possuidor da indesejável ficha transformava-se em dedo-duro de seus colegas e dos amigos do doce idioma nativo... O mestre fazia a revista da classe e castigava o portador do vale. (Cardozo, 1991, 9).

A revalorização do guarani será um aspecto importante na construção nacionalista e será essencialmente um procedimento impulsionado pelas elites culturais que participavam da estruturação do pensamento nacionalista. Destaca-se, nesse sentido, o nome de Narciso R. Colmán que publicou “Ocara Poty” (Flores Silvestres) em 1921, primeiro livro de poemas em guarani, prefaciado por Juan E. O’Leary. Deve-se também a Colmán a catalogação e posterior publicação de ditados, refrões e adivinhações populares, quase todos eles em guarani, um dos primeiros e pioneiros estudos do folclore paraguaio.

A década que vai de 1920 a 1930 será marcada por uma espécie de renascimento da cultura nacionalista, com ênfase na poesia, no teatro e na musica popular. Em 1926, Félix Fernández estreou em Assunção a primeira peça teatral em guarani “Mborayjhu pajha” (Amor acabado) antecipando-se ao teatro do grande dramaturgo do idioma

guarani Dom Julio Correa. Félix Fernández foi também um dos mais destacados compositores de canções populares, dentre as quais Cerro Corá [44] canção que figura em qualquer antologia das canções patrióticas:

> Campamento[45], Campamento, lá em Cerro Corá
> de manhã, após o amanhecer, onde a nossa guerra acabou
> o Marechal no seu cavalo, com a espada desembainhada
> gritando "vencer ou morrer", atropelou os cambá[46].
>
> .....
>
> Campamento, Campamento, lá em Cerro Corá
> no meio de cerros e montes na cordilheira do Amambay
> morreu o Marechal López empunhando a tricolor
> não entregou sua bandeira defendendo o Paraguai.

Versos que na tradução do guarani para o português perdem muito de seu sentido, mas dão uma idéia do tipo de utilização das construções nacionalistas. Uma particularidade da cultura popular paraguaia posterior à década de 20, é precisamente a profusão de canções patrióticas que compõem o cancioneiro nacional. Esta circunstância revela a efetividade conseguida pelos ideólogos nacionalistas na propagação de suas idéias, uma vez que, para conquistar a adesão de uma população iletrada e majoritariamente guarani falante, não haveria melhor veículo de propaganda do que as canções repetidas por todos nos momentos de alegria ou de tristeza. As canções populares, diferentemente das marchas e hinos das

---

[44] Cerro Corá é o lugar onde foi morto Solano López ou seja, é o "altar" da mitologia nacionalista.

[45] "Campamento" ou seja acampamento, ficou aderido à designação do último acampamento de López, "campamento Cerro Corá".

[46] "Camba". Expressão depreciativa usada no Paraguai para designar os brasileiros. Significa literalmente "preto".

comemorações organizadas no âmbito do Estado, são cantadas espontaneamente pelo povo no seu dia-a-dia.

Os temas do cancioneiro são os mesmos de qualquer outro povo, os amores, a natureza, a pátria, gracejos e situações engraçadas. Mas ao lado destas, a quantidade de canções que exaltam o espírito guerreiro dos paraguaios é considerável. A iminência de uma nova guerra, desta vez contra a Bolívia pelo domínio do Chaco, estimulou ainda mais a criatividade popular na exaltação das qualidades combativas e, junto com isso, acentuou-se a reabilitação, no imaginário popular assim construído, de Solano López e do regime anterior à guerra contra a Tríplice Aliança.

Um autor em particular se destacou na produção destas canções. Emiliano Rigoberto Fernández. Este poeta e músico popular, nascido em 1896, compôs mais de mil canções, conhecidas em todo o território da República até hoje. Compôs sobre todos os temas, mas as canções que falam das guerras do 70 e a do Chaco são particularmente apreciadas.

Alguns versos de Emiliano falam da guerra contra a Tríplice Aliança; é o caso de *Tuyami* e *1º de março*. *Tuyami* relata um diálogo que o autor tem com um ex-combatente da guerra grande. Nesse diálogo, o ex-combatente relata episódios da batalha de Curupayty, em

tom vivo e dramático, que mais parece uma peça teatral. Seguem abaixo algumas estrofes de Tuyami (velhinho).

Andando certo dia numa manhã qualquer
Cruzou em meu caminho um homem bem velho
Que ao me ver, sentou-se a beira do caminho
Dando a impressão de um pássaro castigado.

Buenos dias, lhe disse aproximando-me dele
Tirando o chapéu e apertando-lhe a mão
Buen dia meu filho, respondeu-me levantando
E apertando minha mão voltou a sentar de novo.

Coitado, pensei para mim
Ao ver este homem tão cansado
Sentei-me ao seu lado debaixo da uma sombra fresca
E logo senti sua voz mexendo em meu coração.

Perguntei-lhe de repente:
Se era um ex-combatente do exercito de López
Sim senhor, me respondeu com sua voz calorosa
E muitas vezes a foice usei para matar os cambá

Eu sou, meu filho, veterano del setenta
Tinha vinte anos quando a guerra começou
Nos éramos do famoso batalhão quarenta
Aquela cavalaria de lanceiros que aterrorizava os inimigos

Lá em Sauce, Tuyuti, Boquerón, Tayï e Estero
Eu passei guerreando e por sorte sobrevivi
Por isso eu vi Diaz, Martinez, Caballero
Descabeçando aqueles negros e deixando sua ausência

Muito vezes, meu filho, eu vi explosões
Pelo amor de minha pátria muitos dias não dormi
E lá em Curupayty fizemos a maior chacina
O 22 de setembro do ano 66

Aquela batalha ainda vive em minhas retinas
Quando digo Curupayty meu peito se emociona
Parece que ainda vejo cortando aqueles cambás
E o General Diaz mandando: “fogo!”.

E naquela época, meu pai, éramos muitos?
Nada disso meu filho,apenas éramos cinco mil
Os aliados vinte mil, em colunas cheias
Amontoados como gafanhotos e do jeito que vinham viravam cinzas.

1º de Março é um hino popular que canta a gloria do Paraguai e a Solano López na comemoração da morte deste.

Com meu canto quero acordar todos os bons paraguaios
e fazer ouvir aos nossos velhos pais sobreviventes.
Vou tocar a alvorada para que todos ouçam no país
o que vou contar ao dedilhar o meu violão.

A minha casa já engalanei com fitas tricolores
para homenagear o primeiro de março que amanhece
com meus companheiros vamos fazer vivas a Solano López
leão imaculado que amou a terra paraguaia.

Juntaram-se contra nós três nações para nos destruir
nos agredindo com lanças e baionetas
mas tropeçaram ao entrar em Tuyuti em busca de batalha
e aí descobriram o que vale a raça guarani

E Solano López, homem verdadeiro amante de sua pátria,
seremos felizes se houver sobre a terra outro como tu
este canto para ti guardado em minha alma
brota em tua terra neste primeiro de março.

Viva o Paraguai estou gritando aqui no fundo do Chaco
para fazer uma canção da herança de López
e soltar no ar para que vá até Cerro Corá
sobre a sepultura onde está o nosso grande pai.

Mas foram as canções sobre a guerra do Chaco as que mais fizeram de Emiliano um poeta popular, no sentido de ser apreciado pelo grande público. Contribuiu para isso, o fato dele próprio ter sido “alistado” e lutado na guerra, propiciando que, na suas composições,

exprimisse os dramas dos paraguaios simples que iam ao combate, deixavam suas famílias, amores e lavouras, em nome do ideal patriótico. Os versos abaixo são de uma das canções mais famosas do Emiliano. Uma canção de despedida de um combatente que vai para a guerra contra a Bolívia.

> Ajhama Che china
> (Estou partindo minha prenda)
>
> Pelo amor à minha pátria
> vou deixar-te minha rainha
> Partirei rumo à fronteira
> para enfrentar os avas[47]
> Não quisera meu amor
> ser molhado por teu pranto
> mas ganhar a sua bênção.
>
> Meu fuzil já está bem limpo
> e querendo me encontrar.
> Tomando todos os cuidados
> venha amor ao meu encontro.
> Você verá o guarani [os paragauios]
> enfrentando os que despreza
> honrar o lugar deixado por López
> sob a sagrada bandeira.

Desde que começou a compor Emiliano publicou suas canções numa revista que se tornou, nos meios populares, mais lida do que qualquer jornal: *Ocara Poty cue mi*, fundada em 22 de julho de 1922. Esta revista publica até hoje, as canções e poemas dos artistas populares e foi, numa época de escassos recursos de divulgação cultural, um meio

[47] Expressão guarani com que se designa depreciativamente ao índio. Da mesma forma que "cambá" designa depreciativamente o negro.

de afirmação da ideologia nacionalista, que assim penetrou profundamente na mente dos paraguaios.

Capa de um exemplar de Ocara Poty Cué Mí

CAPÍTULO II - A QUESTÃO NACIONAL E O MOVIMENTO OPERÁRIO

2.1. A difícil apropriação da questão nacional pelo movimento operário latino-americano

O estudo do movimento operário paraguaio [48] exige ser enfocado como um aspecto do movimento operário latino-americano. Em primeiro lugar, porque compartilha com eles a mesma origem e uma herança histórica comum sedimentada ao longo de cinco séculos de constituição dos seus povos.

Mas além dessa circunstância há outra razão de peso para considerar a experiência paraguaia como parte da experiência continental. É que as ideologias e principais estruturas que o constituíram foram direta ou indiretamente influenciadas pelos movimentos latino-americanos, além de integrarem os mesmos organismos continentais.

Pode-se até afirmar que, no início, o movimento operário paraguaio foi uma extensão do latino-americano. É preciso perceber, que a economia paraguaia até final do século XIX, dificilmente poderia gerar "espontaneamente" um tipo de organização que na Europa demorou pelo menos 50 anos, depois da revolução industrial, para se constituir. As modalidades organizativas, os temas e as idéias das incipientes

[48] Por "movimento operário" entendemos as organizações dos trabalhadores assalariados, principalmente os partidos e sindicatos, constituindo objeto de especial atenção na reconstrução desse fenômeno as modalidades de suas lutas políticas e econômicas: as greves, boicotes, ocupações, insurreição, etc.

agrupações de trabalhadores no Paraguai foram o reflexo dos movimentos rio-platenses.

A constituição de organismos políticos e sindicais das classes trabalhadoras, tendo como eixo o operariado, teve sempre uma vocação internacionalista. Não foram apenas as organizações marxistas as que se reivindicavam sem fronteiras. Os prudonianos, os anarquistas, e diversas outras “seitas” e sociedades secretas européias, antes da Liga dos Comunistas (1847), já se diziam internacionalistas.

A constituição do movimento operário latino-americano no final do século XIX não foi diferente. Foram europeus exilados os que trouxeram as idéias radicais e revolucionárias e também os que promoveram a constituição das primeiras organizações operárias.

No Rio da Prata em particular, dado o intenso intercâmbio econômico e cultural das repúblicas do Uruguai, Argentina, Chile e Paraguai, estas influências logo se espalharam. Nos anos posteriores e à medida que as organizações operárias (a Segunda e Terceira Internacionais, a Internacional Sindical Vermelha, a Associação Internacional de Trabalhadores, etc.) ganhavam envergadura mundial, esta mútua influência será mais intensa, chegando a incorporar o proletariado brasileiro no circuito de organismos continentalmente articulados.

Daí ser impossível compreender os processos políticos pelos quais o proletariado paraguaio passou, se os isolarmos completamente do movimento latino-americano.

A nossa premissa é a de que as idéias políticas desempenham papel decisivo nos processos políticos. E sem nenhuma pretensão de lhes atribuir uma autonomia absoluta em face das relações econômicas, insistimos no poder de mobilizar as forças sociais que elas têm, quando penetram na mente e nos corações das massas. De outra parte, assim como todas as formas explicativas do social, as idéias políticas podem ser compreendidas e assimiladas em sociedades diferentes das que lhes deram origem. É o caso das doutrinas políticas do movimento operário. Originadas na Europa, num contexto já emancipado das relações feudais, serão assimiladas e enriquecidas em sociedades onde o peso das relações pré-capitalistas ainda é significativo.

A aplicação destas idéias em contextos diferentes exige adaptações e um critério de sua fecundidade é justamente a sua aplicabilidade. Quem pensa e formula, entretanto, são pessoas concretas que podem conseguir ou não fazer essas “traduções”. Elas podem ter mais ou menos aptidões, capacidade ou a ajuda de um meio propício para conseguir fazer uma adequação criativa das teorias e doutrinas políticas aos contextos determinados.

As doutrinas que embasaram o movimento operário, foram criadas na Europa, onde pela primeira vez se desenvolveram relações econômicas que permitiram às classes trabalhadoras, pensar-se como sujeitos históricos. A adequação destas doutrinas ao meio latino-americano, evidentemente defasado, quanto ao seu desenvolvimento capitalista, era um desafio gigantesco para os primeiros dirigentes que assumiram a tarefa de organizar a classe.

Uma característica das doutrinas operárias era seu internacionalismo, derivada da consciência que o capitalismo é um sistema mundial que atenua as diferenças nacionais, a ponto de praticamente aboli-las e não se detêm diante de fronteiras nem de limites. Contudo, esse internacionalismo, sempre lidou com dificuldades com o tipo de organização política que a modernidade capitalista propiciou, ou seja, com o sistema de estados nacionais.

Nem marxistas, nem anarquistas formularam de início uma doutrina coerente acerca das nações e do Estado nacional. No máximo este era visto na perspectiva de uma etapa no processo mais geral de emancipação da humanidade. E as elaborações posteriores de muitos de seus principais intelectuais tinham no mais das vezes uma finalidade mais tática do que teórica, quer dizer, subordinava-se a "questão nacional" ao programa mais geral de luta pelo comunismo, onde isso ia ser resolvido pela via de sua extinção gradativa.

Se essa abordagem foi suficiente para orientar a intervenção em países onde o capitalismo havia resolvido o “problema nacional”, ou seja, onde se haviam constituído em Estados nacionais autônomos e soberanos, não o foi, porém, em inúmeros países que ainda mantinham o *status* de colônia ou sofriam algum tipo de limitação séria de sua soberania. Nesses países, para os movimentos populares, fossem estes operários, camponeses, ou simplesmente nacionais, colocava-se com urgência o problema de sua existência como nação, o problema de sua soberania e do seu estado nacional.

As ex-colônias espanholas e o Brasil haviam-se constituído em estados nacionais num processo de emancipação política da Espanha e de Portugal, mas nem por isso haviam resolvido o problema de sua soberania plena, nem de instituições republicanas estáveis. Na verdade, a primeira em geral é condição para a segunda. Seja como for, todas elas tinham uma série de desafios estruturais pela frente para concluírem sua construção como nações.

Os dirigentes do movimento operário latino-americano vão intervir nas lutas sociais e políticas do seu tempo, com os instrumentos e limitações que a sua história lhes determinava. E se fracassaram nos seus intentos de emancipação social e nacional é importante refletir sobre as condições que os limitaram. Algumas das razões parecem ter sido as seguintes:

Um primeiro e sério obstáculo foi o tardio ingresso da América Latina no circulo das preocupações e formulações teóricas do movimento operário internacional. Isso ocorreu não apenas pelo alheamento geográfico em relação à Europa durante o século XIX, mas pela subalternidade conferida ao sub continente na elaboração dos principais dirigentes do movimento operário internacional. Para Marx e Engels os movimentos operários na América Latina eram incipientes e pouco desenvolvidos em razão de uma insuficiente industrialização.

De acordo com Aricó, Marx não teria conseguido se desvencilhar completamente de uma certa visão preconceituosa com relação à América Latina predominante no seu ambiente cultural e na sua formação intelectual inicial. Este ambiente era influenciado pela herança do filósofo Hegel dentro de cujo sistema a América era sucintamente condenada a ficar de fora pela sua “imaturidade”.

> Se, para Hegel, a história universal é a objetivação progressiva do espírito de si no Estado, e este pressupõe a nação enquanto realização objetiva do espírito nacional, só com o fato de se tornar nações (e, portanto, estados) pode encontrar a América seu lugar no mundo da história universal. Somente no futuro a América deixará de ser mera existência (*Realitat*) para ser necessária e, em conseqüência efetivamente “real” (Wirklichkeit), pois, “só quando a realidade tenha terminado seu processo de formação” pode encontrar seu lugar “na série das formas que a razão assume no mundo”. (Aricó, 1982, 125).

Profundamente influenciados por esta visão é que Marx e Engels não deram a devida importância aos processos históricos que estavam-se desenvolvendo no continente latino-americano a ponto de incorporá-los em sua elaboração teórica. Por outro lado, ao tempo em que eles estavam construindo sua teoria, as alterações que caracterizaram a época do imperialismo não estavam concluídas, sendo mais difícil perceber, por exemplo, a relação entre nações opressoras e oprimidas, fundamental para compreender os processos latino-americanos. Não é difícil avaliar o enorme efeito retardatário que esta atitude teria na construção do movimento operário nesta região.

Segundo, as duas correntes que influenciaram o nascente movimento operário no início do século XX tampouco assumiram como tarefa resolver este problema. Os anarquistas desprezavam qualquer coisa que sugerisse patriotismo, e os socialistas latino-americanos estavam mais próximos dos liberais do que do povo.

A II Internacional não fará qualquer avanço no sentido de incorporar a realidade latino-americana ao seu arcabouço teórico-político, apesar do Partido Socialista Argentino fazer parte de sua direção desde 1896. Além disso, havia na social-democracia internacional, dirigentes que justificavam um “colonialismo positivo”, que foi o caso de Bernstein, o qual, baseado na idéia de que o desenvolvimento do capitalismo nos países atrasados era progressista em princípio, justificava a manutenção

de colônias mesmo no caso dos socialistas tomarem o poder numa metrópole. A esta tese o principal teórico da Internacional Socialista Karl Kautsky opôs uma moderada resistência. Kautsky, em oposição à tese bernsteiniana, propunha deslocar o eixo da discussão do problema colonial para o da revolução socialista na Europa, a partir do qual seria mais fácil estender o socialismo para as colônias. Quem vai se opor frontalmente às teses do Bernstein será Lênin o qual caracterizará a posição daquele como "social-imperialista". Mas o pensamento de Lênin não representa a tradição da II Internacional. [49]

Os socialistas latino-americanos, com exceção talvez do partido chileno dirigido por Emilio Recabarren, não chegaram a assimilar o marxismo. A partir de uma transposição mecânica da realidade européia, tenderam a absolutizar o método parlamentar de intervenção e a luta por reformas pacíficas no interior de sociedades muito diversas da dos modelos europeus. O Partido Socialista Argentino, dirigido por Juan B. Justo que influenciou fortemente os socialistas uruguaios e brasileiros, teve desde sua fundação uma orientação antimarxista, utilizando uma filosofia eclética, mistura de teorias positivistas e kantianas. Na prática foram a reboque da burguesia liberal e apoiaram os modelos de estados liberais que tentavam democratizar mediante a pressão operária. Não desenvolveram, portanto, nenhuma formulação que desse conta das peculiaridades das formações sociais latino-americanas.

---

[49] Ver a crítica de Lênin em A Falência da II Internacional (Lênin, 1979).

Os anarquistas por seu turno eram avessos a incorporar qualquer preocupação nacional em seu horizonte político. Uma das características do anarquismo do ponto de vista doutrinário, consistia precisamente no seu acendrado cosmopolitismo. Para os anarquistas a pátria é uma idéia burguesa que seria abolida junto com a propriedade privada, o governo e as religiões. A formulação de qualquer teoria que explicasse a especificidade nacional estava completamente fora do seu universo de preocupações. Particularmente dramática se evidenciará a conseqüência do desprezo por formular uma resposta operária à questão nacional, no caso dos anarquistas mexicanos durante a revolução de 1910-1920. Nela, a organização anarquista “Casa del Obrero Mundial” forneceu até tropas operárias ao governo de Carranza para esmagar a revolta camponesa de Zapata, numa demonstração da incompreensão do que significava a luta zapatista como caminho para uma revolução nacional mais avançada, incompreensão também de quem era seu aliado natural.

Terceiro, uma circunstância que limitou as potencialidades programáticas de anarquistas e socialistas foi o fato deles enfrentarem na América Latina oligarquias agrárias e comerciais, opositores diferentes, portanto, do adversário típico de suas matrizes européias. Contudo, e apesar de suas deficiências, socialistas e anarquistas conseguiram dar visibilidade à classe operária em todos os países latino-americanos,

fundaram organismos tipicamente operários: os sindicatos e ainda a forma superior de organização que foram os partidos políticos

O período que vai de 1900 a 1930 foi uma época de predomínio das oligarquias agrárias latifundiárias, classe social que de um modo geral em todos os países havia conseguido impor a unidade nacional garantindo sua supremacia. Este predomínio decorria do fato do capitalismo estar-se desenvolvendo na América Latina *dentro* da matriz latifundiária e pré-capitalista e não *contra* ela.

A independência das colônias espanholas e do Brasil não propiciou a substituição das antigas relações de produção baseadas na grande propriedade. Houve, antes a acomodação dessas estruturas às condições do comércio internacional, acomodação de resto induzida pelos capitalistas europeus que se beneficiaram do atraso relativo das ex-colônias. Não houve uma ruptura com a economia colonial, nem a independência foi resultado de projetos de desenvolvimentos autônomos encabeçados por setores burgueses nacionais. A rigor, não havia, naquele momento, uma burguesia nacional.

As classes dirigentes eram as oligarquias agrárias e comerciais que agiam como meros intermediários num processo de acumulação de capitais fora de seus países. A esse respeito aponta Laclau (In Godio, 1985) a possibilidade de, sob certas condições em países dependentes, se dar a correspondência histórica entre uma

formação econômico-social em que predomina o modo de produção capitalista (e onde teoricamente deve haver acumulação de capitais) e a incorporação destes na reprodução ampliada na metrópole. A condição para que isso ocorra é que o desenvolvimento tenha-se processado, não contra a velha estrutura produtiva, mas dentro dela.

> No caso latino-americano, a condição "integradora" foi o próprio monopólio da terra, que era uma condição pré-existente à expansão que pode se adaptar às exigências colocadas pela economia internacional na segunda metade do século XIX (Godio, 1985; pág. 83).

Dessa forma evitou-se a possibilidade de um desenvolvimento capitalista autônomo e a emergência duma burguesia que disputasse a hegemonia com as velhas oligarquias. Os projetos "nacionais" predominantes nesse período foram os dessas oligarquias, tanto é assim que, mesmo tendo sido afastadas do centro do poder por um movimento liberal populista como foi o caso do radicalismo na Argentina ou do constitucionalismo no México, os projetos oligárquicos somente perderão vigência com a crise de 1929-30, quando será encerrada a possibilidade de continuar sustentando uma forma de acumulação fundamentada na exportação de produtos primários. Ao menos no Brasil, Argentina, México e Chile, estas formas ultrapassadas deram lugar ao modelo de substituição de importações, no plano da economia, e a importantes mudanças modernizadoras no plano da organização dos Estados.

Evidentemente que esta “particularidade” do desenvolvimento capitalista latino-americano devia dificultar muito a construção de uma explicação programática por parte do jovem movimento operário, carente de uma tradição intelectual sedimentada na reflexão sobre as condições próprias e habituada a assimilar modelos explicativos que haviam sido elaborados nos centros europeus.

As primeiras respostas originais só serão tentadas na década de 20 e já sob a inspiração da Revolução bolchevique e dos primeiros enfrentamentos com movimentos nacional-democráticos. A revolução encabeçada pelo partido de Lênin provocou, como não podia deixar de provocar, uma profunda comoção na mentalidade dos trabalhadores do continente.

O exemplo de uma revolução que se colocava pela destruição do regime czarista e do regime burguês, ao mesmo tempo, despertou as mais vivas esperanças na possibilidade de se trilhar caminho semelhante. Para muitos socialistas e anarquistas a experiência da revolução russa significou a realização da “utopia”, e o movimento de divisão dentro dessas correntes acelerou-se. Emergiram por toda parte correntes pró-bolcheviques, entre socialistas e anarquistas, precipitando as rupturas que já vinham-se processando e prepararam o surgimento

dos partidos comunistas[50]. Nasceu, então, uma nova corrente no movimento operário latino-americano que passou a disputar com socialistas e anarquistas a direção política da classe: o comunismo.

Mas a revolução russa não afetou apenas o movimento operário. Movimentos da pequena burguesia, e até da burguesia, que já vinham levantando em diversos países bandeiras em defesa de um desenvolvimento autônomo, também foram afetadas pelo exemplo da vitória bolchevique. O evento mais significativo, nesse sentido, foi a revolta estudantil de Córdoba de 1918, conhecida como movimento pela "Reforma Universitária".

O movimento reformista que se iniciou como protesto contra a opressão clerical e o sistema estamental universitário logo explicitou seu conteúdo democrático e antiimperialista, tornando-se com o tempo matriz de partidos e movimentos importantes no continente. Da Reforma Universitária surgiu a corrente de Haya de la Torre que fundou a APRA (Alianza Popular Revolucionaria Americana) no Peru. Mas a Reforma também gerou o partido comunista cubano, fundado por Julio Mella. No Paraguai, o "*Nuevo Ideario Nacional*", reivindicou em 1928 sua filiação ao movimento da reforma cordobesa[51].

---

[50] Apenas como ilustração, o Partido Comunista mexicano surgiu a partir de uma ruptura no anarquismo e o Partido Comunista argentino de uma ruptura no socialismo. No Brasil, o PCB surgiu de uma junção de anarquistas, anarcosindicalistas e socialistas.

[51] No Brasil, de acordo com Portantiero, a vanguarda da pequena-burguesia não se expressou na Universidade, mas no movimento de jovens militares, o "tenentismo", um de cujos dirigentes principais aderiu mais tarde ao comunismo. Somente em fins da década de 20 é que o

Na década de 20 serão constituídos os primeiros partidos comunistas vinculados à III Internacional. O PC do México foi fundado em 1919, o PC do Brasil em 1922, o PC argentino em 1921, o PC uruguaio em 1920, o PC chileno em 1922, o PC cubano em 1925, o PC colombiano em 1922, o PC equatoriano em 1926, e em 1927 se funda o partido socialista no Peru, inspirado em José Carlos Mariátegui e transformado em partido comunista em 1930. O partido comunista paraguaio foi fundado em 1928, embora houvesse um agrupamento aparentemente reconhecido pela III Internacional desde 1924, mas que acabou se dissolvendo.

Inicialmente, porém, isso não redundou numa elaboração programática que superasse as insuficiências do período anterior. O contexto em que as seções da III Internacional irão disputar a direção do movimento tinha alguns componentes novos. Se de um lado o surgimento das correntes comunistas coincidia com o retrocesso da influência dos anarquistas e socialistas, durante e depois da década de 20, o cenário estará ocupado também pelas correntes nacionalistas e por movimentos de massa inspirados nesta perspectiva.

A vigência das correntes nacionalistas deve-se a algumas circunstâncias próprias da sociedade latino-americana dentre as quais vale a pena mencionar: a presença de uma classe média urbana, porém

---

movimento universitário brasileiro conseguirá seus primeiros êxitos sob inspiração do movimento reformista de Córdoba. (Portantiero, 1978, 67).

alijada do controle do Estado; a existência, em alguns países, de um setor industrial incipientemente estruturado desde fins do século XIX, cujo dinamismo será acelerado no período da guerra durante o qual este setor começa a suprir parte dos produtos antes importados; a substituição da influência inglesa pela norte-americana, processo que em alguns casos estimulará a implantação de indústrias, mas que, de um modo geral, ajudará aos setores não-oligárquicos tradicionais a visualizarem a possibilidade de um desenvolvimento capitalista autônomo.

Desde começos do século XX já é possível perceber a presença de grupos vinculados à burguesia defendendo uma via "nacional" de desenvolvimento capitalista. Mas só depois da revolução mexicana e do movimento constitucionalista, de um lado, e do governo de Yrigoyen na Argentina, de outro, estas correntes conseguiram influência nas massas, amplificando para todo o continente a perspectiva autonomista. A vantagem que esses movimentos nacional-democráticos tinham sobre o anarquismo e o socialismo era que permitiam aos trabalhadores participar de frentes nacionais e populares propiciando a estes a sua identificação como classe nacional. Isso se demonstrou particularmente importante na conquista para a atividade política dos trabalhadores imigrantes, naqueles países onde houve muita imigração.

Os jovens partidos comunistas irão disputar a direção das massas trabalhadoras com as correntes "nacional-populares"

(yrigoyenismo, battlismo, etc.) Nessa disputa é que se verificará ser decisiva a capacidade de produzir uma explicação das sociedades latino-americanas que refletisse o movimento histórico concreto de sua constituição. Foi nessa disputa, que se manifestou com toda dramaticidade o atraso teórico da Internacional Comunista em dar conta dessa especificidade na orientação às suas seções do continente.

Nos primeiros anos de existência deste organismo, a política para a América Latina careceu de uma análise específica que fundamentasse a intervenção. A atuação dos partidos comunistas era apenas inspirada nas teses e resoluções da Internacional Comunista sobre a questão colonial [52], cujo foco principal era a situação oriental, principalmente a China. A outra linha de intervenção enfatizava a unidade com o proletariado norte-americano. Numa resolução do IV Congresso da Internacional Comunista, de novembro de 1922 se lê:

> Camaradas, os operários e os camponeses da América do Sul ainda não têm organizações de luta de classe disciplinadas e a necessária unidade de ação. Vossa classe dominante se apóia no formidável poder dos Estados Unidos para esmagar vossos esforços, reprimir vossas ações libertadoras

[52] O Segundo Congresso da Internacional Comunista, por exemplo, aprovou em 1920 umas "teses sobre os problemas nacional e colonial". O ponto 11 desse documento determina que: "No que se refere aos Estados e às nações mais atrasadas, onde predominam as relações feudais, patriarcais ou patriarcal-camponesas é preciso considerar principalmente":

"1) A obrigação de todos os partidos comunistas de ajudar o movimento democrático-burguês de libertação nesses países: o dever de prestar a ajuda mais ativa incumbe, em primeiro lugar aos operários do país do qual, no sentido colonial ou financeiro, depende a nação atrasada;

4) A necessidade de apoiar especialmente o movimento camponês nos países atrasados contra os latifundiários, contra a grande propriedade territorial, contra toda classe de manifestações ou restos do feudalismo...." (Internacional Comunista, 1981; pág. 155).

> e impedir qualquer tentativa revolucionária de vossas massas oprimidas.
> Operários e camponeses! A Internacional Comunista vos chama. Não se esqueçam de que nos Estados Unidos há comunistas dispostos a ajudá-los na luta revolucionária. A luta comum dos proletários de todos os Estados da América contra todos os capitalistas americanos solidários é uma necessidade vital para a classe explorada. *Ela se apresenta como o único caminho para vossa salvação*. (In Löwy, 1999; pág. 85) [o destaque é nosso].

A importância atribuída ao proletariado norte-americano era reflexo da análise feita pelos bolcheviques logo após a tomada do poder em 1917, segundo a qual era vital para o destino da revolução que o proletariado dos países mais desenvolvidos tomassem o poder. A reversão dessa previsão e o isolamento da revolução russa explicam o recuo desta perspectiva de revolução iminente.

Somente a partir de março de 1926 é que se refletem os problemas latino-americanos na política da Internacional Comunista.

> Esta mudança de perspectiva irrompeu, com toda sua força, nos debates do VI Congresso do Komintern (17 de julho a 1º de setembro de 1928). Este congresso foi considerado o momento do descobrimento da América Latina pelo Komintern tanto pelo número de organizações partidárias representadas, como pela especial atenção dada aos problemas do movimento revolucionário e comunista latino-americano. (Aricó, 1982; pág. 31)

Mas a descoberta não significou que se avançasse no fechamento da brecha teórica. Os partidos comunistas, formados sobre a base de dissidências de socialistas e/ou anarquistas, herdaram deles o

descuido, quando não o desprezo por essa tarefa. É que as dissidências não se deviam a conflitos programáticos, mas à simpatia ou antipatia pela revolução russa. Ao contrário das correntes européias, que no seio da Segunda Internacional criaram as bases da Internacional Comunista, precisamente porque enfrentaram uma aguda disputa teórica e política que lhes foi dando a consistência suficiente para romper com a tradição e a autoridade da social-democracia.

A ausência de um trabalho de acumulação prévia de crítica programática e construção de alternativas teóricas deixou os jovens partidos comunistas latino-americanos expostos à autoridade política do centro que elaborava, o que, na fase posterior de burocratização da Internacional Comunista, trará conseqüências nefastas ao movimento. A estalinização do movimento comunista erradicou gradativamente qualquer espaço para crítica e dissenso, passando a prevalecer apenas a "linha oficial".

Entre os anos 1920 e 1930, porém, houve ainda uma disputa no seio do movimento operário "oficial", principalmente ligado à Internacional Comunista, entre uma corrente que enfatizava o excepcionalismo "indo-americano" [53] e outra que enxergava nos processos latino-americanos a repetição, mais ou menos mecânica, das etapas de desenvolvimento capitalista transcorridos na Europa.

---

[53] Sobre a denominação de "indo-americano", vale indicar que foi assim que intelectuais como Mariátegui e Haya de la Torre vão designar o nosso sub-continente, em oposição a "latino-americano" que fora cunhado pelos franceses no século XIX sob Luis Napoleão.

A manifestação mais acabada da corrente do excepcionalismo foi a representada pelas formulações do peruano Victor Raul Haya de la Torre, o qual tentando absolutizar a especificidade da América Latina concluiu afirmando que o marxismo não se aplicava ao nosso continente. Segundo Haya de la Torre

> o aprismo formula uma nova interpretação do marxismo para América Latina, transferindo o conceito einsteiniano de espaço-tempo para o domínio sócio-histórico com vistas a dar conta desse aglomerado complexo de regiões e raças, de formas de produção e de cultura. O aprismo nega e transcende o marxismo. (In Löwy, 1999; pág. 10).

Para Haya de la Torre, o que está colocado para os povos da América Latina não é uma revolução socialista, mas uma revolução que conquiste a independência efetiva desses países e promova um desenvolvimento capitalista autônomo. Conseqüente com isso fazia uma distinção entre o capital imperialista que se devia combater e o capital estrangeiro que era bem-vindo, uma vez que havia necessidade dele. Mas defendia o controle do mesmo pelos Estados. Como corolário dessa formulação, propunha a constituição de uma frente única das classes oprimidas sob a hegemonia da pequena-burguesia, porque segundo ele, nem o proletariado nem o campesinato estavam aptos a dirigir esse processo devido ao seu atraso cultural.

Embora as formulações de Haya de la Torre tenham se distanciado progressivamente do movimento operário até se tornar

oponente a ele[54], a importância delas reside em que representou uma tentativa de integrar à analise teórica a especificidade latino-americana. A APRA não chegou a realizar nenhuma tentativa de implementação de suas propostas, porque, no Peru, só chegou ao poder na década de 80, numa época em que já havia perdido suas características "anti-imperialistas". Mesmo assim, foi referência de diversos movimentos que ocorreram na América Latina e veremos como no Paraguai, vários grupos tentaram se apropriar de suas idéias.

A outra corrente - a que acabou prevalecendo - foi a corrente "eurocentrista". Esta corrente limitou-se a transplantar os esquemas de desenvolvimento europeu à realidade latino-americana. Principalmente após a morte de Lênin, o marxismo foi transformado num

> ...leito de Procusto, sobre o qual a realidade era impiedosamente "recortada" ou "esticada" conforme as necessidades do momento. Usando esse método a estrutura agrária do continente foi classificada como feudal, a burguesia local considerada como progressista, ou mesmo revolucionária, o campesinato definido como hostil ao socialismo coletivista, etc. Nessa problemática, toda a especificidade da América Latina foi implícita ou explicitamente negada, e o continente concebido como uma espécie de Europa tropical, com seu desenvolvimento retardado de um século, e sob

[54] Em 1928 Haya de la Torre manterá uma polêmica com o comunista argentino Paulino González Alberdi sobre a teoria de Haya segundo a qual a direção da Frente Única das Classes Oprimidas, defendida por ele, corresponderia à pequena-burguesia e não ao proletariado. Nessa polêmica contra Haya de la Torre, além de Alberdi, também participará o comunista cubano Julio Antonio Mella, quem num folheto denominado "¿Que es el APRA?" condenará o dirigente da APRA pelo seu nacionalismo, descaracterizando qualquer contribuição de Haya de la Torre na tentativa de compreender a realidade latino-americana.

> domínio do império norte-americano. (Löwy, 1999: 11).

Curiosamente, também de acordo com Löwy, ambas perspectivas chegaram à mesma conclusão fundamental: o socialismo não estava na ordem do dia na América Latina.

Mais tarde, investigadores marxistas nas décadas de 40 e 50, como Caio Prado Jr., Sergio Bagú ou Marcelo Segall, negaram que as formações sociais latino-americanas tivessem sido originalmente versões locais do feudalismo europeu. Partindo dessas investigações, André Gunder Frank, Luis Vitale e outros desenvolveram uma análise da dimensão especificamente capitalista da estrutura produtiva latino-americana e da sua combinação com formas pré-capitalistas, enfatizando que a evolução de suas etapas socioeconômicas não foi idêntica àquela vivida pela Europa desde a Idade Média até a era do capitalismo industrial

Contudo, é possível observar que a Internacional Comunista fez nos seus primeiros anos algumas tentativas de armar suas seções com uma orientação mais próxima àquela que os países latino-americanos exigiam. Num documento assinado pelo Comitê Executivo da Internacional Comunista em 1921 sobre a Revolução na América se lê:

> O Partido Comunista tem de penetrar entre os camponeses. Não com fórmulas e teorias abstratas, mas com um programa prático, capaz de incitá-los a atacar os grandes latifundiários e os capitalistas. A união revolucionária entre a classe camponesa pobre e a classe operária é indispensável; a revolução proletária é a única capaz de libertar o

> campesinato, acabando com o poder do capital, e a revolução agrária é a única que pode preservar a revolução proletária do perigo de esmagamento pela contra-revolução. (Löwy, 1999, 81).

Assim mesmo, na década de vinte ainda era possível encontrar alguns dirigentes que permaneciam críticos e criativos, conseguindo enxergar a realidade não apenas pela lente de Stalin. Foi o caso do peruano José Carlos Mariátegui e do cubano Julio Antonio Mella.

A originalidade de Mariátegui foi a de ter percebido, a partir da compreensão da realidade peruana, que a possibilidade de repetir mecanicamente as fases do desenvolvimento histórico da Europa, estava interditada na América Latina. A conclusão dessa forma de ver a realidade opôs Mariátegui à ortodoxia estalinista, pois que na sua visão, a revolução na América Latina, só podia ter um caráter socialista, negando a “etapa democrático-burguesa” o que os Partidos Comunistas oficiais pregavam.

Segundo o ponto de vista da Internacional Comunista, estava implícito que os Estados latino-americanos poderiam alcançar este estágio na forma de um capitalismo soberano, autônomo em relação à dominação estrangeira. Mariátegui rejeitou esse modelo, já que, segundo ele, as burguesias latino-americanas chegaram muito tarde na história e no contexto do capitalismo e estavam condenadas à dependência e submissão ao grande capital internacional que oprime essas nações. Disto se depreende que a única alternativa para essas sociedades

trilharem o caminho da independência efetiva e superar o atraso era o socialismo. As posições de Mariátegui serão condenadas pela direção da Internacional Comunista e só serão retomadas mais recentemente, nos anos 60 com a crise do estalinismo e a Revolução Cubana.

O outro dirigente que refletiu a questão do nacionalismo e da libertação nacional foi Mella, o revolucionário cubano. Este propunha, no caso da luta do proletariado cubano, uma frente única anti-imperialista integrada por trabalhadores de todas as tendências, camponeses, estudantes e intelectuais independentes, mas recusava-se a incluir a burguesia nacional que ele via como cúmplice da dominação norte-americana. Também apoiou entusiasticamente o movimento de Sandino que lutava contra a invasão norte-americana, mas se opôs firmemente à APRA. Profundamente integrado às tradições do seu povo, considerava-se discípulo de Martí, dirigente da independência cubana.

Na década de 30 se consolida a orientação estalinista. Isto implicou, além do atrelamento dos partidos comunistas aos interesses do Estado Soviético, a consagração da doutrina da revolução por etapas e do bloco das quatro classes (o proletariado, o campesinato, a pequena-burguesia e a burguesia nacional). A finalidade desta teoria era fundamentar a tese de que na América Latina estava colocada a realização da etapa nacional-democrática, pois nestes países, segundo Stalin, as condições não estavam “maduras” para a revolução socialista

devido à estrutura semifeudal e economicamente atrasada deles. Dessa forma, resolve-se antecipadamente e sem a necessidade de um exame específico de cada sociedade a orientação que o movimento operário deveria seguir.

Um passo a mais nessa mesma linha será dado após o VII Congresso da Internacional Comunista em 1935, que deliberou pela tática das frentes anti-fascistas. No contexto de pré-guerra e de ascensão do nazi-fascismo, cada partido comunista começará a procurar aliados para constituir as respectivas frentes e na falta de verdadeiros partidos social-democratas, as alianças serão realizadas com partidos burgueses, liberais, nacionalistas ou simplesmente não-fascistas.

> Na Colômbia, o PC apoiou o Partido Liberal ... De maneira similar, o PC mexicano rompeu com o General Mujica, líder da esquerda do Partido da Revolução Mexicana (o partido governante), em 1939, para apoiar a ala moderada, representada por Ávila Camacho. Em Cuba, o PC, não conseguindo encontrar aliados social-democratas, liberais ou democratas, finalmente apoiou Fulguêncio Batista em janeiro de 1939, pela simples razão de que tinha uma linha de “colaboração eficaz entre Cuba e os Estados Unidos contra a ameaça fascista”. (Löwy, 1999; pág. 29).

É possível distinguir duas etapas na história das frentes antifascistas. A primeira que vai de 1936 a 1941 na qual a frente antifascista fazia também a denúncia do imperialismo em geral, não se restringindo ao belicismo anti-germânico. Esta é uma etapa de transição para a seguinte, a etapa da *Frente Nacional Antifascista*, que se estende

de 1941 a 1945, aplicada durante a guerra na qual a União Soviética estará aliada aos Estados Unidos e Inglaterra. Nesta segunda etapa se interrompe toda alusão ao imperialismo inglês e norte-americano e predomina a defesa da democracia contra o fascismo, mote central da política dos partidos comunistas nesse período.

A política das frentes antifascistas ou frentes-populares, não alterou substancialmente a caracterização geral realizada já no período anterior, da revolução por etapas, da teoria dos quatro blocos e a sua conseqüência: do caráter democrático-burguês da revolução latino-americana com hegemonia da burguesia progressista. De um modo geral esta será a orientação que todos os partidos comunistas deram ao movimento onde eles o dirigiam. Onde o movimento não era dirigido por eles, terminaram por apoiar blocos dirigidos pelas burguesias nacionais com o mesmo argumento; foi o caso do México, onde o PC apoiou o cardenismo e promoveu junto com um dos seus mais importantes expoentes, Vicente Lombardo Toledano, a experiência continental da CTAL (Confederación de Trabajadores de América Latina), central latino-americana criada sob patrocínio do General Cárdenas e que serviu a uma particular política de colaboração de classes durante toda a Segunda Guerra Mundial.

O movimento operário latino-americano encontrou muitos obstáculos na tarefa de responder à questão nacional. O maior deles, no

entanto, foi o predomínio da orientação estalinista que acabou por se estabelecer nas décadas de 1930 e 1940. Necessidades geopolíticas do Estado Soviético forçaram a formação de uma aliança tática com os ingleses e norte-americanos. Para justificar essa virada a orientação soviética teve que obscurecer a opressão dos países latino-americanos por estas potências. A preponderância desta política castrou o surgimento de um pensamento original e subordinou o movimento das idéias à ortodoxia do Partido Comunista Soviético, justificando na ação prática, alianças com setores muitas vezes antinacionais.

As outras correntes, como a do sindicalismo cardenista, o socialismo e o aprismo também transitaram nesse período por posições semelhantes à dos comunistas, principalmente na formação de alianças políticas que deram sustentação às chamadas “burguesias nacionais”. As exceções, como já dissemos, foram as formulações do Maráteguí e Mella, e a tentativa dos operários bolivianos antes da revolução de 1952, que veremos em seguida.

2.2. Independência de classe e processos políticos: as relações do movimento operário com o peronismo e o MNR

A comparação da experiência paraguaia com a de alguns outros países pode ajudar a precisar melhor as relações entre movimento operário e nacionalismo, seus pontos em comum e suas peculiaridades. Com este fim escolhemos os casos argentino e boliviano.

Na Argentina a classe operária, através de suas principais organizações sindicais, integrou-se ao peronismo na década de 1940, tornando-se um fator importante na sustentação do regime instalado por Perón desde 1946. Seguiu assim uma trajetória semelhante à que já antes seguira o movimento operário paraguaio, embora diferisse enormemente deste quanto ao tamanho e ao grau de desenvolvimento de sua economia. Dessa maneira, pode-se afirmar que tanto na Argentina quanto no Paraguai a classe operária subordinou-se a correntes burguesas nacionalistas e ambas terminaram desarmadas no fim da década de 40. Na Bolívia, ao contrário, apesar desse país ser mais parecido com o Paraguai quanto ao seu desenvolvimento econômico, o seu movimento operário teve o comportamento oposto ao paraguaio.

Uma das diferenças fundamentais entre a estrutura econômica da Argentina e a do Paraguai é que naquele país a crise dos anos 29 e 30 induziu um processo de industrialização por substituição de importações. A instauração desta indústria nacional foi acompanhada de uma série de mudanças no plano das relações políticas, na estrutura do Estado, na legislação social e econômica, etc. No meio da década de 1930 a Argentina era já considerada uma das potências do subcontinente.

A economia paraguaia não pôde mostrar o mesmo desempenho. Longe disso, depois da guerra contra a Bolívia, só muito lentamente o país conseguirá retomar os níveis de produção anteriores à

crise. E embora os governos nacional-revolucionários tenham implementado mudanças modernizadoras, estas não alcançaram o mesmo impacto que mudanças semelhantes tiveram nos outros países. A superação do atraso e a subordinação da economia paraguaia não foram resolvidas pelos governos desse período.

A Bolívia, apesar de ter algumas particularidades de sua estrutura econômica que a distinguiam do Paraguai, principalmente o papel destacado da oligarquia mineira [55], tinha em comum com ele o baixo nível de integração de sua economia e a crise dos seus respectivos regimes liberais. O movimento operário boliviano, entretanto, percorrerá o caminho inverso ao paraguaio depois da guerra do Chaco (1932-1935). A seção da III Internacional não conseguiu se firmar no altiplano e o marxismo na Bolívia ingressará na tradição operária pela via da oposição de esquerda e pelo trotskismo posteriormente. O mais importante porém, é que na Bolívia, o desenlace dos processos de rearticulação política que seguiu à Guerra do Chaco, conduzirá em 1952 a uma insurreição que desmontou o exército regular, nacionalizou as minas, fez uma reforma agrária e teve a classe operária, através da Central Operária Boliviana - COB, co-governando o país com o Movimento Nacionalista Revolucionário -MNR.

---

[55] Que chegou a produzir quase 25% de todo o estanho consumido no mundo na década de 20, em decorrência do que o estanho tornou-se o carro chefe de sua economia, a ponto da oligarquia mineira ser considerada pelos bolivianos como um Estado dentro do Estado.

Mesmo que a revolução tenha regredido posteriormente, e as tarefas de emancipação nacional naquele país tampouco tenham sido resolvidas, a tradição autonomista e classista do movimento operário e de massas boliviano perdura até hoje e suas raízes foram plantadas precisamente no período posterior à guerra do Chaco.

Os termos da comparação, esquematicamente, podem ser assim colocados: o Paraguai compartilha com a Bolívia o atraso de sua economia e com a Argentina a conduta do seu movimento operário em face do nacionalismo. Parece conveniente, a partir disto, olhar mais de perto essas experiências.

O nacionalismo peronista, do ponto de vista do discurso, era um nacionalismo essencialmente anti-oligárquico e antiamericano. Enfrentava a resistência da velha oligarquia pecuarista que não queria perder o controle do Estado, mas a razão de sua oposição aos Estados Unidos era, contraditoriamente, a defesa do atrelamento argentino ao capitalismo britânico. Seu antiamericanismo, entretanto, foi atenuando-se com o passar dos anos, com o esgotamento das reservas monetárias e o declínio do poder inglês. Finalmente terminou por tomar empréstimos de bancos norte-americanos, em troca dos quais foi obrigado a conceder condições privilegiadas ao capital norte-americano. Já em 1947, no Rio de

Janeiro[56], é forçado a aderir ao sistema pan-americano, ou seja, mesmo que a contragosto, entra na órbita do domínio norte-americano.

Na Bolívia o MNR fundado em 1941 foi uma reação contra a oligarquia mineira e o regime liberal já em declínio desde antes da guerra do Chaco, declínio potenciado pela derrota militar. O conteúdo do nacionalismo boliviano, no entanto, segundo Ferran Gallego (Gallego, 1991) funda-se na compreensão do fracasso em se constituir um Estado nacional na Bolívia, percebido por parcelas da pequena-burguesia para quem o domínio da rosca mineira [57] sobre o país constituía o principal entrave para o desenvolvimento de um sistema nacional integrado onde pudesse florescer o capitalismo independente.

Outra característica do nacionalismo boliviano foi a sua retórica anti-imperialista genérica. Denunciava a opressão do país pelos interesses anglo-norte-americanos, mas não levantou nenhum programa que contemplasse um enfrentamento mais efetivo contra eles, pois nos seus cálculos o desenvolvimento da Bolívia dependia do concurso do

---

[56] O tratado do Rio de Janeiro ou TRATADO INTERAMERICANO DE ASSISTÊNCIA RECÍPROCA, assinado nessa cidade em 2 de setembro de 1947, estabelece a obrigação dos países latino-americanos socorrerem com tropas toda agressão militar que qualquer um deles venha sofrer. Diz o seu art. 3º "As altas Partes Contratantes concordam em que um ataque armado, por parte de qualquer Estado, contra um Estado americano será considerado como um ataque contra todos os Estados americanos, e, em conseqüência, cada uma das ditas Partes Contratantes se compromete a ajudar a fazer frente ao ataque, no exercício do direito imanente de legítima defesa individual ou coletiva que é reconhecido pelo art. 51 da Carta das Nações Unidas." Era na verdade um tratado pelo qual os estados latino-americanos ficaram amarrados à órbita norte-americana. Lembremos que durante a guerra das Malvinas (1982), os norte-americanos prestaram toda assistência às tropas britânicas e aviões de combate ingleses foram abastecidos em território brasileiro.

[57] Rosca mineira: expressão cunhada por Bautista Saavedra para dar a entender que os grandes mineradores constituíam um círculo fechado, estrangulador do Estado e do país.

capital estrangeiro. No fim da década de 50, o governo nacionalista abandonou toda retórica anti-imperialista e havia transformado o país em mais um satélite dos norte-americanos.

*2.2.1. Peronismo – Argentina***.**

O regime peronista tem sido caracterizado por alguns autores como bonapartista, ou seja, um governo sem a burguesia, mas que governa em defesa dos interesses dela. (Peña, 1973) O bonapartismo peronista seria o resultado da disputa não resolvida entre frações da burguesia argentina (grandes fazendeiros pecuaristas, agricultores e diversos grupos de industriais) e também da disputa entre o grande capital norte-americano com o britânico pela hegemonia sobre a economia do país.

Apoiado no exército, na polícia, na burocracia estatal e no clero, o peronismo, depois de fracassar na tentativa de cooptar alguns dos setores tradicionais como o radicalismo, por exemplo, terá que buscar sua sustentação política no apoio da classe operária urbana e rural.

Fundamental, entretanto, para explicar esta peculiar configuração histórica, é entender que o Estado, sob o peronismo, foi-se "autonomizando" com relação aos velhos grupos dirigentes. Este fenômeno pode ser explicado pelo papel que o Estado começou a exercer na montagem das alianças de classe destinadas a manter o predomínio da oligarquia tradicional, combinada com uma certa proteção à indústria

nacional. Esta aliança tornou-se necessária pela oposição que o protecionismo industrial seletivo provocou num setor de pecuaristas e fazendeiros menos favorecidos pelas exportações à Inglaterra, e pela necessidade que o próprio sistema tradicional tinha de uma indústria nacional para equilibrar a balança de pagamentos sem alterar os termos subordinados de inserção da Argentina no sistema mundial. Caberá ao Estado, não mais zelar pelos privilégios exclusivos de um setor, mas tentar conciliar interesses divergentes. Quanto ao protecionismo, evidentemente limitado de alguns setores industriais, este tinha a finalidade de diminuir as importações, como forma de equilibrar a balança de pagamentos.

Na Argentina, como em todos os países latino-americanos onde ocorreu alguma industrialização, esta se processou não em oposição à estrutura atrasada, mas integrada aos interesses da velha oligarquia e a ela associada. Fica evidente que o Estado tem um grande papel nessa montagem, o que lhe permite a sua relativa autonomia.

Além dessa autonomização do Estado perante a oligarquia que já vinha se processando desde a década de 1930, outra circunstância deve ser levada em conta para explicar a constituição do peronismo. É que o desenvolvimento industrial que estava em expansão desde a década de 1930, acumulando lucros extraordinários, não foi acompanhado de uma elevação dos rendimentos das classes

trabalhadoras. Desde 1942 o movimento operário vinha reagindo a essa situação desencadeando uma onda grevista e rearticulando seus sindicatos. Mas essa reação não redundou em grandes conquistas. Era, em síntese, uma situação crítica e não era necessário muita perspicácia para perceber que, após o fim da guerra mundial, poder-se-ia dar uma verdadeira explosão operária exigindo a participação na riqueza acumulada.

A montagem das bases do que seria o peronismo aconteceu durante o período em que o coronel Perón ficou à frente da Secretaria de Trabalho e Previdência. Nessa posição poôe desenvolver sua política de intervenção nos conflitos trabalhistas, favorecendo os sindicatos, cooptando lideranças operárias tradicionais, criando sindicatos paralelos onde houvesse oposição ao governo, e reprimindo os que quisessem manter a independência da classe. A possibilidade de atender às demandas operárias estava dada pela extraordinária prosperidade pela qual a economia argentina atravessava. Esta prosperidade, aliás, também vai explicar o sucesso dos primeiros anos do governo peronista, durante os quais ampliou os salários dos trabalhadores, protegeu as exportações e os interesses oligárquicos dilapidando as imensas reservas acumuladas no período anterior, principalmente durante a guerra.

Se há, no entanto, um elemento que distingue o peronismo é a sua relação com o movimento operário. Depois do fracasso

em conseguir o apoio dos radicais, o peronismo se apoiará integralmente sobre o movimento operário, mas num movimento operário completamente integrado ao Estado. Durante o peronismo desapareceu quase por completo qualquer manifestação de independência de classe e a poderosa CGT (Confederação Geral do Trabalho) era uma repartição pública, tendo à sua frente burocratas bem-pagos e com imensa influência dentro do regime.

A essa situação se chegou graças à política desenvolvida pelo próprio Perón à frente da Secretaria de Trabalho e Previdência, mas também devido às características que o movimento operário já havia adquirido antes do período militar de 43 a 46. A CGT, fundada em 1930, era um organismo completamente burocratizado. Mesmo com o predomínio das correntes socialistas e comunistas, opostas ao abstencionismo das correntes sindicalistas, o sindicalismo argentino era um sindicalismo burocrático, comandado por camarilhas de dirigentes com escassa vinculação com os trabalhadores e muito trânsito nas repartições do governo ou no Congresso, aonde acorriam para tramitar eventualmente uma que outra lei e cuidar de sua própria situação privilegiada de dirigentes sindicais.

Quando se estabeleceu o embate aberto entre o peronismo e as forças oligárquicas apoiadas pelos norte-americanos, o partido comunista se alinhou ao lado destes, devido à orientação imposta

pelos soviéticos[58] de apoiar os norte-americanos, e formulou a caracterização do peronismo como a expressão do nazi-fascismo na Argentina. Parecia que naquele momento abria-se um conflito entre uma alternativa que subordinava o movimento operário aos interesses da burguesia norte-americana contra outra que levantava uma bandeira de independência nacional. Esta visão, no entanto, não corresponde à realidade, uma vez que o peronismo tinha por trás de si o grande capital britânico.

> Paradoxalmente a classe mais jovem e potencialmente revolucionária da Argentina foi mobilizada pelo governo bonapartista para defender diante do imperialismo ianque às classes mais retrogradas do país e ao seu centenário sócio credor, o imperialismo inglês. (Peña, 1973; pág. 75)

Comunistas e socialistas foram varridos do sindicalismo argentino pelo regime peronista utilizando diversos métodos. Alguns socialistas participaram da exclusão de comunistas, depois eles mesmos foram excluídos. Sindicatos paralelos foram constituídos nas bases de sindicatos comunistas até acabar com eles. Outros dirigentes comunistas terminaram encarcerados, expulsos ou simplesmente assassinados. Quando em 1946 Perón assumiu a presidência depois de derrotar o candidato da União Democrática, a CGT já se tornara um apêndice do peronismo. A cabeça era o próprio General Perón.

---

[58] A III Internacional foi dissolvida por Stalin em 1943, mas os partidos comunistas continuavam sob a influência do partido soviético.

Em 1955, Perón foi derrubado por um golpe militar com apoio norte-americano, mas caiu sem pena nem glória. Pior, a economia argentina estava em franco retrocesso, tendo dilapidado imensas reservas que poderiam ter sido utilizadas para renovar o parque industrial, acabou mais atrasada e mais subordinada ao capital norte-americano. O movimento operário manietado e dissolvido no peronismo foi alijado até da possibilidade de defender o regime do General Perón, que nos últimos dias, quando reclamava fuzis para defender o regime, ainda lhe mandava ir “de casa para o trabalho e do trabalho para casa”. O nacionalismo peronista mostrou, nesse percurso, sua incapacidade para formular um projeto de desenvolvimento nacional autônomo apesar de toda sua demagogia populista e de ter amarrado o movimento operário ao seu regime. Por seu turno, o movimento operário perderá qualquer característica de independência e a sua dissolução no peronismo, pesa-lhe até hoje [59].

[59] Limitamos o exame do nacionalismo na Argentina ao nacionalismo peronista devido à vinculação deste com o movimento operário e à coincidência cronológica com os processos que analisamos no Paraguai. Houve porém na Argentina outros movimentos nacionalistas antes e depois do peronismo, quase todos eles de extrema direita.

2.2.2. MNR – Bolívia

Na Bolívia o projeto nacionalista foi a reação de um setor das classes médias à falência do velho regime liberal já desgastado antes da guerra do Chaco. O desenlace, negativo para a Bolívia, do conflito armado com o Paraguai, acentuou o declínio desse regime e expôs para todo o país a gravidade do seu atraso. Atraso econômico e político e, do ponto de vista dos nacionalistas, principalmente atraso na constituição de um verdadeiro Estado nacional. Uma certa crítica do Estado boliviano estará subjacente à formulação do nacionalismo. Na ordem "tradicional", eles perceberam uma "... falta de correspondência entre Nação e Estado, o que tirava legitimidade às instituições liberais, meros instrumentos destinados a politizar os interesses da oligarquia" (Gallego, 1991, 278).

O domínio da oligarquia mineradora, a *rosca*, como é conhecida, refletia a enorme importância que tinha para a Bolívia a exportação de estanho. Na história boliviana, o estanho substituiu a prata no fim do século XIX e tornou-se o principal item das exportações e da economia do país. De acordo com dados da CEPAL mencionados por Llobet Tabolara, as exportações de estanho que em 1900 representavam 41% do total, passaram em 1930 a representar 73,8%. E a participação desse volume na produção mundial do minério passou de 10,7% em 1900 para 21,6% em 1930. (Llobet, 1984; 313). Daí a referência habitual ao

superestado mineiro para mostrar a submissão dos poderes públicos à *rosca*.

O nacionalismo boliviano representado pelo MNR alcançou o poder em 1952, montado numa insurreição popular que destruiu o exército, nacionalizou as minas e legalizou uma reforma agrária feita diretamente pelos próprios camponeses, sem esperar ordens de ninguém. Até chegar a esse ponto, entretanto, o nacionalismo percorreu um longo caminho, que começou em 1936, com o apoio dado à experiência do reformismo militar dos governos de Toro e Busch. Passou pelo co-governo com os oficiais do RADEPA (Razón de Pátria)[60] nos anos de 43 a 46 e pela disputa da influência sobre o movimento operário, principalmente o seu setor mineiro. O MNR fundado em 1941 como partido, percorreu um sinuoso trajeto até chegar ao poder amparado numa revolução. Nesse percurso fez várias tentativas de implementar o seu programa prescindindo da mobilização das massas, apoiando-se apenas em setores das Forças Armadas.

Os governos de Toro e Busch (1936-1939) aparecem como a primeira tentativa feita na Bolívia depois da guerra do Chaco para acabar com o poder das oligarquias tradicionais e promover uma mudança de rumo na organização do país. Mas é significativo que esta tarefa tenha sido assumida por um grupo militar e não por organizações

[60] Loggia militar de orientação ultra-nacionalista fundada por oficiais de graduação inferior a major nos campos de prisioneiros no Paraguai.

políticas com programas definidos nessa direção. Na ausência destas, a alternativa foi a formação de uma aliança entre um grupo de militares e intelectuais nacionalistas. Esta união, apesar de suas fragilidades conseguiu implementar algumas medidas reformistas: a nacionalização da Standar Oil, uma nova carta constitucional inspirada na Constituição mexicana e um moderno código de proteção ao trabalho. Esta primeira experiência já mostrou uma das limitações dos movimentos nacional-reformistas na Bolívia, a resistência em convocar as massas trabalhadoras como suporte aos seus projetos. No fim, tremendamente isolado, o Presidente Busch acabou se suicidando e substituído por um regime de orientação restauradora das velhas relações de poder, recolocando no centro do regime os interesses da *rosca*. A essas tímidas medidas reformistas e ao ódio que os regimes ligados à velha oligarquia provocaram na população, se deve a reivindicação que os nacionalistas fazem do reformismo militar como antecedente do seu movimento.

Na seqüência, o governo Peñaranda, alinhado com os norte-americanos e a *rosca* mineira, desenvolveu uma política restauradora do velho modelo, acentuando a exploração dos mineiros em nome do esforço de guerra, o que exacerbou a revolta popular contra ele. Nesse contexto, em 21 de dezembro de 1942, as tropas governamentais provocaram o massacre dos operários das minas de Catavi, assassinando

mais de 40 mineiros que estavam num conflito por salários.[61]. Nos debates parlamentares que se seguiram para apurar as responsabilidades pelo massacre, o MNR aproveitou para se potenciar e desgastar o governo até chegar ao golpe militar de dezembro de 1943, que colocou de novo no poder setores militares (RADEPA) apoiados pelo nacionalismo (MNR).

O governo Villarroel-Paz Estensoro começou tendo que enfrentar a oposição norte-americana que lhe recusou o reconhecimento oficial. A velha oligarquia, o PIR e o governo norte-americano fizeram uma intensa campanha de caracterização do novo governo como filofascista. Villarroel, em resposta, fará todas as concessões possíveis para obter o reconhecimento dos norte-americanos e seus satélites latino-americanos. Contudo, este governo realizou algumas reformas que limitavam os superpoderes dos donos das minas, ampliavam os direitos sociais e sindicais e beneficiou-se da prosperidade resultante do aumento das exportações de estanho para reequilibrar as finanças do Estado. Além disso promoveu a organização de setores operários importantes, claro que com a intenção de cooptar o seu apoio contra as pressões internacionais. Durante esse período foi criada a Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros de Bolívia (FSTMB), posteriormente reconhecida como a entidade sindical mais combativa do país.

---

[61] Durante o conflito, o PIR (Partido de la Izquierda Revolucionária – vinculado à III Internacional) desenvolveu a teoria de que as greves serviam ao nazi-fascismo, pois dificultavam o esforço direcionado ao abastecimento dos aliados na guerra.

Mesmo não tendo nacionalizado as minas, provocou algumas feridas na oligarquia mineira, gerando a sua reação e conseqüente ação conspirativa. O movimento para derrubar Villarroel ganhou impulso com a campanha feita pelos norte-americanos no início de 1946 tentando caracterizar o governo boliviano como nazista. O PIR participou da conspiração ao lado dos norte-americanos e da *rosca*, com argumentos semelhantes aos que, na mesma época, o Partido Comunista Argentino utilizava contra Perón. Também na Bolívia o PIR fará uma frente com a oligarquia, a UDB (União Democrática Boliviana) transformada posteriormente em Frente Democrática Antifascista, através da qual o PIR mobilizou professores, estudantes e operários sob sua influência contra Villarroel.

A saída dos ministros do MNR não foi suficiente para impedir as articulações golpistas e o governo RADEPA/MNR é derrubado tragicamente mais uma vez por um golpe de Estado[62]. Entretanto, as esperanças que esta experiência despertou nos meios operários e camponeses, a identificação com um governo "anti-rosquero" e anti-imperialista ajudaram os setores operários a avaliar as possibilidades e limitações do nacionalismo no enfrentamento com a oligarquia. Ajudaram a se preparar para o momento decisivo, que aconteceria em 1952. Nesse sentido teve um papel importante a adoção, em outubro de 1946, das

[62] Gualberto Villarroel foi enforcado num poste de iluminação pública frente ao Palacio Quemado em 21 de julho de 1946.

“Teses de Pulacayo” pelo primeiro congresso extraordinário da Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros da Bolívia. Foi a primeira resposta operária ao regime surgido do assassinato de Villarroel e indicam a adoção de uma orientação de autonomia de classe

> “Toda greve – diz o documento – é o inicio potencial da guerra civil e a ela devemos ir devidamente armados. Nosso objetivo é vencer e para isso não podemos esquecer que a burguesia tem um exército armado, policiais e bandos fascistas. Devemos pois, organizar as primeiras células do exército proletário. Todos os sindicatos estão obrigados a formar piquetes armados com os elementos jovens e mais combativos. Os piquetes sindicais devem organizar-se militarmente no prazo mais breve possível. Contra futuros massacres: Quadros operários armados! “ E mais adiante “... A luta do proletariado precisa de um comando único. Necessitamos forjar uma poderosa CENTRAL OPERÁRIA”. (Llobet, 1984; pág. 329)

O “sexênio” como ficou conhecido o período de 1946 a 1952, foi um tempo de aprendizado por parte do movimento operário e do MNR. As bandeiras nacionalistas haviam-se tornado populares e o MNR aparecia perante os próprios operários como o agrupamento que sintetizava as mais profundas aspirações de emancipação nacional e reforma social. Mas amadureceu também a compreensão das vacilações destes nacionalistas e a desconfiança por eles apostarem sempre nas Forças Armadas.

Quando em 1952 irrompe a insurreição popular que acabou com o exército e o governo de Urriolagoitia, o MNR não tomará o poder sozinho; governará no início, com a recém-criada COB, Central

Operária Boliviana. Esta Central, entretanto, não foi, no momento de sua fundação, um organismo exclusivamente sindical, mas comportou-se quase como um “soviet’ no qual se representaram todos os setores subalternos. Na COB estavam os camponeses, os estudantes, os inquilinos, os comerciantes, artesãos, pequenos contrabandistas, familiares dos feridos na revolução, desempregados, artistas, etc. Concretizava-se, através da COB, o programa aprovado em Pulacayo seis anos antes, muito mais do que o do MNR”.

O governo revolucionário em sua primeira fase implementou várias medidas contra o sistema oligárquico que eram parte do programa elaborado pelos nacionalistas durante os anos anteriores. O governo fez, no entanto, pressionado pelas massas organizadas e armadas e mesmo assim de forma limitada. A nacionalização das minas, por exemplo, foi complementada pelas indenizações aos seus antigos proprietários; a reforma agrária fez os camponeses retrocederem a posições anteriores às que haviam ocupado mediante a insurreição.

Com o passar dos meses o ímpeto reformador foi-se atenuando e a iniciativa voltou a ficar prioritariamente em mãos do MNR. Houve um afrouxamento da pressão das massas e os elementos mais moderados do MNR foram tomando a direção da COB. O distanciamento da cúpula do governo em relação aos postulados iniciais se acentua nos anos seguintes a ponto do governo de Hernán Siles (1956-1960)

implementar um plano de estabilização econômica ditado pelas agências norte-americanas. Em decorrência dessa nova orientação, o governo do MNR enfrentou-se à COB e ao movimento sindical. Em 4 de novembro de 1964 o exército, já reconstituído sob a direção norte-americana, será o executor da liquidação do governo nacionalista, mediante um golpe militar encabeçado pelos generais Barrientos e Ovando Candia, dirigentes da ala militar do MNR, com apoio de Siles e do dirigente sindical Juan Lechin.

O que ressalta na experiência boliviana é que, na convivência com o nacionalismo, o movimento operário conseguiu, se bem que apoiando-o em alguns momentos, formular uma linha de independência política. Depois do golpe de 1964, o movimento operário continuou protagonizando vários enfrentamentos políticos com governos militares ou civis. Nessa trajetória destaca-se a experiência da Assembléia Popular de 1971, a tentativa mais radical de liquidar o ordenamento capitalista já acontecido na América do Sul. A experiência boliviana, em confronto com a argentina, parece sugerir que a possibilidade do movimento operário constituir uma política independente não é uma decorrência automática das condições de maior ou menor desenvolvimento econômico do país ou da pressão dos movimentos nacionalistas contra esta independência, mas da capacidade de aplicar correta e criativamente as doutrinas em realidades específicas.

A experiência boliviana nos mostra um fio de continuidade entre as seminais formulações de Mariátegui e as teses de Pulacayo. Mariátegui havia expressado que o caráter da revolução latino-americana devia ser socialista devido à incapacidade das burguesias locais enfrentarem as condições de subordinação que amarrava as nossas repúblicas ao capital imperialista. Disso decorria o papel dirigente do movimento operário nas lutas de emancipação nacional. As teses de Pulacayo, resolução de um congresso que se tornou programa de ação do proletariado boliviano por um longo período, fundamentam-se precisamente nesta premissa mariateguiana, a do papel dirigente da classe operária nos processos políticos nacionais. Por isso, ao menos do ponto de vista da elaboração programática, foi o ponto mais alto a que chegou o movimento operário latino-americano na apropriação da difícil questão nacional.

2.3. A Constituição do proletariado paraguaio

O proletariado e o movimento operário paraguaio só se constituíram depois da guerra contra a Tríplice Aliança[63]. As modalidades de organização do trabalho que podiam propiciar o surgimento de um movimento operário estavam ausentes na pré-guerra. Esta circunstância pode parecer apenas um detalhe num conjunto de "fatores" para entender as particularidades desta sociedade dentro da economia regional, mas, do

[63] Ou como diz Bogado "A formação da classe operária no Paraguai é parte integrante do desenvolvimento capitalista iniciado no pós-guerra de 70" (Bogado, 1990, 01).

ponto de vista da história do Paraguai, aponta um elemento central na sua existência como nação. De certa forma, a história daquele país é a história do "domínio da mão de obra nativa pelos conquistadores espanhóis [e pelos seus descendentes], do submetimento e imposição de um novo ritmo de trabalho, produtor de excedentes, aos indígenas" (Rivarola, 1994, 19).

O "mundo do trabalho" do Estado lopizta, apesar das tentativas modernizadoras implementadas, conservava caraterísticas da época colonial, reforçadas pela administração do Dr. Francia. Isolado das principais rotas comerciais e carente dos metais preciosos que pudessem justificar a constituição de grandes assentamentos populacionais e a estruturação de uma economia mais pujante, a província arrastou, durante três séculos, a penosa condição de posto avançado e defensor das fronteiras contra portugueses e índios.

Impossibilitados de colher riquezas diretamente da natureza, restou aos espanhóis, a alternativa de extrair trabalho dos índios. Estes, porém, não o entregaram sem resistência. A história colonial foi marcada pela permanente luta dos espanhóis e seus descendentes, para domesticar e arrancar o trabalho dos índios e mestiços. Esta foi a finalidade das *encomiendas* e uma série de outras instituições coloniais, que, a despeito das boas intenções dos legisladores que tentavam proteger os índios, não impediram a consolidação, ao longo

de três séculos, da exploração destes sob formas de servidão e ou semi-escravidão.

As constantes ameaças de guerra mantiveram mobilizadas militarmente as populações de índios e mestiços paraguaios, a maior parte do ano, obrigados ainda a prestar serviços ou emprestar cavalos, bois ou que mais fosse requisitado em defesa da Província. Nestas condições a produtividade do trabalho não conseguia incrementos significativos, nem o estabelecimento de condições para a acumulação originária de capitais e generalização de um mercado de trabalho assalariado.

A Independência, a despeito das promessas de liberalização com que foi justificada, não alterou as modalidades de organização do trabalho. Pelo contrário, o isolamento a que foi submetido o país durante a ditadura do Dr. Francia provocou uma enorme regressão da economia e a restrição do setor privado. Sem uma classe de proprietários privados que liderasse a estruturação da nascente sociedade independente, retardou-se a geração de qualquer processo de acumulação originária, condição insubstituível para colocar o Paraguai, em algum momento, na rota do capitalismo.

Rivarola nos oferece um quadro comparativo das exportações paraguaias que mostram precisamente os efeitos regressivos do isolamento paraguaio.

Queda das exportações sob o governo do Dr. Francia

Rubricas de exportação	**1800**	**1816**	**1820**	**1832**	**1839**
Erva mate - toneladas	*2.739*	*3.624*	*529*	*325*	*113*
Couros, salgados e curtidos - unidades	*4.831*	*5.644*	*608*		*918*
Tabaco – toneladas	*414*	*339*	*359*	*77*	*25*
Madeiras - jardas	*19.084*				

Fonte: White, R.A., ***Paraguay's Autonomous Revolution, 1810-1840***, 1978, pp. 226/236. (Rivarola, 1994, 50).

Os governos de Dom Carlos Antonio López e Solano López buscaram uma integração maior com o mercado mundial, ampliaram a produção e o comércio internacional e até ensaiaram algumas mudanças modernizadoras da economia. Instalaram indústrias, permitiram a exploração privada de ervais na forma de arrendamentos, ampliaram a rede viária, fizeram reformas edilícias e urbanísticas. Contudo, mantiveram sob propriedade estatal a quase totalidade do território e também sob comando do Estado as principais "empresas" e unidades produtivas.

Toda esta "modernização", entretanto, implicou um esforço produtivo que não decorreu de "estímulos naturais", do estímulo que a economia de mercado poderia impulsionar. Na ausência dele este esforço teve que ser induzido por políticas estatais, ou seja, mediante formas coercitivas de extração de trabalho.

Ao lado de um setor de trabalho assalariado, composto principalmente pelos técnicos, engenheiros e operários estrangeiros “importados” pelos López e algumas categorias de operários qualificados paraguaios, o regime utilizou largamente algumas formas de extração do trabalho herdadas da época colonial e que haviam sobrevivido durante a ditadura do Dr. Francia. Foram elas:

A escravidão. De acordo com um censo eclesiástico realizado em 1845, havia na época 7.866 escravos e 519 libertos (escravos/as até a idade de 24 e 25 anos). Mas,

> a análise dos censos paroquiais de 1844 e 1867 permitiu estimar em 15 a 23 mil o número de pessoas submetidas ao regime de escravidão sobre um total de 240.000 habitantes censados em 1845, o que elevaria a proporção de escravos a um em cada dez habitantes (Rivarola, 1994, 87)

Estima-se que em torno de 1855, ao menos 1.500 deles pertenciam ao Estado, trabalhando em funções diversas nos arsenais, obragens, obras públicas, na alfândega e como peões de estâncias, cuidando de gado. A guerra contra a Tríplice Aliança foi o que provocou o fim da escravidão, pela incorporação maciça destes ao exército de López depois das perdas que sofrera no primeiro ano da guerra.

Exército ou trabalho militarizado. A militarização do país continuou sob o regime lopizta e teve diversos picos acompanhando as ameaças de conflitos bélicos. Houve recrutamentos maciços nos anos de 1841, 1845, 1847, 1849, 1854, 1855 que se incrementaram em 1856/57

quando Solano López voltou ao Paraguai. O exército permanente contava com 18.000 homens e com os recrutamentos extraordinários aumentava para 45.000. Em 1864 no início das hostilidades o efetivo era de 64.000. Os soldados eram obrigados não apenas a realizar todas as atividades vinculadas à guerra, mas ainda foram "mobilizados" nas obragens de madeira, erva mate e nas estâncias do Estado.

Mas onde a utilização de mão-de-obra militarizada tornou-se notável foi na construção de ferrovias, pontes, edifícios públicos, arsenais e estaleiros, além da fundição de ferro de Ybycuí.[64] Estas atividades que poderiam ser consideradas "industriais" tiveram no entanto no Paraguai esta particular forma de realização.

Trabalho forçado dos presos. Os cárceres forneceram permanentemente mão-de-obra forçada para o Estado. Era comum encontrar presidiários trabalhando nos estaleiros, arsenais, obragens, construções e na fundição de ferro. Considerada pena menos infamante que o pelourinho, o cepo e os açoites, o nível social das pessoas assim como os tipos de delitos puníveis foi se ampliando naqueles anos todos.

---

64 "Fundição de Ybycuí. Em 1850 começou um grande empreendimento estatal: a fundição de ferro de Ybycuí, a primeira da América hispânica. Esse ano foram postos os alicerces, num lugar chamado *A Rosada* do departamento de Ybycuí, pelo engenheiro Henry Godwin, contratado por Gelly no Rio de Janeiro. Ali se beneficiavam hematita de Quyquyó e Caapucú, e ferro oxidulado de São Miguel, utilizando-se como combustível carvão de lenha. O mesmo vale proporcionou terras para os tijolos refratários que suportaram melhor a ação do fogo do que os trazidos da Inglaterra. Amostras do material fundido foram enviados a Charleroi, Bélgica, com resultados satisfatórios. Levantaram-se grandes prédios, oficinas e galpões, com um alto forno que comportava uma carga de 5.000 libras de minério e de fundente, que, consumindo uma carga igual de carvão de lenha, produzia a cada 12 horas, de 1.000 a 1.100 libras de fundição. Ali se fundiram, não apenas implementos de lavoura mas também balas, canhões e outras armas." (Cardozo, 1985; 240).

> A vadiagem, insubordinação ou falta de respeito à autoridade, brigas de rua e outras infrações menores detalhadas no decreto consular de 1842 (mendicância, embriaguês ou linguagem obscena em lugares públicos) somaram-se aos delitos já castigados por Francia com este tipo de pena. Os prazos de prisão eram, algumas vezes, inexistentes; os condenados podiam ser enviados a servir por tempo indeterminado às obras, arsenais ou fundições. (Rivarola, 1994, 96).

Nem cidadãos “brancos de linhagem” nem estrangeiros escaparam deste tipo de castigo. E nos estabelecimentos onde eram obrigados a trabalhar, era sempre necessária uma severa vigilância militar para evitar fugas e sublevações. Não foram poucas as revoltas castigadas sumariamente com o fuzilamento.

Auxílios e requisições. Os “auxílios” eram uma modalidade herdada da época colonial destinada a satisfazer necessidades da defesa. Nada mais “natural” que fossem revitalizados durante o regime militarizado dos López. Esses auxílios e requisições, porém, foram largamente utilizados em tarefas produtivas e serviços diversos, cavalos e carretas eram requisitados para servir os funcionários em serviço, parte da força de trabalho nas fazendas estatais era desse tipo, assim como a utilizada para conservação das estradas. Durante a guerra, e tendo sido mobilizada quase que a totalidade da população masculina, apelou-se ao “auxílio” das mulheres, obrigadas à fiação, tecelagem e confecção de roupas e cobertores para o exército, assim como para os serviços de enfermagem.

Esta sucinta enumeração de algumas formas de organização do trabalho vigentes na época lopizta, tomadas do livro de Milda Rivarola "*Vagos, Pobres y Soldados. La domesticación estatal del trabajo en el Paraguay del siglo XIX*", tem a finalidade de indicar uma das dificuldades com que o regime saído da guerra vai-se deparar na tentativa de estruturar modernas relações sociais e políticas. Apesar do desaparecimento da constrição estatal que limitava a contratação livre de força de trabalho em troca de salário, a "cultura" predominante no "mundo do trabalho" era ainda a que estava vigente no período anterior. E não seria uma lei, por melhor que fosse, que mudaria da noite para o dia essas formas consolidadas.

Outra grande dificuldade demoraria anos para ser superada foi a redução da população apta para o trabalho. A população do país que era estimada entre 400.000 e 600.000 pessoas, antes de 1864, reduziu-se ao término da guerra, em 1870, a pouco mais de 200.000. Um censo feito a pedido dos aliados em 1872 dá conta de uma população total de 231.196 habitantes, dos quais 18.000 residiam em Assunção. Estes números incluíam aproximadamente 56.000 estrangeiros (contando entre eles os membros dos exércitos de ocupação) e "... do total da população assuncena, menos da quarta parte (4.300 pessoas) eram homens com mais de 15 anos" (Rivarola, 1993).

Juan Carlos Herken, entretanto, refere uma observação crítica, formulada por Keith Johnson no *The Geographical Magazine* de Londres, em novembro de 1875, a respeito do censo acima mencionado. De acordo com ele

> das estimações realizadas por mim, ou outorgadas pelos chefes das quarenta das vilas do Paraguai, a população total dessas vilas alcançava aproximadamente a 8.800. Calculando que as demais vilas restantes têm uma população média semelhante, a população total das vilas do Paraguai (excluindo a Capital) alcança nestes momentos 13.800. Várias estimativas mais ou menos corretas da população dos distritos pertencentes a algumas destas vilas, outorga uma média de população rural de cada distrito, de seis vezes a população da capela ou vila central, ou cerca de 83.000 em total; acrescentando 10.000 como a população de Assunção e outros 10.000 como o número estimado de índios selvagens dentro dos limites do Paraguai propriamente falando obtêm-se um total de <u>103.000</u> habitantes... (Herken, 1984, 77).[destaque nosso]

Johnson era um correspondente que percorrera o Paraguai durante 1874 e chamou-lhe a atenção que nenhuma autoridade dos locais que visitou soube dar-lhe notícias certas do censo de 1872. A dúvida de Johnson é reforçada pela dificuldade e complexidade que a realização de um censo implica e pela manifesta precariedade de recursos de que o país dispunha para uma atividade dessas. A observação arguta e a moderação desta testemunha sugerem que tenha algo de razão. Por outra parte, interessava aos aliados que promoveram o

censo, atenuar o tamanho do massacre que foi a guerra contra o Paraguai, ampliando a população sobrevivente.

O primeiro governo constitucional logo tratou de reativar a produção e, nesse sentido, retomou a organização da exploração do item principal da economia paraguaia: a erva-mate. Antes de proceder à alienação dos ervais estatais, arrendou-os a particulares que retomaram a produção. O recrutamento de trabalhadores, porém, fez-se da mesma forma como era feito desde a época da colônia. Naquele tempo, a forma predominante de “contratação” da força de trabalho utilizada na exploração da erva-mate era o *enganche*, termo com que se designava o processo mediante o qual se induzia camponeses que não tinham necessidade de abandonar suas lavouras a irem trabalhar nas pesadas tarefas da erva. O mecanismo utilizado era o de forçar esses infelizes a consumir produtos a que só podiam ter acesso através da compra (panos, ferramentas, facas, etc.), o que, pela natureza da economia de subsistência em que levavam suas vidas lhes era impossível. Intermediários dos arrendatários (e depois dos proprietários) forneciam-lhes esses produtos, endividando-os e forçando-os, dessa forma, a se empregar nos ervais para “pagar” essa dívida. Uma vez *enganchados* descobririam que a dívida assim contraída era impagável, dada as formas de organização da produção. Pois tudo que consumiam nos bosques carregando as folhas, era descontado do seu “salário” e no final sempre acabavam devendo mais do que no começo.

O *enganche* era uma forma de escravizar os índios desde a época colonial e voltava a se aplicar em plena era constitucional. Esta modalidade de recrutamento era complementada pelo poder de polícia conferido aos arrendatários, autorizados pelo Estado a prender e castigar os trabalhadores que quisessem fugir desse inferno. O novo regime liberal debutou reforçando essa velha tradição.

O Presidente Rivarola (1869-1871), tendo tomado conhecimento que alguns empresários de erva-mate e outros estabelecimentos industriais se consideravam prejudicados pela mobilidade dos operários, que preferiam fugir dos seus empregos a suportar o peso de jornadas massacrantes, decretou em 1º de janeiro de 1871 que

> ... em todos os casos em que o peão precise afastar-se temporariamente do seu trabalho deverá obter (..) consentimento escrito do seu patrão ou capatazes do estabelecimento.
> ... O peão que abandone seu trabalho sem este requisito será conduzido preso ao estabelecimento, se o seu patrão assim o quiser, cobrando-se dele a conta dos gastos originados pelo transporte ou por outros que tal Estado origine" (Rivarola, 1993b, 32).

As mudanças que o Estado liberal introduziu, principalmente a garantia da propriedade privada e a privatização das terras estatais, não alteraram imediatamente as relações sociais e

técnicas de produção. Os “camponeses”[65], descendentes dos índios e mestiços encomendados, mitayos ou yanaconas, que podiam sobreviver mesmo que modestamente do cultivo de suas chácaras, resistiram o quanto puderam a se empregar junto a quem quer que fosse. E só o faziam em último caso e, ainda, de maneira sazonal. A transformação desses “camponeses” em proletários foi um processo extremamente demorado, devido à lenta integração da economia paraguaia ao mercado capitalista e à combinação de formas de trabalho pré-capitalistas (do tipo das enumeradas acima) na exploração das unidades econômicas, vinculadas ao mercado internacional. A combinação dessas formas predominou até meados do século XX nos ervais, obragens florestais e extração de tanino.

Há também um condicionamento objetivo determinado pela escassa população disponível. Este fato não pode ser desprezado e a reconstituição da população do país é uma “tarefa” de primeira magnitude. As investigações mais consistentes sobre a evolução do re-povoamento indicam uma taxa bastante alta de natalidade.

[65] Camponeses no sentido da sua dependência do campo, de sua atividade agrária e de suas aspirações mas não do ponto de vista da propriedade da terra, da qual eram majoritariamente alijados.

Estimativa da tendência da população no Paraguai - 1887-1950 (milhares)

Ano	Hab.	Ano	Hab.	Ano	Hab.	Ano	Hab.
1887	328	*1903*	471	*1919*	683	*1935*	988
1888	335	*1904*	482	*1920*	699	*1936*	1.012
1889	342	*1905*	493	*1921*	715	*1937*	1.036
1890	349	*1906*	505	*1922*	732	*1938*	1.062
1891	357	*1907*	517	*1923*	749	*1939*	1.084
1892	365	*1908*	529	*1924*	767	*1940*	1.112
1893	374	*1909*	541	*1925*	785	*1941*	1.137
1894	383	*1910*	554	*1926*	803	*1942*	1.164
1895	392	*1911*	567	*1927*	822	*1943*	1.191
1896	401	*1912*	580	*1928*	841	*1944*	1.219
1897	410	*1913*	593	*1929*	860	*1945*	1.247
1898	420	*1914*	606	*1930*	880	*1946*	1.275
1899	430	*1915*	620	*1931*	901	*1947*	1.305
1900	440	*1916*	635	*1932*	922	*1948*	1.335
1901	450	*1917*	651	*1933*	944	*1949*	1.366
1902	460	*1918*	667	*1934*	966	*1950*	1.397

Fonte: Direção Geral de Estatística e Censos/ Secretaria Técnica de Planejamento. (Mendoza, 1995, 1001).

A série construída por Mendoza, toma como base o primeiro censo digno desse nome, organizado pelo Escritório Geral de Estatística, sob a direção do Sr. José Jacquet e realizado em 1º de março de 1886. Considerando que as estimativas mais consistentes indicam uma população de 600.000 pessoas antes da guerra, o Paraguai demorou 50 anos para voltar a ter mesma quantidade de habitantes. [66]

> Um indicador do exíguo volume da população de pós-guerra é o do pessoal ligado ao Estado. O exército nacional – que em 1864 alcançou a cifra de 70.000 efetivos nas diferentes armas – contava apenas com 400 homens em 1876; e os funcionários

[66] Outro indicador da lenta recuperação do Paraguai é o tempo que demorou em chegar a ter uma produção agrícola igual à de antes da guerra. A esse respeito nos informa Herken: "Levando em conta a relatividade das estatísticas referentes à superfície agrícola cultivada e à necessidade de deixar de lado os cultivos permanentes, como erva e frutas, é difícil estabelecer com muita precisão a superação desta marca histórica. Entre 1936 e 1938 a superfície cultivada se situa entre 258.327 e 277.011 hectáres, esta última cifra um pouco superior aos registros de antes de 1869" (Herken, 1984).

> públicos (cuja soma de salários constituía quase todo o orçamento do Estado) dos diversos ministérios não ultrapassam o milhar. (Rivarola, 1993b, 25).

A atração de imigrantes com que se poderia compensar a carência de braços, fracassou como já se viu antes, apesar de toda a propaganda feita dentro e fora do país. O número de imigrantes que ingressou foi pequeno e principalmente reduzido foi o de imigrantes vindos diretamente da Europa, predominando aqueles que já estavam no Rio da Prata.

O renascimento do mundo artesanal e operário contou com o concurso de trabalhadores nacionais e estrangeiros Os imigrantes ocupavam-se de variados ofícios e profissões, embora a maioria preferisse o comércio. Os italianos que ficaram após a retirada das tropas de ocupação mostraram inclinação pela abertura de oficinas artesanais de ofícios vários. As primeiras “indústrias” foram criadas por eles: marcenarias, fábrica de massas e bebidas, usinas de geração de energia elétrica, estaleiros, sapatarias, etc. Espanhóis e portugueses dedicaram-se a profissões liberais, jornalismo, docência, comércio e espetáculos. Suíços e alemães preferiram se instalar como colonos no interior do país. Os paraguaios eram proprietários da maior parte das oficinas de prataria e marcenaria, curtumes, sapatarias e alfaiatarias e constituíam a quase totalidade de empregados nas oficinas dos migrantes.

Rivarola (1993b) aponta para um fenômeno significativo nesse momento de retomada de atividades econômicas típicas da pré-guerra. Trata-se da regressão, até quase extinção, da indústria e empreendimentos anteriormente monopolizados pelo Estado lopizta, onde o concurso da mão-de-obra "forçada" era predominante. Paralelamente, o florescimento do setor "artesanal", tais como talabartarias, pratarias, sapatarias, carpintarias e alfaiatarias nas cidades; e de trapiches de mel, cana e açúcar, olarias e fabricação de cigarros no interior; ao que se somam diversas indústrias e serviços – bondes, usinas de energia elétrica, fábricas de sabão, fábricas de gelo, massas e bebidas, telefones, produção de essência de *petit grain* – antes desconhecidas no país, levantadas na maioria dos casos por imigrantes europeus com mão de obra nativa.

Uma alternativa defendida pela oligarquia política, em face da carência de trabalhadores que dessem impulso à agricultura, foi priorizar o modelo pecuarista, chegando a formular a "teoria" de que um país devia ser pecuarista antes de ser agrícola, referindo em apoio a este ponto de vista, a experiência argentina.

Começou também a recomposição dos rebanhos paraguaios, completamente liquidados durante a guerra, com importação de 30.000 a 50.000 cabeças por ano vindas de Corrientes, Entre Rios (Argentina) e Mato Grosso (Brasil) para o consumo e o repovoamento das

fazendas. O tráfico destes rebanhos, feitos naturalmente por terra, durava meses e propiciava um ativo comércio nas localidades por onde passava.

A erva-mate tornou-se logo o principal item das exportações paraguaias e era a atividade que mais trabalhadores empregava. Fontes britânicas mencionadas por Rivarola estimam em torno de 10.000 o número de peões ocupados de 6 a 9 meses na coleta da erva no ano de 1883. Embora nesse universo estivessem contabilizados também os trabalhadores paraguaios que se deslocavam para trabalhar nos ervais brasileiros e argentinos.

O censo realizado em 1886 computou uma população total de 239.774 pessoas das quais 58,2% eram mulheres, 3,3% estrangeiras. O censo também computava 105.159 pessoas compondo a chamada “população economicamente ativa”, assim considerados os maiores de 15 anos, de ambos os sexos. Dentre estes o censo apurou a seguinte distribuição de pessoas por ofícios:

	Rubricas econômicas/ofícios	País	Assunção
1	Transporte (marinheiros, calafate, maquinistas, foguistas, carreiros, e condutores).	358	172
2	Construção (carpinteiros, pedreiros, pintores, oleiros).	1.306	429
3	Alimentação (padeiros, açougueiros).	404	104
4	Vestimenta e calçados (alfaiates, sapateiros).	289	134
5	Metalúrgicos, ourives, etc (ferreiros serralheiros, armeiros, prateiros).	355	157
6	Artesanato em couro (curtidores, talabarteiros).	63	37
7	Outras indústrias e ofícios urbanos (barbeiros, boticários).	43	29
8	Empregados e docentes (empregados públicos e privados, professores e mestres de escola, telegrafistas e agrimensores).	1.150	699
9	Trabalhadores rurais (obrageiros, lavradores e ervateiros).	1.555	33
10	Artesanatos rurais (ceramistas, cesteiros, tecelões, fiandeiros, destiladores).	418	30
11	Mão de obra não-qualificada ou sazonal (lavadeiras, costureiras, passadeiras, jornaleiros, empregados domésticos).	8.055	2859
		13.996	4.683

(Rivarola, 1993b, 68).

Reunindo as dez primeiras categorias sob a denominação de artesãos e trabalhadores assalariados, chega-se à seguinte distribuição da População Economicamente Ativa.

Categorias	**Número**	**%**
Artesãos e trabalhadores assalariados	5.941	5,65
Trabalhadores não qualificados., sazonais e domésticos.	8.055	7,66
Comerciantes e mascates	2.097	1,99
Médicos, parteiros e curandeiros	253	0,24
Camponeses agricultores	86.965	82,69
Fazendeiros	838	0,79
Industriais	1.010	0,96
Total nacional	**105.159**	**100**

(Rivarola, 1993b, 69).

Agrupados com critérios não muito rigorosos sob a categoria de “classes trabalhadoras locais”, esses ofícios constituem 13,31% da população economicamente ativa. A modo de comparação, pode-se ver que dez anos antes (1876), um censo argentino apontava que a população “com ofícios” representava 26,83% sobre a população economicamente ativa daquele país. Outro detalhe significativo deste censo é que registra 86.965 camponeses/agricultores, ou seja, 82,69% da população economicamente ativa.

Do primeiro período de reorganização da vida social que durou até 1884 parece importante mencionar o que pode se denominar de primeira lei trabalhista: o Regulamento para o Serviço Doméstico, sancionado em julho de 1884 e que teve vigência até 1903. O Regulamento não fixava salários mínimos nem jornadas máximas, mas instituiu um registro municipal e uma carteira pessoal obrigatória para o exercício de atividades consideradas “domésticas”. Não abundava em direitos, mas estabelecia todas as penalidades e condições para punir essa categoria. Era uma legislação que pretendia coibir a natural facilidade dessa população para voltar à sua origem rural. Mas havia também um elemento adicional que explica o rigor exagerado daquela lei: a maioria eram mulheres, e estas na sociedade paraguaia eram portadoras de uma tradição contestatória desde os tempos da guerra, tradição atualizada naquele ano por um movimento das vendedoras das praças que se opôs à cobrança de impostos decretada pelo governo. Esta

lei tinha um caráter de vigilância e controle. É por essa razão que tal lei não propiciava direitos ao cidadão.

Nesse processo de constituição do proletariado paraguaio ressalta a lentidão com que a forma salário de remuneração do trabalho substituiu as outras. Em Assunção, junto com o pagamento por tempo – diárias ou salário mensal – sobrevive o pagamento por peça, por obra ou por quantidade do produto fabricado. No interior, onde predominavam as segundas formas, praticavam-se também formas semi-servis de extração de trabalho, o pagamento em espécie (descontos por alimentação e hospedagem), reforçamento do escambo ou os mecanismos prévios ao *enganche* combinavam-se com as formas salariais. Não era raro o pagamento com "vales" ou moeda branca (*plata moroti* em guarani – moroti é branco, da cor do papel), que os trabalhadores recebiam e só podiam ser trocados nos armazéns da empresa. Além disso, os trabalhadores sofriam os efeitos da inflação e da convivência com um sistema monetário *sui generis* [67], muito sensível às manipulações e a todo tipo de especulação. Era vigente no Paraguai, até 1943, um sistema monetário composto de duas moedas: o peso ouro (moeda selada)

[67] "A lei monetária básica do Paraguai data de 14 de julho de 1885. O art. 1º desta lei confere curso legal às 'moedas de ouro e prata da República Argentina'. O segundo artigo estabelece as equivalências para o cambio. Da lei de 1885 derivam-se duas unidades monetárias distintas: o peso forte ou peso de curso legal e o peso ouro selado. Não se cunharam moedas paraguaias de ouro e prata, mas emitiram-se bilhetes, que hoje constituem o único signo legal circulante no país". O peso ouro selado é só uma moeda de contabilidade, nascida historicamente de dois fatores: a circulação da moeda Argentina no Paraguai e o desejo dos credores de se proteger contra a depreciação progressiva do peso papel paraguaio. O peso ouro selado, assim como o peso forte equivalia originalmente a um peso argentino."(González Erico, 1995)".

padrão de referência; e o peso de curso legal (peso papel). Circulavam também normalmente moedas brasileiras, bolivianas, argentinas, etc., e o sistema ficava exposto às emissões “inorgânicas” dos diversos bancos estrangeiros que tinham autorização do governo para emitir papel moeda[68].

Em 1904, ano em que ocorre a revolução liberal, começou um verdadeiro *boom* econômico, marcado pela instalação de indústrias, casas comerciais e bancos.

> Curiosamente, durante este período de extraordinária convulsão e instabilidade política, o país beneficiou-se do auge econômico regional gerado no Rio da Prata desde 1904 até os anos imediatos a I Guerra Mundial. Expandem-se as indústrias de transporte e agro-exportação instaladas no fim do século XIX, criam-se as grandes explorações de tanino, saladeiros de carne e obragens, e uma infinidade de médias empresas urbanas (alimentação, têxtil, calçados, móveis) se multiplicam num auge especulativo considerável. (Rivarola, 1993b, 104).

A predominância dos capitais anglo-argentinos, bem do agrado dos liberais, mais a ostensiva presença de empresários, administradores e pessoal qualificado, vinculados às empresas estrangeiras, deu motivo ao reforçamento de uma preexistente xenofobia. Será perceptível também um deslocamento na cultura dos grupos dominantes com relação aos negócios e ao Estado, passando-se a

---

[68] Somente em 1916 criou-se um escritório de cambio e se estabeleceu o monopólio estatal de emissão de moeda.

valorizar os primeiros em detrimento do segundo como meio de fazer fortuna. Um observador estrangeiro vai dizer:

> "Anteriormente, a política era aqui o instrumento mais seguro, quase o único, de se ganhar consideração ou fortuna. ..... Existem neste momento em Assunção, particulares que adquiriram, graças à especulação ou ao trabalho, uma posição tão brilhante – e mais estável – que aquelas conseguidas ao preço de um *pronunciamento*". (Rivarola, 1993b, 106).

Ocorreram importantes processos de acumulação nos setores de transportes fluvial e ferroviário e no de agroexportação. Três importantes consórcios se constituíram nesse período: a Mihanovich (transporte fluvial) absorveu empresas concorrentes de navegação, associou-se na exploração de atividades portuárias no norte e também em empreendimentos florestais; o Banco da República, subsidiário do Banco Francês do Rio da Prata conseguiu o controle das principais casas de comércios e de algumas indústrias locais; o mais importante, porém, foi o Sindicato Farquhar (norte-americano) que controlou naqueles anos gigantescas *holdings* de empresas nos países do cone sul, Brasil e Bolívia.

Este movimento de capitais foi acompanhado por uma mudança na relação das empresas com os grupos e partidos que disputavam o poder. Financiamento de golpes e revoluções pelos consórcios e conglomerados passaram a ser correntes, assim como o favorecimento delas pelos grupos que haviam sido financiados

anteriormente. A revolução de 1911-12 que colocou no poder os radicais gondristas[69], por exemplo, foi financiada pela Mihanovich e pelo sindicato Farquhar, que conseguiram com o triunfo deles, o que o cônsul britânico definiu como “um governo receptivo a suas influências”. (Rivarola, 1993b, 107).

O *boom* econômico, contudo, à medida que ocorreu num período de alta instabilidade política, coincidiu com um fluxo intenso de migração de trabalhadores paraguaios aos países limítrofes, que adquiriu proporções alarmantes. Calcula-se que 30% da população do Paraguai saiu entre 1904 e 1912. E dez anos mais tarde este êxodo era avaliado em 150.000 chefes de família residentes fora das fronteiras nacionais. Essas migrações se deviam, principalmente, às sangrentas e freqüentes revoluções durante as quais os trabalhadores eram recrutados à força para compor os “exércitos” de ambos os lados, mas combinava-se com a demanda de mão-de-obra não-qualificada nas cidades fronteiriças. Muitas

---

[69] A instabilidade do período posterior à revolução liberal de 1904 pode ser percebida pela alta freqüência de alterações no topo do executivo. Daquele momento em diante, e até uma relativa estabilização com o governo de Eduardo Shaerer (Radical), sucederam-se os seguintes presidentes:

Presidente	de	até
Juan Bautista Gaona	19 novembro, 1904	9 dezembro, 1905
Cecilio Baez	9 dezembro, 1905	25 novembro, 1906
Benigno Ferreira	25 novembro, 1906	4 julho, 1908
Emiliano González Navero	4 julho, 1908	25 novembro, 1910
Manuel Gondra	25 novembro, 1910	17 janeiro, 1911
Albino Jara	17 janeiro, 1911	5 julho, 1911
Liberato Rojas	5 julho, 1911	14 janeiro, 1912
Pedro P. Peña	28 fevereiro, 1912	22 março, 1912
Emiliano González Navero	22 março, 1912	15 agosto, 1912
Eduardo Shaerer	15 agosto, 1912	15 agosto, 1916

empresas argentinas e brasileiras implementaram verdadeiras campanhas de recrutamento de paraguaios, acenando com promessas de salários mais altos e outras condições vantajosas.

A redução da disponibilidade de força de trabalho e conseqüente aumento do seu custo fizeram com que as novas empresas instaladas nesse período (depois de 1904) respondessem com o reforçamento dos mecanismos coativos de *enganche* e com toda sorte de violências destinadas a evitar as fugas. Muitas formas de coação já eram praticadas anteriormente, mas algumas foram introduzidas pelas novas empresas: proibição de assentar as famílias dos peões nos estabelecimentos, proibição de cultivar lavouras de subsistência, multiplicação das vendas e armazéns das empresas junto com a generalização dos “vales” como forma de pagamento. Essas novas formas de coação foram implementadas nos obragens, nas tanineiras e ervais nesse período de escassez de mão de obra.

Além das dívidas e das doenças, o sistema de castigos corporais era generalizado

> para forçar o pessoal resistente a este regime de trabalho semi-escravo: cepos de laço, a técnica do “estaqueado” ou “estirado” (amarrar o peão pelas extremidades); pendurá-lo de árvores, etc. eram moeda corrente nos ranchos ervateiros de toda a região. Uma bela frase de Rafael Barrett explicava porque os peões paraguaios eram preferidos para este regime laboral de obragens e ervais fora das fronteiras; “É que aqui os pobres já são meio escravos”. (Rivarola, 1993b, 118).

Em tono de 1920 o Paraguai tinha uma população de quase 700.000 pessoas, das quais 10% residia na capital. A parte integrada à economia de mercado não passava de 22.000, em sua maioria imigrantes e descendentes deles. As diferenças entre as classes ou estamentos estavam ligadas a questões étnicas e de nacionalidade.

> A população “crioula ou mestiça dominante no Paraguai, constitui aí, pode-se dizer, o povo: assim os paraguaios da classe operária e agricultora podem ser reconhecidos pela sua pele escura e seus traços bastante marcados”. Os descendentes dos antigos colonizadores espanhóis situam-se como profissionais liberais, políticos, pecuaristas e latifundiários enquanto os imigrantes chegados no pós-guerra de 70 – argentinos e europeus – controlavam o grande comercio e as indústrias. [...] As diferenças étnicas eram também visíveis no interior da hierarquia laboral, as explorações rurais contratavam como capatazes ou chefes a paraguaios, “preferentemente aqueles em que predominava o sangue espanhol”, argentinos ou uruguaios; nas empresas tanineiras e empacotadoras de carne os empregados altos e médios eram de nacionalidade norte-americana ou inglesa. A xenofobia popular de que tanto falavam os despachos e narrações de viajantes, foi ganhando intensidade na época. (Rivarola, 1993b, 183).

As condições sanitárias eram precárias e apenas 50 médicos em Assunção e outros 2 em Villarica constituiam todo o staff profissional. Em 1917, as 4/5 partes da população vivia sem nenhum tipo de atendimento médico profissional e doenças como anquilostomíase e sífilis eram causas de grande mortalidade nas zonas rurais. Em 1920 começa, com a ajuda da Fundação Rockefeller uma campanha nacional

contra o anquilostoma, e nessa época surgiram também os hospitais de São Pedro e Villarica que, junto com o de Assunção, eram os únicos do país.

Diversas comunidades indígenas também foram incorporadas nas formas extremas de superexploração da força de trabalho que marcou o ingresso do Paraguai na modernidade capitalista. Foram mobilizados como mão-de-obra temporária em obragens e ervais no Alto Paraguai e sua remuneração, na maioria das vezes, limitava-se a roupas, armas velhas, tabaco e álcool, mas em compensação, ocupavam-se das mais pesadas tarefas. Estâncias, fábricas de tanino e engenhos argentinos de fronteira, contavam com numerosa mão-de-obra indígena. Os engenhos pagavam aos chefes ou caciques por cabeça de índio recrutado como operário e esta “comissão”, mais os presentes e gastos com tradutores, era descontado do total de salários pagos ao peão índio.

Na década que vai de 1920 a 1930, o país viveu os efeitos do auge e crise da exportação do algodão e da modernização administrativa que o regime liberal, sob direção de Eligio Ayala, implementou. O aumento das exportações de algodão dinamizou as relações econômicas no interior, devido ao fato de o incremento na produção do mesmo ter sido feito em pequenas propriedades. Isso acarretou não apenas um fluxo maior de moeda que circulou no interior (monetarização) mas também aumentou a demanda por terras, por parte

dos camponeses, o que induziu medidas governamentais para atender a essas reivindicações. Os resultados das ações estatais nesta área, porém, foram pífios.

> Dos 840.000 habitantes computados em 1928, menos de 1.000 eram proprietários de 27,5 milhões de hectares, outros 4.000 completavam o total de proprietários, enquanto a maior parte dos camponeses, continuava em regime semi-servil como meeiros, como ocupantes precários. (Rivarola, 1993b, 242).

De outra parte, o saneamento das finanças públicas e a estabilização do peso paraguaio foi conseguida mediante uma violenta desvalorização da moeda, o que provocou a queda dos salários reais de classes médias, funcionários e operários. Nesse momento, vésperas da guerra contra a Bolívia, a política liberal teve que incorporar um certo discurso social, reconhecendo o desemprego e as desumanas condições a que milhares de paraguaios estavam submetidos em mãos de empresas e conglomerados estrangeiros.

Em 1930, a população, num total de 15% a 40%, já era considerada “com algum poder aquisitivo”, quer dizer, inserida na economia de mercado. Dois terços dessa população ainda era considerada analfabeta e dos 150 médicos, somente 20 trabalhavam fora da capital. A população urbana era de 80.000 pessoas e as maiores concentrações de trabalhadores continuava sendo as das indústrias da erva, tanino e carne.

> Zeballos Cué (o frigorífico da Liebig's) contava com 1.200 operários; os portos tanineiros de Pinasco, Casado e Sastre tinham uns 12.000 povoadores entre colonos e operários industriais, enquanto que os "mensúes"[70] dos extensos ervais da região somariam uns 40.000 no fim da década. Nas imensas explorações da região oriental, peões mestiços e indígenas suportavam condições de vida e trabalho semelhante: exploração semi-servil em obragens e ervais, recorrência intermitente à caça, pesca e pequenas lavouras de subsistência, nomadismo, prostituição de suas mulheres nos ranchos e sedes dos estabelecimentos, péssimas condições sanitárias e miséria generalizada. (Rivarola, 1993b, 246).

Este é o retrato do nascente proletariado paraguaio que, para vir ao mundo capitalista, encontra uma grande resistência do próprio regime liberal, o mesmo que se instalou depois de uma guerra de extermínio com a promessa de colocar o país nos trilhos da civilização.

2.4. Surgimento do movimento operário

O movimento operário paraguaio segue em linhas gerais os mesmos passos dos seus congêneres da América Latina. Primeiro se organizou em sociedades de socorros mútuos, depois vieram as sociedades de resistência e finalmente os sindicatos. Claro que não numa ordem muito rigorosa, também não o foi nos outros países. De acordo com Batalha, ao se referir ao movimento operário brasileiro:

> Desde o século XIX, em particular na sua segunda metade, os trabalhadores urbanos livres mais qualificados, geralmente exercendo ofícios

[70] "Mensú" era a designação com que eram conhecidos os trabalhadores semi-escravizados dos ervais paraguaios.

> artesanais, passaram a se organizar em sociedades de socorros mútuos. Impedidos pela Constituição de 1824 de criar qualquer forma de organização sindical, encontraram nas sociedades mutualistas tanto o meio para exercer a solidariedade (através de auxílios para os membros em caso de doença, incapacitação para o trabalho, desemprego, funeral, etc.) como para zelar pelos interesses do seu ofício. Muitas dessas sociedades mutualistas continuaram em atividade nos primeiros anos do século seguinte; entretanto, tiveram que desenvolver atividade sindical ou enfrentar a concorrência de novas associações primordialmente voltadas para a ação sindical.
>
> Já sob a constituição republicana, a última década do século XIX e os primeiros anos do século XX presenciaram o surgimento de uma forma de associação de novo tipo: o sindicato operário. Voltados para a "ação econômica", os sindicatos enfrentavam questões como a jornada e as condições de trabalho, os salários, a forma de pagamento, etc. Essas novas organizações surgiram com as denominações mais diversas: associação, centro, grêmio, liga, sociedade, união e, até mesmo, sindicato. Com freqüência, na denominação havia a qualificação "de resistência", para enfatizar sua diferença com relação às sociedades mutualistas, consideradas "beneficentes". (Batalha, 2000, 14-15)

A primeira sociedade de socorros mútuos organizados diretamente pelos "operários" paraguaios foi a Sociedade "Santa Cruz", no ano 1880. Em 5 de novembro de 1882 fundou-se a segunda sociedade assuncena de socorros mútuos "Sociedade Artesãos do Paraguai", por iniciativa de um grupo de operários gráficos (Gaona, 1967, 38). Diferentemente da anterior, os membros desta sociedade não se restringiam à classe trabalhadora, dela participando também setores das classes medias da capital. No seu primeiro aniversário, organizou uma

festa da qual participou o Presidente Bernardino Caballero. (Nickson, 1987, 01). A designação de artesão era sem dúvida mais apropriada à condição desses trabalhadores, muitos deles de origem estrangeira e exercendo, na verdade, ofícios vários.

Desta segunda sociedade os trabalhadores gráficos se separaram em 1885 para formar a Sociedade Cosmopolita de Socorros Mútuos “Verdadeiros Artesãos”. Além de um fundo mutualista e de um departamento de poupança e empréstimos, a nova sociedade tinha uma biblioteca e proporcionava aulas noturnas. (Nickson, 1987, o1) Este grupo publicou o primeiro jornal operário *El Artesano* que entre 1885 e 1886 publicou 31 números e em maio de 1886, fundou a Sociedade Tipográfica do Paraguai, o primeiro sindicato do país com 28 membros fundadores. (Nickson, 1987, 01).

J. Andres González, diretor do *El Artesano*, alma do nascente sindicalismo operário no Paraguai, viveu alguns anos em Buenos Aires, precisamente na época em que apareceram os primeiros núcleos socialistas, como a seção francesa da Associação Internacional de Trabalhadores de 1872; as seções italiana e espanhola de 1873; o chamado grupo “Woswarts” que publicou o primeiro número de sua revista em 2 de outubro de 1886. Pode-se supor que, ao voltar ao seu país, este jovem militante gráfico, trouxe consigo uma bagagem de idéias socialistas disseminadas no seio do proletariado bonaerense para lançá-

las no sulco paraguaio. (Gaona, 1967, 43). A sua orientação política era *reformista*, na linha da Segunda Internacional. Mas teve um mérito que o próprio Gaona nota com toda propriedade em sua *Introdução à História Sindical e Social do Paraguai,* qual seja, os gráficos do *El Artesano*, jornal a cargo de J. Andrés González, revela a preocupação por problemas sociais e nacionais. Além disso, eles percebem esses aspectos como articulados à resposta do movimento operário na constituição do Estado. Na edição de 24 de janeiro de 1886, chamava-se a atenção dos artesãos pela inscrição cívica.

> Quereis bons deputados e senadores que lhes dêem boas leis, inscrevei-vos e votai! Quereis bons vereadores que se interessem pela melhoria das cidades em todo sentido, inscrevei-vos e votai!" e concluía o artigo: "A todos os sindicatos" 1º que se inscrevam para poder votar e 2º que não vendam seus votos nem se apresentem ébrios nas inscrições e votações. (Gaona, 1967, 176).

O primeiro sindicato criado no Paraguai foi a *Sociedade Tipográfica do Paraguai*, fundada em 16 de maio de 1886. Em seus estatutos percebe-se uma preocupação pela harmonização de interesses com os donos de gráficas. Contudo, esta sociedade teve uma longa trajetória, e de suas fileiras saíram mais tarde importantes militantes sindicais.

Depois dos tipógrafos foram os trabalhadores da construção civil a organizar a sua *Sociedade de Oficiais Pedreiros de*

Socorros Mútuos, na capital em 1890. Os alfaiates se organizam em 1892 e em 1893 os servidores dos correios e telégrafos.

A primeira greve foi feita pelos peões da Estação Central Ferroviária. Em 1º de março de 1889, estoura o conflito contra o incremento do desconto que a empresa fazia regularmente. De 10% dos haveres que eram descontados, passou-se a descontar 20%. Os operários não aceitaram e se declararam em greve. Em 1891 se produziu uma segunda greve na empresa, a qual estava agora sob gestão dos ingleses que haviam adquirido a ferrovia. De 1885 a 1898, se registraram 6 greves operárias no Paraguai. Já de 1899 a 1911, foram 35 greves realizadas pelas diversas categorias (Rivarola, 1993b).

Nos estabelecimentos rurais a fuga dos peões continuava sendo a única forma de resistência acessível a estes trabalhadores. Isso pode ser verificado pela decretação da lei de janeiro de 1871, baixada com a finalidade de reprimir esta “alternativa”.

> De fato, a fuga de peões “endividados” continuou acontecendo até bem entrado o século XX , apesar da legislação repressora e dos numerosos guardas (cujos chefes eram chamados de capangas) assalariados pelas empresas, encarregados tanto da perseguição desses peões quanto de aplicar diversas formas de castigo aos “desertores” encontrados. (Rivarola, 1993b, 51).

Uma das primeiras noticias de organização política dos operários é de 1892. Em 15 de maio desse ano, a policia interrompeu uma reunião de operários padeiros recolheu um panfleto que estava

sendo lido e prendeu todos os participantes da reunião, menos cinco ou seis que conseguiram fugir. Este era um panfleto redigido por anarquistas que assinavam com o nome de *Grupo de los Hijos del Chaco*. Era um texto doutrinário que denunciava amargamente as condições em que a classe trabalhadora sofria em mãos dos advogados, do clero, dos militares, comerciantes e rentistas que viviam como parasitas. Defendia o comunismo e a sociedade anárquica, mas não se referia em nenhum momento à questão nacional. O texto do panfleto concluía chamando os oprimidos a insurgir-se contra os opressores "rompendo as cadeias da nova escravidão" (Gaona, 1967, 71). Marcava o 1º de maio próximo como a data para que se deflagrasse a greve geral para derrubar as instituições que sustentavam a sociedade atual e acima de seus restos, "plantar a regeneradora sociedade comunista anárquica". (Gaona, 1967, 71).

Em 18 de outubro de 1891 o Centro Democrático (Partido Liberal) que havia sido fundado em 1887 e estava na oposição, tentou dar um golpe contra o governo de Juan G. González. Essa tentativa revolucionária dos liberais foi apoiada por parte dos operários. "O governo da Nação, não é, numa palavra, mais do que uma sociedade comanditária que a explora e a saqueia, a humilha e a envilece", dizia o manifesto dos revolucionários liberais. Com essa tentativa começavam os liberais a treinar para tomar o poder. Os empregados dos bondes ajudaram as tropas insurretas que chegaram a tomar o quartel da cavalaria, mas horas depois foram duramente reprimidos.

> A participação dos trabalhadores assuncenos havia sido conseguida pela proximidade que alguns artesãos e empregados tinham com a classe política local, proximidade reforçada com a experiência das Sociedades de Artesãos e o apoio - dado e recebido – pelo grupo de Ignácio Ibarra desde A Democracia. Esta experiência se repetiria posteriormente, sem que os trabalhadores levassem reivindicações próprias e distintas da dos dirigentes políticos que encabeçavam as revoluções e os golpes. (Rivarola, 1993b, 87).

Na seqüência à repressão que se seguiu ao Grupo Hijos Del Chaco, a influência libertaria continuou aumentando, pois não se interrompeu a chegada de militantes e de literatura anarquista e anarco-sindicalista desde Buenos Aires, Montevidéu e diversas cidades espanholas. O ingresso do pensamento anarquista nos meios operários, não podia deixar de provocar preocupação à elite dominante, que reagiu tentando fomentar alternativas sindicalistas de natureza reformista. O próprio Cecílio Báez, dirigente do liberalismo propiciou em 1897 a constituição de uma Associação Geral do Trabalho, sem, contudo, conseguir desviar o processo de organização em andamento. Em novembro de 1897, a reivindicação de um grupo de 160 padeiros por melhores salários e condições de trabalho levou-os a fazer uma greve que terminou vitoriosa. Em novembro de 1901 o sindicato de operários marceneiros foi o primeiro a conseguir a jornada de 8 horas, mediante uma greve que durou uma semana. A sociedade de resistência de operários marceneiros, ebanistas e anexos, sob a direção do catalão Juan Rovira (socialista) e o espanhol José Serrano (anarquista) tornou-se o

primeiro sindicato classista do Paraguai. Será no seio desta agremiação que surgirão mais tarde as primeiras disputas ideológicas com conseqüências para o movimento operário, o choque entre esses dois dirigentes marceneiros.

Na primeira década do século XX diversas categorias operárias e de artesãos se incorporaram ao esforço organizativo da classe, aparecendo as sociedades de resistência e, principalmente, se concretiza o primeiro experimento federativo intersindical na história do país. Esse período foi marcado pela revolução liberal de 1904 que, redirecionando a economia paraguaia no sentido de uma maior vinculação com a Argentina, induziu uma forte reativação econômica.

Essa expansão provocou a ampliação da classe operária e o deslocamento na direção operária. Os artesãos que dirigiam, nas décadas anteriores, foram sendo gradativamente substituídos por operários das novas indústrias do tanino, madeira, erva, açúcar e os setores de transporte. Ao mesmo tempo, continuava a ascensão dos movimentos grevistas e a vinculação dos sindicatos e sociedades de resistência com suas congêneres no Prata (Buenos Aires e Montevidéu). Em 1906, algumas experiências de ação conjunta em conflitos trabalhistas, aproximaram algumas sociedades de resistência e este acercamento se transformou na idéia de constituir uma central sindical. A primeira central operária do país, a Federação Operária Regional do

Paraguai (FORP) foi constituída em 22 de abril de 1906 e inicialmente seria composta por três agrupamentos: a *Sociedade de Resistência dos Cocheiros,* a *Federação Gráfica* e *Sociedade dos Serralheiros*. Nos messes posteriores diversas organizações aderiram à FORP.

A FORP nasceu estreitamente vinculada com a FORA (argentina) e marcou a predominância das correntes anarco-sindicalistas no Paraguai. O seu jornal “El Despertar” será publicado desde o 1o de maio de 1906, data em que foi comemorado, pela primeira vez no país, o dia do trabalhador.

Da leitura das onze edições do jornal *El Despertar* se constata que predominou em suas páginas o conteúdo doutrinário. As informações locais foram-se tornando mais concretas à medida em que apareciam novos números e refletiam a intervenção dos anarquistas nos conflitos, não chegando, contudo, a formular nenhuma análise mais geral ou programática a partir da realidade nacional. Aparecem até matérias curiosas para o meio paraguaio como, por exemplo, o “Manifesto do Sindicato dos Cultivadores de Bourbon l’Archambault”, um artigo sobre Ibsen e outro contra o alcoolismo, etc.

Fiel à sua perspectiva anarquista, a FORP se recusou a intervir no jogo político nacional. Assim o determinavam seus estatutos que, reproduzindo dos estatutos da FORA (argentina) e da Federação espanhola, prescrevia:

> Esta federação, puramente econômica, é distinta e oposta à de todos os partidos políticos burgueses e políticos operários, porque, da mesma forma que eles se organizam para a conquista do poder político, nós nos organizamos para defender nossos direitos e para que se estabeleça a Federação de livres associações de produtores livres. (Rivarola, 1993b, 130).

O crescente descontentamento social ocasionado pela repressão que se seguiu à rebelião militar de 1908 originou o surgimento de uma minoria que começou a defender a necessidade da militância política, particularmente entre os gráficos, que em 1912 provocaram uma cisão e criaram uma organização paralela, a *União Gremial*, posteriormente denominada "*União Operária do Paraguai*". Esta fração seguirá uma orientação socialista reformista sob a liderança de Rufino Recalde Milesi.

Em 1913, reorganiza-se a FORP, com a participação de intelectuais e artistas livre-pensadores. Junto a alguns operários tentam reativar a antiga federação, o que somado à renúncia de alguns membros da UGP acirra o enfrentamento entre as duas correntes operárias, enfrentamento que com os anos se aprofundaria. A rivalidade, no entanto, serviu para que se avançasse na organização de novos sindicatos. No período de 1912 a 1922, foram criadas 77 novas organizações sindicais (Rivarola, 1993b).

Rufino Recalde Milesi, Secretário Geral da UGP, decidiu se lançar como candidato a vereador nas eleições municipais de

Assunção em outubro de 1914, junto com um grupo de operários e alguns estudantes de comércio, mas não conseguiu se eleger. Em 3 de dezembro do mesmo ano, foi fundado o Partido Operário. Ao todo, Milesi e seu partido disputaram quatro eleições, mas o regime não permitiu que assumisse nenhuma vez, mesmo tendo se constituído, pela desistência dos colorados, a primeira minoria a disputar a eleição.

No final de 1915 foi formado o primeiro sindicato fluvial do país. Seus membros participaram ativamente da criação da Federação Naval e pouco tempo depois da Liga de Operários Marítimos, organização que constituirá a terceira grande corrente sindical do Paraguai, relativamente diferenciada da corrente anarquista e da socialista. Em 1916 é notável a extensão da organização sindical ao interior do país. Mobilizam-se artesãos e operários de Villarrica por melhores salários. Varias organizações operário-camponesas ao redor da capital são criadas entre 1915 e 1916: Sociedade de Resistência dos cultivadores de cana e alambiqueiros de Luque, Sociedade de Agricultores Unidos de Obrages de Limpio (Rivarola, 1993b, 197).

A criação da Liga e dos diversos sindicatos nesse período inaugurou um novo ciclo na organização dos trabalhadores do Paraguai.

> Entre 1916 e 1919 fundaram-se no Paraguai um número maior de sociedades operárias que as criadas nas três décadas anteriores e este auge pode ter obedecido tanto ao boom econômico agro-exportador da I Guerra Mundial, quanto ao clima de maiores liberdades civis que imperou no Paraguai

> sob a administração de Manuel Franco (1916-1919). Este processo foi registrado pela historiografia tradicional, segundo a qual a partir de 1916 ocorreu o “despertar do proletariado nacional como fator de transformação das velhas tradições partidárias” (Freire-Esteves segundo Rivarola, 1993b, 196).

Também em 1916 os anarco-sindicalistas voltam a se reorganizar. Em 6 de agosto, os delegados na nova sociedade se reúnem para fundar o Centro Operário Regional do Paraguai (CORP). Vários intelectuais apóiam os trabalhos do Comitê e pela primeira vez o documento fundacional faz referência explicita às condições de exploração econômica e dominação política vigentes no país, algo ausente nos documentos anteriores.

A UGP, que estava quase desativada, diante da ofensiva anarquista, se rearticula e junto com os pedreiros, cozinheiros navais e o partido operário fundam a Federação Operária do Paraguai sob a orientação ideológica e teórica da Segunda Internacional.

Em abril de 1919, o Partido Socialista e a FOP participaram da Primeira Conferência Socialista e Pan-americana em Buenos Aires. A conferência aprovou resoluções anti-belicistas e anti-armamentistas, criticou a intervenção dos exércitos nos conflitos operários, mas aprovou também moções que reclamavam o estabelecimento do livrecambismo integral.

Entre janeiro e fevereiro de 1920, um comitê pró-congresso operário tentou unificar as principais federações e uniões – a

CORP, a FOP e a Federação Naval – numa única central operária nacional, mas as divergências entre socialistas e anarquistas impediram que se concretizasse.

Durante 1919 e 1920, os marítimos protagonizaram a mais longa, custosa e cruenta greve em toda a vida do proletariado paraguaio. Durante 14 meses, os marinheiros argentinos, uruguaios e paraguaios enfrentaram a prepotência da companhia naval argentina Mihanovich que monopolizava o transporte fluvial no Prata. Foi à raiz desta greve que se cindiu a *Federação Naval*. Ao se recusar esta a apoiar a greve dos argentinos e uruguaios, parte da Federação Naval rompe com ela e funda a *Liga de Operários Marítimos* (LOM).

Com a divisão, a Liga não só enfrentou o Estado que tentava substituir as embarcações paralisadas por outras, mas também o colaboracionismo pró-patronal da Federação, chegando ao extremo de enfrentamentos armados que provocaram a morte de dirigentes sindicais. A divisão do Partido Liberal acabou se refletindo na organização dos marítimos. O grupo radical gondrista apoiou a nova LOM, enquanto o grupo shaerista alinhou-se por trás da Federação Naval. A greve contra a Mihanovich foi uma greve internacional e mobilizou a solidariedade de classe entre os operários argentinos, uruguaios e paraguaios. Afetou todo o tráfico fluvial e paralisou o comercio exterior do país. O resultado vitorioso dessa greve e a organização que a LOM conseguiu estruturar

fizeram dela a mais importante organização operária do país por muito tempo.

Em 1921, uma greve dos trabalhadores dos bondes adotou atitudes mais decididas para enfrentar a reação da organização patronal. Tendo já aprendido com outras greves, os piquetes desta vez eram armados e, quando os fura-greves tentaram fazer funcionar os bondes, houve violências. Em conseqüência, a CORP e a FOP que, depois de uma tentativa de unificação em 1920, não haviam voltado a tentar nenhuma ação conjunta, decidiram decretar uma greve de solidariedade por tempo indefinido a partir de 16 de maio. Esta resolução é acatada pelos principais sindicatos organizados em Assunção. O município assumiu a distribuição de carne e convocou o exército; houve tiroteios e tumultos. Em 27 de maio os grevistas conseguem parte de suas reivindicações, mas seu dirigente Martin Correa é expulso do país depois de ser violentamente torturado.

A mobilização aumenta também em resposta à tramitação do projeto de lei que criava o Departamento Nacional do Trabalho. Pelo projeto, muitas empresas eram colocadas sob a categoria de serviços essenciais e, na prática, impedia a greve. Congelava os salários e acabava com a liberdade de organização dos sindicatos. Reintroduzia, assim mesmo, a alternativa de trabalhos forçados, penalidade que havia sido abolida pela Constituição de 1870.

O Conselho Federal da CORP emitiu, em 27 de junho de 1921, um manifesto criticando o projeto de lei. Nele a proposta de legislação é considerada:

> “um atentado aos mais sagrados direitos da classe trabalhadora” e do homem livre desde o ponto de vista jurídico, enquanto que por outra, consideravam “que o governo nem nenhuma autoridade não tem nada a ver com os conflitos entre capitalistas e trabalhadores”; evidenciando o rechaço tanto da lei quanto da possibilidade de intervenção do Estado no âmbito dos conflitos trabalhistas. A FOP – cujo dirigente Recalde Milessi havia apoiado a apresentação de outros projetos de leis trabalhistas no Parlamento, anos antes – não assinou o manifesto, ainda que membros da FOP tenham se somado às mobilizações operárias em contra de tal projeto. (Rivarola, 1993b, 222).

Em meio à crise econômica de 1921, aprofundou-se a divisão interna no seio do partido governista. Em outubro, Eduardo Shaerer dá um golpe, constitui-se um gabinete misto, mas não se resolve a divisão. Um manifesto de operários da LOM denuncia as violências praticadas pelas tropas schaeristas contra trabalhadores durante a greve passada e conclama a votar nos candidatos gondristas (opositores a Schaerer). A guerra civil estoura em fins de maio de 1922 com o levante do Coronel Chirife aliado de Schaerer, do clero e de caudilhos colorados. A quase totalidade do exército marcha sobre Assunção, onde o governo contava apenas com 350 homens. Em 28 de maio, Eusébio Ayala decreta a mobilização geral dos cidadãos sem encontrar eco nos habitantes da cidade. No dia seguinte, porém, a LOM oferece seus efetivos – uns 1000

homens – enquanto o Parlamento de maioria schaerista convoca o povo contra o presidente Ayala.

Não foram só os marítimos que apoiaram o governo. Tipógrafos e vendedoras do mercado também fizeram sua parte, assim como diversos outros sindicatos. Não houve, contudo, unanimidade. Os anarquistas denunciaram que se tratava do enfrentamento entre duas variantes da mesma oligarquia. A guerra terminou com a vitória do grupo radical gondrista e muitos prejuízos em infra-estrutura e abandono das plantações castigadas pelos alistamentos forçados que ambos grupos organizaram.

Nos anos seguintes, a organização operária avança no sentido de ampliar seus vínculos com intelectuais, com federações de outros países ampliando também o alcance de suas lutas que não se limitam apenas a questões setoriais ou corporativas, chegando a levantar bandeiras claramente políticas, em alguns casos. Em 1927, por iniciativa da LOM, da FOP e de alguns sindicatos independentes, constitui-se a União Operária do Paraguai (UOP) dirigida por Rufino Recalde Milesi. Esta era continuação da FOP, e nucleou, alem das seções desta, os 16 sindicatos da todo-poderosa LOM, tornando-se desse modo a central que representava o maior número de trabalhadores do país.

A CORP por seu turno recebeu a contribuição dos intelectuais e dirigentes estudantis nucleados no Novo Ideário Nacional

(NIN), grupo considerado de esquerda radical, muitos dos quais eram anarquistas. Estendeu também sua influência para o interior do país.

O governo radical no fim enfrentou o auge das mobilizações do movimento operário e numa série de conflitos chegou a reprimir violentamente os grevistas. Os trabalhadores não podiam deixar de identificar os dirigentes liberais com as grandes empresas norte-americanas.

O partido comunista paraguaio foi fundado ao menos duas vezes. A primeira fundação documentada é a de 1928:

> Em 19 de fevereiro de 1928 umas 50 pessoas reunidas em assembléia fundam o Partido Comunista Paraguaio, escolhendo seu Secretário Geral – Lucas Ibarrola – e um Comitê Central. (Rivarola, 1993b, 255).

Este núcleo inicial foi diluindo sua atuação até chegar a uma quase inatividade, além de não acatar posteriormente a orientação antibelicista da Internacional Comunista no conflito do Paraguai com a Bolívia.

O partido comunista paraguaio só foi organizado definitivamente durante a guerra no exílio, em Buenos Aires, e sob a condução direta da Internacional Comunista. Foi uma exceção na América Latina, onde a maioria dos núcleos constituintes dos partidos comunistas eram oriundos das organizações anarquistas ou socialistas.

Na formação deste partido, em sua segunda fundação, foi decisiva a adesão de Oscar Creydt ao marxismo da III Internacional. Movimento que se processou no exílio de Buenos Aires, São Paulo e Montevidéu. Creydt, que havia redigido o manifesto do *Novo Ideário Nacional* (NIN) e sustentava posições próximas ao anarquismo, foi se aproximando ao comunismo em contato com Luis Carlos Prestes e com dirigentes da Internacional Comunista em Buenos Aires. Exerceu forte influência sobre Obdúlio Barthe, o outro dirigente do NIN e Augusto Cañete.

Mas, de acordo com Bogado Tabacman (1990), a reorganização do partido comunista teve seu mais surpreendente e inesperado apoio por parte de uma das figuras principais da ala reformista, Francisco Gaona. Configurando-se assim uma virada de proporções na orientação do movimento operário da época.

> Em 1933 Francisco Gaona, integra-se ao Comitê Antiguerrero de Resistência no qual desempenha-se como secretário. Em novembro entrega uma extensa nota ao delegado “Caro” destacado na fronteira para organizar os Comitês Antiguerreros. Dita nota dirigia-se ao secretário geral do partido comunista, solicitando sua filiação. (Bogado Tabacman, 1990, 388).

Posteriormente Gaona se distanciará do partido comunista até se enfrenta a eles abertamente na década de 1940.

Imediatamente antes da guerra, o movimento operário aprofundou sua vinculação com outros núcleos de contestação ao regime

liberal e protagonizou manifestações nacionalistas exigindo a defesa do Chaco paraguaio. As tentativas da Internacional Comunista de opor uma campanha contra a guerra, caracterizada como expressão de interesses imperialistas, se chocaram contra o nacionalismo em ascensão.

Até esse momento de sua trajetória, o movimento operário não conseguiu formular nenhuma resposta aos grandes problemas nacionais. Os anarquistas se recusavam a qualquer ação política; os socialistas se esgotaram em algumas tentativas de conquistar o Parlamento e, tendo fracassado, foram incapazes de formular outras alternativas que não fosse a mera ação sindical; os marítimos, com toda sua combatividade foram facilmente arrastados pelos liberais no começo e pelo NIN depois; os comunistas nem sequer conseguiram manter uma organização em pé. Quando se adensa a mobilização nacionalista, o internacionalismo que, doutrinariamente todas as correntes operárias professavam, não foi capaz de conter a maré chauvinista que tomou conta do país.

CAPÍTULO III - NACIONALISMO E MOVIMENTO OPERÁRIO NA ORIGEM DO *ESTADO NACIONAL REVOLUCIONÁRIO*

3.1. Crise do regime liberal e movimentos nacionalistas

Paralelamente à construção das idéias nacionalistas, durante a década de 20, o regime liberal atingiu o apogeu de suas realizações e começou sua crise definitiva. Nessa década, ocorreram importantes movimentos políticos, que de diversas direções, convergiram para o reforçamento do nacionalismo. Esses processos tiveram como pano de fundo as mudanças na economia nacional, as alterações modernizadoras introduzidas pelos governos liberais e o esgotamento de um modelo de inserção dos países latino-americanos no mercado mundial.

A década de 20 havia começado com a mais longa guerra civil que o país padeceu. De maio de 1922 a julho de 1923, enfrentaram-se, em todo o território da República, as forças do coronel Adolfo Chirife aliadas às do ex-presidente e também caudilho liberal Eduardo Schaerer, contra as forças leais ao presidente Eusébio Ayala (1921 – 1923). A rebelião se desencadeou, quando Eusébio Ayala vetou uma decisão do Parlamento que convocava eleições para presidente e vice-presidente. O Congresso era dominado por Schaerer e este, em nome do Congresso chamou as forças de Chirife para se levantar contra o governo do seu próprio partido.

Para enfrentar e derrotar os rebeldes, o governo contou com o apoio da Liga de Operários Marítimos (LOM), principal agremiação do movimento operário paraguaio, dirigida então pelos socialistas. A liga forneceu armas, combatentes e recrutou brigadas operárias pertencentes a outros sindicatos na defesa do governo de Ayala. Antes desse episódio, a LOM havia protagonizado uma longa greve contra a companhia de navegação argentina Mihanovich e tivera apoio do grupo liberal que fazia oposição ao Presidente Shaerer (1912-1916), composto, dentre outros por Eusébio Ayala, Eligio Ayala, Manuel Gondra e José P. Guggiari. Essas alianças tiveram continuidade durante o governo de Eligio Ayala (1924-1928) e de José P. Guggiari (1928-1932).

A guerra civil de 22/23 foi a última protagonizada por exércitos caudilhistas e a derrota de Chirife permitiu ao Presidente Eligio Ayala, remodelar as Forças Armadas, dando-lhe condições para se constituir um verdadeiro exército nacional.

> O labor do governo de Eligio Ayala, através de seu Ministro de Guerra, Gustavo Riart, foi justamente o de criar um novo tipo de exército, em que o profissionalismo fosse a base das promoções e que estivesse afastado da política. A reabertura da carreira militar, o envio de bolsistas a academias estrangeiras e a compra de armamentos modernos, permitiu, posteriormente, a conformação do exército que combateu na guerra do Chaco. No plano político esta transformação do exército permitiu a tranqüilidade pública, sem golpes de Estado, até depois do fim da guerra do Chaco, uma década depois (Flecha, 1995, 533).

Mas o governo de Eligio Ayala implementou também um conjunto de mudanças institucionais que modernizaram a administração pública, sanearam as finanças e arejaram o ambiente político.

A Eligio Ayala deveu-se a reestruturação do sistema de recolhimento dos impostos, a criação do escritório de cambio e a sanção de uma lei de “criação, fomento e conservação da pequena propriedade”. Com o saneamento fiscal, o Estado conseguiu cumprir o orçamento, pagar os funcionários públicos e modernizar a maquina do Estado. O Escritório de Câmbios criado em 1916 obrigou as firmas exportadoras a vender moeda estrangeira ao governo e criou uma substancial reserva de divisas; suprimiu também a emissão inorgânica de dinheiro conseguindo manter a estabilidade do peso paraguaio até 1932; e finalmente, estabeleceu o monopólio estatal de emissão de moeda, que, desde o século anterior, estava em mãos de diversos bancos estrangeiros. A lei de “criação e fomento da pequena propriedade” foi uma tentativa de coibir o abuso de que eram vítimas os camponeses paraguaios, desde as leis de alienação de 1883 e uma reação às denúncias de cumplicidade com o arbítrio das empresas estrangeiras que imperavam no interior do país.

Sob o governo de Eligio Ayala, uma parte do Partido Colorado resolveu ter uma participação parlamentar. Esse setor, liderado por Natalício González, ocupou as bancadas da minoria, até 1931,

quando, em vista da violenta repressão desencadeada pelo presidente Guggiari, resolveu abandonar o Parlamento.

Há que se acrescentar que a gestão modernizante foi possível graças ao aumento da exportação do algodão paraguaio. O efeito dinamizador desta circunstância tem que ser devidamente avaliado, pois como diz Flecha, apesar do Paraguai ser um país agroexportador, as variações dos preços dos seus produtos pouco afetavam a economia como um todo, restringindo seus efeitos aos setores diretamente vinculados à exportação: setor de frigoríficos, tanino e processamento da erva-mate. Nesse caso, ao contrário,

> o auge das exportações algodoeiras incidiu sobre a ampliação do mercado interior (grandes massas camponesas ingressaram ao “mercado monetário”) e esse foi o ponto desencadeante de outros fenômenos socioeconômicos (a crise do sistema caudilhista no campo, a paralisação dos “enganches” que faziam as empresas ervateiras e tanineiras, o aumento do consumo industrial) que na seqüência teria que resultar conflituoso para a sociedade política se não fosse resolvido o problema da posse da terra (Flecha, 1995).

Na medida em que esta cultura era feita pelo pequeno agricultor, ao se ampliar a demanda pelo produto, aqueles que só produziam para sua subsistência passaram a integrar o mercado. Mas a reduzida parcela de terra e os métodos primitivos impediam incrementos significativos na produção. Nessas circunstâncias é que se colocou o problema da posse da terra e, em conseqüência, os primeiros

movimentos de camponeses. Naquele momento, só 5% da população paraguaia participava da propriedade imobiliária e cerca de 70% ocupava e trabalhava terras alheias. (Flecha, 1995).

O auge econômico provocado pela exportação do algodão foi se esgotando no fim da década, o que, somado à economia de guerra implementada sob orientação de E. Ayala e à deterioração salarial decorrente da desvalorização do peso paraguaio, configurou uma situação de crise social e política que pôs o governo liberal em xeque. Para complicar ainda mais o cenário para os liberais, a crise mundial de 1929/30 veio questionar, em todo o continente, o modelo econômico baseado na exportação de produtos primários.

Este modelo havia permitido a diversas oligarquias, desde o final do século XIX, assumir a direção dos vários Estados latino-americanos. Nos países onde esta orientação permitiu um mínimo de acumulação, a crise foi aproveitada para iniciar uma nova fase, na qual se procedeu à instalação dos fundamentos para um desenvolvimento industrial. Foi um período peculiar na vida de algumas repúblicas latino-americanas, durante o qual desfrutaram de uma relativa autonomia diante dos condicionamentos que amarravam tradicionalmente as suas economias. É o que sugere Cano, referindo-se ao período 1929-1979 como tendo propiciado, “para uma parte dos países da América Latina, um longo e excepcional grau de soberania nacional no exercício e no

manejo da política econômica de ‘desenvolvimento’”. Deixando claro, entretanto, que “não se trata, obviamente, da hipótese de que os imperialismos teriam ‘nos deixado em paz durante todo o tempo’ nem, tampouco, de que nos tivéssemos tornado ‘independentes’”(Cano, 2000, 13).

Esta relativa “soberania” de que fala Cano, não se aplicava ao Paraguai, pois faltava aí o equivalente a uma burguesia nacional com ambições e condições desenvolvimentistas, capaz de ousar a adoção de políticas mais autônomas. O próprio Eligio Ayala, responsável pelas iniciativas mais modernizadoras do ponto de vista administrativo, justificava o latifúndio[71], desde que este beneficiasse o país. Será necessário esperar pelo movimento de 1936 para que o “desenvolvimentismo” tenha alguma limitada expressão. A república liberal não foi no Paraguai criação de uma oligarquia nacional agro-exportadora, mas imposição da Tríplice Aliança. A elite dominante era essencialmente uma oligarquia política, que auferia desta condição a sua situação econômica privilegiada, subordinada, porém, às empresas estrangeiras que dominavam o mercado paraguaio. Eligio Ayala dizia que “no Paraguai não existia nenhuma atividade industrial. A única indústria nacional, é a política” (Ayala, 1941, 46). Ademais, o que era valorizado

[71] “Os latifúndios devem ser respeitados se forem necessários, reformados se entorpecerem o desenvolvimento econômico. A legislação agrária deve fomentar o latifúndio ou a pequena propriedade, ou ambos equilibrados, segundo as diferentes mudanças da economia nacional” (Ayala, 1941, 32). Além disso, confrontado com a questão da imigração de operários, rechaçava esta alternativa justificando que eram preferíveis 10 agricultores a um operário, que viesse engrossar o círculo dos agitadores políticos.

naquele período eram as honrarias decorrentes da política[72]. Apesar disso, a comoção provocada pela crise de 1929/30 teve repercussões na estabilidade do edifício liberal porque se combinava com a ação de grupos nacionais que estavam tentando expressar os interesses de outros atores sociais: os militares, a pequena-burguesia e o próprio proletariado.

Significativamente, chegando ao final da década, o partido liberal começou a ter que incorporar no seu discurso respostas ao agravamento da crise social. Desde meados da década, Eligio Ayala reclama:

> leis especiais para certas classes sociais, deplorando os efeitos do latifúndio e da especulação imobiliária na capital. Seu sucessor, Guggiari, num discurso quase populista deplora a impunidade de certas empresas monopolistas de transporte (as ferrovias e a Mihanovich) e a miséria legada ao país pelas explorações de obragens e ervais. Este presidente coloca já a necessidade de organismos governamentais que regulem as relações trabalhistas, projetos de seguridade social obrigatória, chegando a criar, na forma de um decreto o "Transporte Nacional Paraguaio" e um Banco Central. (Rivarola, 1993b, 242).

Quer dizer, os próprios liberais reconheciam a necessidade de uma maior intervenção do Estado na regulação da vida

---

72 "Há no Paraguai um arraigado e insensato preconceito, um preconceito hereditário que infecciona nossa política, nossos partidos, nossas lutas republicanas. Os cargos públicos, a presidência da república, os ministérios, os cargos de senador e deputado, são considerados como títulos de consideração pública, de prestigio, de distinção social. O prestigio intelectual, o militar, o da riqueza, não existe; não há privilégios de nascimento nem de nobreza. A única aristocracia paraguaia, é a aristocracia dos altos funcionários públicos. Um elevado cargo público exerce uma fascinação misteriosa na opinião pública; sugestiona, atrai, excita a admiração, a inveja, certa muda idolatria." (Ayala, 1941, 54 -55).

social e econômica. E não podiam deixar de reconhecê-lo, pois que o final da década foi um período de intensa mobilização operária, descontentamento social crescente e ampliação da base de alianças políticas por parte do movimento operário. Mas a semidemocracia paraguaia era impotente para processar essas manifestações no interior de suas instituições. Não se haviam constituído sistemas de proteção social ou trabalhista, instituições de seguridade social, nem sequer pode se dizer que o Parlamento tivesse uma existência plena, uma vez que dele freqüentemente era afastado o partido opositor[73]. O sistema político vigente não permitia a completa expressão das divergências entre os partidos tradicionais, muito menos, podia assimilar as manifestações do descontentamento social e das lutas de classes.

Quando o governo de Guggiari decretou em 1931[74] a suspensão do direito de funcionamento dos sindicatos, a ruptura da aliança com o setor socialista do movimento operário estava já em estágio avançado. Com isso, o liberalismo jogou esse setor para a oposição nacionalista e antiliberal.

---

[73] O sistema eleitoral paraguaio era do tipo majoritário baseado no voto distrital, o que reduzia bastante as possibilidades de representação da oposição, pois o partido majoritário conquistava os cargos em disputa nos distritos. A reforma de 1916 modificou o sistema majoritário vigente, aproximando-o ao sistema proporcional, possibilitando a participação da oposição. A participação da oposição, porém, não dependia do sistema eleitoral, mas do estabelecimento de pactos e alianças prévias.

[74] Decreto n. 39.436 de 18 de fevereiro de 1931, assinado por José P. Ggggiari proibia o funcionamento de diversos sindicatos operários. Em meados de fevereiro de 1931 foram presos mais de 400 sindicalistas e dirigentes operários e foi decretado o Estado de Sítio.

As manifestações de crise do regime, entretanto, vinham num crescendo desde o começo da década, sendo suas expressões mais evidentes os movimentos nacionalistas e autoritários incubados no seio das Forças Armadas; a formação de um agrupamento intelectual heterogêneo, porém ativo, de crítica ao liberalismo denominado *Novo Ideário Nacional*; a constituição de uma espécie de partido nacionalista em torno ao jornal *O Nacional*; e o deslocamento do movimento operário para posições nacionalistas e antiliberais.

3.1.1. Militares.

O coronel Adolfo Chirife, principal protagonista da guerra civil de 23/23 tinha o projeto de tomar o poder e se tornar um ditador. Mas não era apenas isso que planejara; estava também nos seus planos a formação de um partido nacional, dirigido pelos militares, constituído por colorados, dissidentes liberais e as massas que os seus caudilhos arrastariam para esse partido. Esse projeto não era uma novidade. Antes dele, uma década antes, outro militar golpista e candidato a déspota, o coronel Albino Jara, havia também tentado montar um “partido nacional”. As ideais de ambos eram muito semelhantes e estavam animadas pela crítica ao liberalismo desde uma perspectiva nacionalista.

Com a aproximação da guerra, e diante das "provocações" dos bolivianos[75], acentuou-se a pressão de grupos militares que chegaram a propor ao Presidente Eligio Ayala a substituição do gabinete civil por outro composto apenas de militares.

Configurou-se, também por aquela época, uma convergência entre os oficiais fiéis ao governo e os antigos simpatizantes de Chirife, baseada na antipatia comum à classe política e ao parlamentarismo. É provável que a isso tenha contribuído o nacionalismo que estava se adensando em círculos antiliberais, mas também era o reflexo da proximidade de certos oficiais com regimes fascistas, por conta de missões de estudo e aperfeiçoamento de que participaram. Chefes que depois teriam destacada atuação na guerra e nos eventos políticos posteriores foram enviados, naquela década, à Alemanha, Itália, França e Chile. Foi no período anterior à guerra contra a Bolívia que a exaltação das "excelências da raça paraguaia", formuladas por Manuel Dominguez e seus epígonos, foi assimilada nos quartéis.

O sucesso militar na guerra haveria de reforçar enormemente o sentimento corporativo, a consciência da potencial liderança política e a crítica ao parlamentarismo liberal. Serviu também

---

[75] No início de fevereiro de 1927, tropas bolivianas, tomaram o *Forte Surpresa* e na batalha foi morto o Tenente Rojas Silva. Manifestações belicistas acusaram de leniência ao governo de Ayala. (Rivarola, 1993a, 22).

para justificar a ideologia do “Paraguai guerreiro do século XIX” com o que se deu impulso à construção de uma nova nação paraguaia.

3.1.2. Novo Ideário Nacional

Em 1929 apareceu *O Novo Ideário Nacional* (NIN), manifesto de um grupo de estudantes e intelectuais denominado: “Nova Geração”. Este documento teve um grande eco devido à síntese[76] pretendida entre doutrinas as mais diversas; à mudança que implicava o posicionamento desses intelectuais; e ao seu caráter programático.

Apesar do radicalismo do manifesto, é possível perceber, por exemplo, que com relação à próxima guerra é abandonada a propaganda pacifista e passa-se a justificar a “defesa contra a ditadura boliviana”; faz-se também uma revisão do anticlericalismo predominante nesse meio no período anterior tentando associar as práticas do cristianismo primitivo com as tradições socialistas e comunistas; propõe-se, depois de destruir o Parlamento e os partidos políticos, construir um governo de tipo comunal federativo, assistido por “federações nacionais de sindicatos ou corporações locais” O tipo de Estado proposto é inspirado nos conselhos soviéticos e no regime corporativo italiano de Mussolini; a constituição de um governo baseado nesse ideário teria

[76] O documento tenta conciliar doutrinas muito diferentes: cristianismo, anarquismo, fascismo e nacionalismo. Expressa a convergência de diversos movimentos contra o regime liberal, daí a sua “flexibilidade” doutrinária.

também como base “motivos de ordem ético e racial” como o renascimento do “espírito lendário e ancestral da raça” paraguaia.

> Nunca antes um documento de esquerda havia conseguido uma síntese tão completa dos diversos temas antiliberais da época. Anti-parlamentarismo, anti-partidismo, recuperação de temas religiosos, anti-industrialismo, belicismo, corporativismo e nacionalismo aparecem e se enlaçam num sincretismo peculiar (Rivarola, 1993ª, 37).

Este “ideário” serviu para nuclear a vanguarda estudantil e operária, atraiu comunistas, anarquistas e até uma parte da dissidência liberal. Do *novo ideário* saíram depois alguns dos mais importantes quadros do Partido Comunista Paraguaio na década seguinte[77]. O seu nacionalismo, porém, e isso é importante, não era um nacionalismo lopizta, pelo contrário, havia uma clara condenação dos regimes despóticos do século XIX e o desenlace da guerra contra a Tríplice Aliança era apresentado por eles como sendo *a segunda independência*. Nisto estava a mão de Oscar Creydt, futuro dirigente do Partido Comunista Paraguaio, que na época não havia aderido ao lopizmo, motivo pelo qual era apreciado por Cecílio Báez, o pai do liberalismo paraguaio.[78]

---

77 Principalmente Oscar Creydt e Obdulio Barthe.

78 “A admiração de Cecílio Báez por Creydt começou talvez quando este revelou-se em 1926 como um fervente crítico do lopizmo, posição que compartilhavam ambos plenamente. Creydt regressou do exílio em 1936 e visitou Cecílio Báez que pôde comprovar a mudança de posição de Creydt em relação a Francia e aos López.

> [Creydt contava numa entrevista a Bogado] Quando regressei em 1936 o Partido Comunista pronunciou-se em favor de Francia e os López. Em anos anteriores, eu havia encabeçado o movimento contra o culto e glorificação de López, movimento liderado por Natalício

Os membros do Novo Ideário não se limitaram à confecção do manifesto. Criaram uma revista, *A Palavra,* e desenvolveram uma política de penetração nos sindicatos e grêmios operários, chegando ao controle da poderosa LOM, em 1930. Além disso, intervieram também no exército e conspiraram com setores das Forças Armadas em mais de uma tentativa golpista.

3.1.3. Liga Nacional Independente

O outro agrupamento que se constituiu formalmente em 1928 foi a Liga Nacional Independente, a partir dos redatores do jornal "*La Nación*". Liderados por Juan Stefanich e Adriano Irala estes intelectuais se autodefiniam como a vanguarda do liberalismo social e de essência reformista. "Preconizavam a intervenção do Estado nas empresas agro-extrativas, e em termos mais gerais 'a justiça social, estabelecendo condições e seguridade de existência e de trabalho eqüitativos e humanitários para o desenvolvimento dos trabalhadores´" (Rivarola, 1993a, 28). De tendência nacionalista logo uma parte deste grupo tornou-se lopizta, o que acarretou a sua cisão. Desde meados de 1929 o órgão

---

González. Quando voltamos de Buenos Aires já havíamos reanalisado o processo histórico do Paraguai à luz de idéias marxista-leninistas e havia um pequeno livro de um autor soviético, cujo nome não lembro agora, sobre história de América que afirmava terem sido os governos de Francia e dos López governos progressistas da burguesia nacional. Este livro ajudou-nos muito a mudar nossas opiniões. Quando voltei ao Paraguai em 1936 visitei ao Dr. Cecílio Báez e este perguntou-me porque agora apoiava aos lopiztas. Ele estava muito sentido, porque pensava que eu fosse seguir sua trajetória anti-lopizta. Expliquei a ele os fundamentos de minha posição, ele nada respondeu, mas ficou com a dor" (Bogado Tabacman, 1990, 372-323).

da Liga começou a publicar artigos favoráveis a Stalin e Mussolini. Alguns membros da Liga foram mais tarde homens do governo de Rafael Franco.

A Liga foi o agrupamento que mais precocemente influenciou a atuação do coronel Rafael Franco que, mesmo antes da guerra, já havia manifestado tendências golpistas. Juan Stefanich foi seu ministro de Relações Exteriores e um dos articuladores do partido governista que Franco tentou articular desde 1936.

3.1.4. O movimento operário e a guerra

O governo liberal, diante da iminência da guerra e acuado pela convulsão social e política, utilizou a conflagração para estimular uma febre chauvinista, e conseguiu, temporariamente, adiar o desfecho da crise. Com o discurso de que o Paraguai estava sendo agredido pela ditadura boliviana com apoio do imperialismo ianque, interessado no território chaquenho por causa das imensas reservas de petróleo que guardaria no subsolo, retoma a iniciativa e forma “uma santa aliança patriótica”. Até o arcebispo Bogarin somou-se à festa nacionalista, declarando que a guerra era um mal necessário e “expressava sua satisfação diante do espetáculo de ‘unidade nacional em face do perigo comum’, pedindo à população patriotismo, economia e trabalho”. (Rivarola, 1993a, 30).

Mas a oposição já havia conseguido constituir uma espécie de frente em torno à crítica pela “não-defesa” do Chaco. A crítica não se limitava ao problema chaquenho, mas estabelecia um fio de continuidade entre os governos liberais e os “legionários”, que no passado haviam-se juntado “aos inimigos da pátria”. Da amálgama nacionalista à crítica das instituições liberais - partidos e Parlamento – foi só um passo. Participavam desse amontoado opositor os colorados, os liberais da oposição (Shaeristas que haviam sido derrotados na guerra civil de 1922), membros das Forças Armadas, a Liga Nacional Independente, o Novo Ideário Nacional e, no fim, até o movimento operário.

O ingresso do movimento operário significou o rompimento de uma aliança que durava já quase dez anos. Desde o apoio recebido pela LOM da parte de políticos radicais durante a longa greve contra a Mihanovich, em 1921, havia-se consolidado uma espécie de pacto entre a fração socialista do movimento operário e os liberais radicais. Foi em nome deste “pacto” que a LOM apoiou o governo de Eusébio Ayala na guerra civil contra Chirife e Shaerer. Mas o aprofundamento da crise econômica, o não-atendimento de antigas reivindicações operárias e finalmente o endurecimento político do governo de Guggiari – que sucedera ao de Eligio Ayala e atingiu principalmente as organizações operárias, - empurraram o movimento operário para uma posição contrária aos liberais, no final da década.

Esta mudança é significativa principalmente se considerarmos que ainda em 1928, o representante da III Internacional e Secretário Geral do Partido Comunista argentino, Vittorio Codovila, relatava num informe acerca do que observou pessoalmente no Paraguai, que havia

> um apoio ostensivo das "massas populares" ao partido governamental (os liberais radicais), apoio explicável tanto pela sua "luta contra as oligarquias anteriores" como pelas liberdades outorgadas e as promessas de distribuição de terras. Os liberais da "planície"[79] (cívicos e shaeristas) representariam a corrente mais reacionária e oligárquica, enquanto o Partido Colorado ostentava uma "demagogia obreirista e antiimperialista"(Rivarola, 1993a, 31).

A perspectiva socialista que predominou no movimento operário na década de 20 tinha como premissa a possibilidade de conseguir reformas dentro do ordenamento constitucional comandado pelos radicais. Nessa medida, era-lhes muito cara a manutenção das instituições parlamentares, pois, segundo eles pensavam, era nesse contexto que a classe operária conseguiria avançar nas suas conquistas. A erosão completa desta ilusão coincidiu com o auge da febre chauvinista, à qual aderiram. Já em dezembro de 1928, encontramos uma Resolução do Conselho da União Operária do Paraguai emitido diante da ameaça da guerra na qual,

---

[79] No Paraguai, a fração divergente dos partidos tradicionais que estavam no poder era denominada "del llano" ou seja, da planície, significando seu alheamento à cúpula ou topo.

> os dirigentes operários paraguaios acusavam à "tirania militar oprobiosa" de Bolívia de impulsionar uma guerra de conquista, e de rechaçar qualquer solução pacífica do conflito. "Infame agressão boliviana", "espírito bélico do governo boliviano" eram termos que se repetiam com freqüência ao longo de um documento, assinado entre outros por Rufino Recalde Milessi e Francisco Gaona. (Rivarola, 1993a, 32).

A Internacional Comunista, que havia orientado a seção paraguaia no sentido de deflagrar uma campanha antiguerreira, interveio expulsando do partido o seu secretário geral, Lucas Ibarrola, precisamente por este não seguir as orientações da Internacional neste aspecto. Contudo, os comunistas ficaram praticamente sem intervir no período mais critico antes da guerra. Somente em 1933 o partido comunista paraguaio será rearticulado, no exílio, constituindo-se uma nova direção mais afinada com a direção da III Internacional. Sua ação durante a guerra, porém, foi muito restrita, limitando-se a fazer alguma propaganda antiguerreira desde a retaguarda e nalgumas localidades onde tinham bases, não afetando, portanto, a orientação geral do movimento operário que aderiu à onda nacionalista.

Decisivo para o predomínio da orientação nacionalista foi a atuação dos membros do Novo Ideário Nacional –principalmente de Obdulio Barthe-, que aliados a elementos shaeristas, conseguiram em 1930 ganhar a direção da poderosa Liga de Operários Marítimos, até então sob hegemonia dos socialistas. Com exceção de algumas deserções isoladas de anarquistas, os demais grupos formados por

socialistas, comunistas e anarquistas, não fizeram oposição efetiva à onda chauvinista que tomou conta do país. Dessa forma, e pela via do nacionalismo, o movimento operário embarcou no projeto antiliberal em gestação e juntou-se aos velhos grupos que conspiravam contra o regime, colorados, shaeristas, militares, LNI, etc.

Estava montado, assim, antes da guerra, o espectro de forças que iriam substituir o liberalismo[80]. Dessa forma, a guerra foi, sem ironia nenhuma, uma trégua nesse processo, mas, ao mesmo tempo, foi o cadinho onde terminou de se constituir o protagonista principal da derrubada do regime liberal: o exército.

3.2. Movimento operário na queda do regime liberal. Governo de Franco 1936-1937

As ações que marcaram a queda do regime liberal não foram muito diferentes da de muitos outros golpes e revoluções com que a república convivera nos 60 anos posteriores à guerra contra a Tríplice Aliança. Um setor das Forças Armadas descontente com a condução liberal, apoiado por um grupo heterogêneo de políticos de diversa extração depõe o presidente e instala outro no lugar. Nesse caso, um coronel, herói da recente guerra contra a Bolívia.

---

80 Membros do Novo Ideário Nacional e do movimento operário, participaram de duas tentativas "revolucionárias" frustradas em 1931. Na tomada de Encarnação e na tentativa de golpe na Cavalaria, em ambas experiências, estavam envolvidos políticos shaeristas, colorados e militares.

Apesar disso, o país de certa forma habituara-se, desde 1924, ao respeito pela ordem constitucional. Por isso, muitas pessoas se surpreendiam sinceramente com uma alteração abrupta na condução do Estado. Não por acaso, Seiferheld definiu o Estado de espírito no começo do ano da seguinte maneira:

> Na quarta feira 1º de janeiro de 1936, quando em seus minutos iniciais se chocaram as taças com augúrios para o ano novo, longe estava a cúpula do governista Partido Liberal de suspeitar que este seria o último do seu dilatado predomínio de trinta e dois anos. Que podia temer um governo que, segundo ele próprio, havia conduzido o povo a vitória em três anos de longa guerra? Que podia temer o Presidente Eusébio Ayala, caraterizado como poucos pela sua capacidade e honradez, nesse ano de 1936 em que se escolheria novo presidente constitucional? Que se podia temer, em fim, na madrugada de 1º de janeiro tendo como Comandante em Chefe ao condutor dos exércitos do Chaco, o General José Felix Estigarribia? (Seiferheld, 1985, 19).

De fato, muitos liberais não conseguiram enxergar o esgotamento do regime e continuaram agindo como se fossem permanecer indefinidamente no poder. Afinal, como pergunta Seiferheld, que podiam eles temer se tinham ao General Estigarribia como comandante em chefe? [81]

[81] Em 20 de setembro de 1937, Efraim Cardozo lamentava, num texto intitulado *Um novo Partido Liberal* a cegueira que tomou conta do partido liberal, de não ter enxergado a crise que não começara, segundo ele em 17 de fevereiro de 1936 (data do golpe que derrubou os liberais do poder) “mas, desde que o povo, convocado sob bandeira para defender a honra e a soberania nacional, compreendeu nas terríveis confraternizações das trincheiras, que o Paraguai que devia surgir do cadinho do martírio comum, não devia ser um anacrônico Paraguai onde não

O golpe militar que derrubou Eusébio Ayala não foi um golpe comum. Não se tratava, desta vez, da luta de uma parte da oligarquia contra outra pelo controle do poder. Quem estava disputando o poder agora era uma instituição prestigiada e coberta de glória pela guerra passada: o exército. Os episódios que motivaram a queda de Eusébio Ayala eram aparentemente questões estritamente castrenses. O coronel Rafael Franco, herói de guerra e diretor da Escola Militar, havia sido desligado e imediatamente exilado por conta de conspirações a ele atribuídas por Ayala, em que estaria envolvido no início de fevereiro daquele ano[82]. Não seria a primeira conspiração de que participara, mas a sua expulsão do país precipitou o golpe que aconteceu em 17 de fevereiro. A articulação golpista teve militares das três armas no seu epicentro e a colaboração de alguns políticos opositores ao regime liberal.

---

fossem atendidos os desejos de justiça social e melhoramento coletivo, ou onde eles, devido ao obstáculo de posições caducas aferradas a uma vida fictícia, não pudessem ser satisfeitos com a urgência, energia e amplitude que era necessária. Todos estivemos no Chaco e todos compreendemos que ali estava sendo gerada uma nova nacionalidade. O povo, o povo humilde e sofrido de lavradores e operários, de trabalhadores e de estudantes, não queria que seus sacrifícios fossem estéreis; ansiava, confusa mas energicamente, por uma pátria melhor, mais digna de ser amada" (Prieto Yegros, 1984, 15).

82 "En presencia de rumores persistentes y actividades manifiestas de algunos grupos el gobierno resolvió tomar medidas en defensa de la tranquilidad pública, y en consecuencia, el comando en jefe del Ejercito requirió del coronel Rafael Franco, director de la escuela militar, y del mayor Basiliano Caballero Irala, Comandante del Regimiento de Zapadores nº 1, la presentación de sus solicitudes de retiro del ejercito.
El mayor Antonio González será radiado del escalafón. Contra estos Jefes existen presunciones fundadas de estar en contacto o connivencia con elementos subversivos a su vez instigados o apoyados por organizaciones soviéticas. De su parte la policía a adoptado precauciones para evitar cualquier conato. Las medidas tomadas han consistido en prohibir ciertas reuniones públicas no habiéndose operado ningún arresto o expulsión de personas" *El País* 4/2/36 pag. 3 *Comunicado del Ministerio de la Defensa Nacional* Asunción, 4 de febrero de 1936.

O esgotamento do regime liberal era expressão da sua incapacidade de promover algumas mudanças que se percebiam necessárias. A crítica nacionalista, por menor que fosse, não deixava de apontar a completa dependência do país para com as empresas estrangeiras. O exemplo de alguns países que aproveitavam a crise para promover mudanças econômicas e sociais no sentido de conseguir algum grau de autonomia, tinha que necessariamente inspirar propostas desenvolvimentistas em setores da pequena-burguesia. O velho regime liberal não era o instrumento para esse tipo de políticas, pois estava muito vinculado às empresas estrangeiras.

Outro “defeito” do regime liberal era que estava perdendo sua capacidade de disciplinar as lutas sociais. Antes da guerra, e com a justificativa da iminência dela, havia conseguido reprimir o operariado no auge de sua expansão. Com o retorno dos ex-combatentes, em sua grande maioria trabalhadores que haviam confraternizado no Chaco com intelectuais e estudantes e adquirido uma consciência de pertencer a uma “nação” pelo fato de participar da sua defesa, as lutas sociais e políticas teriam necessariamente uma outra radicalidade. Dificilmente o regime liberal teria condições de disciplinar os conflitos provocados por estes novos atores sem recorrer à repressão militar, sob formas mais ou menos abertas de ditadura.

Nos meses posteriores ao armistício, foi muito grande a indignação dos ex-combatentes com as honrarias que o regime dispensou a figuras que ficaram na retaguarda, e com as injustiças e falta de consideração para com os que estiveram nas primeiras linhas dos combates. Havia também muitas dúvidas quanto aos verdadeiros motivos do regime na hora de interromper as hostilidades, receavam muitos que Eusébio Ayala e Estigarribia tivessem cedido a pressões norte-americanas para não avançar mais ainda nos territórios já ocupados.

Em 17 de fevereiro as tropas de várias unidades ocuparam o centro da cidade e depois de alguns combates sem maiores conseqüências tomaram o poder. O Presidente refugiou-se no Comando da Marinha, mas no fim da tarde já havia capitulado. O general Estigarribia, Comandante em Chefe, estava fora da capital naquele dia, circunstancia aproveitada pelos golpistas que estavam a par da viagem dele. Publicou-se a *Proclama do Exército Libertador*, uma espécie de carta programática da revolução, redigida por Gómez Freire Esteves e assinada por centenas de chefes e oficiais das Forças Armadas. Dois dias depois o coronel Smith, que havia comandado o levante, assina o "*Decreto Plebiscitário*" designando ao coronel Franco, Presidente provisório.

A "Proclama" começa por restaurar a dignidade dos López, atribuindo-lhes a paternidade do povo paraguaio: "Povo Ilustre *de*

Antequera, *de* Rodriguez de Francia e *dos* López!" diz o chamamento. Equipara a seguir o golpe que estão dando às guerras comuneiras dirigidas por José de Antequera y Castro no século XVIII, ao levante que depôs o Governador Velazco em 1811, às "eleições" de Francia e dom Carlos Antonio López e ao "plebiscito" dos exércitos de 1865 "traduzido na epopéia nacional de vencer ou morrer ao lado do nosso porta-voz irredutível Marechal dom Francisco Solano López, ..." (Sperati, 1984, 341).

A idéia do que seja o "plebiscito" para este exército libertador é explícitada a seguir:

> do mesmo jeito que o novo plebiscito dos vossos exércitos, que acaba de se consumar durante três anos de campanha [é a guerra do Chaco contra Bolívia], na ponta da espada, em toda extensão do nosso inviolável Chaco, de varrer deles os detritos de hordas que caíram sobre as nossas planícies indefesas com a intenção de nos arrebatar a nossa herança tri-secular marcadas para sempre desde o Parapiti[83] pelos nossos progenitores Ñuflo de Chavez e seus soldados armados, mensageiros de nossa gloriosa Vila da Assunção" (Sperati, 1984, 342) .

Ataca também o Presidente Eusébio Ayala e o liberalismo, ataca o general Estigarribia, os "especuladores com a fome do povo" e conclui destituindo de suas funções o presidente e o pessoal de sua administração nos três poderes do Estado.

[83] Rio chaquenho reivindicado pelo Paraguai como limite da antiga província, e ocupada por tropas paraguaias no fim da guerra, mas perdidas posteriormente nas negociações de limites para a Bolívia.

O decreto “plebiscitário” que designa o coronel Franco estabeleceu no seu segundo artigo: “Autoriza-se ao cidadão Presidente Provisório designado, a convocar em sua oportunidade uma Convenção Nacional Constituinte que haverá de resolver sobre a organização moderna definitiva da República...” embora, no art. 3º afirme que “a Carta Constitucional de 1870 será observada em seu espírito e preceitos fundamentais considerando-se as circunstancias do momento histórico”. (Sperati, 1985, 171).

Estes dois documentos condensam toda a crítica ao regime liberal que vinha se acumulando desde a década de 20. A Constituição liberal de 1870 é abolida “idealmente”, pois, embora continue vigente, é uma vigência relativizada pelas “circunstancias do momento histórico”, e já se anuncia a sua morte e substituição por uma outra que resolverá a “organização definitiva e moderna da República”.

O nacionalismo lopizta também comparece como a grande justificativa. Há uma explícita restauração da figura dos López – alçados à condição de pais da pátria. Construiu-se também uma identificação do movimento militar com o período lopizta e, as duas guerras – a de 1864-1870 e a de 1932-1935 – foram transformadas nos “plebiscitos” que legitimaram os governos de Solano López e o deles próprios.

Outro elemento que comparece na construção nacionalista, nesse documento fundacional da revolução de fevereiro foi a caracterização racista dos bolivianos, como “detritos de hordas”, e a acusação ao general Estigarribia, Comandante em Chefe dos exércitos chaquenhos e chefe das Forças Armadas sob o governo liberal, de ter “facilitado o armistício de Campo Via”, velada alusão a um presumido favorecimento às forças bolivianos.

Mas este golpe era fundamentalmente o resultado da convicção que as Forças Armadas haviam adquirido durante a guerra na sua capacidade e até no seu “destino” para dirigir o Estado. “Vossos soldados em armas assumimos definitivamente neste dia a guarda de honra do pavilhão, do solo intangível e da vida mesma da pátria“ (Sperati, 1985, 341). Na proclamação fazia-se também referência explícita ao episodio da deportação do coronel Franco, motivo pelo qual também era “condenado” o general Estigarribia. Esta condenação, de resto, expressava o sentimento dos militares. O que precipitou o golpe foi a “necessidade” dos chefes e oficiais vencedores da guerra demonstrarem que não iriam permitir agravos ao decoro do exército do Chaco.

O novo governo foi posto no poder pelos militares e era encabeçado por um militar que e se fundamentava essencialmente no apoio das Forças Armadas, mas não assumiu a posição de uma aberta ditadura militar. Nisso havia não apenas a busca da necessária

legitimação que qualquer ditadura procura, mas a efetiva projeção ideal que o governo de Franco consegue estabelecer em sua relação com as massas. Ele aparece, então como um governo de salvação nacional, transitório e “intérprete dos anseios da nação”.

Este golpe significava a ruptura de uma ordem que havia sido estabelecida pela Tríplice Aliança, e na medida que não foi o resultado de um processo “revolucionário” com participação de massas, ou seja, foi um golpe militar, era-lhe necessário conquistar a identificação com os “anseios da nação”. A possibilidade dos militares conseguirem essa identificação foi o resultado tanto do prestígio conquistado pela corporação durante o conflito chaquenho, como da efetiva constituição de um movimento nacional antiliberal e nacionalista na pré-guerra. No momento do golpe, estava já maduro o processo de convergência dos grupos políticos e das Forças Armadas que se haviam juntado contra o regime liberal.

Ninguém mais do que o movimento operário contribuiu para elaborar uma justificação “popular” do novo regime. É que no período anterior, o movimento operário, através de alguns importantes sindicatos e dirigentes, havia sido principal opositor do regime liberal, e sua atitude em face do novo governo pesou muito na legitimação dele. Ao mesmo tempo, a ruptura das restrições impostas pelo velho regime - e antes das novas restrições emanadas do gabinete “revolucionário”- foi

aproveitada pelas forças operárias para se reorganizarem rapidamente. Em poucos meses, mais de cem sindicatos eram criados e a primeira Central Operária tornou-se realidade. Este auge político organizativo ajudou na identificação, no plano simbólico, do governo de Franco com as massas trabalhadoras.

*3.2.1. Duas correntes, a mesma ilusão***.**

Imediatamente após o golpe, duas correntes polarizaram dentro do movimento operário a disputa pela direção do mesmo, a corrente dirigida por Francisco Gaona, assumidamente nacionalista e a corrente comunista, vinculada à Internacional Comunista.

Francisco Gaona vinha da tradição socialista ou "reformista" como ele próprio caracterizava a herança do sindicalismo vinculado às posições da II Internacional. Professor de escola e dirigente com atuação em diversos sindicatos, mas vinculado especialmente aos ferroviários, foi um dos mais importantes militantes do movimento operário e teve um papel central nos eventos que deram origem à CNT - Confederação Nacional de Trabalhadores. Gaona também foi o autor da primeira história do movimento operário paraguaio, a *Introdução à História Sindical e Social do Paraguai* e primeiro Secretário Geral da CNT.

Descrevendo o processo “revolucionário” ele afirma que o 17 de fevereiro significou a restauração da continuidade entre duas épocas da independência do Paraguai, o século XIX e o século XX.

> O sepultado nacionalismo popular revolucionário do século XIX, renascido nos canhadões da Guerra do Chaco Boreal, floresceu de novo e tentou se sobrepor ao doloroso calvário do destino nacional imposto pela centúria infame que contribuiu para lhe aprisionar no determinismo de sua história e no drama de sua geografia. Assim nasceu o *nacionalismo popular revolucionário do século XX*. Em síntese, este é o espírito do movimento de fevereiro de 1936, consagrado na Ata de 17 de fevereiro do Exército Libertador (Gaona, 1990, 09).

A vitória na guerra contra a Bolívia serviu, segundo ele, para remover a montanha que pesava sobre o Paraguai. “O povo, a partir da Guerra do Chaco, sentiu novos brios, uma maior confiança em sua própria capacidade”. Retoma o discurso da “ressurreição” da nacionalidade e se soma à fabricação desta comunidade imaginária que se adensou e ganhou força com a guerra: *a nação paraguaia*. A Guerra do Chaco foi o berço desta nação e o nacionalismo que a ela correspondeu foi também *popular* e foi *revolucionário*, *herança* do “nacionalismo paraguaio de Francia e dos López”.

A referência aos López e a Francia é um recurso que dispensa argumentos. Funciona como prova, visto que não há como duvidar do nacionalismo destes. Além disso, “o nacionalismo popular e revolucionário do século passado foi definido em sua época como

socialismo de Estado", (Gaona, 1990, 10) tese duvidosa do ponto de vista histórico[84], mas que, no contexto das mitologias políticas, tem sua efetividade e serve para confirmar que "no caso paraguaio, este nacionalismo do século XX é o socialismo nacional paraguaio" (Gaona, 1990, 10).

Na justificação que Gaona faz do movimento militar, há um elemento importante do nacionalismo lopizta que continua sendo construído. É o caráter paternal dos regimes de Francia e dos López - e por extensão, também o de Franco. Além de "nacionalistas", estes regimes são apresentados como a obra pessoal dos governantes que sabiam o que era bom para o seu povo e cuidavam dele. Por isso, aqueles povos eram "deles". Ou como ele diz:

> Não foi uma frase de circunstância, redigida ao azar, o histórico preâmbulo da proclamação do Exército Libertador "Paraguaios! Povo ilustre *de* Antequera, *de* Rodriguez de Francia e *dos* López... anunciamos a vocês. Ouvimos o mandato imperativo das gestas solenes de nossa história" (Gaona, 1990, 14).

Veremos depois que à postura paternal dos militares no poder corresponderão diversas formas de atitudes filiais do movimento operário, completando um verdadeiro "sistema" de relações políticas. Por

[84] Como foi dito acima, o regime dos López e de Francia não precisaram do nacionalismo. A necessidade desta ideologia só se coloca no momento em que outras doutrinas ou alternativas de identidade disputam a fidelidade das massas ao Estado nacional, o que significa dizer que a sua fidelidade depende, em algum grau, da "adesão" ao Estado como o "seu" Estado. Conseqüentemente esta "adesão" deve ser decisiva para a estabilidade desse Estado. As condições da sociedade paraguaia da pré-guerra contra a Tríplice Aliança dispensavam este tipo de preocupações. Quanto ao "socialismo de Estado" trata-se evidentemente de um anacronismo.

ora basta indicar a maneira como Gaona se localiza e implicitamente localiza o movimento operário, diante do regime que nasce. Em suas palavras: “Seu conteúdo [da proclama] ratifica o irredutível espírito de nossos grandes heróis... condutores da nossa emancipação política do jugo opressor estrangeiro” (Gaona, 1990, 14). Quer dizer, embora na guerra do Chaco tenha sido a “nação” a que ressuscitou, foram as “suas” Forças Armadas que “ouviram o mandato imperativo das gestas solenes”, ela que interpretou e ela que decidiu fazer o que deve ser feito e o movimento operário, apoiou decididamente este regime.

Há outras razões que explicam essa adesão. Essa não se deu por causa de alguma congênita vocação do movimento operário a se mover na órbita de ditadores. Mas, no contexto de desagregação do Estado liberal e estruturação do novo regime, a adesão e o apoio do movimento operário teve um papel fundamental, pois que lhe forneceu uma base política poderosa, a ponto de provocar, imediatamente, a mobilização quase unânime dos estados argentino, brasileiro e norte-americano receosos de que a aventura golpista evoluísse para algum tipo de experiência populista mais séria.

O partido comunista paraguaio, por seu turno, ainda na clandestinidade e com sua organização precariamente estabelecida dentro do país, também apoiou o novo regime. Tratava-se de um partido refundado em Buenos Aires, em 1933, sob controle direto da Internacional

Comunista. Quando ocorre o golpe, o PCP adere imediatamente e formula sua tática frentista[85]. "Nosso único objetivo é somar forças à grande **Frente Nacional Libertadora** propiciada pelo coronel Franco em enfáticas declarações formuladas ao jornal "Crítica" de Buenos Aires" (Creydt, 1936). E definia o papel do coronel Franco:

> Desde que na figura do coronel Franco surgiu o defensor da nação, fomos os mais decididos em declarar o nosso apoio à palavra publicamente empenhada diante da massa de ex-combatentes e diante do povo. (Creydt, 1936).

Ou seja, antes de qualquer outra consideração, ele foi alçado, pelo Partido Comunista, à condição de *defensor da nação*. O entusiasmo talvez se explicasse pela necessidade do PCP conservar a semilegalidade daquele momento, o que levou a exagerar em algumas caracterizações.

Também o Partido Comunista Paraguaio, pela voz do seu mais destacado e representativo dirigente, Oscar Creydt, fará, naquele momento, sua correspondente profissão de fé nacionalista. Esta foi mais significativa, ainda, vinda de um ex-antilopizta declarado que, no manifesto do Novo Ideário Nacional (1929) havia qualificado a guerra da Tríplice Aliança como a segunda independência do Paraguai. Num discurso proferido numa rádio em 23 de fevereiro dizia Creydt:

---

[85] É preciso lembrar que em 1934 a Internacional Comunista havia abandonado a sua orientação do "Terceiro Período" de queda iminente do capitalismo e em 1935 adotou a tática das Frentes Populares.

> A nossa revolução terá projeções transcendentais. Nestes momentos a América Latina fixa seu olhar sobre o Paraguai. Mais uma vez, como se fosse o destino de nossa nação, o Paraguai adianta-se às nações irmãs tremulando em suas mãos a bandeira imortal dos comuneiros, a bandeira de Solano Lopez, que é insígnia de redenção continental. (Creydt, 1936).

Na visão de Creydt, o novo governo revolucionário era a resposta do exército às reclamações veementes dos ex-combatentes do Chaco, dos estudantes e de todas as forças “populares e progressistas”, unidos para reconstruir a Pátria, emprestando-lhe, eles também, legitimidade, uma vez que este regime haveria de redimir o país da mancha deixada pelo anterior regime de “traficantes e traidores”. O Lopizmo aparece assim com todas as letras, e é reforçado ainda nas referências ao Paraguai livre e independente de outras épocas. O país que o golpe militar representa então significa o

> renascimento do espírito nacional, que saudamos alvoroçados. Um Paraguai novo, independente de verdade, forte e progressista como noutra época, livre dos aproveitadores da dor humana, expurgado de exploradores estrangeiros, emancipados de governos entreguistas e reacionários, tal é a aspiração unânime da nação. (Creydt, 1936).

Houve, portanto, no momento inicial do novo regime uma convergência ampla de forças contra o Estado liberal. As correntes principais do movimento operário apoiaram decididamente o governo de Franco e o legitimaram perante as massas colocando-se no mesmo campo da ditadura nacionalista. Um setor, dirigido por Gaona, tornou-se

abertamente nacionalista e se dissolveu na tentativa de construir um partido para sustentar o regime, dando origem, com o passar do tempo, ao partido febrerista. Os comunistas apoiaram a ditadura com o pretexto da Frente Nacional Libertadora, mas, do ponto de vista prático, colocou-se também no mesmo campo do nacionalismo lopizta. Em ambos casos, a justificação passou pela identificação entre a ditadura de Franco e o regime autônomo dos López.

3.2.2. O despertar das massas e a realidade do Estado – março de 1936

A identificação do movimento militar com o Estado lopizta foi preparada durante a década de 20. As formulações nacionalistas haviam penetrado nas Forças Armadas, em setores da intelectualidade, e incutidas ao povo sob a forma de uma cultura popular, através das canções, do teatro e do folclore. Mais importante, porém, foi a identificação que os combates e a vivência da guerra haviam produzido entre o “povo” e o exército nacional.

Indiretamente, o desgaste do regime liberal pela repressão ao movimento operário, também pavimentou a rápida aceitação do golpe militar como uma cruzada nacionalista e feito desta uma empreitada popular. Nunca se haviam tomado medidas tão drásticas contra a organização dos sindicatos como as que Guggiari tomou em 1931. Nessas condições, não foi surpreendente que uma das principaís

conseqüências do golpe tenha sido um vigoroso despertar da ação política e organizativa do movimento operário. A derrubada do regime liberal só podia significar, aos olhos dos trabalhadores, a possibilidade de, finalmente, organizar-se livremente e aspirar a ter suas reivindicações atendidas.

De acordo com um levantamento feito por Gaona, secretário geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores, entre março e maio de 1936, podiam contar-se 182 entidades, recém-organizadas ou re-organizadas, nos centros urbanos e rurais. Em menos de um mês, após o golpe, estava em pé a Confederação Nacional dos Trabalhadores, primeira central efetivamente unitária, que congregava todas as entidades já existentes e as que iam sendo criadas.

> Restaurada as liberdades para o povo com a Revolução de fevereiro, a classe trabalhadora se mobilizou em todo o país, organizando seus respectivos sindicatos, escolhendo seus dirigentes e formulando suas reivindicações de aumentos salariais e melhores condições de trabalho. Nesse sentido as primeiras organizações sindicais foram: A Associação Ferroviária, que realizou uma grandiosa assembléia geral em 26 de fevereiro, resolvendo expressar publicamente seu apoio ao governo do coronel Franco e denúnciar à empresa de trens por violação do convenio vigente. (Gaona, 1990, 17).

Na seqüência, pintores e padeiros também se reorganizaram e manifestaram seu apoio ao governo. Em 1º de março, sapateiros e pedreiros colaboraram na criação do sindicato de mucamas e

do serviço doméstico. Operários dos moinhos, foguistas fluviais, estivadores de comércio e trabalhadores dos bondes também se reorganizaram e se fizeram representar na CNT, nos primeiros dias de março. Em 2 de março reuniram-se os delegados das diversas seções da aguerrida Liga de Operários Marítimos que elegeram novos dirigentes e também resolveram aderir à CNT. De acordo com Gaona, a organização sindical avançava como um redemoinho por todo o país e chegava até o Alto Paraguai, como foi o caso dos operários de Porto Guarani (madeira e tanino).

Com a reorganização sindical aumentaram também os conflitos por salários e condições de trabalho. Em 20 de março de 1936, a Sociedade de Resistência e Colocação *Padeiros Unidos* e a Federação de Operários do Calçado, emitiram manifestos explicando os motivos das greves que estavam decretando. Os padeiros diziam que não estavam mais dispostos a fazer jornadas de 14 e 15 horas de trabalho como eram forçados sob os governos de Guggiari e Ayala. Os sapateiros denunciavam que há mais de cinco meses tentavam negociar o aumento de seus salários sem encontrar a mínima disposição dos patrões em atender suas reivindicações. Em 23 de março estourou a greve dos operários e empregados de Porto Pinasco (tanino), reclamando a implantação da jornada de 8 horas, aumento de salários e reconhecimento do sindicato pela entidade patronal. Trabalhadores da União de Serrarias e Anexos depois de uma greve vitoriosa também

assinaram um acordo com a firma Fassardi Ltda. Florestal e Agropecuária, em 24 de março de 1936. Em Concepción, além da organização sindical e filiação à CNT das entidades locais, editaram desde abril de 1936 um jornal com o nome “Mariscal López”.

O passo mais importante, porém, foi a fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNT). Pela primeira vez o proletariado paraguaio conseguiu erguer um organismo efetivamente nacional que chegava a todos os pontos do país, inclusive às portas dos enclaves estrangeiros. Antes da guerra, haviam ocorrido algumas tentativas infrutíferas de articular uma central que nucleasse todas as organizações sindicais, independentemente da sua orientação doutrinária. Depois da dissolução dos sindicatos decretada por Guggiari, estruturou-se na clandestinidade um Comitê de Defesa Sindical, mas pouco pode fazer devido à guerra e à forte repressão. Mas logo depois do golpe de 1936, o movimento de unificação aflorou com toda força e contou com apoio de todas as correntes que militavam no movimento.

Esta Central posicionou-se desde o início em apoio ao governo do coronel Franco. Dentre as primeiras medidas tomadas pela nova organização, destacou-se a nota divulgada no dia 5 de março de 1936 ao Governo Nacional expressando seu apoio à “revolução e ao seu programa de reconstrução nacional” (Gaona, 1990, 18). E, na circular nº 1, onde estabelecia sua “declaração de princípios”, a CNT declarava:

> Por isso declara que apoiará e ajudará a todo governo popular cujo programa tende a arrancar do capital estrangeiro, dono do país, Pão, Terra e Liberdade, para todos os trabalhadores do Paraguai. Em conseqüência, de hoje em diante, todo o proletariado nacional, liquida a bandeira da "prescindência política" em sua luta contra a opressão do ouro estrangeiro. (Gaona, 1990, 19).

Veremos mais tarde que a "liquidação da prescindência política" foi reivindicada por Gaona enquanto servisse para apoiar Franco, mas quando o partido comunista quis imprimir outro direcionamento, esta "política" será caracterizada por ele como extremista, aparelhista, etc. No momento do auge organizativo e político e enquanto durou a euforia com o governo de Franco, a Confederação Nacional dos Trabalhadores foi posta a serviço da estruturação de um *Partido Nacional Revolucionário*, tentativa de dar ao governo uma base política própria.

O auge organizativo, os conflitos e reivindicações que aumentam em progressão geométrica assim como a extensão geográfica da organização operária, somados ao crescente participacionismo político da CNT na estruturação do Partido da Revolução, acirraram a resistência dos setores que, incubados dentro do próprio governo irão desencadear uma primeira contra-ofensiva já no mês de março de 1936.

O partido comunista foi o primeiro a alertar as poderosas influências estrangeiras que se preparavam para cortar e abortar o curso da "revolução libertadora". Estas, de acordo com o discurso de Creydt,

conspiravam e obstaculizavam de diversa maneira o “avanço da revolução”.

> Empresas estrangeiras ameaçam fechar com o propósito de atrapalhar as exportações nacionais e as reservas do Estado. Expulso do poder, o inimigo, escondido detrás de adesões de conveniência, não se resigna a perder seus privilégios e prepara a contra-revolução. Não nos devemos enganar quanto à lealdade do inimigo derrotado. Nunca Nova York, Londres nem sua sucursal rio-platense Buenos Aires, verão com bons olhos um governo nacionalista no coração do continente. (Creydt, 1936).

Não era difícil enxergar de onde viriam os ataques ao movimento. O próprio gabinete de Franco era constituído, em sua grande maioria, por elementos resistentes a qualquer mudança mais radical. De acordo com um documento do partido comunista daquele período, a composição do governo era a seguinte:

> Antes da promulgação do decreto 152 caracterizávamos a composição do gabinete como formado por duas alas -direita e esquerda- a primeira encabeçada por Stefanich, ministro de relações exteriores e de guerra e chefe da Liga Nacional Independente e Bernardino Caballero (ministro de agricultura e teórico da direita do coloradismo grupo Natalício González, Morínigo, Salvador Fernandez); a segunda por Jover Peralta e entre ambas alas o centro do governo representado pelos Freire-Esteves, que por isso mesmo controlam o poder tratando de se equilibrar entre ambos. (PCP/Boletim Interno, 1936).

Em 10 de março, o coronel Franco e todo seu gabinete assinaram o decreto 152. Por meio deste, declarou-se, no seu primeiro artigo, a identificação da “Revolução Libertadora de 17 de fevereiro de 1936 com o Estado da República do Paraguai; proibiu-se toda atividade política que não “emane explícitamente” do Estado da Revolução; e criou-se também o Departamento Nacional do Trabalho, uma das mais antigas reivindicações do movimento operário. Nos seus considerandos, é explicitada a orientação pretendida:

> Que a magnitude da mudança na situação consumada, à vista destes antecedentes, dispensa toda tarefa de interpretação por quanto é evidente, impôs soluções históricas irretorquíveis, que demonstram que a implantação da Revolução Libertadora no Paraguai *reveste a mesma índole das transformações sociais totalitárias da Europa contemporânea*, no sentido de que a Revolução Libertadora e o Estado são já uma mesma e idêntica coisa. (Ferreira Perez, 1986, 17). [destaque nosso]

Começou dessa forma a reação do núcleo do Estado no sentido de limitar o avanço do movimento operário e popular, que ameaçava transbordar. Ou como avalia Gaona num documento posterior de crítica ao Partido Comunista: “O ambiente se caracterizava então por uma grande efervescência operária e popular antiimperialista, que nalguns momentos adquiria um marcado tom esquerdista” (Gaona, 1990, 153).

A reação deste núcleo, contudo, foi uma reação empírica, forçada pela natureza, até certo ponto improvisada deste governo. Com efeito, a chegada de Franco ao poder, não fora precedida de um movimento de homogeneização política que gerasse qualquer orientação programática. As Forças Armadas eram, talvez, a única instituição nacional, mas não era uma classe social e não tinham, nessa medida, um projeto para o país. Ao se deparar com o poder, ficaram expostas às pressões das forças que efetivamente controlavam a economia nacional (as grandes empresas estrangeiras) e às do movimento operário. A carência de uma base própria indicava-lhes que precisavam de um "partido", mas receavam apelar para as massas, daí a indecisão e as dissensões internas na hora de montar esse partido. Contudo, quando precisaram agir como Estado, o fizeram, apesar das vacilações iniciais.

Nem comunistas nem nacionalistas, porém, conseguiram enxergar que, apesar das divisões, tratava-se de um Estado que em última instância respondia aos interesses maiores dos exportadores e comerciantes de sempre. Os comunistas, ofuscados pela necessidade de encontrar aliados para constituir frentes populares, e apesar de considerar que o decreto 152 era uma imposição imperialista, não tiraram a conclusão que se impunha: um governo que contava com o maior apoio popular que qualquer um já havia conseguido no país, por que se dobrava tão facilmente à primeira importante pressão que sofria da parte dos grupos dominantes?

Da parte do outro setor, o grupo de Gaona que naquele momento encabeçava a CNT, houve a deliberada escolha de não se opor ao decreto para não romper com o governo, pois era isso, segundo Gaona, que a reação desejava.

> No seio do Conselho Nacional provisório colocaram-se duas alternativas: Uma sustentada pelo companheiro Tomas Mayol, no sentido de abrir uma luta contra essa medida do Governo, exigindo sua derrogação imediata. A outra defendida por mim no sentido de não criar dificuldades ao Governo, propondo buscar com ele, em termos cordiais de bons amigos, a forma de suspender sua aplicação sobre a atividade sindical. Fundamentava minha proposta em duas razões: a) se escolhêssemos a alternativa proposta por Mayol, nos enfrentaríamos ao Governo e provavelmente romperíamos com ele. Era o que a reação fascista e oligárquica buscava afanosamente;. b) se assimilássemos o aspecto político do decreto levaríamos a organização sindical a jogar, de certo modo, o papel que correspondia aos partidos políticos, e esse ritmo imprimiria um ritmo muito forte ao próprio movimento, criando dificuldades, ao mesmo tempo, no mesmo seio da nossa nascente Central Operária. Minha proposta foi aprovada por grande maioria. (Gaona, 1990, 153).

Pode se perceber por essa análise de Gaona, que a "liquidação da prescindência política" por parte do movimento operário, tinha, para ele, seu limite no apoio a Franco, pois que quando lhe foi exigido um "posicionamento político", ele preferiu sacrificar este com a justificativa de "preservar" a organização sindical.

Mas não foi só o setor "sindicalista" que fez a separação entre a "reação" e o governo. Em 14 de março, a Embaixada brasileira no

Paraguai envia ao Ministro das Relações Exteriores, Dr. José Carlos de Macedo Soares, cópia do Manifesto do Partido Comunista apreendido pela polícia paraguaia (Contra o decreto 152). Nele, os comunistas, embora ataquem o decreto e o qualifiquem de ter sido imposto pelas forças imperialistas, denunciam:

> O decreto Schweizer *tende a isolar o governo das massas populares* de modo a tampar os ouvidos às impacientes reivindicações que se levantam por todas partes exigindo a redução do custo de vida, redução de impostos, aumento dos salários e proteção da colheita de algodão dos intermediários estrangeiros. [..] Exigimos do coronel Franco em nome do mandato histórico, que em sua declaração de 12 de março reitera ter recebido do povo revolucionário que suspenda a aplicação do decreto cadeado até que as forças populares que fizeram a revolução: Associação Nacional de Ex-combatentes, Federação de estudantes, Confederação Nacional de Trabalhadores e partidos revolucionários se pronunciem com inteira liberdade sobre a validade do decreto através de suas respectivas assembléias nacionais. (PCP/Manifesto, 1936).

E conclui convocando o povo paraguaio a “unir seus esforços sem demora constituindo uma grande Frente Nacional Libertadora para a luta contra o decreto Schweizer e na defesa do governo revolucionário e da soberania nacional” (PCP/Manifesto, 1936). Ou seja, dos dois lados chegou-se à mesma conclusão: havia que apoiar o governo de Franco contra a reação, cuidando para não confundir todo o governo com a reação.

O resultado prático desta primeira ofensiva foi a prisão de inúmeros dirigentes comunistas, dentre os quaiseles Creydt, Barthe e Cañete, a imposição da censura aos jornais e a repressão a diversos movimentos, a ocupação do jornal “O Liberal”, e o fechamento de “Verde Olivo”, jornal da Associação de Ex-combatentes, etc.

3.2.3. Os expurgos no governo revolucionário. – maio de 1936

Apesar da repressão e das limitações à atividade sindical e política, o movimento operário prosseguiu seu processo de organização. Em parte, a política de Gaona de não atritar diretamente com o regime, secundada pelos comunistas que também “separavam” o governo da reação, permitiu alguns respiros. Ao mesmo tempo, a CNT era um dos pilares do projeto de Partido Nacional Revolucionário, cuja presidência foi atribuída a Francisco Gaona. Este partido foi objeto de muita polêmica e, a rigor, durante a permanência de Franco no poder, não teve propriamente existência autônoma. O problema do partido do governo re-colocava antigas discussões de militares nacionalistas e dos membros da Liga Nacional Independente que propunham um partido novo, que superasse as divisões dos anteriores partidos oligárquicos tradicionais. Contudo, e dada a composição do gabinete, não havia consenso quanto à forma de constituir o partido, pois vários ministros tinham seus projetos para esse partido novo. Jover Peralta, Stefanich e Freire-Esteves, cada um tinha um projeto diferente dos outros; Caballero era do partido

colorado; e também contavam muito, ao menos até maio de 1936, a participação da CNT, da ANEC (Associação Nacional de Ex-combatentes do Chaco Boreal) e da Federação de Estudantes.

O partido comunista se opôs à constituição desse novo partido porque concorria com a Frente proposta por eles. Além disso, concordava com os colorados em que a proposta para erguer um partido por decreto e com apoio do estado acercava-o dos partidos nazistas e fascistas. A constituição deste partido foi se arrastando indefinidamente e, a rigor, somente depois da queda de Franco, e já no exílio, é que será constituído o Partido Revolucionário Febrerista, que recolheu a proposta inicial. Mas a participação de Gaona e da CNT no projeto de constituição do partido, garantiram, até certo ponto, a relativa liberdade de ação até maio de 36.

A politização do movimento operário aumentava, e isto fazia com que temas, inicialmente afastados da vida sindical começassem a ser debatidos e popularizados. Particularmente importante foi a questão de definir qual o caráter da revolução em curso. Em torno deste ponto, afinal, é que se definiu qual a estratégia do movimento operário e, por conseqüência, a atitude diante do governo. Nesse sentido, é significativo o discurso que Gaona proferiu em 26 de abril de 1936. Ele sintetiza não apenas o posicionamento dele, mas também delimita o contexto da discussão mais ampla.

Já em minha modesta conferência anterior fiz um esforço para precisar em torno ao nosso primeiro manifesto ao povo da república, quais devem ser as medidas urgentes que devem ser tomadas. E previamente precisávamos a essência de uma *revolução agrária antiimperialista*: Nacionalização das empresas, ocupar a terra sem a previa indenização informa o conteúdo fundamental de uma revolução agrária antiimperialista. *Pode nosso país realizar imediatamente este programa* depois do heróico sacrifício de três anos na guerra do Chaco Boreal? *Dissemos que não* e continuamos dizendo que não. Mas a revolução pode e em forma urgente deve tomar medidas tendentes para acercar-nos ao objetivo traçado em nosso manifesto. Sustentamos a necessidade de *estudar o controle nas grandes empresas privadas de nossa economia nacional*. Estas empresas vivem do Paraguai não de Londres nem de Paris nem de New York nem de Buenos Aires, são empresas protegidas por nossas leis e não pelas leis dos países estrangeiros. De aqui a comissão de controle sobre seus lucros. Não podemos seguir tolerando a situação do regime anterior. Não devemos seguir permitindo que ganhem 300%, 100% mas o necessário, o eqüitativo, o justo de modo que uma parte de seus benefícios o Paraguai possa administrar por conta própria. Outra das medidas que devem ser tomadas é *um imposto ao latifúndio como um meio de obrigar aos latifundiários, donos das regiões mais férteis do país, a fazer trabalhar suas terras* sobre a base de um regime de arrendamento controlado pelo governo. *Não pedimos aos latifundiários que dêem suas terras aos ex-combatentes* aos camponeses, *não aconselhamos a que ocupem sem mais suas terras*. Nós queremos o re-povoamento da pátria depois de tanto sangue derramado para ergue-la de sua atual prostração. Por isso clamamos por um *imposto progressivo, pequeno à pequena propriedade, elevadíssimo ao latifúndio* de modo que se os latifundiários se recusarem a parcelar suas terras para a intensificação da produção agrária, o Estado paraguaio, em poucos anos, possa se apropriar destas terras à base da soma devida por impostos. [..] Estas medidas informam o começo de *um programa da revolução de libertação nacional*,

> isto não nos levará a criar as bases necessárias para a revolução agrária antiimperialista e não poderemos chegar à economia socialista, ao Estado socialista senão depois que estas prévias e grandes transformações coloquem o Estado paraguaio em posição de ter em suas mãos o controle dos setores fundamentais da economia nacional tais como o transporte, o comércio exterior, etc. Logo, nosso caminho por etapas e cujo período não podemos precisar ainda é de libertação nacional, agrário antiimperialista, economia socialista. (Gaona/Palestra, 1936).

Ou seja, opõe-se à *revolução agrária e antiimperialista*, que, segundo ele, teria como caraterísticas a nacionalização das empresas e a ocupação das terras sem a prévia indenização. Essas tarefas, de acordo com ele, não poderiam ser cumpridas no Paraguai, por *causa da exaustão provocada pela guerra*. A *exaustão* a que se referia Gaona ocultava, na verdade, a necessidade dos latifundiários e pecuaristas nacionais se recomporem de suas perdas durante a guerra, pois do ponto de vista dos que careciam de terras, não havia impossibilidade nenhuma. Dessa forma, o dirigente operário acobertava as pressões do capital estrangeiro no sentido de frear rapidamente o "ritmo" da revolução para que não transbordasse.

No lugar da revolução agrária antiimperialista que não estava na ordem dia, ele vai propor um programa de *revolução de libertação nacional,* cujos pontos seriam: *o controle das grandes empresas privadas da economia nacional; imposto sobre o latifúndio como um meio de obrigar os latifundiários, donos das regiões mais férteis*

do país, a fazer trabalhar suas terras; imposto progressivo, pequeno sobre a pequena propriedade, elevadíssimo ao latifúndio; combate à carestia. Estas medidas não levariam o país diretamente à revolução agrária antiimperialista, mas sem elas não seria possível chegar lá.

Em 1º de maio, num discurso proferido por ele em presença do Presidente Franco, e depois de uma violenta profissão de fé antiimperialista e reivindicação das Frentes Populares francesas e espanholas, conclui reivindicando;

> a imediata volta aos tempos de López em que nossa Pátria foi soberana e independente. Não queremos tolerar nem um dia mais em todo o território do nosso país, outras leis que as emanadas da Nação. Não permitiremos desde hoje a nenhuma empresa estrangeira, por mais forte que seja, manter seu próprio Estado dentro do Estado Nacional Soberano. [..] O inimigo recebeu um formidável golpe em 17 de fevereiro mas não morreu ainda, espreita nossos passos, conspira na sombra, semeia a alarma, tem interesse que o machado sanguinário do fascismo impere no Paraguai, quer dividir o exército libertador do povo e com o ouro corruptor pretenderá subornar ao governo. (Gaona, 1990, 38-39).

Tenta, dessa forma, separar Franco do seu gabinete e de sua política anti-operária. Não há nenhuma referência à repressão política de que são objeto sindicatos, dirigentes, jornais, etc. Continua com sua política de não romper com Franco. Em sua resposta, contudo, Franco não deixará dúvidas de que já sabe o que vai fazer nos próximos dias. Ele começou estabelecendo:

> a libertação das classes trabalhadoras do campo e das cidades não significa de modo algum o atropelo desconsiderado ao capital que este país necessita arraigar, defender e estimular para o aproveitamento útil e fecundo de suas grandes fontes de produção. [..] A revolução dará terra aos agricultores e lhes facilitará quanto este ao seu alcance para estimula-los em seu trabalho e assegurar preços remuneradores aos seus produtos. Mas, se ao amparo deste programa pretende-se o roubo e a violência, o governo provisional fará uso dos meios legítimos que dispõe para garantir a vida, os interesses e a honra das pessoas, com as mais enérgicas disposições. [e conclui..] Em presença dos temores que ainda subsistem nalguns setores de opinião de que a Nação Paraguaia pudesse cair em alguns excessos de doutrina extremista, temos o prazer (sic) de ratificar nossas primeiras declarações de maneira mais firme e categórica: NÃO HÁ RISCO NENHUM DE QUE O PARAGUAI ABRACE A DOUTRINA COMUNISTA, NEM ADOTE SEUS EMBLEMAS NEM SEUS PROCEDIMENTOS DE LUTA E DE GOVERNO. (Gaona, 1990, 40).

O embaixador brasileiro Lafayete de Carvalho e Silva, que tudo via e era muito bem-informado, relatava ao Itamarati em 1º de maio:

> O governo empenha-se a fundo na organização do partido revolucionário, que será seu principal esteio político e de onde sairão os futuros legisladores da nova carta constitucional do país, tendo havido, como trabalho preparatório desta organização, “mitings” em todos os núcleos de população paraguaia, e ao que se diz com êxito completo.
> Nos discursos pronunciados por vários oradores nessas reuniões, e que V.Exa. terá a bondade de encontrar nos recortes anexos, nota-se quase sempre tendência indiscutível propagandista de idéias avançadas, senão extremistas, de se tornarem os verdadeiros orientadores da opinião pública paraguaia na presente emergência.
> Os dirigentes revolucionários dizem, entretanto, estar acompanhando de perto esses manejos, *mas,*

> *me parece que estão facilitando demasiado, para o dia em que tiverem de reagir*. (Carvalho e Silva/oficio, 1936a)

A grande preocupação do embaixador era a “tibieza” com que o governo agia, segundo ele, contra os comunistas. Esta “tibieza” porém, acabaria logo e o embaixador teria suas súplicas ouvidas. Em 12 de maio, informava ao Ministro José Carlos de Macedo Soares:

> O governo paraguaio depois de passar o primeiro de maio parece que se convenceu de ter chegado o momento de agir energicamente contra os elementos comunistas que trabalham no país, e que, dia-a-dia, ganham terreno tornando-se já arrogantes e falando como se fossem os donos da situação.
> Essa iniciativa alias, foi provocada pelo exército em almoço realizado no sábado último 9 do corrente nos arredores da capital e a que compareceram, além do presidente Franco e seus ministros vários oficiais superiores daquela corporação.
> Ao que parece um dos objetivos dessa reunião era conseguir-se pretexto para demonstrar ao ministro da educação e justiça Senhor Jover Peralta que sua presença no governo de há muito estava sendo pelos militares considerada indesejável e que, por tanto, não tinha porque nele continuar. Apesar do isolamento e frieza feitos em redor desse ministro não se quis ele dar por achado dando isso motivo a que ao finalizar o almoço, e em encontro aparte, o major Gimenez o invectivasse em nome de seus companheiros e o obrigasse a se retirar sem maior incidente.
> O major em questão não sofreu qualquer constrangimento do chefe do governo ao saber do ocorrido nem o ministro encontrou no desaire sofrido razão suficiente para abandonar a pasta!...
> *Daí a resolução tomada pelo coronel Smith e seus companheiros de armas de acordo com o ministro do interior senhor Gómez Freire Esteves de atacar de frente os extremistas fazendo cessar definitivamente*

> *suas atividades e mandar fora do país os principais chefes.* (Carvalho e Silva/oficio, 1936b)

Na noite de 11 de maio, haviam sido presos Francisco Gaona e diversos outros dirigentes. Naquela noite a CNT decreta a greve geral, “obtendo resposta afirmativa e unânime dos trabalhadores” segundo Gaona. No dia 12, o coronel Franco despejou de aviões, uma chuva de panfletos com uma proclamação em que atacava os “piores inimigos internos” da revolução que, escondidos sob uma tática de apoio, estariam atacando o regime pelas costas, etc. Em 14 de maio a Associação Nacional de Ex-combatentes do Chaco reuniu sua primeira convenção e exigiu a renúncia do Ministro do Interior, Gomes Freire-Esteves provocando uma crise ministerial e mudanças no gabinete.

Com relação à repressão desencadeada no dia 11, o coronel Smith, o mesmo que assumira a condução do golpe de fevereiro e exercia as funções de Comandante em Chefe, consultou a embaixada brasileira sobre a possibilidade de enviar os dirigentes presos ao Brasil, *antes mesmo de prendê-los*, conforme se depreende do ofício enviado ao Itamaraty no dia 15 de maio.

> Nas últimas horas da tarde de 11 de corrente fez me saber o coronel Smith que pela madrugada seria levada a efeito a captura dos principaís dirigentes comunistas com atuação nesta capital e que era sua intenção se não me parecesse inconveniente deporta-los logo a seguir para o Brasil a fim de sua presença aqui sob prisão não ocasionasse reação perigosa e, uma vez que, despachado para

> Argentina não lhes faria ali a conveniente vigilância como já tem acontecido, resultando assim dentro de pouco tempo estarem de volta a agir escondidos com mais eficiência.
> Respondi-lhe que não acreditava conseguisse tal iniciativa bom acolhimento por parte das autoridades brasileiras, por quanto, estando elas a braços no momento com avultado número desses elementos não me parecia natural o aumentarem com aqueles de que o Paraguai se quisesse agora desfazer. Entretanto, que nada resolvesse antes que me fosse dada a palavra segura do meu governo a quem a respeito iria consultar.
> Tratando-se de uma vasta trama continental não desprezei a hipótese que a polícia brasileira pusesse encontrar nesses indivíduos elementos de informação preciosa sobre as atividades que aqui vem desenvolvendo como em outros países, principalmente os vizinhos, e não apenas no nosso e que uma vez satisfeito este objetivo os encaminhasse para a Europa, para Espanha, por exemplo, hoje comunista ficando desta forma todos nós livres de gente tão indesejável. (Carvalho e Silva/oficio, 1936c)

Com esse golpe, o governo decretou a ilegalidade da CNT e uma dura repressão se abateu sobre os sindicatos. Mesmo assim, numa circular de maio desse ano, esse órgão ainda analisa que “nesta hora em que o Paraguai empreende viagem rumo a sua libertação nacional, a CNT surge como o pedestal mais forte do coronel Franco”. (Gaona, 1990, 251). Por isso a reação dirige seus golpes, precisamente contra a CNT.

Em fins de maio, o ambiente político ainda era conturbado por presságios golpistas, dos quais a embaixada brasileira era sempre informada. Mais do que isso, já desde aquela época, maio de 1936,

começou a ser montada a alternativa de colocar o general Estigarribia no poder. O mesmo general que havia sido desmoralizado na “ata plebiscitária” de 17 de fevereiro, será considerado como uma alternativa para manter os militares no poder. O relato do embaixador não deixava dúvidas sobre essas articulações e a proximidade, de que logo Estigarribia conseguiria do Estado brasileiro. Novamente é o embaixador quem relata:

> As pessoas que aqui estiveram hoje pela manhã merecem-me bastante confiança para que eu possa assegurar a V.Exa. que *a revolução que deve vir à rua de um momento a outro encabeçada pelo exército*[86], conta com elementos de ação de valor e tem todas as probabilidades de êxito, embora o governo esteja vigilante e confie na sua estrela, razão porque deixei de lado os meus escrúpulos de ser portador de boatos, as mais da vezes sem fundamento, que só servem para alarmar e ao que parece tão do agrado do ambiente de Buenos Aires, onde a maioria deles se forjam para enviar a V.Exa. o meu telegrama de hoje sob nº 68 de que espero em breve ver inteiramente confirmado.
> Como digo nesse despacho telegráfico, os organizadores do movimento revolucionário a rebentar, pensam estabelecer *um triunvirato misto composto de dois civis e de um militar, provavelmente o coronel Smith* e dentro de um mês, tempo suficiente para dar cabo ao comunismo, formará um governo provisório sob a chefia do *General Estigarribia, que nesse intervalo sairia do país para facilitar esse trabalho. Como é notório, o desejo manifEstado pelo referido General aos seus íntimos, de não se ausentar para Argentina quando tivesse que ser posto em liberdade*. Tomei a deliberação de consultar a V.Exa. na hipótese que agora se apresenta sobre a conveniência ou não de estar habilitado a atraí-lo para o nosso país, caso ela

[86] A revolução viria à rua só em agosto de 1937, mas veio.

> se venha a tornar realidade. (Carvalho e Silva/oficio, 1936d)

E ainda num outro oficio posterior avança uma opinião muito mais completa sobre a política nacional, julgando os dirigentes “ressentidos” que tentam ocultar, mediante referências nacionalistas, o descalabro por eles provocado para concluir reivindicando que os paraguaios fariam melhor se, em vez de se espelhar em Solano López, “meditassem” sobre a figura grandiosa que acabaram de enxovalhar, essa figura só pode ser Estigarribia.

> Na ordem interna, no meio de planos irrealizáveis e de promessas que não poderão ser cumpridas os governantes procuram disfarçar o descalabro do presente e o pavor que lhes devem causar as durezas do futuro, voltando-se para o passado e traindo para ele, na figura de Solano López – o algoz da nacionalidade – os olhares deste povo triste e resignado, talvez para não lhe dar tempo de contemplar e meditar sobre essa outra de proporções grandiosas [Estigarribia] que enxovalharam e lançaram recentemente ao desterro, quiçá porque cobriu de louros a própria pátria e a engrandeceu e honrou. (Carvalho e Silva/oficio, 1936e)

Ainda durante o governo de Franco e já quando o gabinete ficara sob o comando da Liga Nacional Independente (Stefanich), foi cancelado o processo de constituição do Partido Nacional Revolucionário e criou-se um partido do governo, a União Nacional Revolucionária, com Franco como presidente e Stefanich como vice. Sob a orientação de Stefanich foi criado o Departamento Nacional do Trabalho

e começou a elaboração de um Código de Trabalho. A CNT voltou a se reorganizar em janeiro de 1937, mas a iniciativa política, desta vez, seria cada vez mais do governo. Este desenvolverá uma demagogia populista tentando ampliar uma base própria de sustentação, o que irá provocar atritos com outros setores militares. Diferentemente do discurso inicial (fevereiro/36) que convocava o povo para o combate antiliberal, o governo se apresentava agora como o grande pai protetor que sabia o que era bom para o seu povo. A "nação" que a ditadura projetava era assim descrita por Stefanich, numa palestra aos ex-combatentes do Chaco em 15 de maio de 1937:

> Povo disciplinado e de índole pacífica, o povo paraguaio reclama e requer um governo paternal e prudente, um governo tolerante e suave. Nem látego nem açoite, mas a mão afetuosa que dirige, a autoridade que assiste e que orienta, o chefe paternal que aconselha e vigia.
> Tal é a significação da conduta política do atual governo e tal é, a nosso juízo, a medida de sua força, de sua confiança em si mesmo e da seguridade com que observa o futuro, sem temores e sem preocupações a respeito de sua consolidação e estabilidade. (Ferreira Perez, 1986, 70).

Foi durante o governo de Franco que o movimento operário viveu o seu auge organizativo e participou mais intensamente na definição das políticas nacionais. Começou intervindo ativamente no que poderia ser chamado de bloco revolucionário; participou, porém sem ser convocado, e porque não se podia prescindir dele; participou e foi essencial para dar legitimidade popular ao golpe militar; representou a

continuidade das mais radicais lutas contra o regime liberal da década passada; logo, porém, a pretensão de intervir nas decisões políticas nacionais e o auge das suas lutas e organização obrigaram o Estado a se comportar como ditadura, que de fato era (decreto 152); o caráter despótico da ditadura de Franco foi se aprofundando na medida em que o protagonismo operário não foi contido e chegou ao seu apogeu em maio de 1936 com a prisão e encarceramento dos principais dirigentes e a i-legalização da CNT.

A ação política do movimento operário durante o governo de Franco contém os principais elementos para compreender o papel do movimento operário e do nacionalismo na estruturação do *Estado Nacional Revolucionário*. A sua identificação com o mesmo nacionalismo dos militares golpistas possibilitou-lhe os espaços junto às forças que davam identidade "revolucionária" ao novo regime (Federação de estudantes, Associação de ex-combatentes, etc) no primeiro momento da "revolução". Assumindo como "sua" a revolução, deu-lhe a justificação de que o golpe precisava. Pensando que dessa forma fosse preservar este "espaço", o movimento sacrificou sua autonomia, num momento em que tinha ao seu favor um impulso ascendente de organização sem precedentes e permitiu que o regime se estruturasse como uma verdadeira *ditadura militar*, despojando-se aos poucos das aparências populistas iniciais. A continuidade do apoio ao governo com a ilusão de que o governo de Franco fosse um governo antiimperialista, ou com

possibilidades de vir a sê-lo, revela a sua impotência para se constituir autonomamente nessa alternativa, e, no abandono desta tarefa.

3.3. Intervalo “normalizador”. O Governo de Paiva – 1937 – 1939

O coronel Franco, embora tenha sido escolhido por membros das Forças Armadas para presidir “provisoriamente” o novo governo, foi de alguma forma colocado por um movimento mais amplo e a ele ficou preso durante um período. Para se livrar dos vínculos indesejáveis originais, teve que recorrer ao expediente do decreto 152 e da grande repressão de maio de 1936. Mas no final, havia conseguido se livrar da ingerência do movimento operário em que, de alguma forma, se sustentou no inicio. Paralelamente, tentou retomar uma relação direta com as massas, desta vez, porém, sem a mediação de sindicatos e centrais sindicais, e revigorar, ainda que demagogicamente, alguns temas que haviam caraterizado seu discurso inicial, principalmente no que se referia a direitos trabalhistas e à reforma agrária.

O resultado do primeiro governo “nacional revolucionário” foi essencialmente o de desmontar o Estado liberal. Afastou a velha oligarquia liberal do controle da burocracia estatal, substituiu o judiciário e dissolveu o Parlamento liberal do qual já não participavam as oposições. Depois do entusiasmo popular inicial, durante o qual teve uma composição ampla (Liga Nacional Independente, Partido Colorado,

Socialistas e liberais desgarrados), foi-se tornando mais homogêneo e no fim de 1936 podia-se falar que aquele era o governo da Liga Nacional Independente.

Quem detinha de fato o poder, no entanto, eram as Forças Armadas e na ausência de mecanismos democráticos, as lutas entre os diversos setores dominantes expressavam-se no interior da corporação militar. Conforme se depreende dos informes da embaixada brasileira em Assunção, desde antes de maio já estavam em curso diversas conspirações para depor o governo. O endurecimento repressivo de maio de 1936 acalmou, por um tempo, as disputas internas nas Forças Armadas, e, com isso o núcleo do poder consegue retomar a iniciativa e disciplinar o movimento social. Contudo, a estabilidade dependia de que o Estado atendesse, em alguma medida, as exigências do movimento operário o que, contraditoriamente, jogava mais “lenha na fogueira”, uma vez que, de um lado, encorajava a organização operária que não arrefeceu apesar da repressão aos seus dirigentes, e, de outro, ameaçava as empresas estrangeiras que promoviam todas as conspirações.

Era, pois, um equilíbrio muito precário devido à marca de origem do novo regime, de ser um governo “revolucionário”. Para a alta oficialidade que efetivamente controlava os efetivos militares e o arsenal de guerra foi-se configurando a necessidade de expurgar o regime do seu

“aspecto” revolucionário, mantendo intacto o controle do poder em suas mãos. A forma que se encontrou foi passar por um governo “normalizador” o que os militares efetivaram colocando um presidente liberal, re-estabelecendo a vigência da Constituição de 1870 e promovendo a eleição de um novo presidente.

No interior das Forças Armadas, de certo haviam ficado oficiais liberais, ou simpatizantes com este partido. Muitos deles deviam, à gestão de Eligio Ayala e seu Ministro Riart a sua ascensão e suas carreiras. Alguns militares tinham vínculos familiares com políticos liberais e, como é natural, nunca deixaram de conspirar para voltar ao poder. No momento que os interesses coincidiram, a idéia do golpe deslanchou. O coronel Ramón L. Paredes comandou a trama e, para despistar Franco, apresentou o golpe inicialmente como destinado a afastar apenas o gabinete civil e substituí-lo por outro inteiramente militar. O General Amâncio Pampliega relata em suas memórias:

> Em 13 de agosto de 1937 sublevaram-se as guarnições do Chaco e Concepção contra o governo do coronel Franco. Logo, somaram-se a Aeronáutica e a Marinha. O governo caiu sem tentar resistência alguma. O chefe do movimento foi o coronel Ramón L. Paredes, quem junto com outros chefes, designaram Presidente da República ao Dr. Félix Paiva. Este aceitou depois de se assinar uma ata em que se definiam os propósitos da nova situação. Havia se pensado também no Dr. Gualberto Cardús Huerta mas, como estava no exterior, foi preterido. (Pampliega, 1982, 173). [destaque nosso].

O governo de Paiva[87] foi caracterizado como um governo dos liberais, pois o seu gabinete era composto por uma maioria liberal; restaurou a vigência da Constituição de 1870; teve o velho caudilho dom Eduardo Shaerer na conspiração para depor o coronel Franco; e foi feita sob a bandeira da "normalização" institucional, fundamentalmente para pôr em funcionamento um Congresso e escolher um novo presidente. Contudo, a participação dos liberais no governo, e do próprio Paiva, não passou de fachada para a efetiva continuidade da ditadura militar. De acordo com Bray, os militares chamaram à porta de Paiva "a altas horas da noite para lhe oferecer o presente de grego da Presidência da República" (Bray, 1981, 29). E o general Pampliega, que foi ministro de Morínigo posteriormente, é enfático ao afirmar que:

> Durante o governo do Dr. Paiva o poder real esteve em mãos dos chefes militares. Paiva foi, praticamente, uma figura decorativa. Eram permanentes as ingerências do Ministro do Interior, coronel Paredes e do Chefe de Polícia, coronel Arturo Bray. Ambos tratavam de impor sua vontade ao Presidente e este, mesmo que quisesse, não poderia exercer o mando com verdadeira autoridade. A pesar de tudo, ninguém se atreveu a por fim ao provisiorato de Paiva e assumir o mando. (Pampliega, 1982, 174).

Foi um período em que se enfrentavam setores das Forças Armadas simpatizantes do eixo (nazi-fascistas) com liberais, franquistas (simpatizantes do coronel Franco) e profissionalistas. Os

[87] Félix Paiva, havia sido Presidente provisório depois da renúncia de Manuel Gondra durante 10 dias, de 29 outubro a 7 novembro de 1921. Quando assumiu a presidência em 1937 era professor de direito constitucional na Faculdade de Direito.

militares franquistas tentaram uma reação em 7 de setembro de 1937, chegando a ocupar o quartel da Polícia. Mas foram derrotados finalmente pelas tropas da cavalaria. Durante essa tentativa, chegou a se constituir um triunvirato (que não tomou posse) composto pelo coronel Franco, pelo tenente coronel Francisco Smith e pelo coronel Juan B. Ayala. Curiosamente, o último era ministro de Guerra e Marinha de Paiva, e depois desse episódio, continuou no cargo.

A natureza de ditadura militar do governo de "normalizaçao" pode ser verificada num episódio ocorrido em 7 de setembro de 1937. Durante aqueles dias, foi preso e morto em tortura pelos militares da cavalaria o militante comunista Felix Agüero, cujo corpo mutilado apareceu flutuando no rio Paraguai em 22 de setembro daquele ano. O caso ganhou uma repercussão enorme, porque o nome de Agüero, figurava numa lista de supostos deportados à Argentina. Ou seja, o governo reconhecia que havia estado preso, mas fora "deportado". Quando o seu corpo foi identificado, e a polícia informou que o jovem fora retirado de sua cela na polícia por tropas da cavalaria, ficou evidente que fora assassinado pelos militares. Exigia-se que fossem achados os responsáveis, e castigados exemplarmente. A necessidade de acobertar o envolvimento dos militares, porém, fez com que o governo de "normalização" liberal, composto de juristas e professores de direito constitucional, substituísse os membros do Superior Tribunal de Justiça por funcionários dispostos a abafar o caso.

Durante o ano de 1938 foi eleito o novo Congresso Nacional, em eleições gerais convocadas para essa finalidade e da qual se absteve o partido colorado, ficando constituído, mais uma vez, um congresso exclusivamente composto por liberais.

O movimento operário reagiu à mudança do governo com certo pragmatismo. A Confederação Nacional dos Trabalhadores havia conseguido autorização para funcionar de novo desde junho de 1937, e apesar de muitos dos seus dirigentes terem sido expulsos do país, não se interrompeu completamente a criação de sindicatos, nem as reivindicações das diversas categorias por aumentos de salários e por melhores condições de trabalho. Em junho de 1936, havia sido criado o Departamento Nacional do Trabalho, órgão longamente reivindicado pelo movimento operário e cuja finalidade era mediar os conflitos entre o capital e o trabalho. Apesar de suas decisões não terem caráter imperativo, canalizou imediatamente as reivindicações abafadas durante tanto tempo. De todas as partes chegavam reivindicações para o DNT mediar ou decidir.

Devido à expulsão de muitos dirigentes do movimento operário que compunham o núcleo dirigente no começo da revolução, foi se afrouxando a “politização” que havia prevalecido nos primeiros meses do novo regime. Mas o afrouxamento ocorreu também por conta da dificuldade de justificar como “revolucionário” um governo que perseguia

os dirigentes operários e resistia em tomar medidas efetivamente populares e antiimperialistas. No momento do golpe contra Franco, não houve resistência operária e o movimento adotou uma postura cautelosa. Numa declaração de 18 de setembro de 1937, a CNT declara:

> Instalado o governo do Dr. Paiva [...] a CNT acolheu as declarações do novo Presidente provisório e do ministro do Interior em que se reconhecem os sindicatos operários, respeito às petições, reivindicações e às conquistas de fevereiro; assim como as promessas do pleno exercício da Constituição de 70, a volta do país à normalidade institucional no mais breve prazo pelo caminho de eleições limpas, garantias de reforma da lei eleitoral e a mudança dos padrões fraudulentos, etc. Sobre estas bases, a classe operária resolveu encaminhar sua ação pelas vias pacíficas, esgotando os trâmites legais nos conflitos operários patronais, cooperando na tarefa da normalização constitucional e mantendo-se completamente alheia a toda atividade subversiva. (Gaona, 1990, 82). [destaque nosso].

Ou seja, nenhum escândalo pela restauração da Constituição da Tríplice Aliança, confiança nas possibilidades de eleições limpas e cooperação com a normalização, desde que se mantivesse a mediação estatal dos conflitos mediante a DNT.

Desde finais de 1937 em diante, o eixo político da central operária se deslocou para a defesa da democracia contra o fascismo. Por trás deste deslocamento estava a política da Internacional Comunista que, com o exílio de Gaona (Gaona já estava em Buenos Aires impedido

de voltar ao Paraguai) estava conquistando maior espaço na condução da central. Mas o próprio Gaona não ficou imune a esta virada de posição.

A reivindicação do nacionalismo ficou mais complexa na medida em que os que o defendiam eram agora os partidários do nazi-fascismo, o grupo conhecido como “Frente de Guerra” (agrupamento cívico militar de tendência totalitária) e o jornal *El Tiempo*. Contra a postulação nacionalista da Frente de Guerra, a CNT rebatia no seu jornal:

> Esta entidade fascista [Frente de Guerra], inimiga declarada da Constituição de 1870, editou o primeiro número do seu jornal, falando demagogicamente de Solano López e Rodriguez de Francia, heróis máximos da independência paraguaia. É necessário que o povo saiba que o fascismo é a antípoda da emancipação, porque é a entrega total de nossas riquezas e nossa liberdade política ao capital imperialista estrangeiro. Falar de nacionalismo integral com estes propósitos encobertos é pura demagogia, e falar de nossos heróis é manchar o nosso passado glorioso. O povo paraguaio deve responder a esta provocação fascista, com uma aliança democrática de libertação nacional. (CNT/18/01/38 - A.G. 11.01.CNT).

A luta econômica vinculada à denúncia das arbitrariedades das grandes empresas estrangeiras avança para uma crítica política que de alguma forma transcende o mero discurso nacionalista e aponta para um posicionamento antiimperialista mais concreto. No mesmo jornal acima mencionado, ao denunciar o não-cumprimento de um acordo mediado pelo DNT por parte da empresa de

Porto Guarani, no norte do Paraguai, a central destaca em manchete: “A atitude da empresa de Porto Guarani é um desafio à soberania nacional”.

> Nós denunciamos diante da opinião pública do país estes atentados às leis da nação e pedimos ao povo da República e ao Governo Nacional para fazer respeitar a decisão do DNT no conflito de Porto Guarani. (CNT/18/01/38 - A.G. 11.01.CNT).

Na imprensa operária, principalmente na da central (CNT e depois CTP), nunca se deixou de denunciar a prepotência das grandes empresas estrangeiras, verdadeiros Estados dentro do território paraguaio. “A exploração nos obrages do Alto Paraguai é humilhante para o decoro nacional” (CNT/19/09/38 - A.G. 11.01.CNT), diz a manchete, duma matéria que denúncia, não apenas os lucros astronômicos de algumas empresas de Porto Pinasco, mas a defesa delas em que os políticos liberais se empenhavam.

Estamos diante do núcleo da “questão nacional” paraguaia. A sua economia está dominada por um conjunto de não mais que 20 empresas estrangeiras, sobre as quais o Estado paraguaio não tem soberania. E como o movimento operário pensa resolver isso? Quem responde a isso é próprio Francisco Gaona numa carta aos seus companheiros da CTP, Confederação dos Trabalhadores do Paraguai, em 8 de abril de 1939:

> Queremos impulsionar e desenvolver a democracia burguesa no Paraguai, derrotando previamente ao fascismo, com a finalidade de criarmos as condições para nossa emancipação. Agora a questão central é o problema tático, e o fundamental na solução deste problema é levantar e organizar um grande movimento de massas para empurrar a situação em direção ao nosso objetivo. O movimento de massas envolve por seu turno a questão dos aliados da classe operária. Devemos então encontrar os caminhos que nos conduzam a conseguir a cooperação dos nossos aliados. Esse caminho está traçado: a normalização institucional do país. (Gaona – AG – 05-34-009).

Numa carta aos redatores do jornal *O Ferroviário*, o mesmo Gaona é mais explícito na conclusão:

> Esta aspiração comum que bate – tenho certeza – em todos os corações honestos e patriotas do nosso Paraguai eterno, independentemente de suas idéias e crenças, devemos busca-la na colaboração de toda a família paraguaia, inclusive o partido liberal. [...] Já não se pode confundir a todo o partido liberal com a sua velha e manhosa oligarquia. Nem se pode continuar preso à crença de que só no partido liberal há oligarquia. (Gaona – AG – 05-34-016).[destaque nosso].

O foco então se deslocou. Em fevereiro de 1936 o liberalismo era a reação e o representante dos interesses antinacionais. Agora, no partido liberal era possível encontrar democratas que ajudariam o movimento operário a derrotar o fascismo e, dessa forma, conquistar a democracia burguesa.

A normalização institucional é assimilada como o espaço onde seria possível desenvolver então um poderoso movimento de massas. E não como uma tática com que a corporação militar estaria purgando seus excessos "revolucionários" da primeira fase e se preparando para a seguinte. A conduta dos militares é apenas analisada como putchismo, um endêmico mal de que os paraguaios padecem, e que, na atual etapa, é estimulado a toda hora pelo nazi-fascismo da *Frente de Guerra* e o *tiempismo*[88]. Contra este inimigo comum, "toda a familia paraguaia" seria chamada a se unir.

Esta análise conduziu o movimento operário a um dos seus piores erros: apoiar a candidatura do General Estigarribia para a presidência da República, "natural" coroamento do processo de normalização institucional. E dissemos erro, porque apoiou a ascensão do único militar que na situação em que o país vivia era capaz de levar a máquina da ditadura militar ao aperfeiçoamento institucional: um conjunto de leis repressivas e uma constituição corporativa. Dificilmente qualquer outro militar teria conseguido a autonomia suficiente e a ascendência sobre a sociedade para impor as medidas excepcionais que ele impôs. Sem falar do apoio norte-americano com que contou em seu labor.

Acreditando estar se opondo ao fascismo e defendendo a democracia, o movimento operário paraguaio ajudou a ditadura militar a

---

88 "Tiempismo" era a forma de se referir aos simpatizantes do fascismo nucleados em torno ao jornal católico El Tiempo.

se apetrechar de instrumentos institucionais valiosíssimos que lhe serviriam noutros momentos de crise para abafar todo o movimento social. E esta confusão teve seu auge no período anterior à eleição de Estigarribia. É claro que não foi só Gaona que fez esta interpretação. Durante esse período, a política da Internacional Comunista induziu as organizações operárias sob sua influência a fazer essa leitura. No próprio jornal da central operária gradativamente controlado pelo Partido Comunista, será desenvolvida uma campanha de luta antifascista e de defesa da democracia. O secretário geral em exercício, Nicolas Yegros, dizia num discurso na Sociedade de Marceneiros em março de 1938, tentando combater o fascismo:

> O magnífico exemplo do Presidente Roosevelt, nos demonstra, que o primeiro mandatário de uma nação imperialista por excelência, pode ser querido pelo seu povo e respeitado pelas massas trabalhadoras do mundo; mostra que a democracia, introduzindo melhorias gradativas e progressivas, dando-lhes um conteúdo social, conserva com maior calma e segurança o regime da propriedade privada em cuja defesa se levanta demagogicamente o fascismo, que pode precipitar sua queda, porque com suas medidas arbitrárias radicaliza a massa contra ela e prepara a guerra que concluirá numa violenta revolução. [...] o proletariado paraguaio começará a distinguir o imperialismo fascista do não fascista. Isto não implica de maneira nenhuma que a classe operária deixará de lutar contra os imperialismos ianque e inglês. Continuará fazendo-o, só que de uma maneira nova, pela via legal, sobre questões concretas, diárias dos interesses das massas. As greves contra eles serão deflagradas só depois de esgotadas as vias legais. Queremos que nosso governo seja ao mesmo tempo amigo cordial de Inglaterra e Estados Unidos, assim como nós somos

> de sua classe operária. (CNT/01/05/38 - A.G. 11.01.CNT).

A realização do I Congresso Operário do Paraguai, evento largamente adiado pelos principais dirigentes operários desde a década de 20, ocorreu também sob a marca da luta antifascista. Do dia 28 de maio a 1 de junho de 1938, reuniu-se, no Teatro Municipal de Assunção, este congresso, sob as mais alarmistas premonições de golpe contra o Presidente Paiva. Esta ameaça motivou a clausura do jornal *El Tiempo* e foi aproveitada pela polícia do coronel Arturo Bray para proibir que no Congresso Operário se falasse contra o fascismo.

O Congresso, no entanto, teve como eixo precisamente a luta antifascista, de uma perspectiva de unidade nacional. Dele participaram desde o clero até representantes das Forças Armadas. O Congresso oficializou a fundação da Confederação de Trabalhadores do Paraguai, denominação que foi obrigada a adotar por proibição estatal do termo “nacional” na antiga CNT. O sentido que o movimento operário deu ao seu congresso é sintetizado numa nota jornalística de Buenos Aires tomada do Arquivo de Francisco Gaona:

> O congresso constituiu um ato soberbo e magistral. Não apenas marca toda uma época na vida do movimento operário, mas também, significa a mais séria contribuição à política de normalização institucional da República e abre as mais lisonjeiras esperanças para encontrar as vias da pacificação e unidade do povo paraguaio, esforço pelo qual a CTP

> vem lutando de maneira incansável. (Gaona – AG – 05-09-007).

Durante o “provisiorato” de Paiva o movimento operário continuou se estruturando no plano sindical, apoiou o governo em nome da defesa da democracia contra o fascismo e fez parte do coro que defendeu a candidatura do general Estigarribia. A central manteve a unidade, mas começaram naquele período alguns movimentos centrífugos; sindicatos importantes resistiram à sua incorporação à CTP e a LOM começou a se fragmentar. A valorização do nacionalismo regrediu na medida em que o movimento operário precisou se alinhar com o partido liberal, deslocando o eixo da intervenção política para a defesa da “democracia” contra o fascismo.

O fantasma do fascismo tinha muito eco naquele período devido à penetração que esta corrente havia conseguido nas Forças Armadas e à ação quase aberta que os partidos simpatizantes do fascismo desenvolviam no país. O Paraguai tinha uma colônia de imigrantes alemães que constituíram a primeira seção do partido nacional-socialista fora da Alemanha. E o *fascio* italiano também funcionava abertamente em Assunção. O governo de Paiva não possuía qualquer força própria para reprimir o avanço destes movimentos e estava sempre nas mãos dos grupos militares que lhe davam sustentação e disputavam o poder o tempo inteiro. Daí a caracterização do movimento operário do

putchismo com o grande problema, pois efetivamente não se deixava de conspirar.

O centro do poder era de fato as Forças Armadas e foram elas que definiram a candidatura do General Estigarribia para presidência da República. Há que lembrar que, desde a época em que ainda era prisioneiro do coronel Franco, alguns círculos militares já haviam cogitado no seu nome para “pacificar” os ânimos e dar uma certa unidade ao regime. E até a embaixada brasileira era favorável a lançar o nome dele como alternativa de poder. O seu afastamento do centro das intrigas políticas e sua participação nas negociações que levaram à assinatura do tratado definitivo de paz e limites com a Bolívia contribuíram para a construção de sua candidatura. Acrescentava-se gradativamente ao seu prestigio de comandante vitorioso (alguns diziam: “invicto”) suas qualidades de “estadista”. Era a construção de mais um mito nacional.

3.4. Apoio operário ao governo de Estigarribia – 1939 - 1940

Como o governo de Paiva fosse um governo de normalização institucional, a escolha do novo presidente devia ser feita, ao menos na formalidade, pelo voto direto. Isso criou a necessidade de fazer o lançamento da candidatura de Estigarribia através de um partido. O General não era vinculado a nenhum deles, mas no partido liberal o grupo dos jovens liberais postulou sua candidatura. Este grupo era assim

conhecido por ser uma geração de novos dirigentes, e, embora tivessem fortes vínculos com os “velhos”, eram mais conscientes da necessidade de ajustarem a ação do partido às novas exigências da época. Essencialmente, eram mais abertos a incorporar ao arcabouço liberal um certo intervencionismo estatal. Efraim Cardozo, Carlos Pastore, Justo Pastor Benitez e outros desempenharam no governo de Estigarribia importantes funções.

A ascensão de Estigarribia coincidiu com o alastramento da 2ª guerra na Europa e o aumento da pressão interna dos setores simpatizantes do eixo Roma-Berlim no Paraguai. No entanto, Estigarribia havia feito uma série de acordos com os norte-americanos, antes mesmo de assumir a presidência, empréstimos, apoio técnico, etc., baseados em considerações geopolíticas. Até esse momento, o Paraguai era o último país latino-americano no comércio com os Estados Unidos. Estigarribia os alertou para a importância geopolítica de ter uma base ao norte da Argentina e nas costas do Brasil, devido à penetração nazi-fascista nestes Estados. Manobrou com certa habilidade o descumprimento (quando chegasse a presidência) de um acordo entre Alemanha, Bolívia e Paraguai que havia sido assinado para exploração do petróleo boliviano. Amarrou, enfim, o Paraguai à liderança norte-americana, conseguindo em troca amplo apoio para suas propostas de “reconstrução” do país.

A declaração de guerra da Inglaterra e França contra a Alemanha pela invasão da Tchecoslováquia, provocou a contração da economia paraguaia, por quanto reduziu as exportações de algodão, tanino e tabaco, principais fontes econômicas do país. Esta situação favoreceu a propaganda fascista contra o governo, reforçada agora com argumentos econômicos. Criou-se uma situação de intensa agitação de movimentos políticos e militares, utilizada pelo governo para justificar a adoção de medidas extremas. Em fevereiro, o Congresso liberal se autodissolveu para facilitar ao Presidente as ações que iria tomar.

> Dois dias depois da data de dissolução do Parlamento, Estigarribia assumiu todo o poder político revogando a Constituição de 1870, e decretou uma trégua nas atividades políticas, constituindo um gabinete com homens das distintas tendências políticas do país e de militares sem exercer a representação dos setores de opinião a que pertenciam. (Pastore, 1986, 150).

No manifesto em que anuncia o controle absoluto do poder, Estigarribia se coloca na figura do salvador da pátria, que não vacila em abandonar seu descanso para ajudar o país, como já o fizera durante a guerra, lamenta que a anarquia continue perturbando o país e promete convocar uma Constituinte para elaborar uma nova Carta.

Uma escalada repressiva institucionalizou-se a seguir: Em 22 de fevereiro de 1940 uma determinação da Polícia proíbe a todas as gráficas e editoras a publicação de qualquer material sem prévia

autorização do Ministério de Trabalho e da Polícia da Capital; em 27 de fevereiro o Ministério do Trabalho obriga todas as gráficas e editoras a enviar à Direção de Imprensa e Propaganda todas as publicações que se editem em suas oficinas; em 8 de março, o próprio Presidente decreta a centralização de toda informação oficial pela Direção Geral de Imprensa e Propaganda; em 8 de março também o presidente regulamenta a trégua política; em 10 de junho se regulamenta a "publicação de opiniões e expressão do pensamento".

Antes mesmo de decretar a ditadura, o governo de Estigarribia interveio na Universidade Nacional de Assunção, para sufocar os protestos estudantis contra a postura do Governo diante das declarações do Dr. Luis Alberto de Herrera. Este político e jornalista uruguaio, do partido blanco, havia-se manifestado em defesa de reparações ao Paraguai pelos desmembramentos sofridos no final da guerra contra a Tríplice Aliança. O governo paraguaio não achou nada melhor do que condenar o comentário do uruguaio, afirmando ainda que "o governo e o povo do Paraguai honrarão sempre as assinaturas postas ao pé dos tratados e não serão fatores de perturbação da paz americana" (El Tiempo, 28/11/39 in Prieto Yegros, 1984). Seguiu-se uma série de réplicas e, à raiz disso, a juventude universitária se mobilizou para desagravar o Dr. Herrera contra o governo de Estigarribia. O interventor foi o Dr. Efraim Cardozo.

Finalmente e ao contrário do que havia prometido, Estigarribia decretou uma nova Constituição, redigida por ele e por Justo Pastor Benitez. Uma das justificativas do autogolpe de fevereiro de 1940 era que a Constituição de 1870 estava caduca e que convocaria uma Constituinte para fazer uma nova.

A ascensão de Estigarribia ao poder teve o apoio do movimento operário e este apoio se manteve enquanto esteve no poder. O motivo principal era que este representava a democracia contra o fascismo, considerado o inimigo principal. Curioso argumento para defender um governo que superou todos os anteriores na institucionalização de mecanismos repressivos legais, além da reprimir, em alguns momentos, dirigentes de alguns sindicatos, de prendê-los ou expulsá-los do país. Contudo, a organização operária não retrocedeu, prosseguia sua marcha ascendente, batendo-se, no plano econômico, e conquistando vitórias parciais. Era, de certa forma resultado da atitude "pragmática" do movimento operário diante do governo: apoiá-lo em nome da democracia e do respeito às conquistas operárias.

A atitude de Gaona, que continuava exercendo seu pontificado sobre o movimento operário desde Buenos Aires, foi muito clara a respeito do apoio quase que incondicional ao General. Em julho de 1940, ou seja, depois da decretação da Constituição, mas antes do plebiscito que Estigarribia convocou para referendá-la, o dirigente sindical

paraguaio escrevia desde Buenos Aires para Adolfo Yegros, “secretario geral interino” da CTP:

> Tenho em meu poder o texto da nova Constituição que acaba de sancionar o governo do General Estigarribia. Não tenho dúvidas que este documento público tem defeitos graves e encerra muitos perigos. Mas creio e defendo que apesar dessas falhas, os trabalhadores devem votar sem vacilação a favor da constituição em 4 de agosto próximo. Porque se não votarmos, vamos nos enfrentar ao governo. E isso seria o maior serviço à reação fascista-oligárquica-golpista, que neste momento está disposta a derrubar Estigarribia ou encurrala-lo, dando-lhe depois o mesmo destino que a reação francesa está dando a Daladier. [...] Hoje o dilema é de ferro: fascismo ou democracia. É justo destacar a obra heróica, positiva e nacionalista que o governo está desenvolvendo apesar de suas contradições, de suas fragilidades, de sua falta de base política e da angustiante situação econômica do país. [mas] a queda deste governo significaria um passo atrás em tudo o que se conquistou até agora. (Gaona, AG – 05-04-010).

O partido comunista também o apoiou. Desde o jornal da CTP, é possível acompanhar esta política de separar sempre o General dos seus ministros. Este apoio, no entanto, será caraterizado posteriormente pelo partido como um grande erro. Numa publicação de 1990, o partido comunista paraguaio avalia a sua política da época da seguinte maneira:

> Em 15 de agosto de 1939, o General José Félix Estigarribia assume a Presidência da República, como resultado de uma “eleição” que, de fato, inaugurou o longo período de fraudes que seria as caraterísticas das ditaduras de Morínigo, Stroessner,

> além de outras intermédias. O Partido Comunista, não soube interpretar cabalmente o caráter do governo de Estigarribia, como expressão do nascente autoritarismo e essencialmente continuador da velha política oligárquica de defesa radical dos interesses da ordem estabelecida e do imperialismo norte-americano, ao que estava ligado desde o começo. Lembremos que foi depois de voltar de Washington que se postulou candidato a presidência. O partido perdeu sua linha independente e caiu num "seguidismo" sem princípios, ao apoiar a Estigarribia, baseado em que "o contato inegável que o presidente eleito tem com a política pan-americanista de Roosevelt, baseado no empréstimo e expresso em declarações progressistas e em promessas de governar democraticamente, atestam a correção de nossa posição atual", expressava um documento da época. (Rosales, 1990, 13).

Gaona, ao contrário do partido comunista não se retratou, mas reafirmou seu apoio ao governo de Estigarribia. Num longo informe à Confederação de Trabalhadores da América Latina, em 1941, entre outras coisas dizia:

> Seguimos sustentando que a nossa atitude foi justa. Quando falamos assim, nos colocamos de um ponto de vista sindical. Quando apoiamos Estigarribia, não o fizemos esperando tudo dele, nem acreditando que fosse já um governo democrático. Defendíamos sim, que "não era um governo oligárquico a mais na América". E tínhamos nossas razões para isso. Em primeiro lugar, à época da chegada de Estigarribia ao poder víamos detrás dele ao Presidente Roosevelt, promotor ativo da política de **boa vizinhança** e um freio contra a infiltração nazi-fascista na América. Em segundo lugar, Estigarribia se orientou e de alguma forma começou a realizar uma política de boa vizinhança entre os dois grandes vizinhos nossos: Argentina e Brasil. (Gaona, 1990, 179).

A adesão operária ao governo de Estigarribia contribuiu enormemente no ocultamento do seu caráter de ditadura militar sem outro rótulo. Mas deu-lhe também, mesmo sem explicitar, a etiqueta de “nacional revolucionário” herdada do movimento de fevereiro de 1936. Ninguém melhor do que Estigarribia naquele país para encarnar o mito do herói que se sacrifica pelo seu país, conduziu-o à vitória e estava lá para o livrar da anarquia e do atraso. E este “rótulo”, que também será utilizado por Morínigo, na sua ambigüidade foi definindo uma modalidade de Estado, diferente, como diz Gaona, do “oligárquico” predominante na América Latina até 1930, diferente, evidentemente de uma democracia parlamentar típica, Estado forte com apoio de massas, justificado pelas altas tarefas nacionais que afirmava encarar.

O discurso de Adolfo Yegros diante do Presidente em 1º de maio de 1940, revela a reativação do nacionalismo e a encarnação do mito salvador no governante providencial:

> Nós sabemos que nossa pátria pode ser grande, rica e feliz. O foi, quando era dona de sua economia e de sua política. Há mais de meio século, nosso país foi a primeira potência da América do Sul. O primeiro que tendeu em seu solo os caminhos de ferro, encurtando distâncias, vencendo desertos, vinculando povos e impulsionando suas forças produtivas. [..] O Paraguai grande e próspero dos López tornou-se uma das últimas nações do continente. [..] Queremos o ressurgimento do Paraguai baseado na organização e independência de sua economia; pelo cumprimento da reforma agrária, pela diversificação de nossa produção, pela construção dos caminhos,.[..] E acreditamos que

> essas legitimas aspirações nossas estão condensadas em grande parte no programa de governo do General Estigarribia. Por isso o apoiamos. (CNT/1405/40 A.G. 11.01.CNT).

A contribuição deste governo para estruturação de um sistema estatal “nacional revolucionário” consistiu principalmente em lhe fornecer um arcabouço jurídico administrativo substantivo. Além do conjunto de leis restritivas dos direitos individuais, a Constituição outorgada pelo general Estigarribia consagra alguns princípios mais adaptados à época que estava se vivendo no mundo. Os princípios do liberalismo “individualista” da Constituição de 1870 estavam certamente ultrapassados e a nova Carta refletiu essa mudança. Passou a ser de responsabilidade de Estado uma série de direitos como o da saúde e assistência, seguridade e higiene nos estabelecimentos de trabalho que, passaram a ser fiscalizados pelo Estado. Introduz também uma mudança importante ao estabelecer que o Estado regulará a vida econômica nacional.

O governo de Estigarribia foi um governo que navegou o tempo todo em águas agitadas. Em face da conflagração mundial alinhou-se aos EUA em troca de empréstimos e vantagens geopolíticas. Manobrou diante de pressões dos seus vizinhos mais poderosos, dos quais tentou se autonomizar, tarefa difícil dado o avanço nazi-fascista nos países vizinhos e dos seus reflexos nas Forças Armadas paraguaias. Resistiu às conspirações e pressões dos militares baseado no seu

prestigio pessoal e no apoio dos liberais e do movimento operário. Foi, no entanto, uma ditadura militar, num país que não conseguia desenvolver sua economia nem constituir uma “sociedade civil” vigorosa a ponto de ela assumir a hegemonia da sociedade. A crise de dominação continuava à sua morte, ocorrida em 7 de setembro de 1940, quando o avião que o conduzia caiu nos arredores da capital. Os instrumentos por ele criados, porém, foram aproveitados pelo seu sucessor, Higinio Morínigo, que durante 8 anos permaneceu no poder.

3.5. O movimento operário sob a ditadura de Higinio Morínigo – 1940 - 1948

Ao falecer o general Estigarribia, a alta cúpula das Forças Armadas puseram-se a deliberar sobre o problema da sucessão. Pensando em algum nome que fosse manipulável por eles, escolheram o ministro do interior General Higinio Morínigo, que o falecido presidente havia colocado no gabinete para mantê-lo mais próximo e coibir sua vocação golpista. Na ausência de um Congresso, a “decisão” devia ser tomada pelo gabinete. Os comandantes comunicaram ao gabinete a sua decisão e estes então escolheram Morínigo para Presidente provisório.

A nova Constituição previa que em caso de vacância do cargo de presidente, deviam ser convocadas eleições em dois meses. Morínigo logo manobrou e “interpretou” o prazo de dois meses como

sendo dois meses após completar o resto do mandato, e, decretou que as eleições para a presidência se realizem em 1943!

A longa permanência de Morínigo na presidência explica-se pela sua habilidade de alimentar alianças e interpretar as mudanças na composição das forças dominantes. O grupo que mais tempo controlou o comando das Forças Armadas foi o grupo chamado “Frente de Guerra”, composto por militares filofascistas que controlaram o poder até junho de 1946.

Foi mantido inicialmente a mesma equipe de Estigarribia no gabinete até final de setembro. Posteriormente foi formado outro gabinete com maior participação militar e de outras correntes antiliberais que começaram a disputar o poder: os tiempistas e os franquistas.

Carente da autoridade de que gozava seu predecessor, Morínigo precisou construir como elemento legitimador de *sua* ditadura a identificação com a “revolução nacionalista”. O vínculo com o movimento de fevereiro de 1936 tornou-se explícito. Contribuiu para isto, o apoio dado pelo agrupamento do coronel Franco desde final de 1940. Leopoldo Ramos Gimenez dizia no jornal *El País* em 4 de fevereiro de 1941:

> De FRANCO A MORÍNIGO a nação traça no campo político a realidade gráfica de seu ideário redentor. São como dois sentimentos de patriotismo que se amarram; dois esforços que se originam na mesma sinceridade, e se juntam, de longe ou de perto, para

> a realização de uma empresa enorme como a de erguer o Paraguai. (Ferreira Perez, 1986, 273).

O discurso da “revolução paraguaia”, no entanto, não foi exclusivo dos franquistas. Os tiempistas, agrupamento católico de origem jesuíta, simpatizante das idéias dos ditadores Salazar de Portugal e Franco da Espanha, foram ocupando espaços no governo de Morínigo e também falavam em nome da revolução. Dizia o Dr. Carlos R. Andrada, principal dirigente desse agrupamento ao jornal *La Tribuna* de 5 de março de 1941, no dia em que tomou posse como Ministro do Interior:

> Quanto aos revolucionários, devo expressar que desde este alto cargo, continuarei lutando sem descanso para conseguir a total unificação das forças nacionalistas, com exclusão de todo personalismo ... A unidade revolucionária é o antecedente obrigatório da unidade nacional. (Ferreira Perez, 1986, 288).

O próprio Morínigo, porém, foi mais longe na explicitação da filiação nacionalista do seu governo e no reconhecimento da continuidade do movimento de fevereiro de 1936. Num gesto teatral, porém carregado de significado político, fez os chefes e oficiais das três armas jurarem fidelidade a ele e à revolução. O texto do juramento dizia entre outras coisas:

> Que a revolução paraguaia que teve seu inicio em 17 de fevereiro de 1936 e que foi retomada na presente etapa, não é patrimônio exclusivo de nenhum setor revolucionário, mas de todos os cidadãos paraguaios que aspiram sinceramente a

> libertação de nosso povo de quantas travas se opõem a seu progresso e bem-estar. Que a revolução paraguaia é inspirada no austero patriotismo e autentico nacionalismo dos grandes governantes que forjaram o Paraguai forte e digno do passado, os Rodriguez de Francia, Dom Carlos Antonio López e Solano López. Que a revolução nacional repudia em absoluto toda doutrina exótica e extremista, pois seus postulados se fundamentam na tradição gloriosa do nosso povo, em sua idiossincrasia e em suas reais necessidades. Que as Forças Armadas na nação reconhecem no General Dom Higínio Morínigo ao chefe supremo da revolução paraguaia nesta etapa de seu processo histórico e se propõem firme e decididamente sustentar seu governo com inteira lealdade e estrita disciplina até o cumprimento do seu plano trienal, etc. etc. (Ferreira Perez, 1986, 290).

E na sua Mensagem de setembro de 1942 ele dá conta ao povo da “árdua, porém fecunda gestão realizada pelo Governo Nacionalista Revolucionário na nova era de grandeza material e moral da Nação Paraguaia”. (Paraguay, 1942, 03).

O nacionalismo de Morínigo estava mais próximo da Frente de Guerra e do tiempismo do que dos franquistas, mas além de tudo era essencialmente pragmático. Desde 1941 pelo menos, não desprezou os afagos dos colorados que tentavam também ganhar espaços no governo. Contavam para isso com alguns chefes nas Forças Armadas e um “exército” de filiados cada vez maior no interior do país. Depois do afastamento dos franquistas os colorados disputaram com os tiempistas o privilégio de se tornarem o partido governista, o que só irão conseguir em meados de 1943.

Antes do afastamento dos tiempistas, Morínigo chegou a simpatizar e defender algumas das idéias destes. Uma das críticas centrais dos tiempistas era o sistema de partidos. Eles defendiam a abolição dos partidos como condição para o estabelecimento da verdadeira democracia, a *democracia funcional*. Ansiava o presidente por um partido próprio que substituísse os tradicionais existentes. Nisso também seguia as pegadas do coronel Franco. Nessa direção, ele tentou articular, já em 1946, a constituição de um partido laborista que viesse lhe servir como esteio para as eleições presidenciais que teriam que acontecer em 1948. A reativação da vida política e principalmente as resistências do partido colorado, frustraram esta tentativa.

Higinio Morínigo aproveitou a legislação criada por Estigarribia para ampliar a intervenção estatal na economia. Aumentou a repartição de terras aos camponeses e a distribuição de ferramentas de trabalho, superando o que havia sido feito pelo coronel Franco e por Estigarribia; criou o salário mínimo; estabeleceu a nova moeda, o guarani; criou o Instituto de Previdência Social e o seguro obrigatório e manteve em funcionamento o DNT, que mediava os conflitos trabalhistas. Paralelamente a isso, ampliou também a legislação restritiva ao exercício da atividade política e sindical, estabelecendo a trégua sindical, logo após a fracassada greve geral de janeiro de 1941, a Confederação de Trabalhadores do Paraguai foi colocada na ilegalidade e muitos dirigentes foram presos em verdadeiros campos de concentração no Chaco.

Morinigo soube estabelecer uma imagem de estadista preocupado sinceramente pela sorte do seu povo, explorando o seu carisma pessoal.

A Morínigo se deveu também a implementação dos acordos feitos por Estigarribia e a ampliação da política de aproveitar a disputa entre Argentina e Brasil para ganhar vantagens no comércio e no fomento à economia paraguaia. Visitou o Brasil e recebeu a visita de Getulio Vargas, firmou tratados com os brasileiros nas áreas de comércio, transporte e atividades culturais e o Brasil concedeu o porto livre de Santos para o Paraguai.

> Ao mesmo tempo, os dois países firmaram um acordo para construção de uma concessão de 30 anos para operação de uma linha de trens entre Concepción e Pedro J. Caballero, duas cidades mais o norte do Paraguai. Em 11 de agosto de 1941, deu-se à empresa ferroviária Nordeste do Brasil, que estava construindo a linha unindo Campo Grande e São Paulo como parte de uma linha trans-continental sul-americana, o contrato para estender as linhas do mesmo, desde o ramal Ponta Porá e conectar-se com a linha Concepción – Pedro Juan Caballero. Os interesses do Brasil no projeto derivavam do tratado de 1856 que deu ao Brasil direitos de porto livre em Concepción. Na medida que o Brasil começou sua expansão para o oeste, uma estrada sobre terra até Concepción, que passasse sobre os esteros do pantanal, facilitaria o movimento de mercadorias dentro e fora do Mato Grosso, em rápido crescimento. (Birsch, 1997, 739).

Para o Paraguai esses acordos abriram também variadas perspectivas, desde a possibilidade de aumentar a concorrência entre empresas de navegação no rio Paraguai e reduzir os fretes, até a

conexão por terra com o Brasil para livrar-se do porto de Buenos Aires para escoar suas exportações. Quando Vargas esteve no Paraguai, inaugurou a primeira agência do Banco do Brasil no exterior (Birsh, 1997) e logo depois missões militares brasileiras se estabeleceram no país.

Em 1943, Morínigo visitou o Brasil ocasião em que o presidente Vargas assinou um decreto perdoando a dívida do Paraguai ao Brasil surgida da Guerra da Tríplice Aliança. No final desse ano também, ele fez uma visita a Buenos Aires. Na ocaisão, talvez alarmados pela crescente proximidade com o Brasil, o governo argentino outorgou um porto livre ao Paraguai em Buenos Aires e diversas concessões comerciais. Os acordos incluíram a criação de uma comissão para estudar a possibilidade de uma união alfandegária.

O movimento operário durante a presidência de Morínigo foi duramente reprimido. No inicio do seu mandato, em janeiro de 1941, a CTP convocou uma greve geral em apoio aos marítimos, mas essa greve fracassou e foi utilizada como justificativa para uma dura repressão. Em 8 de janeiro Morínigo decreta a “trégua sindical”, pela qual se “regula a relação econômico-social entre o capital e o trabalho”. Nela se estabeleceu:

> art. 5º Toda transgressão aos termos deste decreto lei, pelos operários ou pelos patrões será sancionada com a dissolução do sindicato operário ou a oficialização da administração das fábricas ou

> empresas sem prejuízo das penalidades indviduais previstas no Decreto-Lei nº 3992, que legisla sobre a efetividade da trégua política.
> art. 6º A declaração de greve ou paralisação dos trabalhos implica a imediata mobilização dos trabalhadores que se implementará conforme as disposições previstas nas respectivas ordenanças militares. (Gaona, AG – 05-02-004). [89]

O governo decretou a ilegalidade da central operária, toda a direção da CTP foi presa e o movimento obrigado a se organizar na clandestinidade. O governo também propiciou a divisão entre as diversas correntes. Postos os dirigentes da CTP fora da lei, chamou os anarquistas para compor a representação operária na DNT. Nesse ínterim Gaona enfrentou abertamente o partido comunista, primeiramente devido à avaliação diferente a respeito da greve geral de janeiro de 1941, que Gaona qualificou de aventureira. Mas, havia também outro motivo tático e era a costura de um acordo entre Franco (que Gaona continuava apoiando) e Morínigo. A ruptura com os comunistas irá aprofundando-se com o passar dos anos, chegando a denúncias públicas de parte a parte.

Criaram-se também outros agrupamentos que começaram a disputar com as antigas lideranças e com o partido comunista a direção do movimento. A principal delas foi a Organização Republicana de Operários (ORO) de filiação explicitamente colorada,

[89] Não era a primeira vez que se respondia ao movimento operário com a militarização. Sob os governos de Guggiari e de Franco também já se havia recorrido a esse expediente.

antecipando o que viria a ser, anos depois, a vinculação da CPT ao Estado e ao partido de governo.

Vista na perspectiva do seu processo de organização, o movimento operário perdeu durante a presidência de Morínigo a unidade que, ao menos tendencialmente, havia construído. Tendo superado em 1936 a divisão entre anarquistas e socialistas, caminhou-se durante os governos de Franco, Paiva e Estigarribia sob a bandeira da unidade na CNT e na CTP depois. Agora, chegando mais próximo ao final do governo de Morínigo, não há mais, na própria base operária, a perspectiva de pertencer a uma única central. Evidentemente que a dura repressão sobre o movimento contribuiu a socavar o programa unitário que a velha geração de sindicalistas havia plantado, mas também influenciou nessa direção o fortalecimento do partido colorado como uma organização de massas.

O coloradismo, à medida que amargou longos anos de “planície” foi ganhando um perfil mais popular e durante o governo de Morínigo soube reorganizar suas bases no interior, sempre tendo como articuladores um sistema de caudilhos, constituídos em sua maioria de fazendeiros. Com o florescimento de temas nacionalistas, os colorados ampliaram também suas bases dentro das Forças Armadas e se tornaram potenciais aliados de Morínigo. A partir de 1943, com o esgotamento dos tiempistas, a influência dos colorados no governo ampliou-se

consideravelmente, embora o centro do poder continuasse nas mãos do grupo *Frente de Guerra*.

Havia outros pontos de contato com Morínigo além do nacionalismo. Uma militância de orientação filofascista [90] incubada no partido colorado, sob a direção do católico Enrique Volta Gaona, criou desde 1941 uma espécie de tropa de choque constituída por jovens da capital, o *Guion Vermelho*. Eram jovens organizados à margem da estrutura partidária, mas com conhecimento da cúpula do partido, disputavam a direção de centros acadêmicos, sindicatos e outras organizações de massa. Não é difícil perceber a sua inspiração totalitária. Durante a guerra civil de 1947, estes destacamentos serão importantes na condução das forças civis pró-governamentais.

A ditadura de Morínigo, assentada fundamentalmente na Frente de Guerra sofreu a sua pior crise em 1946, depois da derrota definitiva do Eixo. Contudo, a remoção de sua principal base de sustentação teve que ser feita com os mesmos métodos do golpe militar com que o regime "nacional revolucionário" havia nascido em 1936. Em junho de 1946, numa confusa operação militar, foi removido do comando da cavalaria o Tenente coronel Victoriano Benitez Vera, homem forte do regime e lider da Frente de Guerra. Morínigo, aproveitando as vacilações

[90] O novo ideário colorado aprovado em 1934 e redigido por Natalício González contém formulações totalitárias, no mínimo de questionamento radical do sistema democrático.

dos chefes que executaram as operações, consegue se manter no poder e constitui um governo de coalizão com colorados e franquistas.

A partir de 9 de junho de 1946, abriu-se uma primavera democrática no país, com a volta dos exilados, legalização de partidos clandestinos e retomada das organizações populares. Os principaís dirigentes do partido comunista voltaram ao país e debate-se a convocação de uma Assembléia Constituinte. Nesse cenário o Partido Comunista que havia conseguido a sua legalidade, atua abertamente, e consegue aumentar enormemente a suas fileiras, chegando a filiar perto de 10.000 pessoas. A popularidade dos dirigentes Oscar Creydt e Obdulio Barthe chaga ao seu apogeu, sendo recebidos nas ruas da capital numa manifestação impressionante. As imagens abaixo dão uma idéia da recepção de que foram objeto os dirigentes comunistas.

Manifestação de recepção a dirigentes comunistas em 10/08/1936

Fonte:Centro de Documentação e Arquivo para a Defesa dos Direitos Humanos. Assunção Paraguai.

O programa que o partido comunista defendeu neste intervalo democrático foi o mesmo que já vinha defendendo desde o governo de Paiva.

> Pela independência econômica nacional.
> Umas poucas empresas estrangeiras, com suas gerências estabelecidas em cidades que ficam fora do país exploram as principaís riquezas nacionais e os serviços públicos mais importantes, interceptam e obstruem nossas comunicações com o mundo, podam nossas árvores, exportam nossos produtos agropecuários e exportam também seus lucros, sem deixar no nosso país mais do que as mesquinhas migalhas que jogam aos trabalhadores paraguaios como salários. ..... Nós comunistas proclamamos que, acima de tudo, O PARAGUAI É DOS PARAGUAIOS E PARA OS PARAGUAIOS. Haverá que nacionalizar determinados serviços públicos. Revisar a concessão a empresas imperialistas. Obrigá-las – se resistirem – a reinvestir seus lucros dentro do nosso país em empresas de utilidade nacional. .... Em compensação, nada tem a temer de nós comunistas, aqueles capitalistas que compreendam que seu próprio interesse está ligado ao desenvolvimento econômico do país; aqueles criam e dirigem empresas transformadoras de matérias primas nacionais; aqueles que se preocupem por melhorar as técnicas de produção para reduzir custos e preços; e aqueles que compreendam que um operário sadio e bem pago trabalha melhor que um desnutrido. Propiciamos uma reforma do sistema de crédito e do sistema de impostos com vistas a estimular a iniciativa capitalista de natureza progressiva, isentar a população consumidora e taxar as empresas estrangeiras e às fortunas privadas de acordo a uma escala eqüitativa de caráter progressivo. (Creydt, 1946, 30).

Ou seja, um programa ao qual nem os colorados nem o coronel Franco teriam muito a objetar. Programa que apenas reforçou as ilusões das massas de que o país estava entrando numa época democrática. As mudanças que apareciam na superfície não tinham, porém, muita sustentação. O afrouxamento da ditadura foi resultado do

afastamento do núcleo mais identificado com o nazi-fascismo, por isso deu a impressão de que estava acabada. Mas as disputas pelo controle do Estado continuavam. Sucederam-se diversas conspirações e tentativas de golpes e contra-golpes e, finalmente, o general Morínigo volta a selar uma aliança com os colorados e em janeiro de 1947 dá um golpe nomeando um gabinete colorado provocando, algumas semanas depois, o inicio de uma guerra civil.

A guerra civil que se desenrolou de março a agosto de 1947 foi essencialmente um enfrentamento entre duas frações das Forças Armadas com o apoio do partido colorado ao lado das forças aliadas a Morínigo, e com apoio dos comunistas, franquistas e liberais alinhados às tropas rebeldes. A vitória das tropas de Morínigo, apoiadas pelo Brasil e pela Argentina, marcaram o fim do Estado Nacional Revolucionário. Além dos apoios estrangeiros a Morínigo, outro elemento também foi decisivo, o engajamento das massas coloradas, os famosos "pynandis"[91] que enfrentaram as forças insurrectas. Estes exércitos civis, de uma ferocidade extrema, eram mobilizados por uma propaganda patriótica e anticomunista. A presença do partido comunista no grupo de insurrectos justificava aos olhos da massa colorada, que se tratava de uma guerra para salvar o país dos comunistas.

---

[91] "Pynandi" quer dizer literalmente "pés descalços". Significa pobre. Era esta a denominação que os próprios camponeses se atribuíam para enfatizar que constituíam o verdadeiro povo paraguaio.

As conseqüências imediatas foram a liquidação das organizações autônomas dos trabalhadores, o predomínio do partido colorado e seu exército de combatentes em todo o país, a morte, a prisão e o exílio de milhares de paraguaios ligados às forças derrotadas e a ilegalização de qualquer atividade política opositora.

Depois da guerra civil, Morínigo ainda permaneceu no governo até junho de 48, mas sem a autonomia de antes. O partido colorado conseguiu com a guerra civil liquidar toda a oposição e depois de quase uma década de instabilidade institucional, o poder será ocupado, em 1954, por uma ditadura militar aberta, desta vez pelo general Alfredo Stroessner. A forma de ditadura militar, porém, havia sido desenvolvida e aperfeiçoada durante o período nacional revolucionário.

CONCLUSÃO

Claudia Wasserman observa que a formação dos Estados nacionais na América Latina provoca estranheza pelo fato de não se ajustarem aos modelos de formação dos Estados nacionais que as teorias européias sobre o nacionalismo têm definido. De acordo com essas teorias, os Estados surgem, na Europa, como conseqüência da

> decadência do feudalismo, desenvolvimento do modo de produção capitalista e ascensão da burguesia, que possuía um conjunto de interesses materiais (unificação do mercado interno, fim do domínio aristocrático, etc.) capaz de oferecer estrutura a uma *identidade nacional*. (Wasserman, 2000, 178). [destaque da autora]

A ausência, na América Latina, do *elemento aglutinador* – desempenhado no caso europeu por aquele conjunto de elementos materiais: unificação do mercado interno, fim do domínio aristocrático - que organizasse a constituição dos Estados nacionais, coloca um problema teórico de primeira magnitude: *a constituição de Estados nacionais antes da formação das nações correspondentes*.

Os processos de emancipação apenas confirmaram os limites das divisões administrativas existentes com anterioridade. E se a desagregação do domínio espanhol não resultou na unificação das ex-colônias, isso se deveu ao fato de inexistir com anterioridade uma *idéia nacional* ou *identidade de interesses* anterior às guerras de

independência. Como notou Benedict Anderson (1989), não era, para os patrícios ou crioulos, nenhum motivo de orgulho o fato de terem nascido na América, muito pelo contrário. E os laços que os uniam com a metrópole eram certamente mais intensos do que aqueles que pudessem eventualmente vinculá-los aos seus vizinhos, daí ser algo artificial, do ponto de vista do patriciado, a idéia de uma grande pátria latino-americana. Não tinham o equivalente de um mercado nacional a defender.

A complicação na constituição dos Estados latino-americanos se deveu, dentro dessa visão, à ausência de um elemento aglutinador. Isso tornou penosa a história de sua consolidação, passando por todo um período de “anarquia”, guerras e revoluções até a sua estabilização em torno de 1890, aproximadamente. O que importa reter desta leitura, é o aparente paradoxo da constituição de Estados sem nações.

É também o caso do Paraguai. Visto de muitos ângulos constitui um verdadeiro acidente, se pensado como uma realidade política autônoma. Não era casual a ironia de José Antonio Vazquez, é claro que com finalidade apologética, mas não por isso menos arguta.

> A questão, o ser ou não ser do destino paraguaio posto desde os acontecimentos de 1810, não foi a idéia da independência mas o instrumento para a realidade da independência.

> Tratava-se de definir se numa paupérrima dependência colonial espanhola, soterrada entre montes e pântanos no centro da América do Sul, sem mais cultura cívica que rezar pelo Rei que ninguém nunca viu, e sem outra tradição nem outros antecedentes que um parasitário governador espanhol que a cada viajem do correio recebia ordens de Madrid ou Buenos Aires, se pudesse construir no começo do século XIX uma coisa desconhecida e inexistente, algo verdadeiramente insólito: um Estado. (Vazquez, 1975, 07).

Pois havia, efetivamente, muito pouca *idéia nacional* acumulada que pudesse dar coesão ao nascente Estado paraguaio[92]. O mesmo Vázquez refere os comentários depreciativos dos espanhóis residentes na província a respeito do país[93], como algo que não dava para levar muito a sério. E os principais partidos que o Dr. Francia reprimiu desde o começo de sua ditadura foram precisamente os portenhistas e espanholistas, gente toda vinculada a essas parcialidades por interesses comerciais. Ou seja, quando os "paraguaios" tinham algum *elemento aglutinador*, este geralmente era dissolvente do Estado que se queria criar. Durante os governos dos López, não se interromperam as sucessivas levas de paraguaios, muitos deles banidos pelo governo, que defenderam, na Argentina, a idéia de anexar o Paraguai àquele país, sob

---

92 Formalmente a independência do Paraguai, só foi declarada em 1842 sob o governo de Dom Carlos Antonio López. Antes disso, no Regulamento do Governo de 12 de outubro 1813 ainda se lê que "continuarão no governo superior da **província**..." embora no mesmo artigo prossiga ".. somente os dois cidadãos dom Fulgencio Yegros, e dom José Gaspar de Francia, com a denominação de Cônsules da **República do Paraguai** etc. etc." (Papalardo Zaldivar, 1997, 13). Somente na ata do Congresso Geral de outubro de 1814, que escolheu o Dr. Francia para Ditador, pode-se ler no encabeçamento: "Neste templo das Mercês da Cidade de Assunção Capital da **República do Paraguai** , etc..." . (Papalardo Zaldivar, 1997, 17).

93 "Com a paixão do momento, que não tolera eufemismos, os mascates espanhóis do Paraguai xingavam detrás de seus balcões: **Me cago en la pátria y en todos los patriotas**, enquanto as gazetas portenhas, até muitas décadas depois, ironizariam a custa da **Republiqueta de los paraguayos**"(Vázquez, 1975, 07).

diversas justificativas. E a atitude dos legionários paraguaios contra López de se alistarem nos exércitos aliados, não tinha nada de essencialmente "imoral", - mesmo que para se livrar dele [do López][94] tivessem que destruir o país. Afinal, não haviam os liberais argentinos contado com a ajuda do Império escravista do Brasil para derrotar o tirano Rosas, pouco antes? [95]

E, já durante o período constitucional (após 1870), o próprio chanceler Decoud buscou a alternativa de tornar o Paraguai um protetorado norte-americano (Rivarola, 1993b), sem falar naqueles que continuaram sonhando em fazer do Paraguai uma província argentina.

---

94 "É também provável que as classes proprietárias precisassem convocar uma guerra para recuperar o lugar que sentiam próprio, de que haviam sido tão singularmente afastados. O custo foi demasiado alto. Um ex-combatente da legião o resume numa frase terrível: Lhes pedimos que nos matassem o carrapato, mas acabaram destruindo o catre." (Rivarola, 1994, 17).

95 Para se ter uma idéia do quanto este "debate" não estava encerrado no começo do século XX no Paraguai, reproduzimos um trecho do jornal *Pátria*, do Partido Colorado, publicado em março de 1936, onde se ataca ao então ministro do interior do governo do coronel Franco, Gomes Freire-Esteves. "O mesmo que em 22/01/1906 à morte do General Bartolomé Mitre, escrevera: "E QUE IMPORTA O EXTERMÍNIO DE CEM MIL HOMENS se sobre seus cadáveres triunfam as grandes causas da liberdade e da política humana, necessitadas de avançar e de difundir-se em dias de gloria, de progresso e de redenção? Nada, absolutamente. Por cima de todas as imolações a vida nunca treme e marcha serenamente implacável. Os princípios cruéis são os salvadores eternos e úteis. A humanidade se regula com sangue [..]. A piedade internacional só pode existir na fraternidade, façamo-la. Mitre morre quando a juventude, o povo paraguaio do futuro, começou a saudá-lo e a compreendê-lo. Morre quando nos levantamos sobre nosso sepulcro, e começamos a andar pelo caminho das emendas americanas. A dor que neste momento arrasta às multidões solenes e enlutadas de Buenos Aires, em desfile heróico diante da última morada do patrício, contagia também nossa admiração intelectual por ele, por esse primeiro sul-americano do seu século que hoje nos deixa, hoje que as patas de Roosevelt pisam atrevidas as regiões da latinidade vencida e conspiram contra o sul de San Martin". Gomes Freire Esteves, da Biblioteca Nacional de Buenos Aires, sob o número 161 do catalogo *Seção Paraguaia*." (Ferreira Perez, 1986, 26).

A identidade nacional supõe o acesso das classes populares à vida política[96], mesmo que de forma limitada ou restrita, mas supõe que partilham de alguma coisa comum, da idéia de que são partes da mesma entidade. É este sentimento que, refletido no plano espiritual, constitui a base do nacionalismo. Ora, no Paraguai, inexistia este acesso. Daí ser um anacronismo falar num nacionalismo do século XIX como o faz Gaona ao tentar estabelecer uma ponte entre o movimento de fevereiro de 1936 e o regime lopizta. A estabilidade conseguida sob a forma dos regimes despóticos de Francia e dos López não criou uma nacionalidade ou uma idéia de nação no povo. Esta implica, de acordo com o que Hobsbawm aponta no seu trabalho sobre o protonacionalismo, que as classes trabalhadoras tenham a "consciência de pertencer ou ter pertencido a uma entidade política durável" (Hobsbawm, 1998a, 88). Que entidade política durável poderia ser reivindicada como algo comum aos encomendeiros e aos índios, yanaconas ou mitayos? Com que dourado passado podia-se tentar convencer os índios e mestiços explorados sob formas semi-servis, ou aos escravos e presidiários da época lopizta, de

96 "Durante o período de 1880-1918, a "religião cívica" transforma o patriotismo em nacionalismo, isto é, o patriotismo se torna estatal, reforçado com sentimentos e símbolos de uma comunidade imaginária cuja tradição começava a ser inventada. Essa construção decorreu da necessidade de resolver três problemas prementes: as lutas populares socialistas, a resistência de grupos tradicionais ameaçados pela modernidade capitalista e o surgimento de um estrato social ou de uma classe intermediária, a pequena-burguesia, que aspirava ao aburguesamento e temia a proletarização. Em outras palavras, foi exatamente no momento em que a divisão social e econômica das classes apareceu com toda clareza e ameaçou o capitalismo que este procurou na "idéia nacional" um instrumento unificador da sociedade. Não por acaso, foram os intelectuais pequeno-burgueses, apavorados com o risco de proletarização, que transformaram o patriotismo em nacionalismo quando deram ao "espírito do povo", encarnado na língua, nas tradições populares ou folclore e na raça (conceito central das ciências sociais do século XIX), os critérios da definição da nacionalidade."(Chauí, 2000, 18).

que faziam parte de mesma “nação” junto aos guardas do regime, aos capatazes ingleses ou às poucas famílias de privilegiados amigos dos López? Quanto aos patrícios e crioulos paraguaios, estes se reconheciam antes como espanhóis, ou, pior ainda, portenhos.

No período posterior à guerra contra a Tríplice Aliança, um dos grandes problemas que se colocava no processo de estruturação de uma economia nacional era a falta de força de trabalho suficiente, e uma das razões desta carência era a ininterrupta migração de paraguaios que, por falta de perspectivas, iam engrossar os exércitos de trabalhadores da Argentina e do Brasil. As migrações atingiram uma proporção tão alta que diversas vezes foi tema de debates no Congresso Nacional e até objeto de um trabalho bastante conhecido de Eligio Ayala. A “volubilidade” ou “desapego” - como era interpretada a reação dos camponeses desesperados expulsos de suas lavouras- dos paraguaios com relação à sua terra acabou entrando, no imaginário popular, no conjunto das caraterísticas do ser paraguaio.

Uma ilustração dessa “característica do ser nacional” paraguaio é a fala de um personagem de José Maria Rivarola Matos, na sua peça “O fim de Chipi González” ao “explicar” ao próprio filho o porquê dele [o filho] estar indo embora de sua terra diz:

> *D. Pedro* - Sim meu filho, eu sabia que te havia entrado a vontade de caminho.. Comigo aconteceu a

> mesma coisa, mas não sei que coisa é. Parece um sonho que te diz a cada noite que você não está aqui, que você está noutro lugar... Quando acorda, não se lembra mais do sonho, mas começa a olhar para todo lado, e de repente percebe que o céu não se acaba sobre o monte e que o caminho te olha como uma bela mulher que tem o rosto coberto ... Então, se não tiver uma raiz muito grande, você vai embora ... e a **nós os paraguai, que apenas temos raiz**, nunca falta um senhor delegado que cada dia te dá uma machadada na raiz ... bom, vou pôr alguns cartuchos.....
>
> *D. Pedro* - .... nós, os paraguai somos como esses igarapés. Te passa o rio por debaixo, e te diz: "Adeus, vamos embora" ... Passa pela água a figura das nuvens; parecem barcos! **E você apenas está apoiado ... qualquer vento mais forte te leva**...
> *D. Conche* – Aonde?
> *D. Pedro* – Vá buscar tua esperança. O vale não dá para tua semente de esperança. Os homens somos de carne e somos de ilusão. A carne levamos a qualquer parte, às obrages, aos ervais ..., mas buscamos o mais lindo o mais seguro lugar para plantar a ilusão, por isso ninguém planta a ilusão em terra alheia! **Por isso aqui não cresce a raiz, estamos apoiados apenas**, e quando chega um tempo, por qualquer motivo, vá embora... (Rivarola Matos, 1965, 51).

O que chama a atenção é a idéia de que os paraguaios são desenraizados. Era "natural" que, sendo paraguaio, queira ir embora de sua terra, "aconteceu comigo". É uma visão que convive na mentalidade popular ao lado do "amor a sua terra", esta, porém, é uma idéia fabricada com base no Estado, ou no mínimo estimulada pelos seus aparelhos.

Não se encontrava no Paraguai antes da guerra contra a Tríplice Aliança, ao contrário do que a mitologia nacionalista sustenta, o

sentimento de pertencer a uma comunidade de interesses. E o argumento negativo do Manuel Dominguez de que não se explica o heroísmo dos paraguaios, durante a guerra de 1870, pelo terror a López, esquece o fato de que secularmente os paraguaios eram obrigados a lutar contra índios e portugueses e lutaram bravamente contra Belgrano em 1810, sem que existisse neles, em nenhuma dessas ocasiões, qualquer idéia aglutinadora ou de pertença a uma comunidade de interesses. A explicação de que o heroísmo paraguaio se devia à suposta consciência que tinham do que poderiam perder se a pátria fosse invadida pode ser uma bonita fábula, mas não explica rigorosamente nada. De resto, não se pode negar, isto sim, a presença de sentimentos patrióticos nessa coletividade, mas o patriotismo era ainda uma forma anterior ao nacionalismo.

A necessidade do nacionalismo, como já se afirmou acima, surge quando as contradições sociais tornam necessária a formulação de uma explicação, para as massas, de uma “religião” laica – que substitua aquela que já perdeu a sua força coesiva por conta das mudanças que o capitalismo provoca – que anule, no plano ideal, as contradições e o discenso. Antes disso, não há necessidade de nacionalismos. Por isso é um anacronismo projetar para o século XIX a existência de qualquer sentimento nacional numa população para quem a rigor nada havia mudado desde os tempos de Hernandárias.

A guerra do Chaco pariu uma nação.

Quando falamos de “nação” estamos assumindo a explicação formulada por Benedict Anderson, segundo o qual, a nação é, essencialmente, uma “comunidade imaginária”. No caso do Paraguai, do século XX, embora muitos elementos para compor esta “nação” estivessem já prontos antes da guerra do Chaco, havia um grande obstáculo. O Estado de pós-guerra de 1870, com sua Constituição liberal, com seu parlamentarismo e com sua separação de poderes, alimentava - no plano do discurso - um projeto de país que não coincidia com que o povo experimentava. De liberal aquele regime tinha apenas o nome, o despotismo lopizta foi substituído pelo dos caudilhos, as instituições parlamentares eram pura ficção e a modernidade prometida não conseguia acabar com a exploração semi-escrava e semi-servil nos ervais e obrages que os enclaves estrangeiros teimavam em manter até depois de 1930. Além disso, era motivo de crescente descontentamento o fato do sistema escolar ser uma reprodução do argentino, das crianças terem que estudar história e geografia argentinas e a proibição de falar o guarani. Havia, em síntese, um choque entre o Estado efetivo e a *comunidade imaginária* que estava se constituindo, além do que, a construção desta *nação* não era obra do Estado, mas estava se erguendo em oposição a ela.

Desde o começo do século foi se acumulando um conjunto respeitável de formulações nacionalistas, fruto do trabalho de intelectuais colorados e de outras correntes; esta construção estava se popularizando e sendo reproduzida para as massas pelos artistas, poetas e cantores; movimentos políticos foram se estruturando tendo como fundamento a explícita reivindicação nacionalista e até mesmo a do mito lopizta.

Paralelamente a isso, o movimento social foi também se adensando. Mesmo que vagarosamente, a economia se modernizava e o perfil do proletariado paraguaio ia mudando, o que se refletia no movimento operário. Das sociedades de resistência e sindicatos por ofícios que predominavam no final do século XIX passara-se à preeminência de categorias cujo trabalho era organizado sob princípios industriais; ferroviários, marítimos e operários de frigoríficos, principalmente. A atitude política em face do Estado mudara da prescindência preconizada pelos anarquistas para um participacionismo postulado pelos socialistas. Ademais, o partido socialista havia disputado três eleições na tentativa de eleger um deputado operário. Na impossibilidade de se adentrar ao Parlamento, o movimento operário, ou ao menos parte dele, havia escolhido uma política de colaboração com um setor do partido liberal, e desde 1922, apoiavam e apoiavam-se nos governos de Eligio Ayala e José P. Guggiari. A premissa deles era a

possibilidade de arrancar reformas a favor das classes trabalhadoras dentro do regime democrático liberal.

O movimento operário, no entanto, não conseguiu nem as reformas nem reformar o regime, no sentido de esgotar as possibilidades reformistas do parlamentarismo liberal. Antes que isso ocorresse, esgotou-se o regime liberal e acabou enfrentado com o movimento operário, movimento que o havia ajudado a tomar o poder.

Contudo, a orientação que o movimento operário seguiu nesse período crítico, revelou-se mais importante ainda, pois, mais do que a efetividade na conquista de reformas, a posição tomada pelo movimento operário foi decisiva na destruição do velho regime e construção do novo.

No capitalismo, cabe ao movimento operário –partidos e sindicatos, principalmente - o papel de construir a identidade de classe do proletariado.[97] Nesse sentido, é um concorrente dos outros grupos que defendem a formação de outras identidades, por exemplo, a identidade religiosa ou nacional. A identidade nacional – do ponto de vista subjetivo dos cidadãos - entretanto, como lembra Hobsbawm, é uma das

[97] Há uma dependência da identidade de classe com a consciência de classe. Para que os operários se enxerguem como uma classe diferente e oposta às classes que a oprimem, é necessário que se comportem efetivamente de maneira "classista" de modo a constituir uma cultura operária. Este comportamento deve ser algo duradouro, repetido, contínuo e não algo acidental. É por isso que o papel do movimento operário é tão fundamental, pois é ele o depositário das tradições, das formas de organização, e principalmente, da "consciência" de classe, sem a qual não se concebe a própria classe, ou como diz Hobsbawm: "Uma classe, em sua acepção plena, só vem a existir no momento histórico em que as classes começam a adquirir consciência de si próprias como tal" (Hobsbawm, 1987, 36), e isso é impossível sem o movimento operário.

identidades possíveis e ela não é exclusiva nem excludente de outras. Pode se tornar antagônica quando sua afirmação supõe a negação de outra ou outras, mas, no geral, o cidadão é ao mesmo tempo um patriota, é católico, torcedor de um time de futebol e nas eleições vota nos socialistas, por exemplo. Mas do ponto de vista das organizações, a situação é bem diversa. A consciência aguda das oposições e antagonismos é imprescindível a elas, visto que este constitui o material cotidiano com que trabalham, utilizando-as para orientar a classe nos seus movimentos em direção às suas finalidades.

Em vésperas da guerra, e apesar das restrições impostas pela polícia de Guggiari aos sindicatos, o movimento operário havia avançado o suficiente a ponto de obrigar os liberais a reconhecer a necessidade de um certo intervencionismo estatal e de leis especificas para atender a “questão social”. Mas não era só isso. Outros agrupamentos, como o Novo Ideário Nacional, estavam reproduzindo, mesmo que de maneira contraditória, idéias marxistas e havia, em geral, um acercamento de outros setores da política nacional ao movimento operário, acercamento que explica a participação operária em algumas das tentativas golpistas de antes da guerra do Chaco.

O proletariado estava se tornando um protagonista ativo das lutas políticas, o que lhe dava maior densidade no tratamento dos problemas sociais e nacionais. Mesmo que continuasse predominando

uma orientação participacionista, a dos socialistas, esta buscava seu fundamento em doutrinas operárias internacionalistas. E, se o movimento operário levasse a experiência com os liberais até o seu esgotamento, poderia evoluir para posturas mais radicais, ou enfrentar a escolha entre alternativas de rupturas mais agudas. Afinal, o fantasma da revolução russa também era percebido no país.

Antes do começo da guerra, estava já instalado o problema. O Estado precisava de uma "nação" mas a nação que estava sendo construída não correspondia àquele Estado. Era necessário ou criar outra "nação" ou então adequar o Estado à nação em formação.

A guerra terminou por criar uma nação. Os paraguaios se reconheceram uns aos outros nos desertos do Chaco. E se reconheceram da maneira pensada pelos nacionalistas, como os filhos de Solano López, que morrera pela sua pátria. Foi uma experiência prática pela qual as massas passaram. Já que além dos combates, da morte e mutilações padecidas, o país inteiro foi mobilizado no esforço de guerra e "deu sua cota de sacrifício". [98] Claro que para se constituir como tal, foi decisivo o acumulo ideológico anteriormente construído, mas se não fosse a guerra, teria demorado muito mais. Estava madura a queda dos liberais, só não

[98] Na verdade não foi o país inteiro. Os filhos e parentes da oligarquia liberal e dos grandes empresários conseguiram se safar das mobilizações e, no máximo, ficaram na retaguarda, por conta das influências que os protegeram. Esta circunstância, aliás, foi motivo de grande revolta contra os liberais, a quem a propaganda nacionalista acusou sempre de preparar a derrota. O cancioneiro popular fez eco destas situações e até uma importante peça de teatro em guarani abordou este assunto: *Sandia Yby guy* (melancia subterrânea) de Julio Correa, principal dramaturgo da língua guarani.

estava maduro o regime que o substituiria. Mas havia elementos dispersos que no momento oportuno foram juntados.

Mas qual era a diferença entre o velho e o novo regime que estava nascendo? A diferença não era apenas o desprezo das instituições e da legalidade constitucional, posto que durante o regime liberal, tampouco havia muito respeito por elas. O que fundamentalmente vai ser diferente é que agora quem assume diretamente o poder são as Forças Armadas. E esta presença se irá afirmando ao longo dos anos posteriores, se “aperfeiçoando”. Os militares deslocaram as oligarquias políticas do comando direto do Estado, aliando-se conjunturalmente a uma ou outra conforme as circunstâncias, mas sem perder o predomínio do poder. Esta forma que o Estado paraguaio assumiu a partir de 1936, revela a impotência das frações oligárquicas nacionais para impor a sua hegemonia.

A passagem do Estado liberal para o Estado militarizado exigiu que se colocasse no centro do cenário institucional aquela comunidade imaginária chamada de nação. Antes disso, já havia militares ambiciosos que formularam a idéia de uma ditadura militar como a única forma adequada do Estado paraguaio, mas lhe faltava a justificação. O nacionalismo lopizta, construído desde o começo do século XX, foi o instrumento necessário para erguer a nação paraguaia.

A adesão do movimento operário ao nacionalismo interditou a possibilidade das massas trabalhadoras construírem outras identidades, de lutarem por outros projetos. A adesão ao nacionalismo, no momento que mais força conseguiu, reforçou uma ideologia cuja principal finalidade é precisamente apagar a dissensão. Foi, nessa medida, co-responsável pelo estabelecimento do novo regime.

Na origem desta "escolha", pode-se apontar a incapacidade do movimento operário em dar uma resposta original à questão nacional dum ponto de vista autônomo da classe. Certamente que o movimento operário paraguaio não foi o único a fracassar nesta empreitada. De um modo geral, em nenhum país, com exceção talvez da Bolívia, o movimento operário conseguiu superar esta deficiência. Mas é esclarecedor rastrear as formas em que se deu o fracasso do movimento paraguaio na busca de uma resposta que o colocasse à frente da sociedade nacional. Nem anarquistas, nem socialistas, nem comunistas, foram capazes de articular uma formulação que desse conta da questão nacional.

Sem pretender esgotar o rol de razões, uma comparece com clareza. É o caráter ambíguo do nacionalismo lopizta na sua formulação original. Ele aparece como uma doutrina que reivindica a soberania nacional de que gozava o país na época dos López, e, de certa forma, acena com a possibilidade de se tornar suporte de uma postura

antiimperialista. Esse aspecto do nacionalismo lopizta será utilizado para conseguir penetração no seio das massas e no movimento operário. Esta será a leitura que diversos dirigentes farão do nacionalismo lopizta. Este aspecto será logo soterrado na prática estatal do Estado Nacional Revolucionário, até praticamente desaparecer na seqüência, durante os governos colorados e na ditadura de Stroessner.

Mas o nacionalismo lopizta tinha outro aspecto, este sim brutalmente implementado pelo novo Estado: o seu caráter despótico. E este conteúdo foi justificado desde as primeiras formulações nacionalistas, as de Manuel Dominguez, de O'Leary, etc. Este aspecto é que permitirá ao novo exército nacional, desde que comece a se comportar com tal, justificar a necessidade de uma ditadura militar direta, e será por este veio também que as doutrinas totalitárias serão incorporadas ao *corpus* do nacionalismo.

A guerra civil de 1947 marcou o fim do chamado Estado Nacional Revolucionário, iniciado com o golpe de fevereiro de 1936. Este era na verdade uma ditadura militar, mas uma ditadura assentada numa contradição que a tornava potencialmente revolucionária. Era expressão da necessidade do país livrar-se dos laços de dependência que impediam o seu desenvolvimento, daí ter nascido como uma oposição tão violenta ao Estado liberal. Ao carecer o Paraguai de uma classe social que encarnasse esta necessidade, a tentativa de superar os impedimentos ao

seu desenvolvimento tiveram que ser assumidos pelas Forças Armadas, única instituição nacional com organização suficiente para encarar a tarefa. O movimento operário apoiou decididamente o surgimento deste Estado, porque no período anterior havia feito já uma experiência frustrada com o regime liberal e, durante a guerra, suas frações dirigentes evoluíram para posições nacionalistas. As Forças Armadas de um país que carecia de uma burguesia nacional ou até de um setor capaz de formular um programa desenvolvimentista autônomo, não podia ser o substituto de uma classe social. Com o tempo, dobrou-se às pressões dos que efetivamente detinham o poder na República. Nesse movimento, o Estado Nacional Revolucionário foi perdendo o seu conteúdo "nacional revolucionário" para se mostrar apenas como uma ditadura militar. E o "nacionalismo" inicial que podia evoluir para uma formulação antiimperialista, foi-se esvaziando de qualquer conteúdo progressivo – e nisso pesaram as viradas táticas de frentes populares e de apoio aos imperialismos norte-americano e inglês contra o fascismo – e concluiu apropriado, no final deste longo período, pelo partido colorado sob a forma de patriotismo anticomunista.

O movimento operário ajudou com sua adesão ao nacionalismo no aperfeiçoamento da ditadura militar. Esta forma de organização do Estado estava já embutida no "Estado Nacional Revolucionário" mas teve um longo parto de 11 anos.

Fontes e referências bibliográficas

1. Fontes

1.1. Arquivo Francisco Gaona (A.G.) Assunção BPD/CDE♣

A.G. 01.01“El Despertar”

A.G.01.06 “Hojeada histórica” 1905-1931

A.G. 01.11 Acontecimientos obreros y políticos nov 1930-dic 1933

A.G. 02.06 Manifiestos y recortes de prensa 1929-1932

A.G. 02.14 Delegación Obrera paraguaya en Moscú 1930

A.G. 03.03 Movimiento sindical 1946

A.G. 03.04 Acción gremial 1946

A.G. 03.10 Huelga general de fevrero de 1944

A.G. 03.11 Campaña sindical comunista 1943

A.G. 03.16 Manifiesto 1946

A.G. 05.01 Correspondencia con la Liga de Obreros Marítimos 1937-1941

A.G. 05.02 Antecedentes de la actividad sindical 1941

A.G. 05.03 Antecedentes de la actividad sindical 1940

A.G. 05.04 Correspondencia de Francisco Gaona con la CTP (contiene observaciones al proyecto de legislación sindical 1940)

A.G. 05.05 “Aspectos de la campaña reaccioinária en el Paraguay” articulos de “El Tiempo” y editoriales de “El País”, “La Tribuna”, “Patria” y “El Heraldo” contra esa campaña 1938-1942

A.G. 05.06 Manifiestos obreros 1937-1943

A.G. 05.07 Proyecto de decreto de creación de la Caja de jubilaciones y Pensiones del Personal de la Marina Mercante Nacional 1940

A.G. 05.08 Decreto nº 3080 Reorganización del Departamento Nacional del Trabajo y Decreto nº 8732 Reglamentación de la Jornada de Trabajo 1937, 1938

A.G. 05.09 Antecedentes de la actividad sindical 1939-1940

A.G. 05.10 Estatutos sociales de la CTP 1939

♣ O Arquivo de Francisco Gaona está organizado em caixas e pastas. Os dois primeiros números indicam a caixa e os dois últimos a pasta onde estão arquivados os documentos. Assim “A.G. 03.04” significa Arquivo de Francisco Gaona, caixa 3 pasta 4.

A.G. 05.15 Reorganización sindical 1943

A.G. 05.16 Huelga general de enero 1941

A.G. 05.17 Texto del Decreto Ley nº 2303 Creación del DNT 1936

A.G. 05.20 Antecedntes de la actividad sindical 1939

A.G. 05.21 Antecedntes de la actividad sindical 1937

A.G. 05.22 Antecedntes de la actividad sindical 1938

A.G. 05.23 Recortes de prensa 1936

A.G. 05.29 Correspondencias varias 1938

A.G. 05.32 Correspondencias 1932, 1936 y 1937

A.G. 05.34 Correspondencias 1939

A.G. 05.35 Observaciones al proyecto de legislación sindical 1940

A.G. 05.36 Correspondencias 1939

A.G. 05.38 Correspondencias 1938-1940

A.G. 05.39 Observaciones a estatutos de la CTP 1940

A.G. 11.01 Colección encuadernada de periódicos conteniendo los siguientes números “Los Comuneros” nº 10 y 11 de 1929; “Yunque y arado” nº 3 1929; “El Marítimo” nº 2 1928; “Chispa Marina” nº 5 1936 y nº 9 1937; “Voz Proletária” nº 2 1936; “Obrero del Calzado” nº 2 1937; “El Ferroviário” segunda época 1937- nºs 1, 2, 4, 6,7,.8, 10 tercera época 1938- 1939
“CNT” nºs 2, 4,6, 7, 8, 9 , 10, 12, 13, 14, 15, 17 año I 1938 nº 18 año II 1939
“CTP” nº s 20 al 39 año II 1939 nºs 40 al 56 año III 1940 nºs 57, 58 año IV 1941

A.G. 12.02 Manuscritos y cartas 1936-1960

A.G. 12.04 Colección de “El Despertar” nº 1 al 11 1906-1907

1.2. Jornais

El País 4-02-1936, Asunción – Biblioteca Nacional de Asunción

El País 10-02-1936, Asunción – Biblioteca Nacional de Asunción

El diario 16-01-1936, Asunción – Biblioteca Nacional de Asunción

El diario 27-01-1936, Asunción – Biblioteca Nacional de Asunción

El diario 18-02-1936, Asunción – Biblioteca Nacional de Asunción

El diario 21-02-1936, Asunción – Biblioteca Nacional de Asunción

El Estudiante 18-02-1936, Asunción – Biblioteca Nacional de Asunción
El Estudiante 20-02-1936, Asunción – Biblioteca Nacional de Asunción
El Estudiante 21-02-1936, Asunción – Biblioteca Nacional de Asunción
El Estudiante 22-02-1936, Asunción – Biblioteca Nacional de Asunción
El Estudiante 26-02-1936, Asunción – Biblioteca Nacional de Asunción
El Estudiante 27-02-1936, Asunción – Biblioteca Nacional de Asunción
El Estudiante 01-03-1936, Asunción – Biblioteca Nacional de Asunción
El Estudiante 03-03-1936, Asunción – Biblioteca Nacional de Asunción
El Estudiante 05-03-1936, Asunción – Biblioteca Nacional de Asunción
El Estudiante 10-03-1936, Asunción – Biblioteca Nacional de Asunción
El estudiante 11-03-1936, Asunción – Biblioteca Nacional de Asunción
El estudiante 14-03-1936, Asunción – Biblioteca Nacional de Asunción
El estudiante 16-03-36, Asunción – Biblioteca Nacional de Asunción
El estudiante 24-03-1936, Asunción – Biblioteca Nacional de Asunción
La lucha 25-03-1936, Asunción – Biblioteca Nacional de Asunción
La lucha 28-03-1936, Asunción – Biblioteca Nacional de Asunción
La lucha 02-04-1936, Asunción – Biblioteca Nacional de Asunción
La lucha 18-04-1936, Asunción – Biblioteca Nacional de Asunción
La lucha 20-04-1936, Asunción – Biblioteca Nacional de Asunción
La lucha 28-04-1936, Asunción – Biblioteca Nacional de Asunción
La lucha 04-05-1936, Asunción – Biblioteca Nacional de Asunción
La lucha 10-05-1936, Asunción – Biblioteca Nacional de Asunción
El Diario 18-02-1936, Asunción – Biblioteca Nacional de Asunción
El Diario 5-03-1936, Asunción – Biblioteca Nacional de Asunción
El Diario 11-03-1936, Asunción – Biblioteca Nacional de Asunción
El Diario 12-03-1936, Asunción – Biblioteca Nacional de Asunción
El Diario 26-03-1936, Asunción – Biblioteca Nacional de Asunción
El Diario 01-04-1936, Asunción – Biblioteca Nacional de Asunción
El Diario 31-07-1936, Asunción – Biblioteca Nacional de Asunción
El Diario 05-08-1936, Asunción – Biblioteca Nacional de Asunción
El Diario 06-08-1936, Asunción – Biblioteca Nacional de Asunción
El Diario 06-08-1936, Asunción – Biblioteca Nacional de Asunción

1.3. Outros documentos

CARVALHO E SILVA, Lafayete de. Oficio Assunção, nº 61 de 1º/05/36. Itamarati. Missões Diplomáticas Brasileiras. Pasta de Ofícios de Jan a Ago 1936.(1936a).

CARVALHO E SILVA, Lafayete de. Oficio Assunção, nº 67 de 12/05/36. Itamarati. Missões Diplomáticas Brasileiras. Pasta de Ofícios de Jan a Ago 1936.(1936b).

CARVALHO E SILVA, Lafayete de. Oficio Assunção, nº 147 de 25/09/36. Itamarati. Missões Diplomáticas Brasileiras. Pasta de Ofícios de Jan a Ago 1936.(1936e).

CARVALHO E SILVA, Lafayete de. Oficio Assunção, nº 70 de 15/05/36. Itamarati. Missões Diplomáticas Brasileiras. Pasta de Ofícios de Jan a Ago 1936.(1936c).

CARVALHO E SILVA, Lafayete de. Oficio Assunção, nº 75 de 29/05/36. Itamarati. Missões Diplomáticas Brasileiras. Pasta de Ofícios de Jan a Ago 1936.(1936d).

CNT/18/01/38. Arquivo Francisco Gaona A.G. 11.01.CNT. Asunción: BPD.

CREYDT, Oscar. “Discurso pronunciado pelo Dr. Oscar Creydt no programa " a hora a revolucionária" da rádio Prieto, no dia 23 de fevereiro” Publicado no jornal *El Estudiante* de 1º de março de 1936. Anexo Ofício Assunção, de 1º/03/36. Itamarati. Missões Diplomáticas Brasileiras , Assunção Pasta de Ofícios de Jan a Ago 1936.

CREYDT, Oscar. *Hacia la Asamblea Nacional Constituyente. Por un Paraguay Nuevo*. Discurso Pronunciado el 10 de agosto de 1946. Asunción: PCP, 1946. [Folheto editado pelo PCP, fotocopiado da biblioteca de Julio Rojas, em Buenos Aires].

GAONA/Palestra. El Diário 27/04/36, Itamarati. Missões Diplomáticas Brasileiras. Anexo ao Oficio Assunção, nº 61 de 1º/05/36. Pasta de Ofícios de Jan a Ago 1936.

PARAGUAY. Mensaje del Excmo. Señor Presidente de la República del Paraguay General Don Higinio Morínigo M. Asunción, 8 de setiembre de 1942.

PCP/Boletim Interno [do Partido Comunista Paraguaio] Anexo ao Oficio Assunção, nº 75 de 29/05/36. Itamarati. Missões Diplomáticas Brasileiras. Pasta de Ofícios de Jan a Ago 1936.

PCP/Manifesto [do Partido Comunista Paraguaio] de 13 de março de 1936. Anexo ao Oficio Assunção, nº 30 de 14/03/36. Itamarati. Missões Diplomáticas Brasileiras. Pasta de Ofícios de Jan a Ago 1936.

2. Bibliografia

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ARICÓ, José. *Marx e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

AYALA, Eligio. *Migraciones*. Santiago: 1941.

BATALHA, Cláudio. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BENÍTEZ, Luis G. *Historia Diplomatica del Paraguay*. Asunción: El Grafico SRL, 1972.

BIRSH, Melisa H. "La Política Pendular: Política de Desarrollo del Paraguay en la Post-Guerra". In Revista Paraguaya de Sociología. *Pasado y Presente de la Realidad Social Paraguaya.* Volumen II Economia. Asunción: CPES, 1997.

BOGADO TABACMAN, Rodolfo Eduardo. *Formação do Partido Comunista Paraguaio. Classe operária, processo de trabalho e sistema político no Paraguai dos anos 20*. São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

BRAY*,* Arturo*. Armas y Letras (Memorias)* Tomo III. Asunción: Ediciones NAPA, 1981.

BRAY*,* Arturo. *Hombres y Épocas del Paraguay. Libro Primero*. Asunción: El lector, 1986.

CANO, Wilson. *Soberania e Política Econômica na América Latina*. São Paulo: UNESP, 2000.

CARDOZO, Efraim. *Apuntes de Historia Cultural del Paraguay*. Asunción: Biblioteca de Estudios Paraguayos – Universidad Católica N. Señora de la Asunción, 1985.

CARDOZO, Ramón Indalecio. *Mi Vida de Ciudadano y Maestro*. Asunción: El Lector, 1991

CHAUI, Marilena. *Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000

CHIAVENATTO, Julio José. *Genocídio Americano: A guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

DOMINGUEZ, Manuel. *El Alma de la Raza*. Asunción: Casa Editora de Candido Zamphirópolos, 1918.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1994.

FERREIRA PEREZ, Saturnino. *Proceso Político del Paraguay 1936-1942. Vol. I*. Asunción: El Lector, 1986.

FLECHA, Victor Jacinto. “Años 20: Movimientos Socio-políticos en el Paraguay y Proyección Posterior”. In Revista Paraguaya de Sociología. *Pasado y Presente de la Realidad Social Paraguaya.* Volumen I Historia Social. Asunción: CPES, 1995.

FREIRE ESTEVES, Gómes. *História Contemporanea del Paraguay. Lucha de cancillerias en el Plata*. Buenos Aires, 1921.

GALLEGO, Ferran. “Estado, Nación, Reforma. Las paradojas del nacionalismo boliviano en los años treinta”. *Boletín Americanista*, Año XXXII, n. 41. Barcelona; Facultad de Geografía e Historia. Sección de Historia de América. 1991.

GAONA, Francisco. *Introducción a la Historia Gremial y Social del Paraguay. Tomo I*. Buenos Aires: Editorial Arandú, 1967.

GAONA, Francisco. *Introducción a la Historia Gremial y Social del Paraguay. Tomo II*. Asunción: RP Ediciones/CDE, 1987.

GAONA, Francisco*. Introducción a la Historia Gremial y Social del Paraguay. Tomo III*. Asunción: RP Ediciones/CDE, 1990.

GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.

GELLNER, Ernest. “O Advento do Nacionalismo e sua Interpretação: Os mitos da nação e da classe” In: BALAKRISHNAN, Gopal. (org.) *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

GODIO, Julio. *Historia del Movimiento Obrero Latinoamericano/2 Nacionalismo y Comunismo*. México: Editorial Nueva Imagen, 1983.

GOMES FLEYTAS, José Gaspar. “Ubicación Histórica de los Partidos Tradicionales en el Paraguay”. In Revista Paraguaya de Sociología. *Pasado y Presente de la Realidad Social Paraguaya*. Volumen I Historia Social. Asunción: CPES, 1995.

GONZALEZ ERICO, Miguel Angel. “Estructura y Desarrollo del Comercio Exterior del Paraguay: 1870-1918”. In Revista Paraguaya de Sociología. *Pasado y Presente de la Realidad Social Paraguaya*. Volumen I Historia Social. Asunción: CPES, 1995.

GONZÁLEZ, Juan Natalicio. *El Paraguay Eterno*. Asunción: Editorial Guarania, 1935.

GONZÁLEZ, Juan Natalicio. *El Paraguayo y la Lucha por su Expresión*. Asunción: Editorial Guarania, 1945.

GONZÁLEZ, Juan Natalicio. *Letras Paraguayas*. Asunción: Editorial Cuadernos Republicanos, 1988.

GOSLING, C. “Report on the political situation of Paraguay for the year 1905”. Confidential N.1. Gosling a Sir Edward Grey, Asunción, 7/III/1906, PRO-FO 371/101 apud HERKEN KRAUER, Juan Carlos. “La Revolución Liberal de 1904 en el Paraguay: El transfondo socio-económico y la perspectiva británica”. In Revista Paraguaya de Sociología. *Pasado y Presente de la Realidad Social Paraguaya*. Volumen I Historia Social. Asunción: CPES, 1995b.

HERKEN KRAUER, Juan Carlos. *El Paraguay Rural entre 1869 y 1913. Contribución a la Historia Económica Regional del Plata*. Asunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, 1984.

HERKEN KRAUER, Juan Carlos. “La Inmigración en el Paraguay de posguerra: el caso de los ‘Lincolnshire Farmers’ (1870-1873)”. In Revista Paraguaya de Sociología. *Pasado y Presente de la Realidad Social Paraguaya*. Volumen I Historia Social. Asunción: CPES, 1995a.

HERKEN KRAUER, Juan Carlos. “La Revolución Liberal de 1904 en el Paraguay: El transfondo socio-económico y la perspectiva británica”. In Revista Paraguaya de Sociología. *Pasado y Presente de la Realidad Social Paraguaya*. Volumen I Historia Social. Asunción: CPES, 1995b.

HOBSBAWM, Eric J. “Notas sobre consciência de classe”. In: *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOBSBAWM, Eric J. *Sobre História. Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra, 1998a.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

INTERNACIONAL COMUNISTA. *Los cuatro primeros congresos de la Internacional Comunista - Primera parte*, México: Ediciones Pasado y Presente, 1981.

JOVER PERALTA, Anselmo. *El Paraguay Revolucionário*. Asunción: Ediciones La Republica, 1982.

LAINO, Domingo. *Paraguay: de la Independencia a la Dependencia. Historia del saqueo inglés en el Paraguay de la posguerra*. Asunción: Intercontinental Editora, 1989.

LENIN, V.I. *A Falência da II Internacional*. São Paulo: Kairós, 1979.

LLOBERA, Josep R. *El dios de la modernidad. El desarrollo del nacionalismo en Europa occidental*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1994

LLOBET TABOLARA, Cayetano. “Apuntes para uma Historia del Movimiento Obrero em Bolívia”. In GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (org.). *Historia del Movimiento Obrero en América Latina*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1984.

LÖWY, Michael. *O Marxismo na América Latina. Uma antologia de 1909 aos dias atuais.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

MANN, Michael. “Estados Nacionais na Europa e noutros continentes: diversificar, desenvolver, não morrer”. In: BALAKRISHNAN, Gopal. (org.) *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

MARX, C., ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. In *Obras Escolhidas*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, ca. 1970.

MENDOZA A. Raúl. “Desarrollo y Evolución de la Población Paraguaya”. In Revista Paraguaya de Sociología. *Pasado y Presente de la Realidad Social Paraguaya*. Volumen I Historia Social.Asunción: CPES, 1995.

NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In FERREIRA, Jorge (org.). *O Populismo e sua História. Debate e Crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

NICKSON, Andrew. *Breve Historia del Movimiento Obrero Paraguayo, 1880-1984*. Asunción: CDE, 1987.

PAMPLIEGA, Amâncio. *Fusil al Hombro*. Asunción: NAPA, 1982.

PAPALARDO ZALDIVAR, Conrado. *Paraguay: Itinerário Constitucional*. Asunción: Intercontinental Editora, 1997.

PASTORE, Carlos. *La Lucha por la Tierra en el Paraguay*. Montevideo: Editorial Antequera, 1972.

PASTORE, Carlos. *Capítulos de la Historia Política Paraguaya. 1935-1940*. Asunción: Ediciones Criterio, 1986.

PEÑA, Milcíades. *Masas, Caudillos y Elites. La dependencia argentina de Irigoyen a Perón*. Buenos Aires: Ediciones Fichas, 1973.

PEREIRA, Arturo. *Juicio a la Historia. Discurso y opiniones sobre cultura nacional. Violencia – Despojos – Represiones*. Asunción: 1992.

PIDOUX de DRACHENBERG, Lyra. “Inmigración y Colonización en el Paraguay 1870-1970”. In Revista Paraguaya de Sociología. *Pasado y Presente de la Realidad Social Paraguaya*. Volumen I Historia Social.Asunción: CPES, 1995.

POMER, Leon. *Os Conflitos da Bacia do Prata*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PORTANTIERO, Juan Carlos. *Estudiantes y Política en América Latina. El proceso de la reforma universitaria 1918-1938*. México: Siglo Veintiuno, 1978.

PRIETO YEGROS, Leandro. *El Proceso de la Dictadura Liberal de 1940 (Versión documental)*. Asunción: Editorial Cuadernos Republicanos, 1984.

RIVAROLA MATTO, José Maria. *El fin de Chipi González*. Asunción: Ediciones Dialogo, 1965.

RIVAROLA, Milda. *La Contestación al Orden Liberal. La crisis del liberalismo en la preguerra del Chaco*. Asunción: Centro de Documentación y Estudios, 1993a.

RIVAROLA, Milda. *Obreros, Utopias & Revoluciones. La formación de las clases trabajadoras en el Paraguay liberal 1879-1931*. Asunción: Centro de Documentación y Estudios, 1993b.

RIVAROLA, Milda. *Vagos, Pobres y Soldados. La domesticación estatal del trabajo en el Paraguay del siglo XIX*. Asunción: CDE, 1994.

ROMERO, Roberto A. *Protagonismo Histórico Del Idioma Guarani*. Asunción: 1998.

ROSALES, Humberto. Historia del Partido Comunista Paraguayo (1928-1991). Asunción: PCP, 1990.

SALUM-FLECHA, Antonio. *Historia Diplomática del Paraguay. De 1869 a 1938*. Asunción: Emasa, 1978.

SCHVARTZMAN, Mauricio. *Contribuciones al Estudio de la Sociedad Paraguaya*. Asunción: Centro Interdisciplinario de Derecho Social y Economía Política / Universidad Católica, 1989.

SEIFERHELD, Alfredo M. *Nazismo e Fascismo en el Paraguay. Vísperas de la II Guerra Mundial 1936-1939*. Asunción: Editorial Histórica, 1985.

SPERATI, Juan. *La Revolución del 17 de Febrero de 1936. Gestación – Desarrollo – Ideología – Obras*. Asunción: 1984.

THOMPSON, Edward P. *Tradición, Revuelta y Conciencia de Clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Editorial Critica, 1979.

VAZQUEZ, José Antonio. *El Doctor Francia Visto y Oído por sus Contemporáneos*. Buenos Aires: Eudeba, 1975.

COLMÁN DUARTE, Evaristo E. ***Nacionalismo e movimento operário na origem do Estado Nacional Revolucionário paraguaio: 1936 – 1947***. Assis, 2002, 320 p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis, Universidade Estadual Paulista .

RESUMO:

Em fins do século XIX o Paraguai tinha uma Constituição e algumas instituições liberais que foram impostas pelos vencedores da guerra da Tríplice Aliança (1864-1870).

Entretanto, a dependência das empresas estrangeiras, o crônico atraso econômico e a ingerência ostensiva dos governos da Argentina e do Brasil nos problemas internos do Estado paraguaio, criaram o meio para que jovens intelectuais começassem a formular uma ideologia nacionalista, que buscou no passado lopizta (1840-1870) o modelo para idealizar uma nação.

Em 1932, o Paraguai voltou a enfrentar um país vizinho, a Bolívia, pelo controle da margem direita do Rio Paraguai. Depois da guerra, um golpe militar derrubou o presidente liberal Eusébio Ayala e deu início ao período denominado de “Nacional Revolucionário”, eufemismo com que se conheceu a ditadura militar que se estendeu de 1936 a 1947.

Os militares usaram a ideologia nacionalista que vinha sendo elaborada desde o começo do século para legitimar-se no poder e acabar com a legalidade liberal. O movimento operário paraguaio aderiu à ideologia nacionalista e apoiou a constituição deste tipo de estado, dando-lhe apoio legitimador.

Como conseqüência de sua adesão ao nacionalismo, o movimento operário renunciou à sua autonomia de classe e fortaleceu a ditadura militar.

Palavras chaves: 1. Nacionalismo – Paraguai. 2. Movimento operário – Paraguai. 3. América Latina – História. 4. Paraguai – História – 1936 – 1947.

COLMÁN DUARTE, Evaristo E. ***Nationalism and Labour Movement in the Origin of the Revolutionary Paraguayan National State: 1936-1947***. Assis, 2002, 320 p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis, Universidade Estadual Paulista .

ABSTRACT

At the end of the 19th century, Paraguay had a constitution and some liberal institutions that were imposed on it by the winners of the Triple Alliance War (1864-1870). However, the Paraguayan dependency of foreign companies, its chronic economic backwardness, and the undisguised interference of Argentinean and Brazilian governments in the country's internal affairs, created the milieu for the beginnings of a nationalistic ideology formulated by young intellectuals, who brought from the Lopizt past (1840-1870) a model for an idealized nation.

In 1932, once more Paraguay fought against a neighbour country, Bolivia, this time for the control of the right bank of the Paraguay River. After that war, a military coup overthrew the liberal president Eusébio Ayala and started a period designated "National Revolutionary", this latter expression being an euphemism by which the military dictatorship that ruled from 1936 to 1947 was called.

The military used the nationalistic ideology that was being formulated since the beginning of the century to legitimize themselves in power and to put an end to the liberal legality. The Paraguayan labour movement adhered to the nationalistic ideology and supported the formation of that kind of State, thus giving it a legitimizing basis.

As a consequence of its adhesion to nationalism, the labour movement renounced to its class autonomy and strengthened the military dictatorship.

Keywords: 1. Nationalism – Paraguay. 2. Labour Movement – Paraguay. 3. Latin-American History. 4. Paraguay – History - 1936-1947.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

C716n

Colmán Duarte, Evaristo Emigdio
Nacionalismo e movimento operário na origem do Estado Nacional Revolucionário paraguaio: 1936 – 1947 / Evaristo Emigdio Colmán Duarte. Assis, 2002.
326f.

Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.

1. Nacionalismo – Paraguai. 2. Movimento operário – Paraguai. 3. América Latina – História. 4. Paraguai – História – 1936 – 1947. I. Título.

CDD 320.5409892
331.8809892
980
989.207